

# **Estudos Agrários: Conceitos e Práticas**



**GEOGRAFIA TURISMO**  
GEOGRAFIA METAMBIENTE  
CONCEITOS Estudos AGRÁRIOS PRÁTICAS Território  
GEOGRAFIA PLURIATIVIDADE  
RURAL URBANO MUNDO RURAL Território CIDADE CAMPO  
URBANOMUNDO RURAL TURISMO URBANO MUNDO RURAL  
PLURIATIVIDADE  
**TURISMO GEOGRAFIA**  
**PLURIATIVIDADE**

RURAL  
URBANO



# ESTUDOS AGRÁRIOS: conceitos e práticas

ORGANIZADORES:

Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira  
& Enéas Rente Ferreira

EDITORA:



## Logo da pósgraduação

---

Estudos agrários: conceitos e práticas / Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, Enéas Rente Ferreira (orgs.). – Rio Claro : IGCE/UNESP - Pós-Graduação em Geografia, 2009.

220 p. : il., figs., gráfs., tabs., quadros, fots., mapas

ISBN: 978-85-61203-07-8

1. Geografia agrícola. 2. Rural. 3. Relação rural-urbano. 4. Turismo rural. 5. Campo brasileiro. 6. Organização do espaço. I. Ferreira, Darlene Aparecida de Oliveira. II. Ferreira, Enéas Rente. III. Título.

CDD - G330.91

---

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP  
Campus de Rio Claro/SP

Editora da Pós-graduação em Geografia – IGCE  
Universidade Estadual Paulista – UNESp  
Campus de Rio Claro-SP  
CEP: 13.506-900 - Rio Claro-SP  
Fone – Fax (19) 3523-3707  
[spgigce@rc.unesp.br](mailto:spgigce@rc.unesp.br)  
[www.igce.unesp.br](http://www.igce.unesp.br)

## Agradecimentos



## SUMÁRIO

- i APRESENTAÇÃO
- CONCEITOS – REFLEXÕES SOBRE TERRITÓRIO, CAMPO E CIDADES
- 13 O campo e o território nas políticas de desenvolvimento  
Suelen de Leal **RODRIGUES**  
Darlene Aparecida de Oliveira **FERREIRA**
- 29 O geografia agrária na pós-graduação de rio claro a partir da  
década de 70: primeiros resultados  
Darlene Aparecida de Oliveira **FERREIRA**  
Maria Ribeiro do **VALLE**  
Maria José **ROMANATTO**
- 47 Teorias sobre o espaço e a questão rural-urbano  
Flamarion Dutra **ALVES**  
Adriano Corrêa **MAIA**
- 65 A relação rural-urbano e a construção do espaço: considerações  
teóricas e o caso dos migrantes mineiros em Rio Claro-SP  
Adriano Corrêa **MAIA**
- 87 Da exploração à exclusão: as novas formas de expropriação do do  
campo  
Alan Faber do **NASCIMENTO**
- 99 A produção do espaço sob o olhar das ruralidades: uma leitura da  
paisagem  
Michele **LINDNER**
- PRÁTICAS – REFLEXÕES SOBRE O CAMPO BRASILEIRO
- 117 Os pequenos municípios paranaenses e as estreitas ligações com  
o meio rural  
Cecília **HAURESKO**

- 141 A feira e o mercado: laços de sociabilidade e alternativa de renda para agricultores familiares em Boicaiúva/MG  
Ana Ivania Alves **FONSECA**  
Lucas dos Reis **TEIXEIRA**  
Kathia Lilianne **VIEIRA**  
Vanessa **FONSECA**
- 153 Atividades pluriativas no espaço campestre em Holambra-SP: O turismo como alternativa de geração de renda  
Elias Júnior Câmara Gomes **SALES**  
Fadel David **ANTONIO FILHO**
- 171 Identificando as “ruralidades” e “urbanidades” presentes na área de influência do PETAR (bairro da serra): turismo e cotidiano  
Isabela de Fátima **FOGAÇA**
- 187 Turismo rural pedagógico: um estudo de caso  
Silas Nogueira de **MELO**  
Michele **LINDNER**  
Enéas Rente **FERREIRA**
- 199 Organização espacial da cana-de-açúcar no estado de São Paulo: uma análise evolutiva  
Enéas Rente **FERREIRA**  
Flamarion Dutra **ALVES**  
Davi Guilherme Gaspar **RUAS**
- 215 Camponeses e agricultores familiares – caminhos e descaminhos em contextos de pluriatividade  
José Carlos Alves **PEREIRA**  
Darlene Aparecida de Oliveira **FERREIRA**
- 231 Autores

## APRESENTAÇÃO

*Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira*

Os textos apresentados neste livro expressam idéias e reflexões desenvolvidas durante os anos de 2008 e 2009 por alunos e professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Rio Claro.

Em dois espaços distintos de discussões, a disciplina Ruralidade e urbanidade na sociedade contemporânea, ministrada junto ao Programa de Pós em Geografia e os Colóquios de Pesquisa do NEA – Núcleo de Estudos Agrários, a problemática teórico-empírica em torno de temas latentes para a Geografia Agrária brasileira foi aprofundada e materializada em textos reflexivos de interesse interdisciplinar.

Estudos Agrários apresenta investigações realizadas sob a ótica da diversidade de abordagens, refletindo preocupações teóricas, sem esquecer a importância que têm os estudos empíricos para o reconhecimento do que é o espaço geográfico na sociedade brasileira, sob o crivo do mundo rural.

Organizado em duas partes, a primeira apresenta CONCEITOS – Reflexões sobre o território, campo e cidade reunindo proposições em torno da relação rural-urbano, do desenvolvimento e das políticas públicas. A segunda parte PRÁTICAS – Reflexões sobre o campo brasileiro reúne textos que expressam distintas realidades do campo em suas diversas formas organizativas – a produção agrícola, o turismo e o mercado.

Apresentado-se como o primeiro produto das reflexões desenvolvidas recentemente na temática do mundo rural na Geografia da UNESP de Rio Claro, esperamos contribuir com vistas a ampliar e incorporar novos elementos para o avanço da Geografia Agrária brasileira.



**I - CONCEITOS**  
**Reflexões sobre território, campo e cidade**



## O CAMPO E O TERRITÓRIO NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO<sup>1</sup>

*Suelen de Leal RODRIGUES*

*Darlene Aparecida de Oliveira FERREIRA*

### INTRODUÇÃO

O entendimento do campo como espaço de atraso e de caráter eminentemente agrícola, por muito tempo esteve presente nas políticas de desenvolvimento e apenas recentemente são traçados novos entendimentos e orientações que definem o campo como um espaço multifuncional e difuso. As novas abordagens sobre o campo e o surgimento de uma análise integral e menos setorial levam à emergência da utilização do território como referência espacial e cultural e palco de ações territoriais para as políticas de desenvolvimento.

Desta forma, o presente texto busca avaliar como a literatura sobre a temática rural faz referência a questão do desenvolvimento e como isso se reflete nas políticas públicas. A partir disto, discutir as principais orientações políticas adotadas na década de 1990 através do entendimento do conceito de território para o Estado e para a Geografia.

Buscando atender ao propósito do trabalho sem, no entanto, efetuar uma revisão exaustiva, a construção do referencial estruturou-se inicialmente pela exposição das definições teóricas de campo, cidade, ruralidades e urbanidades, começando pelas observações do geógrafo Biazzo (2007), além das tradicionais definições do rural pelos sociólogos Mendras (1969) e Sorokin et al. (1930).

Através da leitura de Navarro (2001), Gerardi (1980), Goodman et al. (1987) e Norder (2006), buscou-se mostrar qual o entendimento do campo para as políticas. As consequências do modelo agrícola de desenvolvimento e a renovação dos discursos políticos, bem como a renovação dos conceitos a cerca do rural, foram trabalhados através das considerações de Graziano da Silva (1998), (LAMARCHE 1993 apud WANDERLEY, 2000), Favareto

<sup>1</sup> A primeira versão do texto foi apresentada no Encontro Nacional da ANPEGE (2009).

(2006), Ferreira (2002), Rúa (2006), Gómez (2006).

Em referência à renovação do conceito de rural e o surgimento do território nas políticas de desenvolvimento, utilizaram-se as observações de Mattei (2001), relatório do World Bank (2002), Schneider (2004), Ortega e Mendonça (2007), relatórios do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2004, 2005), Abramovay (2000, 2005). Para o entendimento do território como categoria de análise da Geografia, foram utilizadas as considerações de Moraes (2005), Saquet (2007), Haesbaert (2002) e Fernandes (2005).

## O ENTENDIMENTO DO CAMPO NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO

Inicialmente é necessário que se apresente o contexto teórico e conceitual no qual o rural e o território são tratados. Para tanto, partiu-se das observações tecidas por Biazzo (2007) que, a partir da leitura de sociólogos, economistas e geógrafos, traçou definições que buscam contribuir para uma análise mais esclarecedora de tais termos.

Desta maneira, Biazzo (2007) define campo e cidade como formas espaciais, nas quais o rural e o urbano seriam os conteúdos dessas formas, ou seja, as ruralidades e urbanidades estariam contidas no espaço e, portanto, não constituiriam formas espaciais, daí a dificuldade de mensurar tais categorias. Ruralidades e urbanidades formariam espaços híbridos, onde ruralidades podem estar contidas em espaços citadinos e urbanidades em espaços campestres.

A leitura socioeconômica do campo como espaço do atraso, emerge segundo Graziano da Silva (1998) com o processo de ascensão das forças capitalistas que minavam a velha ordem feudal na Europa do século XVII. Assim o campo e o rural estariam em decadência, pois remeteriam à velha ordem hegemônica, em contrapartida ao urbano em ascensão, ligado à nova ordem do capital. A cidade seria, nas palavras de Mendras (1969, p. 34), “o motor do progresso; em seu seio nascem as invenções técnicas, as idéias revolucionárias, os novos modos de vida [...]”.

No contexto acadêmico do início do século XX, os estudos sociológicos da Escola Americana como o de Sorokin et al. (1930) apresentam entendimentos onde o campo é definido pela oposição a cidade e as principais diferenças entre estes universos estariam centradas em distintos fenômenos.

Iniciando pela natureza da ocupação, o campo é eminentemente agrícola - apresenta diferenças de cunho ambiental, circunscritas na relação mais estreita entre homem e natureza; diferenças de ordem quantitativa - derivadas da menor intensidade populacional nas áreas rurais; diferenças na composição da população - mais homogênea e com laços psico-culturais

similares, além disso, a população rural teria uma menor estratificação, uma menor mobilidade social e territorial bem como uma integração social menor no sentido quantitativo, porém mais intensa no sentido qualitativo.

As definições dicotômicas de campo e cidade favoreceram as idéias de contínuo rural-urbano, onde o rural seria fortemente influenciado pelos meios intelectuais e produtivos do urbano até sua paulatina superação.

Sendo considerado o campo e o rural como forma e conteúdo atrasado, seria necessário um processo de modernização, que pautado no desenvolvimento dos meios de produção agrícola, poderia resultar no bem estar social. Desta maneira, no entendimento de Navarro (2001)

A transformação social e econômica - e a melhoria do bem-estar das populações rurais mais pobres - foi entendida como o resultado "natural" do processo de mudança produtiva na agricultura. Este último foi meramente identificado como a absorção das novas tecnologias do padrão tecnológico então difundido, acarretando aumentos da produção e da produtividade e, assim, uma suposta e virtuosa associação com aumentos de renda familiar, portanto, "desenvolvimento rural", aumento de renda e melhoria nos índices sociais. (NAVARRO, 2001, p. 84)

Neste contexto, estrutura-se um processo de transformação das técnicas agrícolas, dos fins políticos e das relações do produtor com os recursos naturais, que levou ao processo modernizador do campo.

A modernização do campo no Brasil ganhou destaque a partir da década de sessenta do século XX, posteriormente à criação do setor industrial no país, portanto, a inserção dos produtos industriais na forma de produzir do rural foi condição necessária para formação do público consumidor das novas tecnologias.

Gerardi, a partir da leitura de economistas, elenca cinco motivos apontados para que houvesse a sincronia entre desenvolvimento econômico e agricultura:

1- prover de alimentos e matérias primas as áreas urbanas através da geração de excedente comerciável a baixos custos; 2- liberar e transferir mão-de-obra para os setores não agrícolas; 3-acelerar o processo de formação de capitais e transferi-los para setores não agrícolas; 4- aumentar a capacidade de importação de bens manufaturados através do mecanismo de estoques de divisas via a importação de produtos agrícolas; 5- criar e estimular o crescimento de mercados, internos para produtos manufaturados. (GERARDI, 1980, p. 25)

Neste sentido, as políticas governamentais de apoio ao crescimento

econômico no setor rural incentivaram os programas de adequação às novas tecnologias, que no entendimento de (GOODMAN et al., 1987) foi decisiva para a produção das empresas agrícolas e dos interesses agrários. Cabe destacar, neste contexto, que o direcionamento do processo modernizador do campo obedeceu a critérios de valorização diferenciada pelos interesses estatais, pois as políticas de crédito rural favoreciam certos produtos, regiões e produtores. Para Ploeg (2003 apud Norder, p. 2006)

O principal objetivo das políticas agrícolas brasileiras, a partir de meados do século XX foi justamente o fortalecimento de um dos padrões de desenvolvimento agrário, a produção agrícola e animal em grande escala [...]. (PLOEG, 2003, p. 352 apud NORDER, 2006, p. 60)

Como consequência modifica-se completamente a estrutura dos custos para o pequeno produtor, levando geralmente à sua proletarização e a condições miseráveis de vida.

De forma genérica, a partir da leitura de Lamarche (1993 apud WANDERLEY, 2000), pode-se indicar algumas adversidades causadas pelo modelo de desenvolvimento agrícola. Na dimensão econômica, as inovações tecnológicas, envolvidas no processo produtivo, causaram em muitos países uma superprodução, afetando a dinâmica da atividade produtiva. Na dimensão social, a redução da força de trabalho, ocupada nas atividades agrícolas, levou à liberação de um elevado contingente de mão-de-obra, gerando crise de desemprego. Por fim, na dimensão ambiental, o excessivo uso de insumos químicos e o uso intensivo e inadequado dos recursos naturais, ameaçam a perenização ambiental. Portanto, a partir da emergência de problemas ambientais, econômicos e sociais, novos rumos são apontados para o desenvolvimento do campo sob a égide da sustentabilidade.

Nas políticas para o campo, as idéias que envolvem um suposto desenvolvimento mais justo emergem com mais relevância a partir de 1980, embora em anos anteriores sejam encontrados indícios incipientes de um redirecionamento das políticas e do conceito de desenvolvimento<sup>2</sup>.

As orientações a cerca das políticas de desenvolvimento sempre estiveram atreladas aos modelos impostos por órgãos de controle internacional (Banco Mundial, FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, a Cepal - Comissão Econômica para a América Latina - OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico). Nas palavras de Favareto:

Como se sabe, é enorme a influência destes organismos

---

<sup>2</sup> Na publicação do primeiro Relatório do Clube de Roma (Limites do Crescimento, 1972), são evidenciadas as preocupações de caráter ambiental.

sobre a definição das políticas, sobretudo dos países da periferia e da semi-periferia do capitalismo mundial. O que se deve tanto ao papel de financiador de muitos desses organismos, como, talvez principalmente, pelo fato de funcionarem como uma espécie de pivô, através do qual gira uma articulação muito peculiar de interesses e competências envolvendo o campo acadêmico, político, econômico, em cuja dinâmica ocorre um movimento de legitimação recíproca entre os conhecimentos produzidos cientificamente, a definição de políticas no âmbito de países e governos locais, e a normatização dos procedimentos por estes organismos internacionais. (FAVARETO 2006, p. 3)

Portanto, atendendo a um momento de contestação do modelo econômico e a emergência de concepções voltadas ao desenvolvimento sustentável, as organizações mundiais de fomento redirecionam o seu escopo de análise e o campo passa a ser visto de uma forma mais plural.

Desta forma, com a renovação dos discursos de desenvolvimento, surgem novos adjetivos para o campo; este passa a ser entendido com um lugar de novas oportunidades para o capital, que não se restringem apenas as atividades agrícolas, e neste sentido, surgem as idéias de um “novo rural”, cujas funções podem ser resumidas em Graziano da Silva (1998) - propiciar lazer nos finais de semana, lugar de moradia para classe média alta, desenvolver atividades de preservação e conservação, abrigar um conjunto de profissões tipicamente urbanas que estão proliferando no meio rural.

Na leitura de Ferreira (2002):

[...] as ciências sociais passaram a analisar esse fenômeno falando de novas ruralidades, renascimento do rural, reconstrução da ruralidade, novo rural, emergência de novos atores sociais rurais, espaços rurais como territórios do futuro. (FERREIRA, p. 3)

Ocorre uma reconversão de valores onde o campo e as ruralidades, antes intitulados como atrasados, ganham uma nova conotação passando segundo (RUA, 2006) por um processo de ressignificação, para Gómez (2006) os defeitos se convertem em potenciais a serem explorados, desta forma o campo com suas paisagens naturais e suas tradições tornam-se mercadorias valiosas para exploração econômica.

A escala de análise do campo é ampliada e este ganha uma definição que transcende o conceito de espaço agrícola, para uma dimensão agrária e a escala local de intervenção estatal é tida pelos organismos internacionais como o melhor escopo para políticas de desenvolvimento. No Brasil, essas conotações são adicionadas ao discurso político ainda em meados da década de 1990, sob a denominação de desenvolvimento local, esse processo de

reorientação na escala de intervenção se faz presente nos dias atuais, porém com novas terminologias, neste caso o desenvolvimento local a partir de 2002 é substituído por desenvolvimento territorial.

A próxima parte do texto abordará a discussão entre o entendimento de território para a Geografia e para as políticas de desenvolvimento.

## **O TERRITÓRIO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E O TERRITÓRIO COMO CONCEITO DE ANÁLISE NA GEOGRAFIA**

O surgimento do território nas políticas de desenvolvimento tem como inspiração o modelo de reestruturação industrial conhecido como Terceira Itália<sup>3</sup>, entre 1968-69 influenciado pelo conflito social dos trabalhadores no então triângulo industrial Milão, Turim, Gênova, os trabalhadores se organizaram politicamente em forma de conselhos os Consigli di Zona com a finalidade de reivindicar políticas de cunho social como melhorias no transporte, habitação entre outros.

Desta Maneira Consigli di Zona formavam uma unidade territorial composta por um conjunto de conselhos sindicalistas, opostos a organização territorial capitalista das grandes indústrias, o intuito era favorecer a participação operária nas decisões do sindicato e assim segundo no entendimento de Saquet (2007, p. 40) criar uma “nova práxis política”.

O modelo de descentralização política, inspirado no processo de estruturação da Terceira Itália, apareceu efetivamente nas orientações dos órgãos monetários internacionais, para os países em desenvolvimento somente a partir de meados da década de 1990, estes países deveriam reter suas contas públicas para geração de um superávit que ajudaria no suprimento de suas dívidas externas. Neste momento é interessante que se privilegie políticas voltadas à descentralização do poder, onde as esferas de ordem local pudessem adquirir maior autonomia nos projetos de desenvolvimento.

O processo de realinhamento das políticas e redirecionamento da intervenção estatal segundo Favareto (2006) é caracterizado da seguinte maneira:

[...] em lugar dos investimentos diretos e de corte setorial, caberia ao Estado criar condições e um certo ambiente a partir do qual os agentes privados pudessem eles mesmos, fazer a alocação, supostamente mais eficiente, dos recursos humanos e materiais. Aqueles processos sociais e

---

<sup>3</sup> A denominação Terceira Itália originou-se da divisão da Itália em regiões econômicas assim o noroeste tradicionalmente rico era denominado de primeira Itália, o Sul de pouco progresso era denominado de segunda Itália e a região do centro e do nordeste, mostrava-se em crescimento, através de aglomeração de pequenas firmas, sendo denominada então de terceira Itália (SCHIMITZ 1997).

econômicos de corte eminentemente territorial, e não mais meramente setorial, e este novo padrão, são, em síntese, as principais razões da emergência e consolidação desta nova abordagem. (FAVARETO, 2006, p. 2)

A estratégia de descentralizar as decisões ajuda inegavelmente a identificar os problemas mais relevantes em escala local, no entanto, favorece a um descomprometimento do governo central, que repassando a gerência dos problemas para as esferas administrativas locais, acaba tendo um ônus menor nas ações de intervenção. O governo passa a ter um papel de menor intervenção e passa a ser um mediador no processo de interação dos atores sociais e as distintas esferas administrativas.

Dentro das políticas de desenvolvimento para o campo, em contradição com as concepções econômicas e políticas de que haveria uma paulatina extinção da agricultura familiar, passou-se a falar e reconhecer uma nova estrutura de empresa capitalista, que não envolvesse necessariamente a forma de mão-de-obra assalariada, neste caso a empresa familiar. Neste contexto, é pertinente o apoio político a essa nova forma capitalista, que levaria a empresa familiar a ter melhores condições de integrar-se ao mercado,

A empresa familiar passaria a ser a forma social que melhor se enquadraria nas políticas de desenvolvimento local, uma vez que a ela caberia o papel plural de produzir alimentos, criar novos nichos de mercado, através da exploração do turismo, da produção diferenciada, ou seja, produtos com algum grau de processamento, ou com qualidade biológica superior, neste caso atendendo aos princípios ecológicos.

O direcionamento de uma política voltada a tornar o agricultor um produtor, pode ser encontrada nas orientações do relatório do Banco Mundial de 1994, intitulado *Brazil: the management of agriculture, rural development and natural resources*, que no entendimento de Gómez (2006, p. 63) deixa uma clara reorientação de que “o desenvolvimento no meio rural se assentaria na promoção de uma agricultura familiar empresarial integrada ao mercado”. Portanto, ainda em 1994 é criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) que segundo Mattei (2001, p. 4) “tinha como objetivo destinar um volume de crédito com taxas de juros mais acessíveis aos agricultores familiares”. Este programa originou em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF - que sofreu várias alterações e em 1999 deixou de fazer parte do Ministério da Agricultura, onde era vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e passou a operar no âmbito do Ministério do desenvolvimento Agrário (MDA).

No contexto de fortalecimento, do produtor familiar, ganha destaque a

articulação desse processo a uma forma de desenvolvimento descentralizada e focada em ações de desenvolvimento local, termo enfatizado até 2001/2002 onde ocorre sua substituição pelo desenvolvimento territorial.

Este redirecionamento está presente no relatório do Banco Mundial de 2002 intitulado: *Llegando a los pobres de las zonas rurales: Estrategia de Desarrollo Rural para América Latina y el Caribe*, no momento em que são relatadas as lições tiradas dos demais planos de desenvolvimento e enfatiza-se a necessidade de um enfoque:

[...] territorial descentralizado [...] Como parte de este enfoque, la agricultura, las actividades no agrícolas, las oportunidades laborales, la cohesión social, el desarrollo municipal y el acceso a los mercados y servicios, se consideran elementos igualmente importantes de una estrategia que apunta a diluir las divisiones tradicionales entre los sectores y entre los enfoques rurales y urbanos. (WORLD BANK, 2002, p. 13)

Desta maneira, a visão de uma abordagem territorial na leitura de Schneider (2004, p. 98) “promoveu a superação do enfoque setorial das atividades econômicas (agricultura, indústria, comércio, serviços, etc.) e suplantou a dicotomia espacial entre o rural versus urbano ou o campo versus cidade”.

Neste contexto, em 2002, foi criada a Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que no entendimento de Ortega; Mendonça (2007, p. 116) significa uma reorientação das políticas de desenvolvimento rural que “converge no sentido da implementação de ações definidas no 1º Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, idealizado em 2002 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável”, sendo a abordagem territorial seu eixo principal.

Em outubro de 2003, o MDA elabora um texto que remete as Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável com a colaboração do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); a partir da elaboração dessas referências foi criado o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT).

O conceito de território utilizado pela SDT no documento de Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil lançado em 2005 seria:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos,

que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (BRASIL, 2005)

A partir desse conceito, pode-se explorar o entendimento estatal relativo a território. O território é visto como um conceito espacial ou nas palavras utilizadas pelo MDA “geograficamente definido” e cidade e campo são caracterizados como espaços multidimensionais, compostos por distintos setores de ordem econômica, social, cultural, política e institucional, os quais estabelecem processos específicos, ou seja, que formam a peculiaridade de cada espaço dando a este uma identidade.

Já os territórios rurais são definidos como:

[...] Territórios Rurais são os territórios, conforme anteriormente descritos, onde os critérios multidimensionais que os caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial apresentam, explícita ou implicitamente, a predominância de elementos rurais. Nesses territórios, incluem-se os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados. (BRASIL, 2004)

Analisando este conceito, os territórios rurais não poderiam ser considerados como geograficamente definidos, uma vez que, no enunciado apresentado, estes territórios seriam caracterizados por elementos rurais, que podem estar presentes no campo, como em pequenas cidades.

E a abordagem territorial na leitura do governo:

[...] combina a proximidade social, que favorece a solidariedade e a cooperação, com a diversidade de atores sociais, melhorando a articulação dos serviços públicos, organizando melhor o acesso ao mercado interno, chegando até ao compartilhamento de uma identidade própria, que fornece uma sólida base para a coesão social e territorial, verdadeiros alicerces para o capital social. (BRASIL, 2004)

Este entendimento da abordagem territorial está de acordo com a leitura de Abramovay (2005), que sintetiza como característica principal desse processo, a cooperação entre os atores sociais na construção do desenvolvimento, na construção de reais potencialidades, lembrando o trabalho de Amartya Sen (2000).

Analisando de maneira crítica, o direcionamento das políticas, é inegável que o incentivo a participação social na canalização dos recursos públicos destinados a esfera local pode propiciar uma melhor aplicação

desse recurso, ou seja, que este seja aplicado nas necessidades mais urgentes.

No entanto, cabe lembrar que processos de descentralização política ainda são muito incipientes no contexto brasileiro, não havendo um amadurecimento da práxis política. Além disso, cabe lembrar que o governo estatal, ao assumir uma política de natureza descentralizada, repassando verbas que devem ser geridas, pelas esferas administrativas locais, indiretamente repassa as obrigações as quais caberia ao governo central. Críticas como essas encontramos nos trabalhos de Abramovay (2000), quando este discute a formação do capital social e nos trabalhos de Gómez (2006), referente às reais intenções do governo no processo de realinhamento político.

Desta forma, para Gómez (2006), a mudança de escala observada nos discursos políticos do Brasil nestes últimos dez anos, inscreve-se:

[...] num processo de mudanças aparentes, as quais apenas disfarçam o que na verdade são: meras continuidades. Mudanças, por exemplo, na escala prioritária de atuação (do nacional para o local), no enfoque das propostas (já não mais setorial e sim territorial) ou na incorporação de mecanismos de participação. Mudanças que, no fundo, apenas tentam maquiagem as continuidades de um desenvolvimento que se mantém economicista e mercantil, apesar das novas nomenclaturas. (GOMÉZ, 2006, p. 62)

Considerando que o território, dentro das políticas de desenvolvimento, seja apenas mais uma escala de intervenção estatal para a manutenção de seus interesses, o texto neste momento passa abordar o entendimento do território como categoria de estudo na Geografia e como os estudos geográficos podem contribuir para a construção mais eficiente de políticas de desenvolvimento.

Para a Geografia, o conceito de território surge com a Escola Tradicional Funcionalista com Friedrich Ratzel no século XIX e conforme Moraes (2005, p. 70), território para Ratzel “representa as condições de trabalho e existência de uma sociedade”, sendo o Estado um ator essencial no processo de dominação do território. Posteriormente no final do século XIX e início do século XX na Escola francesa com Paul Vidal de La Blache os conceitos valorizados na geografia foram a paisagem e a região. No período posterior à Segunda Guerra Mundial, no final da década de 1940, surge a Nova Geografia, baseada nos princípios neopositivistas, temos a utilização do conceito de região, no entanto, inserida dentro dos estudos referentes aos padrões espaciais.

O território reaparece como categoria central na Itália em 1970 dentro de uma Geografia Crítica de cunho Marxista, segundo Saquet (2007),

na obra de Giuseppe Dematteis (1980), encontramos o esclarecimento de como ocorre o encontro da Geografia com a análise marxista.

O encontro recente da geografia com o marxismo, se explica, em meu entendimento, como elementos produzidos na evidência geográfica, das mudanças que acontecem no interior da disciplina e da crise do mundo externo. Esta origem explica também as características da produção geográfica subsequente. (DEMATTEIS, 1980, p. 781 apud SAQUET, 2007, p. 44)

As mudanças externas no âmbito político e econômico criam uma nova complexidade socioespacial, que exigiu um repensar da ciência geográfica até este momento ausente nas reflexões a cerca da atuação da força do capital, das ações do Estado e dos conflitos sociais. Neste momento, a Geografia foi chamada a buscar uma renovação nos seus métodos de análise. Para Saquet (2007) a obra de David Harvey *Explanation in Geography* (1969), *A justiça social e a cidade* (1973), em conjunto com a obra de Giuseppe Dematteis *Rivoluzione quantitativa e nuova geografia* (1970) podem

[...] ser consideradas clássicas na superação da geografia positivista e neopositivista, tanto pela discussão teórica-metodológica como pela compreensão relacional do espaço geográfico e do território. (SAQUET, 2007, p. 44)

A Geografia neste momento passou por um processo de revisão epistemológica, onde o território aparece como principal categoria de estudo e a adesão a tal conceito vira um modismo que transcende o mundo acadêmico, inserindo-se nos discursos públicos/privados e nos meios de comunicação (Coppola apud Saquet 2007).

No Brasil seguindo as orientações das leituras de Saquet (2007) o conceito de território é retomado a partir de 1980 e destaca a obra de Becker (1983), cuja orientação metodológica deriva dos trabalhos de Claude Raffestin, que destaca as esferas política e econômica do território, pois entende que as relações de poder cristalizam o território e as territorialidades.

Santos também é citado na obra de Saquet (2007), embora trabalhe com a abordagem materialista dialética do espaço, como conceito principal, território aparece subjacente, segundo Saquet (2007, p. 91) “composto por variáveis, tais como a produção, as firmas, as instituições, os fluxos, os fixos, relação de trabalho etc. interdependentes umas das outras”. Estas variáveis formariam a configuração territorial.

A qualificação e expansão dos estudos territoriais se intensificaram entre 1992-93, segundo Saquet (2007) com os seminários internacionais “O novo mapa do mundo e Território: globalização e fragmentação”, realizados

em São Paulo, e na seqüência a tradução da obra de Claude Raffestin “Por uma Geografia do poder”. Lembrando que no contexto político entre 1993 e 1994, no mandato do presidente Itamar Franco, já se delineavam ações políticas voltadas ao desenvolver o campo como o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) que posteriormente se engajaria em projetos de desenvolvimento local/territorial.

No Brasil, os estudos territoriais no entendimento de Saquet (2007) podem ser agregados em cinco abordagens principais: a) uma corrente influenciada pelos estudos de Raffestin, que valoriza os aspectos políticos e econômicos do território, b) outra influenciada por D. Geleuze e F. Guattari, na qual são valorizadas as dimensões culturais e políticas, c) os trabalhos de J. Goottmann e R. Sack, que destacam um caráter geopolítico, d) A. Bagnasco, G. Becattine, com estudos relativos aos fenômenos e processos de desenvolvimento territorial, e) e os estudos influenciados por Milton Santos, e seu entendimento a cerca da configuração territorial já citada.

Para Haesbaert (2002), as concepções de território no geral se agregam em duas grandes abordagens distintas entre si que, no entanto, se complementam, uma que valoriza o território com base naturalista e outra onde o território é etnocêntrico, ligados a aspectos de ordem subjetiva.

Neste contexto, os processos de apropriação ou territorialização convergem em aspectos simbólicos que se efetivam por grupos sociais, e os processos de dominação são efetivados através das práticas sociais e da técnica, onde determinados grupos dominam, como por exemplo, as vias de comunicação, e os espaços público-privado. Neste contexto, territorialização e desterritorialização são processos constantes que envolvem aspectos políticos, econômicos e sociais, ou seja, elementos materiais e imateriais em constante interação.

No entendimento de Saquet (2007) há uma (i) materialidade das formas e relações sociais, pois não existem formas sem relações e relações sem formas e a materialidade e a imaterialidade ocorreriam na relação entre as esferas de ordem econômica (E), política (P), cultural (C) e nas relações entre sociedade e natureza (N). Neste sentido, a abordagem territorial se torna um instrumento importante na compreensão das interações entre cidade e campo, e suas diferentes esferas.

No entanto, esta abordagem surge no contexto político sem o conteúdo heurístico em que se trabalha na Geografia, pois a postura estatal ainda tem como base apenas o caráter funcional, no entanto, no discurso se apóia em conceitos que carregam significados renovados que condizem com as necessidades emergentes.

Da mesma maneira Favareto (2006) entende que:

Embora o discurso sobre desenvolvimento territorial tenha entrado definitivamente para o discurso acadêmico e governamental na presente década, até o momento trata-se de uma incorporação “por adição” dos novos temas, sem a devida mudança institucional capaz de sustentar a inovação que ela deveria significar. (FAVARETO, 2006, p. 16)

Fernandes (2005), ao tratar do desenvolvimento territorial, traz como discussão a necessidade das políticas governamentais de desenvolvimento considerarem as conflitualidades, presentes na formação dos territórios, dando como exemplo, os processos de descontinuidade e da reprodutibilidade, através da territorialização – desterritorialização – reterritorialização, onde a territorialização do agronegócio e a desterritorialização da agricultura familiar representa desenvolvimento para uma classe social e desapropriação para outra classe social, assim como a reterritorialização da agricultura familiar e a desterritorialização do agronegócio tem o sentido inverso.

De acordo com o entendimento de Fernandes (2005) o conflito produz distintas territorialidades, esses conflitos se manifestam em distintos processos que se materializam no espaço rural.

## CONCLUSÕES

Através do entendimento da evolução do papel do campo nas políticas de desenvolvimento e a emergência de termos como território e abordagem territorial, fica nítido que todo o processo de reorientação política ocorreu em um contexto que atendia as necessidades econômicas vigentes e aos interesses estatais, sem muitas vezes realmente significar uma real mudança de postura, mas sim uma adição de termos.

Nas definições de território, territórios rurais e abordagem territorial ficou claro que o entendimento a cerca desses termos remete apenas a visões funcionais de regulação estatal, desconsiderando a existência de territórios imateriais que não podem ser delimitados e que influenciam na materialização dos processos.

Por exemplo, a formação de grupos de agricultores para a produção de um determinado produto, um grupo toma-se como referência o fator logístico da proximidade espacial de suas propriedades e o outro, apenas laços de confiabilidade e solidariedade, mas que se encontram dispersos espacialmente. Evidentemente que respeitando as peculiaridades do produto em questão, as chances de sucesso do grupo que possui maior familiaridade, porém, dispersos espacialmente podem ser maiores do que o grupo que está espacialmente próximo. Neste caso, embora os fatores logísticos influenciem, existe outro fator que são os aspectos imateriais que configuram territórios

não delimitáveis.

Outro aspecto refutado no âmbito das políticas de desenvolvimento é a compreensão dos processos de territorialização – desterritorialização – reterritorialização, situações conflituosas que envolvem processos de conquista, perda e adequação territorial dos distintos grupos sociais.

Portanto, um processo híbrido entre o Estado e os estudos acadêmicos, poderia gerar processos inovadores que valorizassem o território não apenas como categoria funcional, mas que elementos materiais e imateriais e suas conflitualidades, também fossem valorizados.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**. v. 4, n. 2, p. 379-97, abril/jun. 2000. Disponível em: <[http://www.usp.br/feaecon/media/fck/File/O\\_capital\\_social.pdf](http://www.usp.br/feaecon/media/fck/File/O_capital_social.pdf)> Acesso em: 10 maio. 2008.

\_\_\_\_\_. Representatividade e inovação. In: **Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável** - Painel 3 - A abordagem territorial e as políticas de DR. 2005, Brasília. Anais eletrônicos... Brasília: CONDRAF, 2005. Disponível em: <[http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros\\_trabalhos/2005/CONDRAF\\_25\\_08\\_05.doc](http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros_trabalhos/2005/CONDRAF_25_08_05.doc)>. Acesso 10 abr. 2008.

BIAZZO, Pedro Paulo. CAMPO E RURAL, CIDADE E URBANO: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. In: MARAFON, Gláucio José; PESSÔA, Vera Lucia Salazar (Org.). **Interações Geográficas: a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa**. Uberlândia: Roma, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – (MDA), Secretaria de Desenvolvimento Territorial – (SDT). **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**: Guia para o Planejamento. Elaborador Alberto Reunalt Adib. Brasília, DF. 2005. 63 p. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sdt/arquivos/0749311385.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Atlas Territórios Rurais**. Brasília, DF. 2004. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sdt/arquivos/a\\_Introducao.pdf](http://www.mda.gov.br/sdt/arquivos/a_Introducao.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2007.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão** – do agrário ao territorial. 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Desenvolvimento territorial: conflitualidade

e sustentabilidade. In: **Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**, 2005, Brasília. Anais...Brasília:CONDRAF, 2005.

FERREIRA, Ângela D. Damasceno. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 18, p. 28-46, out. 2002. Disponível em:<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezoito/angela18.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2008.

GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. Algumas reflexões sobre a modernização da agricultura. **Geografia**, Rio Claro, v. 5, p. 19 – 34, out. 1980.

GOODMAM, David; SORJI, Bernardo; WILKINSON, John. **Das lavouras às biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

GOMÉZ, Jorge Ramón Montenegro. **Desenvolvimento em (Dês) Construção: Narrativas Escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 2006. 440 f. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Presidente Prudente, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, José Francisco. O novo rural brasileiro. In: Silva, J. F. G.; Shiki, S; Ortega, A. C. (Orgs.) **Agricultura meio ambiente e sustentabilidade no cerrado brasileiro**. Uberlândia: UFU/EMBRPA/UNICAMP, 1998.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

MATTEI, Lauro. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. In: **IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**. 2001, Belém. Anais eletrônicos... Belém: UFP, 2001. Disponível em:<<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigosetrabalhos/trabalhosbsp3.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2007.

MENDRAS, Henri. A cidade e o campo. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (Org.). **Sociologia rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Annablume, 2005.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.15, n. 43, set./dec. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142001000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000300009)>. Acesso em: 11 abr. 2007.

NORDER, Luis Antônio Cabello. Mercantilização da agricultura e desenvolvimen-

to sustentável. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). 2006. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS.

ORTEGA, Antônio César.; MENDONÇA, Nilton César. Estratégias de desenvolvimento rural no Brasil: continuidades e rupturas. In: \_\_\_\_\_.; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Orgs.). **Desenvolvimento territorial: Segurança Alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007.

RUA, João. Urbanidades no rural o devir de novas territorialidades. **Campo-território**, v.1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em:<<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewarticle.php?id=23>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHMITZ, Hubert. Eficiência coletiva: caminho de crescimento para indústria de pequeno porte. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v.18, n.2, p. 194-200, 1997. Disponível em:<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio/article/viewPDFInterstitial/1902/2276>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, v.11, p. 88-125, 2004. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151745222004000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222004000100006)>. Acesso em: 25 maio. 2008.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOROKIN, Pitirim A; ZIMMERMAN, Carle Carl; GALPIN, Charles J. Diferenças fundamentais entre o rural e o urbano. In: Martins, José de Souza (Org.). **Introdução crítica a sociologia rural**. São Paulo: Hucitec. 1981.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n.15, p. 87-145, out. 2000. Disponível em:<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2008

WORLD BANK - Departamento de Desarrollo Rural. **Llegando a los pobres de las zonas rurales: Estrategia de Desarrollo Rural para América Latina y el Caribe**. Washington D. C.: Banco World Bank, 2002,170 p. Disponível em:<<http://www.grupochorlavi.org/php/doc/dbdocument1.php?seccion=DR>>. Acesso em: 10 maio. 2008.

# A GEOGRAFIA AGRÁRIA NA PÓS-GRADUAÇÃO DE RIO CLARO A PARTIR DA DÉCADA DE 70: PRIMEIROS RESULTADOS<sup>4</sup>

*Darlene Aparecida de Oliveira FERREIRA*

*Maria Ribeiro do VALLE*

*Maria José ROMANATTO*

## INTRODUÇÃO

No momento em que Grupos de Pesquisa em Geografia Agrária do Brasil voltam a se reunir, consideramos valiosa a nossa participação, por termos a oportunidade de apresentar aos nossos “colegas da agrária” uma proposta de pesquisa que será realizada, em um primeiro momento, em três Estados da região Sudeste brasileira e que, futuramente, poderá ter seu escopo de estudo ampliado.

A equipe de pesquisadores proponente do projeto ESPAÇO, TERRITÓRIO E PAISAGEM: uma leitura teórico-metodológica da Geografia Agrária Brasileira na Pós-Graduação a partir dos anos 1970<sup>5</sup> tem investigado as fontes teórico-metodológicas utilizadas pela Geografia Agrária em seus Encontros Nacionais e, mais recentemente, nos três Encontros de Grupos de Pesquisa de Geografia Agrária realizados, respectivamente, na UERJ (2005), UFU (2006) e UFRGS (2007). Embora, nesses eventos, as categorias de análise (espaço, território e paisagem) e os princípios lógicos (localização, distribuição, extensão, distância, posição e escala) da Geografia sejam sempre retomados, notamos uma ausência de reflexão acerca do referencial teórico-metodológico que lhes dá suporte.

---

<sup>4</sup> A primeira versão deste texto foi publicada em CD ROM no IX Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESP Rio Claro - “Teorias e Metodologias da Geografia: tendências e perspectivas” de 3 a 5 de novembro de 2009. O discente Silas Nogueira de Melo, do Curso de Graduação em Geografia do IGCE/UNESP/Rio Claro, foi o executor do levantamento das informações.

<sup>5</sup> Projeto financiado pelo CNPq – Processo nº: 400826/2008-9 - Edital MCT/CNPq 03/2008 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

Em uma pesquisa preliminar sobre as teses e as dissertações desenvolvidas recentemente, notamos a presença de uma bibliografia que extrapola o campo da Geografia. Esse fato é resultado do pluralismo metodológico que caracteriza o mundo acadêmico, marcado, hoje, pela rapidez da troca de informações, pelo avanço tecnológico e pela heterogeneidade das questões sociais.

Partimos do pressuposto de que esse pluralismo, apesar de trazer avanços, pode estar impedindo uma delimitação mais precisa dos princípios e categorias específicos de cada área do conhecimento. Ou seja, partimos da hipótese de que a relativização dos conceitos científicos pode desembocar no comprometimento da elaboração de conceitos mais genuinamente geográficos. A partir dessa pressuposição, algumas questões são colocadas: as categorias geográficas são importantes para a construção do pensamento geográfico em agricultura? Há uma construção teórico-metodológica própria à Geografia Agrária? Até que ponto a Geografia Agrária deve utilizar os pressupostos e princípios das ciências afins, como os das Ciências Sociais? Como garantir que o suporte teórico da ciência mãe não seja descaracterizado e desconsiderado pelos estudos de Geografia Agrária?

Esta pesquisa tem como objetivo investigar um fenômeno conhecido como Geografia Agrária, buscando evidenciar o que ele é e como ele vem se desenvolvendo na academia brasileira, representada por importantes instituições de Ensino e Pesquisa da Região Sudeste. Trata-se de questionamentos que podem ser resolvidos por meio de uma pesquisa bibliográfica fundamentada na produção acadêmica relativa ao fenômeno, ou seja, dissertações e teses produzidas e defendidas em Programas de Pós-Graduação em Geografia, cujos temas versaram sobre a agricultura. Nossas indagações são: as pesquisas desenvolvidas na Pós-Graduação em Geografia no Brasil têm mantido os princípios lógicos e as categorias geográficas como fundamento? A construção de problemas geográficos para investigação tem sido menosprezada, enquanto se prioriza categorias de análise em evidência e já reconhecidas academicamente? Se os princípios lógicos são norteadores do pensamento e da construção geográfica, estariam eles presentes nos trabalhos de Geografia Agrária? Quais são os conceitos e categorias que, de fato, têm norteado os trabalhos de Geografia Agrária? A idéia de extensão/ordenamento é própria à Geografia. Ela está presente nos trabalhos de Geografia Agrária?

Relacionados ao fenômeno estudado, algumas variáveis serão analisadas: os princípios lógicos de construção do pensamento geográfico, as categorias de análise, as mudanças teórico-metodológicas sofridas pela Geografia brasileira, bem como a realidade social e econômica brasileira.

A busca por essas respostas e o tratamento dessas variáveis incide

diretamente no enfrentamento das questões teórico-metodológicas, nosso maior desafio.

O olhar, aqui, está direcionado para aqueles trabalhos que, a princípio, devem apresentar as melhores condições para a avaliação de tal discurso, quais sejam as dissertações e as teses geográficas, por representarem o corpo de produção intelectual de uma dada ciência e, principalmente, por seu rigor acadêmico.

Neste momento, apresentamos os primeiros resultados obtidos ao se estudar, particularmente, o Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Rio Claro (PPGRC) – Área de Concentração em Organização do Espaço.

O estudo formal buscou aspectos quantitativos e qualitativos (ainda indicativos) sobre o número de dissertações e teses defendidas no referido Programa, cobrindo o período de 1970 a 2007, identificando o número de estudos efetuados sobre agricultura, os temas abordados e as suas formas de análise.

A análise do conteúdo procurará caracterizar o pensamento geográfico a partir das mudanças paradigmáticas que passam a ocorrer na década de 1970. Procurará também investigar se há a influência dos modismos e em que medida eles estão ou não desconsiderando a realidade estudada – a agricultura brasileira.

A identificação desses estudos, bem como a sua periodização, permite delinear as tendências teórico-metodológicas nascentes e as que possam vir.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS – BUSCANDO E CARACTERIZANDO O OBJETO**

Para o cumprimento dos objetivos almejados com a presente pesquisa, realizamos um levantamento das dissertações e das teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGRC) – Área de Concentração em Organização do Espaço – da UNESP de Rio Claro, nas páginas do Programa e da CAPES, na internet, bem como na biblioteca do IGCE/UNESP/Rio Claro. O material levantado tem como referência temporal as décadas de 70, 80 e 90 do século XX e os primeiros anos do século XXI.

A situação atual será analisada com base em estudo formal (estatístico/documental), através do levantamento de dissertações e teses, e em análise do conteúdo (temas, categorias de análise, referências teóricas e bibliográficas, periodização e identificação das tendências).

Esse estudo formal busca aspectos quantitativos e qualitativos sobre

o número de dissertações e de teses defendidas. Ou seja, busca identificar o número de estudos efetuados sobre agricultura, os temas abordados e as suas categorias de análise.

O PPGRC foi criado em 1976, iniciando suas atividades acadêmicas em nível de Mestrado em 1977 e em nível de Doutorado em 1983. “Desde o início das atividades, em 1977, até dezembro de 2008, portanto durante 31 anos, foram defendidos 480 trabalhos de pesquisa sendo 317 Dissertações de Mestrado e 163 Teses de Doutorado.” (PROGRAMA..., 2009).

Em função da disponibilidade do material pesquisado, foram levantadas as teses e as dissertações do período de 1977 a 2007, equivalente a 30 anos de produção acadêmica. Do material total, foram extraídas aquelas cujos temas de pesquisa estiveram relacionados ao temário agrícola, agrário e rural, que compõem a denominada Geografia Agrária.

As informações levantadas foram armazenadas em dois Bancos de Dados distintos – software ACCESS –, um para dissertações e outro para teses, registrando as seguintes informações: título da dissertação ou tese, palavras-chave, autor, orientador, ano da defesa e resumo.

Completado o levantamento e o armazenamento nos Bancos, iniciamos a tabulação e o tratamento quantitativo das informações. Os resultados são apresentados a seguir.

## **RESULTADOS E ANÁLISE PRELIMINAR SOBRE GEOGRAFIA AGRÁRIA NA PÓS DE RIO CLARO**

Iniciamos aqui a apresentação das primeiras evidências quantitativas obtidas durante o desenvolvimento da nossa pesquisa. A análise realizada ainda é restrita, mas nos permitirá traçar um perfil dos estudos realizados sobre o temário da Geografia Agrária na Pós-Graduação em Geografia da UNESP de Rio Claro.

Do total de 278 dissertações defendidas até o ano de 2007, 47 realizaram estudos referentes à Geografia Agrária, conforme demonstram as tabelas 1 e 2.

Das 135 teses defendidas no mesmo período, 31 correspondem a estudos de Geografia Agrária, representadas nas tabelas 3 e 4.

Observa-se pelos dados que, na década de 80, a presença dos estudos agrários é marcante entre os mestrados, considerando-se que o número de alunos e orientadores ainda é reduzido e o doutorado só será iniciado em 1983. É o período mais rico de produção na temática quando Rio Claro ganha destaque em âmbito nacional pelo desenvolvimento de trabalhos na área da Geografia Quantitativa, pela participação nos Encontros Nacionais de Geografia Agrária. Tinha, inclusive, em seu corpo docente

membros criadores do curso de Pós-Graduação e docentes trabalhando, particularmente, a Geografia Agrária.

*Tabela 1 - Número de dissertações em Geografia Agrária*

<i>Ano da defesa</i>	<i>Nº de dissertações</i>
1981	1
1982	7
1983	5
1984	2
1985	2
1986	3
1987	1
1988	2
1989	3
1990	1
1991	4
1992	3
1993	3
1995	3
1996	2
1998	1
2002	1
2004	1
2005	1
2007	1
<b>Total</b>	<b>47</b>

Há um declínio no número desses estudos na primeira metade da década de 90, sendo que a frequência de trabalhos continua declinando, de forma significativa, a partir da segunda metade. Os fatores primordiais que podem ser apontados para esse processo de declínio no número de trabalhos são a aposentadoria de orientadores da área de Geografia Agrária e o surgimento de outras temáticas que dividem a atenção dos pós-graduandos.

Na década de 90, as teses de doutorado se distribuíram mais uniformemente, havendo no final da década uma oscilação positiva. Em relação aos orientadores, encontramos o mesmo comportamento, ou seja, uma distribuição mais uniforme, com destaque para um caso de maior frequência de orientações. Permanecem os mesmos orientadores encontrados para o mestrado.

Tabela 2 - Número de dissertações por orientador/ano

<i>Ano da defesa</i>	<i>Orientador</i>	<i>Nº de dissertações</i>
1981	GERARDI, Lucia H. O.	1
1982	CERON, Antonio O.U	2
1982	GERARDI, Lucia H. O.	3
1982	SANCHEZ, Miguel C.	2
1983	CERON, Antonio O.	1
1983	GERARDI, Lucia H. O.	1
1983	SANCHEZ, Miguel C.	3
1984	BRAY, Silvio C.	1
1984	SANCHEZ, Miguel C.	1
1985	OLIVEIRA, Ariovaldo U.	1
1985	SANCHEZ, Miguel C.	1
1986	BRAY, Silvio C.	1
1986	CERON, Antonio O.	1
1986	GERARDI, Lucia H. O.	1
1987	SANCHEZ, Miguel C.	1
1988	BRAY, Silvio C.	1
1988	GERARDI, Lucia H. O.	1
1989	BRAY, Silvio C.	1
1989	GERARDI, Lucia H. O.	1
1989	SANCHEZ, Miguel C.	1
1990	BRAY, Silvio C.	1
1991	COSTA, Vera M. H. M.	2
1991	GERARDI, Lucia H. O.	1
1991	SANCHEZ, Miguel C.	1
1992	GEBARA, José J.	1
1992	GERARDI, Lucia H. O.	2
1993	GEBARA, José J.	3
1995	CERON, Antonio O.	1
1995	COSTA, Vera M. H. M.	1
1995	SANCHEZ, Miguel C.	1
1996	BRAY, Silvio C.	2
1998	GEBARA, José J.	1
2002	GERARDI, Lucia H. O.	1
2004	FERREIRA, Enéas R.	1
2005	BRAY, Silvio C.	1
2007	KAHIL, Samira P.	1

Também é possível observar a presença de orientadores de doutorado em pesquisas sobre o agro, mas que não tem como fundamentos os dispositivos da Geografia Agrária, mas sim da geomorfologia, da agroclimatologia e da percepção/fenomenologia.

*Tabela 3 - Número de teses em Geografia Agrária*

<i>Ano da defesa</i>	<i>Nº de teses</i>
1985	1
1989	2
1992	2
1993	1
1994	1
1995	2
1996	2
1997	3
1998	5
1999	4
2000	2
2005	3
2006	1
2007	2
<b>Total</b>	<b>31</b>

As tabelas 2 e 4 que apresentam os números de orientandos por orientador, expressam os principais nomes da Geografia Agrária de Rio Claro. Lucia Gerardi, Miguel Cesar, Ceron e Silvio Bray foram, durante duas décadas (80 e 90), os responsáveis pela formação de muitos dos docentes hoje presentes em Universidades Federais e Estaduais do país inteiro. Vale destacar que a Geografia Agrária, no Programa de Rio Claro, tinha como peculiaridade, nesse momento, a participação de não-geógrafos como orientadores e responsáveis por disciplinas. É o caso dos professores Vera Marisa Costa e José Gebara.

Quando olhamos para os títulos dos trabalhos, apresentados nos quadros 1 e 2, e buscamos identificar se há evidências das categorias geográficas aqui estudadas – espaço, território e paisagem - podemos observar que o espaço sempre era referenciado no contexto da organização espacial e da localização. A atividade agrícola ou setor agropecuário pressupunham uma determinada organização e ocorriam em um determinado espaço que era

rural, agropecuário, agrário e agrícola. Da categoria paisagem, há referência vinculada ao agro – formam-se as agropaisagens. Da categoria território, as referências são antagônicas – uma está relacionada aos movimentos sociais e outra à funcionalidade territorial. Merece destaque a presença da temática do turismo nos títulos das teses na primeira década dos anos 2000.

Tabela 4 - Número de teses por orientador/ano

<i>Ano da defesa</i>	<i>Orientador</i>	<i>Nº de teses</i>
1985	ABREU, João F.	1
1989	SANCHEZ, Miguel C.	2
1992	CERON, Antonio O.	1
1992	GERARDI, Lucia H. O.	1
1993	GERARDI, Lucia H. O.	1
1994	PONTES, Beatriz M. S.	1
1995	BRAY, Silvio C.	1
1995	GERARDI, Lucia H. O.	1
1996	GERARDI, Lucia H. O.	1
1996	SANCHEZ, Miguel C.	1
1997	BRAY, Silvio C.	1
1997	COSTA, Vera M. H. M.	1
1997	SANTOS, Maria Juraci Z.	1
1998	COSTA, Vera M. H. M.	2
1998	DINIZ, José A. F.	1
1998	GERARDI, Lucia H. O.	2
1999	BRAY, Silvio C.	1
1999	DINIZ, José A. F.	1
1999	GEBARA, José J.	1
1999	MAURO, Claudio A.	1
2000	COSTA, Vera M. H. M.	1
2000	GERARDI, Lucia H. O.	1
2005	GERARDI, Lucia H. O.	2
2005	MACHADO, Lucy M. C. P.	1
2006	SAMPAIO, Silvia S.	1
2007	GERARDI, Lucia H. O.	2

Título	Ano
<i>O uso de fotografias aéreas no estudo das transformações na organização do espaço rural de Limeira</i>	1983
<i>A luta dos posseiros em Lagoa São Paulo: a dialética da construção/destruição do território para o trabalho livre</i>	1985
<i>São Borja - transformações no espaço agropecuário: o processo de despeculiarização</i>	1986
<i>Aspectos da organização do espaço num trecho do Pantanal de Poconé - Mato Grosso</i>	1987
<i>A formação da região canavieira de Araraquara: o papel do estado e das agro-indústrias do açúcar e do álcool no processo de organização do espaço</i>	1988
<i>A conquista do capital: as transformações no espaço rural de Conquista</i>	1988
<i>As transformações no espaço agrário do Paraná, com a introdução da agricultura energética canavieira</i>	1989
<i>A valorização do espaço agrícola no município de Itapetininga (SP)</i>	1993
<i>A modernização da agricultura e (re)organização do espaço agrário na região de governo de Lins - a produção de cana-de-açúcar para combustível</i>	1995
<i>A constituição do círculo de cooperação de pesquisa agrícola no Brasil: nova face do uso corporativo do território brasileiro no período técnico-científico-informacional</i>	2007

Quadro 1. Títulos das dissertações e anos das defesas.

Título	Ano
Modo de produção e organização do espaço agrário, uma abordagem teórico-metodológica	1989
Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no norte do Paraná	1992
Transformações sociais e econômicas no espaço rural da Ilha do Maranhão	1995
O estado e a organização do espaço semi-árido sergipano - o projeto sertanejo	1998
As agropaisagens como instrumentos para a gestão do espaço rural	1999
Além do rural: os vínculos topo-biofílicos na interação visitantes e paisagem rural em Itu/SP	2005
Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)	2005
Espaços de turismo e lazer dos idosos em Rio Claro-SP	2005
Subsídios para a formulação de políticas públicas para o turismo no espaço rural na Rota das Terras - RS	2007
Transformações no espaço rural a partir do turismo: um olhar sobre São Martinho (SC)	2007

Quadro 2. Títulos das teses e anos das defesas.

Avançando na análise das informações coletadas, podemos tratar das palavras-chave, que permitem identificar os temas especialmente importantes escolhidos para servir de referência às dissertações e teses (quadros 3 e 4).

<i>Palavras-chave</i>		
Acre	Espaço Rural	Planejamento Setorial
Açúcar	Estado	Poços de Caldas (MG)
Agricultores	Estrutura Agrária	Políticas Agrícolas
Agricultura	Estrutura Fundiária	População
Agricultura Familiar	Evolução Agrária	Posseiros
Agricultura Regional	Êxodo Rural	Produção
Agroindústria	Fernandópolis (SP)	Produção de Pêssego
Álcool	Força de Trabalho	Produção Familiar
Araras (SP)	Fronteira Agrícola	Produtividade
Atividade Agrícola	Geografia Agrícola	Produtividade Agrícola
Café	História	Produtor Rural
Camponês	Indústria	Regionalização
Camponeses	Inovações Agrícolas	Rio Claro (SP)
Cana-de-Açúcar	Itapetininga(SP)	Rio de Janeiro
Cartografia	Limeira (SP)	Santa Catarina
Charqueada (SP)	Lins (SP)	Santa Fé do Sul (SP)
Citricultores	Luta pela Terra	São Borja (RS)
Citricultura	Mecanização	São Francisco de Assis (RS)
Colonização	Meio Rural	São Paulo
Comercialização	Migração	São Sepé (RS)
Complexo Agroindustrial	Migração Rural	Sericultura
Concentração de Terra	Modernização	Sindicatos
Conquista (MG)	Modernização da Agricultura	Soja
Cooperativismo	Modernização Territorial	Tabatinga (SP)
Desenvolvimento	Ocupação do Espaço	Teoria de Chayanov
Desenvolvimento Capitalista	Olarias	Território
Desenvolvimento Industrial	Organização do Espaço	Tomate
Desenvolvimento Rural	Pantanal	Trabalhador Rural
Despequarização	Pecuária	Trabalhadores Rurais
Destilarias	Pequena Produção	Trabalho Feminino e Infantil
Dinâmica Populacional	Pequena Propriedade	Transformações Rurais
Economia Agrícola	Pequeno Produtor	Trigo
Economia Doméstica Rural	Pequeno Proprietário	Uberlândia (MG)
Economia Local	Pesquisa Agrícola	Uso da Terra
Espaço Agrário	Planejamento	

Quadro 3. Lista de palavras-chave encontradas nas dissertações.

Observando o quadro 3, nota-se a presença de três grandes grupos de palavras:

1. *Aquelas diretamente relacionadas ao setor agropecuário em suas distintas facetas – sociais (agrários) e econômicas (agrícola);*
2. *Aquelas ligadas às discussões sobre o desenvolvimento;*
3. *Aquelas que referenciam locais estudados.*

<i>Palavras-chave</i>		
Açúcar	Estado	PRODECER
Agroindústria	Fruticultura	Reforma Agrária
Agropaisagem	Geografia Física	Região
Agropecuária	Gestão	Reprodução Social
Alto Paranaíba (MG)	Idoso	Reserva Extrativista
Alto Uruguai	Ilha do Maranhão (MA)	Resistência
Andradina (SP)	Lazer	Rio Claro (SP)
Araraquara (SP)	Lutas Sociais	Rio Grande do Norte
Baixo São Francisco (SE)	Mandioca	Rio Verde (GO)
Biofilia	Meio Ambiente	Rota das Terras (RS)
Brasil	Minas Gerais	Santa Silvana (RS)
Cadeia Produtiva	Modernização	São Martinho (SC)
Cidade	Modernização da Agricultura	Sergipe
Complexo Agroindustrial	Mutação	Seringueiros
Concentração	Paisagem Rural	Sustentabilidade Ambiental
Concentração Econômica	Paracatu (MG)	Tecnologia
Cooperação Agrícola	Paraná	Território
Desenvolvimento	Pequenos Produtores	Teses
Desenvolvimento Regional	Plano Diretor	Topofilia
Desenvolvimento Sustentável	Política	Triângulo Mineiro
Espaço Agrário	Política Agrícola	Turismo
Espaço Rural	Políticas Públicas	Uso da Terra
Espaço Rural	Posseiros	Utilização da Terra
Espaço Rural	Presidente Prudente (SP)	Violência

*Quadro 4. Lista de palavras-chave encontradas nas teses*

No caso das teses de doutorado (quadro 4), permanecem as mesmas

características apontadas anteriormente, aparecendo como novas

No caso das teses de doutorado (quadro 4), permanecem as mesmas características apontadas anteriormente, aparecendo como novas tendências a referência ao estado e políticas públicas, ao meio ambiente e à sustentabilidade.

Espaço, território, paisagem, região são categorias geográficas que aparecem pouco referenciadas.

Pesquisando por palavras específicas, como agrário/agrária, agrícola e rural, nas dissertações, temos as evidências nos quadros 5, 6 e 7.

<i>Palavras-chave</i>	<i>Orientador</i>	<i>Ano da defesa</i>
Pequena Produção. Evolução Agrária. Êxodo Rural.	GERARDI, Lucia H. O.	1982
Estrutura Agrária. Migração Rural. Organização do Espaço.	SANCHEZ, Miguel C.	1985
Cana-de-Açúcar. Agroindústria. Espaço Agrário.	BRAY, Silvio C.	1989

*Quadro 5. Referências ao agrário/agrária nas palavras-chave em dissertações.*

<i>Palavras-chave</i>	<i>Orientador</i>	<i>Ano da defesa</i>
Modernização da Agricultura. Atividade Agrícola. Santa Catarina.	GERARDI, Lucia H. O.	1982
Fronteira Agrícola. Ocupação do Espaço. Pequeno Produtor.	GERARDI, Lucia H. O.	1983
Fronteira Agrícola. Dinâmica Populacional. Planejamento Setorial. Desenvolvimento Rural.	CERON, Antonio O.	1983
Transformações Rurais. Políticas Agrícolas. Organização do Espaço. Desenvolvimento Capitalista.	GERARDI, Lucia H. O.	1988
Cartografia. Economia Agrícola. Inovações Agrícolas.	SANCHEZ, Miguel C.	1991
Geografia Agrícola. Espaço Agrícola. Rio Claro (SP).	GEBARA, José J.	1993
Agricultura. Geografia Agrícola. Pecuária. Itapetininga (SP).	GEBARA, José J.	1993
Café. Geografia Agrícola. Poços de Caldas (MG).	COSTA, Vera M. H. M.	1995
Modernização da Agricultura. Produtividade Agrícola. São Sepé (RS).	CERON, Antonio O.	1995
Fronteira Agrícola. Agricultura. Santa Fé do Sul (SP).	BRAY, Silvio C.	1996
Modernização Territorial. Pesquisa Agrícola. Soja.	KAHIL, Samira P.	2007

Quadro 6. Referências ao agrícola nas palavras-chave em dissertações.

<i>Palavras-chave</i>	<i>Orientador</i>	<i>Ano da defesa</i>
Modernização da Agricultura. Desenvolvimento Rural. Regionalização.	GERARDI, Lucia H. O.	1981
Modernização da Agricultura. Desenvolvimento Rural. Uberlândia (MG).	SANCHEZ, Miguel C.	1982
Pequena Produção. Evolução Agrária. Êxodo Rural.	GERARDI, Lucia H. O.	1982
Desenvolvimento Rural. Modernização. Café.	GERARDI, Lucia H. O.	1982
Modernização da Agricultura. Desenvolvimento Rural. Ocupação do Espaço.	SANCHEZ, Miguel C.	1982
Espaço Rural. Cana-de-Açúcar. Modernização da Agricultura. Força de Trabalho.	CERON, Antonio O.	1982
Meio Rural. Produção. Produtividade. Modernização da Agricultura.	SANCHEZ, Miguel C.	1983
Organização do Espaço. Espaço Rural. Limeira (SP). Agricultura.	SANCHEZ, Miguel C.	1983
Fronteira Agrícola. Dinâmica Populacional. Planejamento Setorial. Desenvolvimento Rural.	CERON, Antonio O.	1983
Estrutura Agrária. Migração Rural. Organização do Espaço.	SANCHEZ, Miguel C.	1985
Economia Local. Açúcar. Alcool. Agroindústria. Trabalhador Rural.	BRAY, Silvio C.	1986
Café. Agricultura Regional. Produtor Rural.	BRAY, Silvio C.	1990
Camponeses. Trabalhadores Rurais. Economia Doméstica Rural.	GERARDI, Lucia H. O.	1992
Açúcar. Alcool. Trabalhador Rural. Mecanização. Araras (SP).	BRAY, Silvio C.	2005

Quadro 7. Referências ao rural nas palavras-chave em dissertações.

As referências ao agrário/agrária nas dissertações estão vinculadas aos estudos sobre o espaço e a estrutura do setor agropecuário e aparecem nos trabalhos dos anos 80. O agrícola é usado para adjetivar as palavras espaço, geografia, políticas, fronteira e atividade, citadas ao longo do período estudado. O rural prevalece ao longo da década de 80 e define um tipo de

trabalhador, uma economia, um meio e um tipo de desenvolvimento.

Nas teses (quadros 8, 9 e 10), o agrário/agrária adjetiva espaço e geografia ao longo da década de 80. O agrícola aparece nos anos 90 e define sistema, política e cooperação. Na fase mais recente de nossa análise, pós-meados dos anos 90, o rural evidencia espaço predominantemente como referência de localização, ou seja, local onde ocorre o turismo rural, por exemplo.

<i>Palavras-chave</i>	<i>Orientador</i>	<i>Ano da defesa</i>
PRODECER. Agricultura. Espaço Agrário. Paracatu (MG). Alto Paranaíba (MG).	SANCHEZ, Miguel C.	1989
Modo de Produção. Organização do Espaço. Espaço Agrário.	SANCHEZ, Miguel C.	1989
Posseiros. Modernização da Agricultura. Reforma Agrária. Paraná.	CERON, Antonio O.	1992
Espaço Agrário. Modernização. Utilização da Terra. Estado. Minas Gerais.	ABREU, João F.	1985
Geografia Agrária. História. Teses. Brasil.	GERARDI, Lucia H. O.	1998

Quadro 8. Referências ao agrário/agrária nas palavras-chave em teses

<i>Palavras-chave</i>	<i>Orientador</i>	<i>Ano da defesa</i>
Camponês. Estado. Lutas Sociais. Território. Cooperação Agrícola. Alto Uruguai.	BRAY, Silvio C.	1995
Agricultura. Meio Ambiente. Sistema Agrícola. Sustentabilidade Ambiental. Geografia Física.	SANTOS, Maria J. Z.	1997
Estado. Agricultura. Política Agrícola. Projeto Sertanejo. Sergipe.	DINIZ, José A. F.	1998

Quadro 9: Referências ao agrícola nas palavras-chave em teses

Quando tomamos todas as palavras citadas nas 47 dissertações e 31 teses – 106 e 96, respectivamente – e medimos a frequência com que aparecem, obtemos os resultados das tabelas 5 e 6. Destacamos as palavras que foram citadas até três vezes, a partir daí, com 2 ou 1 citação há uma lista ampla de referências.

Do que se apresenta nas tabelas 5 e 6, podemos inferir que a modernização da agricultura foi um marco nos estudos de Geografia Agrária na Pós-Graduação em Rio Claro. O período de implantação do curso, correspondente às fases de surgimento e de desenvolvimento desse processo de modernização, traz para Rio Claro pós-graduandos interessados em medir os impactos de tal fenômeno, atrelados ainda à agroindústria e ao desenvolvimento rural. A agricultura é referenciada tendo-se em vista que o ramo da Geografia que estudamos tem como objeto de estudo essa atividade, e a organização do espaço evidencia o “olhar” geográfico sobre o agro. Mais recentemente, o Estado torna-se referência de análise para os doutorandos, referência essa explicada pelo aporte do estado como agente organizador do espaço agrícola, agrário e rural.

<i>Palavras-chave</i>	<i>Orientador</i>	<i>Ano da defesa</i>
Modernização da Agricultura. Espaço Rural. Agroindústria. Paraná.	GERARDI, Lucia H. O.	1992
Espaço Rural. Pequenos Produtores. Poder Público. Ilha do Maranhão (MA).	GERARDI, Lucia H. O.	1995
Agropaisagem. Espaço Rural. Gestão.	MAURO, Cláudio A.	1999
Biofilia. Topofilia. Paisagem Rural.	MACHADO, Lucy M. C. P.	2005
Políticas Públicas. Turismo no Espaço Rural. Rota das Terras (RS).	GERARDI, Lucia H. O.	2007
Turismo no Espaço Rural. Desenvolvimento. São Martinho (SC).	GERARDI, Lucia H. O.	2007

Quadro 10: Referências ao rural nas palavras-chave em teses

Dos cultivos, soja e cana-de-açúcar são evidências. Um, por seu papel no processo de modernização da agricultura, processo esse como vimos, bastante estudado, e outro por sua importância no conjunto da agroindústria. Os locais estudados são citados e estão pulverizados no conjunto total das palavras, entretanto, Sergipe e São Paulo aparecem em destaque. Sendo a primeira palavra Sergipe, devido aos estudos realizados por um grupo de pós-graduandos da Universidade Federal deste Estado, através de um convênio com o Programa de Rio Claro, e a segunda, São Paulo, por ser o Estado de lotação da própria UNESP.

Para finalizar esta avaliação quantitativa das informações produzidas até este momento na pesquisa anteriormente mencionada, podemos realizar uma análise das palavras-chave citadas tendo em vista a ordem de

indicação pelos autores, ou seja, palavra-chave 1, palavra-chave 2 e assim sucessivamente até 5. A tabela 7 indica essas referências.

Tabela 5 - Frequência e palavras-chave mais citadas nas dissertações

<i>Palavras-chave</i>	<i>Frequência</i>
Modernização da Agricultura	11
Agricultura	9
Organização do Espaço	6
Agroindústria	5
Desenvolvimento Rural	5
Café	4
Cana-de-Açúcar	4
Álcool	3
Cartografia	3
Fronteira Agrícola	3
Geografia Agrícola	3
Ocupação do Espaço	3
Pequeno Produtor	3
Rio Claro (SP)	3
Soja	3

Tabela 6 - Frequência e palavras-chave mais citadas nas teses

<i>Palavras-chave</i>	<i>Frequência</i>
Agricultura	6
Estado	6
Modernização	4
Espaço Agrário	3
Espaço Rural	3
Sergipe	3

A contagem apresentada na tabela 7 corrobora as evidências já apontadas anteriormente. Há um destaque para os estudos que trataram da modernização da agricultura e do complexo agroindustrial/agroindústria e, como dissemos, a presença da palavra agricultura é quase que unânime.

Tabela 7. Palavras-chave por ordem de indicação em dissertações e teses<sup>6</sup>

<i>Palavras-chave</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>
Agricultura	8	5			
Agroindústria	2			2	
Álcool		2			
Café	2				
Cana-de-açúcar	2				
Soja			2		
Cartografia			2		
Complexo Agroindustrial	4			2	
Desenvolvimento rural		3			
Espaço agrário	2		2		
Espaço rural	2	2			
Estado	2	2		2	
Fronteira agrícola	3				
Geografia Agrícola		2			
Modernização da agricultura	10	2			
Organização do espaço	3		2		
Pequena produção	2				
Pequeno produtor			3		
Produção familiar	2				
Paraná				2	
Rio Claro			3		
São Paulo				2	
Sergipe					3

## BUSCANDO A CONCLUSÃO

Este ensaio teve como objetivo expor e analisar, de forma preliminar, as informações levantadas junto ao projeto Espaço, território e paisagem: uma leitura teórico-metodológica da Geografia Agrária Brasileira na Pós-Graduação a partir dos anos 1970, sobre a produção em dissertações e teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de

<sup>6</sup> A não correspondência entre os números citados nas tabelas 5 e 6 com a tabela 7 se deve ao fato de termos destacado na nesta tabela apenas as citações com até 2 ocorrências, podendo a palavra ainda aparecer citada 1 vez em outras situações.

Concentração em Organização do Espaço, no período de 1977 a 2007, cujas temáticas estiveram ligadas à Geografia Agrária.

O conjunto das informações apresentadas nos permite apontar, ainda que preliminarmente, que o Programa de Rio Claro teve uma participação significativa no desenvolvimento da Geografia Agrária Brasileira, formando docentes, incentivando estudos sobre o setor agropecuário no Brasil e disseminando proposições teóricas sustentadoras dos estudos realizados a serem futuramente analisadas.

A avaliação aqui realizada buscou tratar as informações quantitativas e traçar o que se pode designar como perfil da Geografia Agrária desenvolvida por Rio Claro. O aprofundamento da análise, cruzando as informações, contextualizando os temas e, principalmente, avaliando o conjunto teórico referenciado nos trabalhos, permitirá que indiquemos os caminhos seguidos por esse ramo da Geografia brasileira.

Pelos dados inicialmente apresentados, observa-se que nas referências às categorias geográficas o espaço e, mais precisamente a organização do espaço, foi priorizado. A tarefa seguinte está em aprofundar o estudo dos trabalhos aqui analisados, identificando como a Geografia foi tratada para além do setor agropecuário.

## REFERÊNCIAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA. **Histórico**, 2009. Disponível em: <[http://www.rc.unesp.br/igce/newpos/new\\_geo/historico.php](http://www.rc.unesp.br/igce/newpos/new_geo/historico.php)>. Acesso em: 09 out. 2009.

## TEORIAS SOBRE O ESPAÇO E A QUESTÃO RURAL- URBANO

*Flamarion Dutra ALVES*  
*Adriano Corrêa MAIA*

### INTRODUÇÃO

As diferentes teorias que embasam o estudo do espaço geográfico visam entender o comportamento da dinâmica dos agentes e atores que constroem o espaço.

A análise das transformações e da evolução das sociedades traz para o debate a questão da interrelação entre o espaço urbano e o espaço rural, ou seja, como as teorias sobre a construção do espaço trataram da análise, classificação e relação desses distintos espaços.

A preocupação com as questões teóricas sobre o espaço são cada vez mais emergentes no debate científico:

Segundo Foucault, numa afirmação reiterada por muitos autores, ao longo do século XX – e especialmente na sua metade final, poderíamos acrescentar – a preocupação com o espaço passou a suplantar aquela, dominante há muito, que colocava o tempo como o centro e muitas vezes como a própria razão de ser do debate filosófico e, de forma mais implícita, como a dimensão hegemônica dentro dos estudos sobre a sociedade. (HAESBAERT, 2009, p. 100)

O debate acerca dessa temática ganha cada vez mais relevância nas Ciências Humanas e Sociais, principalmente na Geografia, Sociologia, Filosofia, História e Economia. Dessa maneira, a utilização de referências bibliográficas dessas áreas do conhecimento, objetivará compreender o tratamento dado por elas a questão rural-urbano. Todavia, o enfoque metodológico nessa discussão se pautará com os objetivos da Ciência Geográfica em verificar as dinâmicas do espaço geográfico.

Essa discussão se fará fundamentada em teorias sobre o espaço de Johann Heinrich von Thünen (1826), Walter Christaller (1933), Leo Waibel (1948) e Henri Lefebvre (1972). A idéia em trabalhar com esses autores,

expressa a necessidade de analisar algumas teorias que caracterizam, espacializam, classificam e delimitam o espaço urbano e o espaço rural, sejam sob aspectos econômicos, culturais, sociológicos, políticos ou em sua totalidade.

A estrutura desse ensaio teórico se fará partindo das preocupações geográficas sobre a produção e construção do espaço, a categoria de análise da Ciência Geográfica, para em seguida fazer uma breve revisão nas teorias que tratam do espaço. Primeiramente, a Teoria do Estado Isolado ou da Localização da Produção Agrícola de Von Thünen (1826) nos mostrará um pensamento econômico<sup>7</sup> em relação à distribuição de uma sociedade no espaço geográfico, com base na ocupação do solo e a distribuição das atividades agrícolas.

A segunda teoria “Teoria dos lugares centrais” – elaborada pelo geógrafo Walter Christaller é derivada das idéias de Von Thünen (1826) na qual, observou-se a distribuição e a hierarquização das cidades, analisando a rede de influências dos lugares centrais e como a organização se dá em relação aos centros urbanos.

Com uma abordagem voltada para o espaço rural, Leo Waibel (1933) caracterizou sociedades rurais a partir da paisagem cultural e paisagem natural, além de criar metodologias para a reflexão da categoria de análise, a paisagem agrária. Baseando-se também em algumas idéias de Von Thünen, Waibel defende a aplicabilidade do modelo espacial na Ciência Geográfica, em especial na geografia agrária.

Em contrapartida, a influência de Von Thünen, o espaço será referenciado por Lefebvre (1969, 1975) como uma construção social, com sua abordagem filosófica e sociológica. O autor defende que as relações de produção, a dinâmica da cidade e a atividade industrial determinam a produção do espaço.

Dessa forma, pretende-se estudar algumas teorias do espaço geográfico e situar o debate atual das relações do rural e urbano e acompanhar a evolução dessa problemática.

## **ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: POSITIVISMO E MARXISMO NA CONCEPÇÃO ESPACIAL**

Ao destacarmos as teorias sobre o espaço geográfico e as análises dos espaços rurais e urbanos, devemos situar o contexto teórico-filosófico de cada teoria e a base metodológica de cada autor.

Existem diferenças fundamentais no entendimento do objeto de

---

<sup>7</sup> Von Thünen, em *The Isolated State* (1929), desenvolveu as primeiras análises sobre uma economia espacial, conectando-a com a teoria da renda.

estudo da geografia e como ela deve ser analisada e interpretada, seja pela produção do espaço ou pela organização espacial. Não iremos aqui entrar no mérito discutindo qual é a melhor ou pior, ou qual está certa ou errada, mas sim, expor de forma clara e objetiva os pontos positivos e relevantes de cada teoria espacial.

A principal categoria de análise na geografia é o espaço, assim, todas as discussões e as análises que se fazem baseiam nele, ora tratando a organização espacial ora a produção do espaço.

O uso da organização do espaço é colocado por Ribeiro (2001), como uma expressão que define o objeto de estudo da geografia, juntamente com a paisagem e a região. O autor entende que a organização do espaço engloba as relações existentes na região e na paisagem, sendo uma forma mais completa no estudo da geografia.

Christofolletti (1999) coloca que:

[...] o termo organização expressa a existência de ordem e entrosamento entre as partes ou elementos componentes de um conjunto. O funcionamento e a interação entre tais elementos são resultados da ação dos processos, que mantêm a dinâmica e as relações entre eles. Esta integração resulta num sistema organizado, cujo arranjo e forma são expressos pela estrutura. Se há possibilidade para se distinguir diversos tipos de organização, as de interesse geográfico são as possuidoras da característica espacial. (CHRISTOFOLETTI, 1999, p. 41)

Então, dentro da noção de organização espacial na Geografia, a noção de espaço sempre engloba o aspecto de extensão ou área, frequentemente colocada em termos da superfície. Portanto, a característica espacial mais significativa para a Geografia, “[...] indica que o objeto dessa disciplina deve ter expressão areal, territorial, materializar-se visualmente em panoramas paisagísticos perceptíveis na superfície terrestre” (CHRISTOFOLETTI, 1999, p. 41).

O conceito de produção de espaço passa a ser utilizado dentro do aporte teórico da disciplina geográfica, em nosso ponto de vista, principalmente a partir do momento no qual o geógrafo passou a buscar uma maior profundidade na relação-conexão entre as formas espaciais e os processos sociais.

A produção do espaço consiste, então, na realização prática de produção de objetos “geograficizados” segundo uma dada lógica econômica, e destinam-se a cumprir funções diferenciadas em sintonia com as necessidades de reprodução das relações sociais de produção e da divisão social do trabalho. (GODOY, 2004, p. 31)

Isso tudo com o objetivo de tentar uma explicação para os efeitos empíricos do desenvolvimento, geograficamente desigual, através de suas fontes geradoras nas estruturas, práticas e relações organizacionais que constituem a vida social. Historicamente podemos, então, relacionar o conceito de produção do espaço ao desenvolvimento dentro geografia de uma “escola” de pensamento geográfico pautada em uma análise marxista (ou escola radical) que se desenvolveu a partir dos anos 60 e 70.

Então,

[...] no início dos anos setenta, entretanto, uma geografia decididamente marxista começou a tomar forma, a partir de uma súbita infusão da teoria e do método marxista ocidental. Constitui uma parte vital de uma geografia humana crítica nascente, surgida em resposta ao positivismo cada vez mais presunçoso e teoricamente reducionista das principais correntes de análise geográfica. (SOJA, 1993, p. 57)

Esta corrente positivista, citada na passagem anterior de Soja (1993, p. 57), representa uma formulação crítica espacial que traz na sua compreensão a noção do espaço como algo estático, que serve de palco para a atividade do homem (a organização do espaço). Isto é, o espaço é a simples localização das atividades do homem que habita o planeta. Deste ponto de vista a relação homem-natureza não vai “além da superposição de fatos, impedindo o desvendamento dos processos reais da produção espacial, tratando o espaço apenas em sua aparência” (CARLOS, 1990, p. 29). Decorrente das necessidades de superação do paradigma positivista vigente na geografia da época alguns geógrafos sentiram a necessidade de buscar outros aportes teóricos.

Assim, foi possível avançar na análise da relação homem-natureza, que foi colocada em outro patamar, a partir do momento em que o processo de trabalho foi considerado na sua relação com o espaço geográfico. Como mediação necessária, o trabalho implicou a colocação do conteúdo social na discussão sobre o espaço.

Todo este desenvolvimento colocado, dentro do pensamento geográfico colocado, sobre a conceituação de produção do espaço, tem uma grande influência do filósofo francês Henri Lefebvre<sup>8</sup>, que a partir da década

<sup>8</sup> Ruy Moreira (1980) em um artigo denominado “Geografia e Práxis: Algumas questões” coloca que existem “cinco eixos de reflexão do espaço indicam em nossos dias o desenvolvimento de uma vertente marxista no pensamento geográfico: 1) o espaço como formação social (MILTON SANTOS); 2) O espaço como mediação da reprodução das relações de produção (HENRI LEFEBVRE); 3) o espaço como mediação das relações de dominação de classes e de poder (LACOSTE); 4) o espaço como sistema de contradições sociais (DAVID HARVEY); 5) a sociedade como natureza socializada e história naturalizada (MASSIMO QUAINI)” (MOREIRA, 1980, p.267)

de 60, onde, se torna o mais importante teórico espacial do marxismo ocidental e um dos defensores mais vigorosos da reafirmação do espaço na teoria social crítica (SOJA, 1993, p. 62).

O trabalho desses teóricos franceses [ela aponta principalmente para Lefebvre] é importante, visto que ele distingue entre uma visão racional, científica do espaço, a do planejamento urbano e a análise geográfica convencional, e uma idéia de espaço como algo que é vivenciado ou imaginado, um conceito mais ambivalente que não é possível representar, seja no discurso científico seja em conjunto de estatísticas sociais. (MCDOWELL, 1995, p. 166)

Sintetizando temos que, a noção (neo) positivista de espaço no qual temos o desenvolvimento da atividade humana, organizado com as devidas funções para o suprimento das necessidades dos homens, contrasta-se com a concepção de um espaço produzido pela sociedade, onde o trabalho humano, enquanto atividade produtora tem o caráter de mediação da relação.

Nesse sentido, a definição de espaço pode ser entendida pelas diferentes bases teórico-filosóficas como sendo a organização espacial pelo positivismo ou a produção do espaço pela teoria marxista de Lefebvre.

### **TEORIA DO ESTADO ISOLADO DE LOCALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA VON THÜNEN (1826)**

O modelo teórico e metodológico do economista Von Thünen (1826) buscou organizar as atividades econômicas de acordo com a localização dos tipos de culturas agropecuárias com relação ao centro urbano. Esse modelo se baseia na idéia de que a produção agrícola determina a composição da organização do espaço.

Nesse esquema teórico, a delimitação entre urbano e rural é bem distinto, o centro do modelo corresponde ao urbano e os anéis concêntricos são compostos por atividades agropecuárias que definem o espaço rural (Figura 1).

Von Thünen nesse modelo faz dois questionamentos importantes quanto à relação cidade-campo. O primeiro diz respeito, primeiro é com aos padrões produtivos que se estabelecem em torno da cidade e o segundo diz respeito aos problemas gerados pelo distanciamento dos sistemas agrários da cidade.

O anel que está mais próximo da cidade é composto pela horticultura e fruticultura, e ainda pela criação de gado para produção de leite. A distância dessas culturas agropecuárias com a cidade deve ser pequena, tendo em

vista a pericibilidade dos produtos, além da compra de adubos na cidade pelos agricultores, nesse caso, quanto maior a distância do centro urbano para compra do adubo, maior o prejuízo do agricultor.

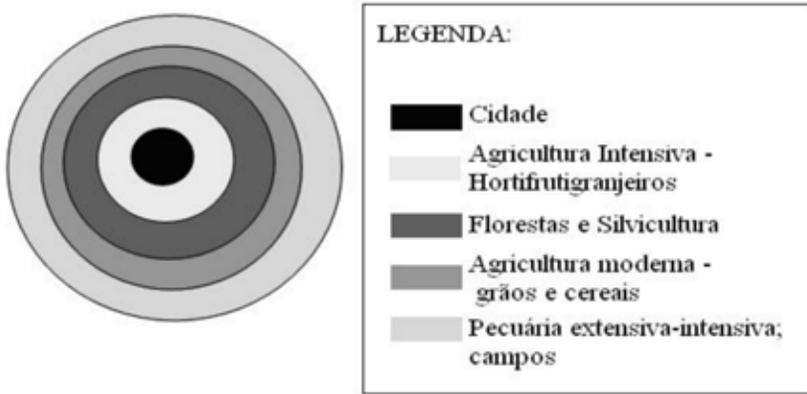


Figura 1 – Modelo da Teoria da Localização Agrícola de Von Thünen (1826).  
Organização: Flamarion Dutra Alves

Von Thünen deixou claro em sua teoria, que pode haver uma sobreposição dos anéis ou até mesmo a expansão do centro urbano sobre o primeiro anel. Todavia, a separação entre rural e urbano é nítida, e as atividades econômicas e relações de trabalho são diferenciadas nesses espaços.

A questão do modelo de Von Thünen, no debate em geografia agrária é abordada na obra de Mesquita (1978). Alguns assuntos que são enfocados pelo modelo thuniano, a autora explora de acordo com os pressupostos da ciência geográfica, a teoria da localização, intensidade da agricultura, desenvolvimento regional e organização do espaço.

Mesquita (1978) caracterizada de forma clara o modelo do Estado Isolado de Von Thünen:

Para o desenvolvimento de suas idéias, Von Thünen imaginou um Estado Isolado onde os fatores físicos não apresentariam variação. Nesse Estado, com área finita, de terra plana, arável e de fertilidade uniforme, haveria uma única e grande cidade, centralmente localizada, para a qual os agricultores encaminhariam sua produção e onde se abasteceriam de produtos manufaturados. (MESQUITA, 1978, p. 8)

Com relação à expansão urbana e a alteração no espaço rural,

Mesquita (1978) ressalta algumas considerações sobre essa questão:

[...] a expansão urbana e sua antecipação resultam em utilização menos intensiva da terra, por agricultores próximos às cidades. Sinclair<sup>9</sup> defende a idéia de que, em torno das áreas urbanas das regiões mais industrializadas, os padrões de uso da terra estão sendo elaborados por forças distintas daquelas identificadas por Von Thünen. (MESQUITA, 1978, p. 48)

No modelo teórico de Von Thünen o espaço rural e as atividades agrícolas são as que definem a ocupação da terra e a organização do espaço. Porém, com a industrialização e a expansão urbana há uma valorização das cidades e a competição do uso do solo com as atividades agrárias.

Numa cidade em que os limites não são fixos, a competição, pela terra, entre vários usos agrários, em seus arredores, se complica pela competição crescente com usos não agrários. A terra urbana, e mesmo a terra onde a urbanização é esperada, é mais valiosa que a terra rural, e o uso da terra fornece a mais alta “economic rent” é o uso urbano que desloca os usos rurais da terra para áreas marginais. (MESQUITA, 1978, p. 48)

Waibel (1948) caracteriza esse modelo teórico da seguinte forma:

O Estado Isolado de Von Thünen é um exemplo clássico de um método que determina a utilização da terra como influenciada por forças econômicas atuando como se fosse no vácuo. Thünen empregou um método abstrato e dedutivo e assim enriqueceu a literatura sobre economia com uma de suas mais expressivas obras. (WAIBEL, 1948, p. 3)

Assim a importância do estudo da teoria de Von Thünen para a geografia agrária teve um grande significado nas questões espaciais e em sua organização:

Para a pesquisa em geografia agrária, a análise thuniana se figura como especialmente útil por emprestar um sentido mais abrangente à compreensão da estrutura espacial da agricultura, já que aborda as formas de utilização da terra e as características do processo produtivo, no espaço rural, e suas associações com a cidade. (MESQUITA, 1978, p. 115)

Apesar de configurar um modelo teórico para espacializar somente a produção agrícola, definindo o espaço rural como sinônimo de espaço agrícola, esta teoria influenciou outros trabalhos em diversos ramos e áreas

<sup>9</sup> SINCLAIR, Robert. Von Thünen and urban sprawl. 1967.

de atuação da geografia, como Christaller (1933) no espaço urbano e Waibel (1948) no espaço rural.

Então, a importância da contribuição da teoria de Von Thünen para a análise da relação campo-cidade está na tentativa de modelar uma correlação que interconecte a forma e a função econômica de cada espaço em relação ao outro (elemento determinante – padrões produtivos). Com uma economia espacial, a teoria de Von Thünen vai influenciar decisivamente o pensamento geográfico nas análises da relação campo-cidade, uma vez que seu modelo vai enfatizar o espaço somente a partir de uma análise da forma e da função refletida no espaço, abordagem esta com ressonância nos estudos da Geografia Clássica e na Nova Geografia.

### TEORIA DOS LUGARES CENTRAIS DE CHRISTALLER (1933)

O espaço geográfico visto a partir de suas funções econômicas e sua relação com a organização da população pode ser ilustrado através da Teoria dos lugares centrais ou da centralidade do geógrafo Walter Christaller. Essa teoria é fundamentada pelas idéias de Von Thünen, visando espacializar as atividades econômicas que caracterizariam a organização espacial da população.

A Teoria de Christaller (1933) explana um modelo de rede espacial, com ênfase ao espaço urbano e seu dinamismo. Entendendo o espaço geográfico como um sistema hierarquizado, Christaller (1933) adotou como suporte teórico-metodológico Von Thünen (1826) para a espacialização das atividades agrícolas, Weber<sup>10</sup> (1922) para a teoria das localizações das indústrias e Engländer (1924)<sup>11</sup> na qual, interrelacionou as partes da teoria econômica com a relação espacial.

Como objetivos e importância da Teoria de Walter Christaller para a geografia podemos lembrar Duarte (1976):

Christaller em sua teoria já se preocupava em mostrar que a distribuição da população poderia afetar o desenvolvimento das localidades centrais. Em áreas de população dispersa o desenvolvimento de localidades centrais é menor do que em áreas onde a população está concentrada. Nelas o consumo de bens centrais é menor do que nas regiões densamente povoadas. (DUARTE, 1976, p. 67)

Com enfoque populacional e de um planejamento das cidades, a Teoria da Centralidade (Figura 2), destaca alguns elementos importantes

<sup>10</sup> Alfred Weber, “Über den Standort der Industrien”, *Reine Theorie des Standorts*, 2.ed. Tübingen, 1922.

<sup>11</sup> Oskar Engländer, *Theorie des Güterverkehrs und der Frachtsätze*, Jena, 1924.

para a questão do espaço rural e urbano, como a divisão do espaço em setores de influências das atividades econômicas da cidade, suprimindo as atividades agrícolas.

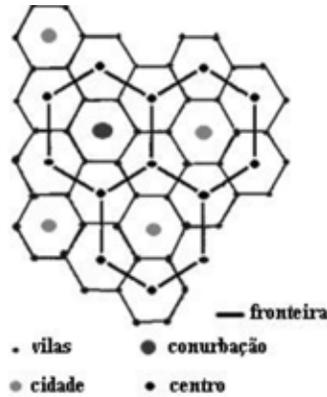


Figura 2 – Teoria dos lugares centrais de Christaller (1933)

Fonte: <http://www.csiss.org/classics/content/67>

Adaptação: Flamarion Dutra Alves

A Teoria dos Lugares Centrais mostra uma organização espacial da população de acordo com a importância e o dinamismo das atividades econômicas, principalmente o comércio e a indústria. A proximidade de centros industriais e comerciais faz com que a distribuição da população se dê em torno desses polos aglutinadores, ou seja, uma polarização ou redes desses centros urbanos.

A questão do espaço urbano é bem definida no modelo teórico de Christaller, na qual é representada a hierarquia urbana (vila, centro, cidade e conurbação). Todavia, o espaço rural é definido como um lugar pouco habitado e com atividades pouco dinâmicas, dispersa e com baixa polarização:

In contrast to these central places are the dispersed places, all those places which are not centers. They include: (1) areally-bound ones – those settlements the inhabitants of which live on their agricultural activities, which are conditioned by the land area surrounding them; and (2) point-bound ones – those settlements the inhabitants of which make their living from resources found at specific locations<sup>12</sup>. (CHRISTALLER, 1966, p. 16)

<sup>12</sup> Em contraste com estes lugares centrais são os locais dispersos, todos aqueles lugares que não são centros. Eles incluem: (1) áreas-limites - são as que os habitantes das povoações que vivem das suas atividades agrícolas, que são condicionados pelas áreas em torno delas; e (2) ponto-limite - são os assentamentos onde os habitantes vivem a partir de recursos em locais específicos.

Portanto, o espaço urbano para Christaller (1933) é aquele local densamente povoado, com presença de atividades comerciais e industriais, no qual existe uma hierarquia entre esses diferentes espaços. O espaço rural seria marcado pela inexistência de uma concentração populacional, além de uma baixa atividade econômica, a qual não gera um atrativo para a população, não formando redes hierárquicas entre esse espaço.

O ponto fundamental da teoria dos lugares centrais de Christaller nas análises da relação entre o espaço urbano e o rural, está na elaboração de um modelo que posiciona a cidade como local central para o controle de toda relação, com o campo sendo subordinado as decisões socioeconômicas oriundas do mundo urbano. Assim, a relação campo-cidade passa a ter uma análise claramente assimétrica, com o campo sendo apenas um reflexo das decisões da cidade.

### **PAISAGEM AGRÁRIA NA OBRA DE LEO WAIBEL (1933)**

A obra de Leo Waibel destaca a importância da interação dos elementos culturais e naturais na formação da paisagem agrária. Para Waibel, a construção da paisagem se dá através dos (1) elementos físicos (solo, vegetação, relevo etc) perceptíveis na superfície terrestre, isso o autor chama de aspectos fisionômicos, (2) e dos elementos culturais (população, religião, economia etc) que são as características da paisagem cultural, as quais determinam a formação econômica da paisagem.

Como bases teóricas de Leo Waibel, destacam-se Carl Ritter e Alfred Hettner delineando um pensamento naturalista da formação da paisagem. Todavia, através da teoria de Von Thünen, Waibel conseguiu trazer para a geografia os fundamentos teórico-metodológicos do modelo espacial e locacional, essencialmente para os espaços agrários.

O “Estado Isolado” de Thünen demonstra ser a chave da geografia agrária. ele nos possibilita discernir entre as causas intrínsecas inerentes à economia e atuantes na organização agrogeográfica da Terra e as causas referentes as condições naturais. O forte contraste entre as forças endógenas e exógenas torna-se claro na geografia econômica, e somos levados a tentar elucidar a sua influência na individualização das paisagens econômicas da Terra. (WAIBEL, 1955, p. 294)

Em seu trabalho sobre as áreas de produção agrícola e pecuária na Costa Rica, Waibel (1948) utilizou o modelo do Estado Isolado de Von Thünen como ferramenta metodológica para entender a organização das populações, levando em consideração os aspectos naturais, atividades

agropecuárias e o distanciamento das cidades.

A distinção do espaço urbano e rural não é colocada diretamente na obra de Waibel, porém, sua base metodológica aponta para uma classificação das diferentes paisagens agrárias considerando os dados Estatísticos, Ecológicos e Fisionômicos. Esses elementos determinam uma paisagem agrária (Figura 3), o que entendemos hoje como espaço rural.

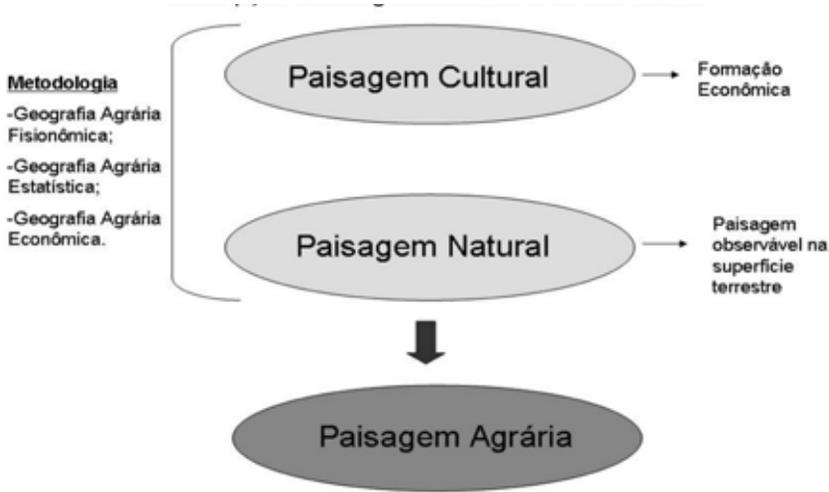


Figura 3 – A categoria Paisagem Agrária na obra de Leo Waibel.  
Organização: Flamarion Dutra Alves.

Waibel teve muita influência da geografia econômica no desenvolvimento de seus estudos da paisagem agrária, desprendendo-se do determinismo alemão que considerava e valorizava os aspectos físicos sobre o homem:

[...] Waibel passou a orientar-se para análises sistemáticas no campo da Geografia Econômica, especialmente no que dizia respeito ao espaço agrário. Nas discussões referentes à Geografia da Paisagem (Landschaftskunde) Waibel deu a sua contribuição quando passou a destacar o papel dos homens na formação da paisagem cultural, conceito este que tem sua origem nas pesquisas sobre a paisagem do início do século XX, expressando a influência dos homens na formação e transformação da superfície terrestre. (ETGES, 2000, p. 40)

Schneider (2002) trata o conceito de paisagem cultural utilizado por Waibel como uma possibilidade nos estudos e reflexões na inter-relação

entre o espaço rural e urbano:

[...] parece sugestivo o conceito de paisagem cultural, que poderá constituir-se em ferramenta analítica interessante para auxiliar na reflexão acerca das inter-relações espaciais entre o rural e o urbano, cujas fronteiras são cada vez mais difíceis de serem delimitadas. A superação desta dicotomia, de corte setorial (do tipo agrícola versus indústria) e não raramente embebida de conteúdo ideológico (no sentido de comparar o atrasado versus o moderno), poderá ser o primeiro passo para se pensar a dinâmica sócioespacial do meio rural em sentido mais amplo que aquele relacionado aos atributos produtivos e comerciais das atividades econômicas que ali são predominantes. (SCHNEIDER, 2002, p. 40)

Verdum (2005) ao discorrer sobre a importância de alguns geógrafos que trabalham com as transformações no espaço geográfico decorrentes da modernização, cita a contribuição de Leo Waibel: “através da abordagem considerada como sendo a da paisagem cultural, esses geógrafos são, na sua maioria, testemunhas vivas das opções de desenvolvimento rural brasileiro e das degradações ambientais” (2005, p. 92).

Dessa forma, o papel desempenhado por Waibel foi de significativa importância para a geografia agrária, superando o determinismo geográfico associando o cultural na formação da paisagem agrária – a paisagem cultural. Conceito este que pode ser utilizado proficuamente nos estudos sobre a relação cidade campo, conforme referido por Schneider (2002), uma vez que Waibel vai introduzir na análise espacial, além das análises da forma e função contidas nos modelos de Von Thünen, a questão da estrutura sócio-cultural influenciando esse espaço específico.

Assim, podemos colocar que através de uma metodologia comparativa Waibel abriu uma nova perspectiva, incorporando novos elementos dentro da análise espacial, dando-nos melhores ferramentas para entendermos como se constrói as interconexões entre o espaço rural e urbano.

## A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE HENRI LEFEBVRE

No conjunto do pensamento geográfico, a conceituação de produção do espaço, tem uma grande influência do filósofo francês Henri Lefebvre, que a partir da década de 60, torna-se talvez o mais importante teórico espacial do marxismo ocidental e um dos defensores mais vigorosos da reafirmação do espaço na teoria social crítica (SOJA, 1993, p. 62).

Aqui queremos deixar claro o nosso ponto de vista em relação ao

entendimento da obra de Lefebvre, a sua influência na teoria espacial, seu enquadramento em nossa discussão das teorias sobre o espaço e a questão das relações entre os espaços rural e urbano. Em nossa leitura, Lefebvre durante a década de 60, utiliza os conceitos “urbano” e “urbanismo” de uma maneira particular em sua obra, estendendo os seus significados muito além dos confins imediatos das cidades. A urbanização, na sua concepção, era uma metáfora resumida da espacialização da modernidade e do planejamento estratégico da vida cotidiana, que haviam permitido ao capitalismo sobreviver, reproduzir com êxito suas relações essenciais de produção.

Mas como é do nosso interesse analisar as diferentes teorias que embasam o estudo do espaço geográfico, que visam entender o comportamento da dinâmica dos agentes e atores que constroem o espaço (como as teorias sobre a construção do espaço trataram da divisão e classificação desses distintos espaços, rural e urbano), vamos concentrar na fase em que Lefebvre, depois de reexaminar os textos de Marx sobre a cidade (LEFEBVRE, 1972), começou a articular com mais clareza a sua tese central sobre a espacialidade e a reprodução social, principalmente nos livros *A sobrevivência do capitalismo* (1973) e em sua obra-prima *A produção do espaço* (1991) (SOJA, 1993, p. 65).

Também queremos indicar aqui, que não estamos apontando uma cisão no conjunto da obra de Lefebvre, mas indicando que nesse período foi mudado o ponto de ênfase de suas análises filosóficas, uma vez que primeiramente estava concentrado na “sociedade urbana” (urbano) como um modo de entendimento do capitalismo moderno, e a partir dos dois textos indicados anteriormente ele vai se concentrar também em uma cosmologia espacial<sup>13</sup>, a qual pretendemos enfatizar/aproveitar para o nosso debate.

Lefebvre (1991) defende uma teoria única do espaço, uma ligação entre espaço físico – natureza, espaço mental – abstração formal sobre espaço, e espaço social – o espaço ocupado por fenômenos sensoriais, incluindo produtos da imaginação como projetos simbólicos e utópicos (MERRIFIELD, 1993). Lefebvre argumentou que os reinos da percepção, do simbolismo e da imaginação, apesar de distintos, não são separáveis dos espaços físicos e sociais, sendo que isso permitiria um entendimento coerente do mesmo.

Assim, para a discussão sobre a questão do espaço urbano e do espaço rural e suas inter-relações vamos buscar nessa construção lefebvrea de espaço, os elementos que possam nos auxiliar e trazer novos elementos que nos ajudem a comparação com outros pontos de vistas analisados.

<sup>13</sup> Lembrado que Lefebvre nesse período também estava interessado no entendimento do capitalismo moderno.

Lefebvre, resumindo, conceitualizou o espaço em três dimensões – uma tríade espacial, de pensamento espacial, da imaginação espacial. Caracterizou as três dimensões do espaço como: *L'espace perçu* – o espaço percebido de práticas espaciais materiais; *L'espace conçu* – o espaço concebido, as representações do espaço; *L'espace vécu* – o espaço vivido ou os espaços de representação.

*L'espace perçu* (o espaço percebido de práticas espaciais materiais) nos é revelado através da decifração do espaço. É um espaço materialista e empírico, produzido socialmente e aberto a mediações exatas. Ele envolve uma apropriação contínua e uma reafirmação do mundo estruturado com arranjos sócioespaciais existentes. Com o passar do tempo, as práticas espaciais são materializadas no espaço construído e sedimentadas na paisagem. A um nível mais profundo, as “contradições espaciais” resultantes, mesmo que efêmeras, apresentam um campo de mudança contínuo, no qual o poder e as limitações são exercidos pelo Estado e pela sociedade.

Já o *L'espace conçu* (o espaço concebido, as representações do espaço) refere-se ao espaço dos acadêmicos, dos planejadores, dos urbanistas e dos tecnocratas. De acordo com Soja (1996), nestes “espaços mentais dominantes de discursos de regulação”, é possível encontrar as representações de poder e ideologia, de controle e de vigilância. Estas representações do espaço dizem respeito às constelações de poder, conhecimento e espacialidades nas quais a ordem social dominante é materialmente inscrita e conseqüentemente legitimada. Como representações, estes espaços concebidos são centrais para certas formas de conhecimento e reivindicações de verdades feitas nas ciências sociais, que por sua vez são freqüentemente a base das estruturas de poder profissionais ou racionais do Estado capitalista<sup>14</sup>. Segundo, Soja (1996) estes espaços são a perspectiva de *secondspace*, que interpreta a “realidade” através de representações imaginadas da espacialidade. De acordo com Lefebvre (1991), as representações do espaço têm também lugar para pensamentos e visões utópicas do semiótico ou do decodificador, e para a criação pura e criativa de alguns artistas e poetas.

*L'espace vécu* (o espaço vivido ou os espaços de representação), apesar de ser distinto dos anteriores, num certo sentido engloba-os. Este espaço surge do lado clandestino ou subterrâneo da vida social, de forma a desafinar criativamente as práticas espaciais e espacialidades dominantes (LEFEBVRE, 1991). Este é ao mesmo tempo um espaço vivido, isto é, um espaço de habitantes e usuários, e um espaço que se “apresenta” através das imagens e dos símbolos que o acompanham. O espaço vivido pode

---

<sup>14</sup> Ver sobre ação do estado no espaço em Harvey, 2005.

ser compreendido como um espaço dominado. Enquanto que os espaços concebidos são intelectuais, abstratos, frios e criadores de distância, os espaços vividos são apaixonados, quentes e cheios de intimidade. Os espaços vividos sobrepõem-se aos espaços físicos, fazendo uso simbólico dos seus objetos e sinais. Combinando o real com o imaginário, objetos e pensamentos em termos iguais, ou pelo menos sem privilegiar um sobre o outro a priori, estes espaços vividos de representações são terreno para o despontar de “contraespaços”, espaços de resistência à ordem dominante que decorrem precisamente da sua posição subordinada periférica e marginal, seria o espaço do “outro” (LEFEBVRE, 1991).

Portanto, a tríade lefebvreana de espaços concebidos – percebidos - vividos pode ser a nossa proposta teórica para a análise dos espaços (rural e urbano), um conjunto de conceitos que podemos empregá-los em situações concretas para a análise e entendimento da relação da produção dos diferentes tipos de espaço.

Através da cosmologia espacial lefebvreana podemos conceber que mesmo com a expansão das cidades, o campo nunca deixou de existir em sua concepção, apenas o modo de vida no espaço rural pode sofrer grandes influências do modo de vida da sociedade urbana (“a modernidade”). Transversalmente podemos, com a tríade espacial de Lefebvre, analisar os processos espaciais que ocorrem na cidade, nos quais o espaço rural tem um papel fundamental para a sua construção. Também podemos fazer esta mesma análise em relação ao campo e ao espaço urbano.

## **A IMPORTÂNCIA DAS TEORIAS NA CLASSIFICAÇÃO ESPACIAL**

Nessa breve explanação acerca das teorias que tratam do espaço geográfico, ficou evidente a dificuldade de uma classificação dos espaços rurais e urbanos. Tentamos mostrar nessa evolução teórica do espaço diversos pontos de vistas sobre o mesmo assunto, considerando diferentes bases filosóficas e escolas de pensamento (Quadro 1).

O espaço rural e urbano apresenta diferentes conotações nas teorias analisadas, nas quais abordam aspectos específicos e divergentes entre elas. O rural é representado como centro das atenções nas teorias de Von Thünen e Waibel, enquanto que o urbano é o foco das análises de Christaller e Lefebvre.

Uma análise mais profunda sobre a relação campo-cidade deve considerar os elementos intrínsecos do rural, como a paisagem cultural de Waibel, bem como o espaço produzido pelo homem na cidade, conforme visto em Lefebvre. Essa troca de idéias entre autores que trataram da questão espacial serve, antes de mais nada, para refletir sobre as classificações atuais e mostrar algumas direções conceituais.

	<i>Von Thünen</i>	<i>Christaller</i>	<i>Waibel</i>	<i>Lefebvre</i>
Formação	Economia	Geografia	Geografia	Filósofo
Base teórico-filosófica	Positivismo	Positivismo	Positivismo/ Naturalismo	Marxismo
Categoria	Organização do Espaço	Organização do Espaço	Paisagem	Produção do Espaço
Metodologia	Sistêmica	Sistêmica	Comparativo-estatístico	Materialismo Dialético
Escola Geográfica	Clássica/ Nova Geografia	Nova Geografia	Clássica	Crítica
Espaço Urbano	Mercado consumidor, estático e pontual.	Dinâmico, hierarquizado, concentração das atividades econômicas e populacional.	Sem destaque em sua obra.	Construído através do espaço percebido de práticas espaciais materiais; o espaço concebido, as representações do espaço; o espaço vivido ou os espaços de representação.
Espaço Rural	Diversidade nas atividades econômicas e multivariadas em categorias.	Baixo dinamismo econômico e não atrativo para as populações.	As condições naturais dão suporte a fixação as diferentes paisagens culturais.	Construído através do espaço percebido de práticas espaciais materiais; o espaço concebido, as representações do espaço; o espaço vivido ou os espaços de representação.

Quadro 1 - Síntese dos autores e teorias sobre o espaço geográfico.  
Organização: Flamarion Dutra Alves e Adriano Correia Maia

## REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alexandri. **A (re)produção do espaço urbano: o caso de cotia**. São Paulo: USP - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1986.

CHRISTALLER, Walter. **Central places in southern Germany**. New Jersey: Prentice-hall, 1966.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Modelagem de Sistemas Ambientais**. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 1999.

DUARTE, Aluizio C. Hierarquia de localidades centrais em áreas subpovoadas: o caso de Rondônia. p. 66-78. In: **Encontro Nacional de Geógrafos**, v. 2. Anais...Belo Horizonte: AGB, 1976.

ETGES, Virginia E. A paisagem agrária na obra de Leo Waibel. p. 27-47. In: **GEOgraphia**. n. 4, ano 2. Niterói, 2000.

GODOY, Paulo. Uma reflexão sobre a produção do espaço. p. 29-42. In: **Estudos Geográficos**. v. 2, n. 1. Rio Claro, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial p.95-120 In: SAQUET, Marcos Aurélio. & SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: Documentos Ltda, 1969.

\_\_\_\_\_. **La pensée marxista et la ville**. Paris, Casterman, 1972.

\_\_\_\_\_. **La survie du capitalisme, Paris**. Anthropos, 1973.

\_\_\_\_\_. **De lo rural a lo urbano**. 3.ed. Barcelona: Península, 1975.

\_\_\_\_\_. **Espacio y política: El derecho a La ciudad II**. Barcelona: Península, 1976.

\_\_\_\_\_. **La revolución urbana**. Madri: Alianza Editorial, 1983.

\_\_\_\_\_. **The Production of space**. Oxford, Blackwell, 1991

MCDOWEL, Linda. A transformação da geografia cultural p.159-188 In:

GREGORY, Derek & MARTIN, Ron & SMITH, Graham (orgs.) **Geografia humana**: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro : Zahar, 1995.

MERRIEFIELD, Andrew. Place and space: a Lefebvrian Reconciliation. **Transactions of the Institute of British Geographers**, Vol. 18, p. 516-31, 1993.

MESQUITA, Olindina Vianna. **O modelo de Von Thunen**: uma discussão. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

RIBEIRO, Orlando. Paisagens, regiões e organização do espaço. p. 27-35. In: **Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia**. v. 36, n.72. Lisboa, 2001.

SCHNEIDER, Sergio. A atualidade da contribuição Leo Waibel ao estudo da agricultura familiar. p. 25-41. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 28, n. 1, 2002.

SOJA, Edward. **Geografias Pós-Modernas**: A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

\_\_\_\_\_. **Thirdspace**: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places. Oxford: Blackwell, 1996

VERDUM, Roberto. Os geógrafos frente às dinâmicas sócio-ambientais no Brasil. p.91-94. In: **Revista do Departamento de Geografia**. n. 16, São Paulo, 2005.

WAIBEL, Leo. A teoria de Von Thünen sobre a influência da distância do mercado relativamente a utilização da terra. p. 3-40. In: **Revista Brasileira de Geografia**. v. 10, n. 1, 1948.

\_\_\_\_\_. A Lei de Thünen e a sua significação para a geografia agrária. p.273-294. In: **Boletim Geográfico**. v. 13, n. 126, 1955.

## A RELAÇÃO RURAL-URBANO E A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E O CASO DOS MIGRANTES MINEIROS EM RIO CLARO-SP

*Adriano Corrêa MAIA*

*A idéia de retorno está intrinsecamente circunscrita à denominação e à idéia mesma de emigração e imigração. Não existe imigração em um lugar sem que tenha havido emigração a partir de um outro lugar, não existe presença em qualquer lugar que não tenha a contrapartida de uma ausência alhures.*  
*Abdelmalek Sayad*

### INTRODUÇÃO

Considerando que a dialética entre o rural e o urbano como um dos principais elementos estruturadores da construção do espaço citadino num contexto emergente do processo de migração, temos então, que a análise da relação rural-urbano torna-se de extrema importância para um entendimento geográfico do espaço.

Assim, o artigo objetiva discutir como o rural e o urbana, vão influenciar e são influenciados, são determinados e vão determinar as ações do homem no espaço, tomando como caso de estudo um grupo de migrantes mineiros, que trabalham principalmente na construção civil, residentes na cidade de Rio Claro, interior do estado de São Paulo.

Para este desenvolvimento, portanto, vamos delimitar conceitualmente rural e urbano, consideramos não como conteúdos concretos, mas como significados de práticas sociais (CARNEIRO, 1998), para então serem alicerces embaixadores para as nossas construções teóricas nas análises relacionadas com a construção do espaço.

A partir destas preposições colocadas, discutiremos no decorrer do texto a hipótese de que rural e urbano, como um conceito cultural, podem ser pontos de explicação para uma específica construção do espaço no ambiente citadino, uma vez que, vários elementos constituintes dessa construção estão desconectados de uma análise puramente econômico-urbana do fenômeno

da migração dentro da cidade. Disso, mostraremos como a cultura rural é transportada para o contexto urbano, modelando as ações e representações do migrante na cidade. Portanto, vamos analisar como é constituída esta específica relação rural-urbano e, conseqüentemente, a construção do espaço urbano através da cultura, dentro do nosso grupo de migrantes mineiros.

Para isso, faremos, inicialmente, algumas considerações teóricas e tipológicas dos conceitos e categorias que pretendemos trabalhar ao longo do artigo, devido a centralidade que estas definições terão ao longo do desenvolvimento, sendo direcionadoras do sentido político-científico do trabalho. Após vamos contextualizar econômica, social e culturalmente o caso de migração estudado. A descrição da cultura e do espaço rural de origem desses migrantes serão abordados, para desenvolvermos como o evento da migração vai (re)estruturar a cultura do grupo, e como isso vai refletir no respectivo espaço rural-urbano. Assim, finalmente poderemos discutir como a cultura se constitui no ponto de ligação-manutenção entre o rural e o urbano.

## DEFINIÇÕES E TIPOLOGIAS – RURAL, URBANO E CULTURA

A abordagem e interpretação da realidade pressupõem, portanto, a escolha de uma estrutura teórica que irá definir os princípios de articulação entre os componentes do sistema; ou seja, a maneira como abordaremos tal grupo, uma dada sociedade. Não há uma estruturação mais verdadeira do que outra, tratam-se de alternativas que irão orientar nosso olhar de maneira a enfatizar ou, ao contrário, a menosprezar determinados aspectos da realidade. (Carneiro, 2003, p. 45)

Quando objetivamos fazer uma análise de um objeto real, temos que nos posicionarmos teoricamente, escolher uma estrutura teórica que irá definir os princípios de articulação entre os elementos analisados. A partir desse princípio norteador, vamos discutir os conceitos e categorias que vão permear o desenvolvimento da temática, uma vez que torna-se de essencial importância estas definições, devido aos conceitos de rural, de urbano e de cultura possuírem uma variância de sentidos ou entendimentos, adquiridas no decorrer de seus respectivos desenvolvimentos históricos, trazendo no seu bojo sentidos polissêmicos, que em muitos casos obscurecem o caráter analítico do conceito.

Rural e urbano são conceitos que possuem significados variados<sup>15</sup>, justamente porque são politicamente diferenciadores, fundamentais

---

<sup>15</sup> São a clássica “palavra-cilada” colocada por (Guattari; Rolnik, 2005), uma vez que é através de sua complexidade, ela tem a função de ocultar a que se intenta definir.

para as estratégias de planejamento e controle do espaço em suas diversas escalas, além de direcionar o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões: econômica, cultural, ambiental, em suma, social. Atualmente existe uma desordem com relação aos critérios definidores do corte “rural/urbano”, tratando geralmente tais categorias de modo operatório, essenciais para a constituição de um método diferenciador de espaços, além de suporte para estudos de caso, onde se busca tratar rural e urbano como categorias analíticas dentro da episteme geográfica, algo muito dificilmente alcançado (BIAZZO, 2007)<sup>16</sup>.

Tal significado tem se aproximado bastante do uso no senso comum e, se encontra bastante consolidado, principalmente decorrente da historicidade de sua utilização entre os autores de diversos campos de saber como Sorokin et al. (1930), Redfield (1956), Mendras (1969), Lefêbvre (1970), Sarraceno (1994), Kayser (1996) e, no Brasil, Graziano da Silva (1999), Veiga (2002) ou Abramovay (2003).

Mas, para o entendimento da relação rural-urbano e de sua contribuição para a construção espaço citadino, vamos considerar que rural e urbano não podem ser considerados conteúdos concretos (forma), mas significados culturais, possibilitando a obtenção de uma conceituação teórica que proporcione um avanço na compreensão do nosso objeto estudado.

Para isso adotaremos uma abordagem cultural, uma vez que, esta não está somente conectada com as motivações de caráter econômico, mas com um compromisso de repensar a totalidade da categoria rural, e conseqüentemente a sua posição na relação rural-urbano, levando em consideração outras esferas da sociedade, como uma alternativa para dar conta da complexidade das práticas sociais observadas nessa relação. Deste modo, para o desenvolvimento do entendimento da relação rural-urbano vamos buscar na abordagem cultural o embasamento teórico para os conceitos de rural e urbano que serão utilizados dentro das análises do entendimento do espaço geográfico.

Com relação a uma abordagem cultural do conceito de rural e por extensão da relação rural/urbano, temos sua efetivação com o evento do esgotamento do modelo econômico do pós-guerra, notadamente o declínio do modelo produtivista. Assim, abriu-

---

<sup>16</sup> No desenvolvimento histórico dos conceitos, rural e urbano, geralmente, revelam-nos como categorias operatórias, utilizadas como referenciais à bases empíricas e, nas abordagens atualmente dominante entre os geógrafos, são desenvolvidas como conjuntos de formas concretas, constituídos de espaços específicos produzidos pelas sociedades.

se varias oportunidades para se pensar o rural de maneira mais diversificada (MARSDEN et al., 1993), e então, surge no início da década de noventa, na Inglaterra, um grupo de pesquisadores que buscam ir além da concepção de rural como uma forma espaço-temporal e propõe pensá-la a partir de uma concepção dissociada do espaço físico<sup>17</sup>. Então, dentro desses estudos, temos que o rural é analisado, principalmente, através da consideração das relações de poder que permeiam os diferentes grupos sociais, ou seja, em que condições determinados grupos conseguem se impor sobre outros e afirmar suas identidades e suas definições de lugar. O impacto dessa abordagem cultural está na abertura de possibilidades para a (re) conceituação do rural (e por consequência da relação rural-urbano) como uma construção social, possibilitando o desenvolvimento de pesquisas que podem ir além da simples dicotomia espacial entre rural/urbano e de proporcionar a perspectiva de pensar o espaço relacionado a múltiplas identidades sociais.

Já no Brasil, este desenvolvimento tem recentemente contribuição nas idéias de Wanderley (1997, 2003), que colocou uma posição culturalista dos estudos sobre o rural (e a ruralidade), sustentando que o rural é um modo de vida, por meio do qual os indivíduos enxergam a si mesmos e o mundo a sua volta. Também temos uma grande contribuição de Moreira (2002), que ao fazer uma crítica ao conceito de rural e urbano, coloca que a imagem do rural é parte do “projeto da modernidade” e, claramente, a idéia “hegemônica” acerca de rural está profundamente ligada a vieses sociais constituídas no meio urbano-industrial europeu.

Sua premissa [Moreira (2002)] é a de que toda teoria científica é uma hipótese sobre a realidade, uma narrativa construída a partir de relações de poder. Ao invés de arrolar características de espaços como ruralidades, o autor aponta “identidades” ligadas à idéia de ruralidade, construídas por discursos provenientes de elites urbanas em seus objetivos modernista/modernizador. (BIAZZO, 2007, p. 15)

Resultante dessas reflexões podemos colocar alguns parâmetros em relação às definições de rural e de urbano que serão balizadoras para o entendimento da relação rural-urbano no espaço citadino. A principal é a separação entre rural-urbano e campo-cidade com as seguintes definições e distinções: campo e cidade são formas concretas, materializam-se e compõem as paisagens produzidas pelo homem (Foto 01 e 02)<sup>18</sup>; urbano

<sup>17</sup> Fato que ficou conhecido como “*cultural turn*”.

<sup>18</sup> Fotos realizadas por AGOSTINHO, 38 anos, empreiteiro-pedreiro e migrante mineiro.

e rural são representações sócio-culturais, conteúdos das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente na sociedade. Portanto, abandonaremos o vínculo direto entre espaço-forma e rural, ou espaço-forma e urbano, com isso tais categorias passam a ser vinculadas com o conceito de cultura, adquirindo o conteúdo analítico desejado dentro do nosso estudo<sup>19</sup>.

Foto 1  
Foto 1

Com o direcionamento dado pela abordagem cultural, temos que delimitar também o conceito de cultura. Cultura é uma expressão complexa (CUCHE, 2002) que foi desenvolvido, primeiramente, como um termo que descreve o “cuidado com o crescimento natural” (WILLIAMS, 1983, p. 87). Neste sentido, cultura é a apropriação humana da natureza. Com o iluminismo termo “cultura” foi estendido para descrever o desenvolvimento humano (voltando-se para a mente) e, eventualmente, veio a assinalar “um processo abstrato ou o produto de tal processo” com “associações definidas de classe”: a culta e a inculta (WILLIAMS, 1983, p. 88). Esta distinção é fundamental para a idéia de cultura: a partir dessas mais antigas extensões, “cultura” tornou-se uma idéia usada para diferenciar e classificar. Assim, a partir do século XIX, em várias tradições eurocêtricas, o termo

---

<sup>19</sup> Biazzo (2007) realiza um desenvolvimento semelhante quando distingue rural e urbano do seu conteúdo concreto e passa a tratá-los como ruralidades e urbanidades. Com isso, urbanidades e ruralidades se combinam em cada recorte do espaço geográfico. Mais do que isso, urbanidades e ruralidades se combinam nos atos e na visão de mundo de cada indivíduo, são atributos, não substantivos.

“cultura”, dentro das ciências humanas e sociais, veio a ser usado de várias maneiras específicas no discurso científico e comum: (i) os padrões e as diferenças reais, freqüentemente não examinados, de um povo (“cultura”); (ii) os processos pelos quais estes padrões se desenvolvem (a “cultura” faz a “cultura”); (iii) as marcas de diferenciação entre um povo e outros (os indivíduos são parte de “uma cultura”); (iv) a maneira pela qual todos os processos, padrões e marcas são representados (“atividade cultural”); e (v) a ordenação hierárquica de todas estas atividades, processos e modos de vida (comparação de “culturas”).

Apesar das distinções que se faz entre os diferentes usos de cultura serem necessários, mais importante ainda é o fato de que na prática (tanto “cotidiana” quanto “acadêmica”) estas distinções muito freqüentemente são combinadas (Mitchel, 1995).

Foto 2

Foto2

Então, resultante dessa discussão de cultura, consideramos importante delimitar nitidamente qual o conceito que trabalharemos. Para o nosso caso de estudo vamos utilizar um conceito de cultura proveniente da Antropologia, uma vez sendo a hipótese de análise a de que a construção do espaço urbano dentro do grupo de migrantes mineiros está relacionada com seu modo de vida do local de origem.

Então, respectivamente, definiremos a cultura como um sistema de símbolos mas, sendo este sistema principalmente uma base da definição de homem: “Cultura é um sistema de símbolos e significados. Compreende

categorias ou unidades e regras sobre relações e modos de comportamento” (LARAIA, 2006, p. 56).

Portanto, para o desenvolvimento teórico do trabalho, vamos concentrar nossa conceituação numa linha idealista de cultura, pensando-a como um sistema de símbolos que podem ser interpretados. Dessa maneira vamos nos concentrar no desenvolvimento do conceito dado pelo antropólogo americano Clifford Geertz (1989).

O conceito de cultura desenvolvido por Geertz, busca defini-la baseada na definição de homem. Para isto, a cultura deve ser considerada como “(...) um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções (que os técnicos de computador chamam programa) para governar o comportamento” (GEERTZ, 1989, p. 45). Assim, para Geertz, todos os homens são geneticamente aptos para receber um programa, e este programa é o que chamamos de cultura. E esta formulação permitiu a Geertz afirmar que “um dos mais significativos fatos sobre nós pode ser finalmente a constatação de que todos nascemos com um equipamentos para viver mil vidas, mas terminamos no fim tendo vivido uma só” (GEERTZ, 1989, p. 36).

Assim, para Geertz os símbolos e significados são partilhados pelos atores (os membros do sistema cultural) entre eles, mas não dentro deles. São públicos não privados. Estudar a cultura é, portanto estudar um código de símbolos partilhados pelos membros dessa cultura.

Geertz apresentou uma série de definições de cultura: “um sistema ordenado de significados e símbolos... em cujos termos os indivíduos definem seu mundo, revela seus achados e fazem seus julgamentos”; “um padrão de significados, transmitidos historicamente, incorporados em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam-se, perpetuam-se desenvolve seu conhecimento sobre a vida e definem sua atitude em relação a ela”; “um conjunto de dispositivos simbólicos para o controle do comportamento, fontes extra-somáticas de informações” (GEERTZ, 1989).

Consequência dessa definição, temos que, a cultura representa um sistema simbólico, onde os processos culturais devem ser lidos, traduzidos e interpretados.

Acreditando, assim como Max Weber, que o homem é um animal suspenso por teias de significado que ele mesmo teceu, Geertz considera a cultura sendo essas teias, e sua análise, corresponde a uma procura (interpretativa) de significados.

Então, temos que a linguagem simbólica da cultura é pública e, conseqüentemente, o analista não precisa fazer de conta que tem percepções intuitivas dos cantos escuros das mentes individuais. A função simbólica é universal, e os seres humanos não poderiam arranjar-se sem esse segundo código, que opera lado a lado com o próprio código genético. A rigor, ser

humano é ser culto, assim não tem sentido buscar princípios universais que possam estar por trás de toda cognição, pois o fato primordial é que todas as culturas são diferentes, “ser humano aqui, portanto não significa ser Homem Comum; significa ser um tipo particular de homem e, obviamente, os homens diferem” (GEERTZ, 1989).

Os símbolos que constituem uma cultura são veículos de concepções, e é a cultura que fornece o ingrediente intelectual do processo social, portanto, também do processo espacial. Mas proposições culturais simbólicas fazem mais do que articular como é o mundo, elas também oferecem diretrizes sobre como agir nele<sup>20</sup>. As proposições fornecem tanto modelos do que elas asseguram representar a realidade como padrões de comportamento. E é como um guia de comportamento que elas entram na ação social<sup>21</sup>.

Assim, a partir dessa definição geertziana cultura, vamos buscar aplicá-la na realidade empírica, tentando mostrar a constituição da cultura rural dentro do contexto da migração, para então entendermos sua ação na construção do espaço urbano.

Com isso poderemos mostrar a interação entre a cultura rural e o ambiente citadino, uma vez que as análises que relacionam elementos que trazem na sua bagagem o rural não podem ser realizadas negligenciando-se suas intenções com o urbano, pois elas refletem, nitidamente, a dinâmica e a construção do espaço urbano, condicionado e interagindo com este. Da mesma forma que a dinâmica e o desenvolvimento do processo de urbanização reverberam, fortemente, no mundo rural.

Vários trabalhos mostram que o mundo rural continua presente nas cidades, nas ruas e nos quintais, na atividade dos carroceiros e suas carroças, prestando serviços para a cidade, nas pequenas hortas e criações de animais na periferia, nas festas do Divino e de Santos Reis (RESENDE, 2007). Como exemplo temos a abordagem geográfica de Maia (2004), ao analisar a existência de paisagens e modos de vida rurais na cidade de João Pessoa (PB), salientando que a permanência e a recriação de modos de vida rurais na cidade se devem a questão de desejo e necessidade, ou seja, o rural se mantém na cidade, ora pelo desejo de sujeitos que sentem algum prazer em praticar ou viver atividades rurais relacionadas às suas tradições e raízes, ora pela necessidade de se conseguir rendas e alimentos para continuar

---

<sup>20</sup> Como agir no espaço, como construir o espaço.

<sup>21</sup> Geertz (1986, p. 39) muitas vezes fazia amplas declarações sobre a relação entre cultura e estrutura social, via de regra buscando apoio em citações de Parsons e Shills. (“Cultura é o tecido do significado, em cujos termos os seres humanos interpretam sua experiência e orientam sua ação; estrutura social é a forma que a ação assume, a rede de relações sociais que realmente existe. Cultura e estrutura social, portanto, são abstrações distintas do mesmo fenômeno”).

sobrevivendo numa cidade excludente. Estes trabalhos caminham na direção de mostrar como o “caldo de cultura” rural (SANTOS, 1994) proporciona o aparecimento de atividades típicas do meio rural no ambiente urbano.

Decorrente das discussões teóricas sobre o rural e o urbano, ligados ao conceito de cultura, vamos desviar da direção apontada pelos estudos indicados anteriormente, elevando o papel da cultura como um elemento central dentro do processo de construção do espaço urbano.

## A MIGRAÇÃO, A CULTURA, O RURAL E O URBANO

Na busca do entendimento da relação rural-urbano e da construção do espaço urbano através da cultura, abordaremos o caso de um grupo de agricultores mineiros que migraram para o interior de São Paulo. A local de origem das pessoas que constituem este grupo é a cidade de Monte Azul, localizada no norte do estado de Minas Gerais, a 627 km de Belo Horizonte. Já o local de destino é a cidade de Rio Claro, interior do estado de São Paulo, a 180 km da capital.

Nois vem lá do sertão Minas, lá a gente plantava batata, feijão, mexia com uns boizinhos e tirava leite dumas vacas. Mas a vida lá era dura, a terra seca, chove muito pouco e as vezes o pai mandava procurar outro lugar para morar com a mulher e o filho. Lá a cidade não tem nada, para trabalhar por dia na roça é R\$5,00 por dia, então, a gente conversa com um com outro e decide vim para cá (...). (AGOSTINHO, 38 anos, empreiteiro-pedreiro e migrante mineiro)

Este evento migratório tem seu início a partir do final da década de 70, apresentando sempre um fluxo contínuo até os dias atuais. Especificamente, estes migrantes originam-se do campo de Monte Azul-MG, onde “cultivavam a terra e criavam algumas cabeças de gado”<sup>22</sup> em terras herdadas da família ou arrendadas (“lá a terra é baratinha, mas é ruim”)<sup>23</sup>. Na cidade de Rio Claro, praticamente todos estão ligados ao trabalho da construção civil, organizados em equipes de trabalho (turmas), que realizam obras residências de pequeno e médio porte<sup>24</sup>.

Aqui em Rio Claro, a maioria dos mineiros que vem de Monte Azul trabalha de pedreiro ou servente. Isso porque lá em Minas, muitos já sabiam trabalhar na construção de

---

<sup>22</sup> Fala nativa.

<sup>23</sup> Fala nativa.

<sup>24</sup> Como residência de médio porte consideramos construções civis residenciais que variam de 100 m<sup>2</sup> a 300 m<sup>2</sup> de área construída.

casa. Lá para fazer uma casa todo mundo se reúne e faz a casa. Então quando chega aqui o cabra já sabe alguma coisa do serviço de pedreiro. (DOMINGOS, 44 anos, empreiteiro-pedreiro e migrante mineiro)

Devido à experiência migratória, este grupo conformou uma rede de migração muito bem consolidada e definida, com uma grande coesão nas suas relações sociais internas.

Aqui os mineiros são unidos, tirando alguns, um ajuda o outro, se sabe, entre agente tem muito compadre já lá de Minas, os pais da gente já eram compadres, então agente ajuda quem tá precisando, porque se agente precisar ele vai ajudar também. (AGOSTINHO, 38 anos, empreiteiro-pedreiro e migrante mineiro)

Uma característica importante é que vários elementos deste grupo tem a posse (herança ou compra) e mantém “terras” (propriedades na zona rural) em sua cidade natal, Monte Azul-MG, mesmo que sem compensações financeiras, aliás, com varias despesas extras que chegam até a comprometer o orçamento familiar.

Então, nós vem pra cá tentar ganhar um pouco dinheiro, porque lá a vida é difícil, não tem trabalho na roça. Aqui é mais fácil as coisas, tem mais serviço, ganha bem mais. E também sabe, aqui nós tem direito, lá não tem esse negócio de direito. Então aqui a gente pode pagar a aposentadoria, para quando nós não aguentar mais, aí a gente volta para terrinha que nós tem lá. Sabe o dinheiro da aposentadoria lá da pra viver bem, lá o dinheiro tem valor, coisa de comer é baratinho. (TONHO, 38 anos, empreiteiro-pedreiro e migrante mineiro)

A partir destes elementos colocados pela realidade empírica, portanto, pretendemos discutir como é construída a relação entre rural e urbano no interior deste grupo de migrantes, uma vez que, a sua conexão através da cultura (lógica) rural determina um tipo de (re)construção do espaço urbano.

Para isso vamos investigar esta cultura rural, como ela se constitui, e como se mantém “sobre” estes migrantes mineiros.

## CULTURA RURAL E ESPAÇO RURAL

A partir da situação posta pela realidade empírica da migração, na qual estes migrantes vivem na cidade e mantêm um vínculo estreito com seu espaço de origem<sup>25</sup>, vamos discutir como é constituída a relação rural-urbano dentro/para este grupo de migrantes, sendo a cultura rural determinadora

<sup>25</sup> Nem que seja virtualmente, através da posse de terras em Monte Azul-MG.

de um tipo específico de construção do espaço, diferenciado da lógica urbana. Para isso, torna-se necessário examinar a cultura desses migrantes, como primeiro passo para a análise das condições sob as quais se processa a migração e a relação rural-urbano, e que posteriormente determinará as “regras” da continuidade do rural no meio urbano.

Portanto, dentro das concepções teóricas adotadas anteriormente, temos que a cultura rural destes migrantes tem sua base constituidora na sua terra de nascimento, cultura esta que imprime aos indivíduos vários símbolos e significados da cultura rural local.

No interior do grupo dos migrantes estudados temos uma uniformidade cultural, que se deve, sobretudo, a semelhança fundamental em vários elementos (símbolos e significados) como: a constituição da unidade produtiva e do modo de produção, que é baseado na família conjugal; no modo de organização dos grupos de vizinhança; nos padrões e técnicas de trabalho; e na possibilidade de acesso ao meio de produção essencial que é a terra.

Da análise da estrutura dos agrupamentos rurais, as quais pertencem os migrantes, retemos que se organizam sobre a base de unidades relativamente autônomas – o grupo doméstico, formado por uma família, que tem como fundamento a organização familiar da atividade produtiva. Internamente, a família estrutura-se de modo muito simples, em termos de subordinação das mulheres aos homens e dos mais jovens aos mais velhos. A característica fundamental do grupo conjugal é, portanto, a dominação paterna. Assim, existe uma divisão de trabalho relativamente rígida, que atribui ao grupo masculino (pai e filhos) a execução das tarefas extras domésticas, e tende a confinar os trabalhos femininos no âmbito da casa.

Lá em Minas não tem esse negocio de mulher dar parpíte, quem manda é o homem, e filho é mesma coisa até ele formá família. Aqui, já é um pouco diferente, a mulher trabalha e quer parpitá também, às vezes dá briga, mas quem continua mandando lá em casa ainda é eu, apesar da minha mulher ganhar mais (...). (CLAUDINHO, 53 anos, servente pedreiro e migrante mineiro)

Também observamos vários elementos (símbolos e significados) que apresentam uma tendência à segmentação do grupo doméstico, que se dá quando os filhos atingem a maturidade (e a atingem precocemente) e o fenômeno corresponde à fragmentação da propriedade. Como o casamento também ocorre muito cedo, esta fase coincide geralmente com a formação de uma nova unidade doméstica que, de preferência, passa a habitar residência separada. Assim manifesta-se, no processo de constituição das famílias conjugais, o individualismo que permeia a vida social, valorizando

## a independência do homem adulto.

Lá, casei cedo, não tinha casa, terra, não tinha um gato para puxar pó rabo, então fui morar numa casinha no sítio do meu sogro, mas não deu certo não, ele queria dizer o que eu devia fazer, intrometia sabe, então eu conheci o Agostinho que já morava em Rio Claro e ele me disse que arrumava serviço pra mim, não quis nem saber, peguei a mulher que já tava grávida e vim (...). (DANIEL, 28 anos, pedreiro-encanador-eletricista e migrante mineiro)

Em relação aos grupos de vizinhança temos vários elementos (símbolos e significados) que denotam certa fluidez das relações sociais, mas não exclui a existência de grupos de vizinhança relativamente permanentes. Assim, os grupos de vizinhança constituem agrupamentos básicos, a unidade por excelência da sociabilidade rural.

Os componentes desses grupos, entretanto, as famílias conjugais, são unidades relativamente autônomas, e as relações grupais se apresentam, portanto como relações interfamiliares. O parentesco e o compadrio, relacionando as unidades domésticas entre si, constituem os princípios fundamentais de organização dos grupos de vizinhança. As relações de parentesco mais importantes, que criam relações relativamente estáveis, são aquelas que derivam diretamente da família elementar, isto é, as relações entre pais e filhos e entre irmãos.

Na verdade, o parentesco não define grupos sociais necessários, mas estabelece um círculo de relações pessoais preferenciais (reais ou potenciais), que é mobilizado conforme as necessidades e interesses dos indivíduos.

Já o compadrio é uma instituição fundamental, estabelecido em base voluntária, de um lado, relações preferenciais entre parentes, de outro estende os limites da solidariedade interfamiliar. Concebidas sobre o modelo das relações vigentes na família nuclear, as relações estabelecidas pelo compadrio reproduzem os laços de solidariedade mais fortes que a cultura desses migrantes é capaz de formular. É importante notar que, como o parentesco, o compadrio cria relações permanentes, mas que podem ser antes virtuais que reais. As viagens de migração e as mudanças para procura de emprego separam parentes e compadres, às vezes durante anos, às vezes permanentemente. Mas o vínculo permanece, poderíamos mesmo dizer que em estado latente, e pode ser reativado a qualquer momento. O parentesco limita-se a criar uma área de relações preferenciais. O compadrio estabelece apenas vínculos recíprocos entre as pessoas.

Conheço o Domingos desde pequeno, o pai dele era compade do meu pai, nós fazia tempo que não se via, depois que ele casou passou um tempo colhendo café no

sul de minas, ai nós se encontramos aqui em Rio Claro numa obra que nos fizemos o reboco para o Tonho. Ai foi que ficamos sócio, que começamos pegar umas casas por impreita (...). (AGOSTINHO, 38 anos, empreiteiro-pedreiro e migrante mineiro)

Além desses laços, apenas a proximidade física, a simpatia pessoal e a experiência comum de auxílios recíprocos, a familiaridade que brota de convivência, se apresentam como fatores de solidariedade.

A simplicidade da estrutura e a forma fluida da organização parecem constituir as características fundamentais das comunidades e da cultura rural desses migrantes.

A simplicidade da organização social, baseada num conjunto de relações diádicas, e que se apóia na indiferenciação econômica, manifesta-se no individualismo e igualitarismo que permeiam os padrões culturais. [...] A indiferenciação social e a simplicidade da cultura estabelecem um tipo de cooperação entre iguais, que realizam conjuntamente tarefas semelhantes. [...] A extensão da solidariedade para além da família se manifesta apenas através de uma reciprocidade direta e imediata. (DURHAN, 1973, p. 76)

Observamos que os migrantes mineiros residentes em Rio Claro, possuem uma solidariedade advinda dos grupos locais de Minas, que são antes consequência que causa da unidade desse grupo. Esta solidariedade geralmente se desenvolve de onde a longa ocupação de um mesmo lugar, o que permitiu o adensamento da população e das relações sociais. Nessas condições, multiplicaram-se os laços da rede complexa de relações de parentesco e compadrio, que unem de forma mais coesa a totalidade dos ocupantes do lugar; ao mesmo tempo, a longa história de uma vida comum, a memória de favores prestados e recebidos e a intimidade que nasce da familiaridade propiciam a criação de laços de parentesco e compadrio que serão mobilizados na construção do espaço urbano na cidade de Rio Claro.

### **MIGRAÇÃO COMO (RE)ESTRUTURADORA DA CULTURA E DA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

A migração se oferece ao grupo estudado, como recurso tradicional para aliviar tensões econômico-sociais. Nota-se que a migração não decorre, de uma situação anormal de fome ou miséria, desencadeada por calamidades naturais ou sociais, ao contrário, a migração aparece como resposta as condições normais de existência. O indivíduo abandona o campo

quando percebe que “não pode melhorar de vida”<sup>26</sup>, isto é, que sua miséria é uma condição permanente (DURHAN, 1973). Assim, fundamentalmente, a emigração decorre de uma situação desfavorável que é vista como permanente. Quando o migrante diz que a vida da roça era difícil não se refere a uma dificuldade passageira, mas a uma condição inerente à vida no campo. Quando se tenta precisar em que consistem as “dificuldades” da vida rural, aparecem quatro tipos de respostas, freqüentemente conjugadas: a miséria e falta de conforto; o trabalho “duro”; a incerteza da produção; e principalmente impossibilidade de melhoria de vida.

Apesar das transformações que estão ocorrendo na sociedade em que estes migrantes vivem, as quais levam o homem a definir sua posição social pela renda monetária, a hierarquia social continua a corresponder a posse da terra, pois continua a ser a hierarquia da propriedade. Então para a “melhoria de vida”, a posse da terra se coloca como única forma de aumentar a renda e ascender socialmente. Desse modo, as aspirações do “homem rural” definem-se em termos da propriedade e a crise dessa específica sociedade rural se apresenta para ele como impossibilidade de se tornar proprietário da terra.

Observamos, entre o grupo analisado, que a posse de terra torna-se cada vez mais difícil, sendo a compartimentação da propriedade patriarcal um dos elementos agravadores da situação.

Neste caso, dado o nível extremamente baixo dos salários e a falta de garantia de trabalho constante, a única possibilidade de superar sua condição de miséria consiste em conseguir um emprego urbano. Esses benefícios, o migrante os percebe como vantagens da cidade: possibilidade de salários elevados, possibilidade de assistência médica, possibilidade de instrução para os filhos. No campo, ao contrário, não há instituições das quais possa beneficiar-se, nem conta ele com recursos culturais que lhe permitam criá-las.

Assim, o migrante tem apenas uma válvula de saída, o evento da migração, com a sua adaptação de trabalhador rural às novas condições, isso provocando uma alteração gradual das estruturas tradicionais e a incorporação dos novos indivíduos em sistemas mais complexos de produção e vida social. Outro elemento fundamental desta ação social que proporciona o projeto de migração é a noção de retorno, que corresponde à intenção de voltar para a sua terra, com os mesmos modos de vida anteriores à migração, mas com capacidades financeiras de adquirirem uma maior quantidade de terras (SAYAD, 2000).

Decorrente dessa situação estes migrantes mineiros têm como

---

<sup>26</sup> Fala nativa.

características específicas, em sua construção do espaço urbano, dois elementos particulares: o primeiro sendo a construção de um espaço urbano sempre provisório (rascunhado), uma vez que observamos a possibilidade de se “construir uma moradia mais ajeitada”,<sup>27</sup> mas isso não acontece (FOTO 03). E a segunda, estruturadora da primeira, é que muitos mantêm (e em muitos casos compram uma maior quantidade) propriedades rurais em Monte Azul.

É verdade, não melhora minha casa não, todo o dinheiro que sobra eu guardo ou invisto em caminhão ou compro a terra dos meus irmãos em Minas, para que reformar ou comprar uma casa chique, dinheiro pá isso até que tenho, mas mais para frente quando eu aposentar quero voltar para Minas e morrer tranqüilo. (TONHO, 38 anos, empreiteiro-pedreiro e migrante mineiro).

No entrecruzamento das situações, constatamos a presença da cultura, com seus símbolos e significados, como um elemento de ligação-continuidade entre o rural e o urbano, isto é, a cultura rural é transportada para o contexto urbano, modelando as ações e representações do migrante no ambiente citadino. Não estamos colocando que a cultura vai ser objeto rígido, uma vez que também observamos suas transformações com o contexto urbano.

Foto 3  
Foto3

---

<sup>27</sup> Fala nativa.

Assim, a cultura rural está presente na estruturação da vida dos migrantes mineiros em vários elementos do cotidiano urbano, sendo o principal deles referente à organização do trabalho, que reflete na construção da espacialidade dos indivíduos do grupo. Assim, através da confrontação da dialética entre as culturas rurais e urbanas, temos que o trabalho não está ligado unicamente ao “econômico”, mas, como colocado por Lefebvre (2001), a “produção” (para nós construção) envolve não somente o sentido econômico do termo, mas o:

(...) sentido da filosofia inteira: a produção das coisas (produtos) e de obras, de idéias e de ideologias, de consciência e de conhecimento, de ilusões e de verdade (...) quem diz ‘produção’ diz também ‘reprodução’, ao mesmo tempo, física e social: reprodução do modo de vida. (LEFEBVRE, 2001, p. 37-9)

Então, neste sentido, a “produção” (construção) misturada à atividade material e ao mercado de trabalho constitui a linguagem da vida real. Com isso, o econômico dentro do trabalho faz parte de uma totalidade em relação de complementaridade com outras categorias e cultura, sendo a cultura uma delas. Então, analisando o trabalho podemos também observarmos as especificidades que a “construção do espaço” impõe suas especificidades e se realiza no espaço geográfico produzido por estes migrantes. Portanto através do trabalho e da cultura temos como analisar a construção do espaço destes migrantes.

Com relação ao trabalho, a maioria dos migrantes mineiros trabalham na construção civil em “turmas”, que consiste em equipes de trabalhadores que geralmente constroem obras civis residenciais, da sua fundação até os acabamentos finais. A organização dessa “turma” tem uma configuração hierárquica definida, com o “empreiteiro” sendo o “dono e responsável pela organização da equipe, isto é, faz a contratação da mão de obra que vai trabalhar na construção das obras”<sup>28</sup>. Também é o elemento responsável pelos contatos e contratação dos serviços com as pessoas que desejam realizar as obras. Então, o empreiteiro é o componente central neste contexto da migração, porque define quem e qual a função do migrante nos serviços: pedreiro, meio-pedreiro, carpinteiro, eletricista/encanador, servente e ajudante de servente<sup>29</sup>.

---

28 Fala nativa.

29 O empreiteiro é o elemento que tem maior conhecimento técnico, que vai comandar toda a obra, desde a interpretação das plantas arquitetônicas e de engenharia até o ordenamento de tarefas a serem realizadas pelos seus subordinados.

Mas, no arranjo social-cultural interno desse grupo de migrantes, o empreiteiro está inserido num contexto que envolve a continuidade da cultura rural-urbana, uma vez que vários elementos da cultura rural estão presentes na organização da equipe de trabalho e na vida cotidiana dos migrantes que trabalham na “turma”.

Na equipe observamos uma hierarquia de serviços e de rendimentos, que corresponde a um elemento da cultura urbana, mas no convívio, tanto no trabalho como fora dele, temos que esta hierarquia não é respeitada. Portanto, na organização destes elementos ainda temos presentes as formas de arranjo da cultura rural, não importando os rendimentos monetários dessas pessoas, ou a posição na escala de chefia do trabalho, mas sim, a posição hierárquica originária no mundo rural. Com isso observamos muitos casos contraditórios, como varias pessoas mais velhas trabalhando para empreiteiros mais novos, mas isso não significando uma alteração na posição hierárquica perante o grupo de migrantes, assim as relações de respeito sendo mantida através cultura.

A gente tem um respeito muito grande com o Aldo, ele é mais velho, não trabalha como um servente novo, mas CE sabe, ele foi compadre do meu pai lá em Monte Azul - plantaram varias roças juntos, um ajudando o outro - a gente respeita muito ele, a gente escuta muito o que ele fala, tem a sabedoria da vida. Ele sabe muito da vida. Não trabalha como um nova mas é de muita confiança. (AGOSTINHO, empreiteiro e migrante mineiro)

Esta hierarquia proveniente da cultura rural (patriarcal, dos mais velhos sobre os mais novos) também pode ser observada no cotidiano desses migrantes, onde não observamos uma diferença de aspectos de vestimenta entre o empreiteiro e seus funcionários, sendo que a única diferença marcatória, é em muitos casos a posse de carros, em oposição a outros que, geralmente, andam de bicicletas.

Isto também reflete na construção do espaço urbano desses migrantes, uma vez que basicamente a paisagem urbana onde “vivem”, é a mesma, onde não conseguimos identificar praticamente nenhuma diferença entre suas moradias (FOTOS 4 e 5), também frequentando aos mesmos lugares<sup>30</sup>, isto é, produzem as mesmas territorialidades no espaço citadino.

Em relação às propriedades rurais, que a maioria possui em Monte Azul, a cultura rural esta presente no esforço para a sua manutenção, uma vez que, torna vital para todos esses indivíduos a preservação dessas terras, que significam, para eles, a ligação com suas origens e a “manutenção” do pertencimento da cultura local de Monte Azul-MG. Este tipo de ação

<sup>30</sup> Sem distinção de classe entre empregador (empreiteiro) e o empregado.

torna-se contraditória na vida do migrante, sendo que, estas somente trazem problemas para a sua manutenção, como por exemplo, o custo com impostos, limpeza e manutenção. Mas é um elemento vital para a sua noção de pessoa, porque o lugar de origem e de retorno para “terra”, torna-se a terra prometida para esses migrantes, que rascunham o espaço presente para um futuro retorno à Minas. Com isso a preservação da cultura rural no ambiente citadino é essencial para a manutenção dessa relação rural-urbano.

Foto 4  
Foto4

Então, constatamos com estes dois exemplos como a cultura rural está presente na cidade, influenciando e determinando vários aspectos da vida cotidiana e a construção do espaço urbano. Com isso, podemos observar como em muitos casos o ambiente urbano se apropria da cultura rural para uma maior exploração do seu trabalhador. Podemos notar este fato em relação a estes migrantes, na constatação que vários direitos trabalhistas não são acessíveis a eles, e em contra partida não há uma reivindicação da parte deles, devido às relações de trabalho as quais são submetidas, ainda serão caracterizadas pela ordem cultural do interior de Minas, onde as relações pessoais (parentes e compadrio) pesarem muito mais que o direito civil.

Na realidade, as relações de exploração desses trabalhadores são altas para o padrão urbano, ganham baixos salários, não tem direitos trabalhistas e nem segurança no trabalho, mas trazem da cultura rural “normas” que tornam estes elementos de exploração “compreensíveis” dentro da sua vida cotidiana. Não estamos afirmando que esta cultura rural permanece estática, nitidamente ela sofre influências da cultura urbana, em muitos casos

podendo haver uma (re) modelação do comportamento dos indivíduos.

O Carlinhos depois de um tempo que trabalhou para o Agostinho, virou flanelinha da cidade. Começou a vender roupa na casas das pessoas, com o dinheiro de umas terras que herdou da pai dele e vendeu em Minas pô Domingos. Acho que nem sabe mais onde fica Monte Azul [ironicamente]. (DANIEL, servente-pedreiro e migrante mineiro)

## CONSIDERAÇÕES

No desenvolvimento desse artigo podemos perceber que para além da dimensão física e visível, a dimensão cultural e simbólica está presente na manutenção do “rural dentro do urbano”, do campo dentro da cidade, onde a cultura, considerado (delimitado) por nós como um conceito antropológico, ordena as ações dos migrantes no seu cotidiano, impondo signos e símbolos provenientes do local de origem, que são transportados para o novo contexto.

Foto 5  
Foto5

Para este desenvolvimento, achamos importante discutir os conceitos e categorias que envolvem o debate da relação rural-urbano, para termos uma definição mais pontual, para a aplicação na realidade empírica desses migrantes mineiros. Assim a partir da definição (delimitação) de rural, urbano e principalmente cultura colocamos como a continuidade da cultura rural se dá nesses migrantes num contexto de migração. Observamos que

os signos e símbolos rurais presentes na noção de pessoa desses migrantes, norteiam as suas relações sociais, refletindo nas relações de trabalho e na construção do espaço urbano.

Queremos deixar claro que, não estamos enfatizando que o “caldo de cultura” proporciona o aparecimento de atividades típicas do meio rural no ambiente urbano, estamos na verdade, colocando como a cultura rural está intrínseca e se expressa no meio urbano, uma vez que ela, em muitos casos, está em contradição com a cultura urbana capitalista.

Com este artigo, portanto, pretendemos mostrar a existência de uma continuidade rural-urbano, que com advento da migração do campo para a cidade, pode resultar em uma hibridação de culturas, mas sempre demonstrando que a cultura rural não se perde totalmente nesta passagem.

### REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

BIAZZO, Pedro Paulo. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária In: MARAFON, Glaucio José; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Org.). **Interações geográficas: a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa**. Uberlândia: Roma, 2007, p. 10-22.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade na sociedade contemporâneas: uma reflexão teórico-metodológica. In GIARACCA, n. (org.). **Una nueva ruralidad em América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, p. 45-61, 2003.

CUCHE, Denis. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

DURHAN, Eunice Ribeiro. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp/ Instituto de Economia, 1999.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

KAYSER, Bernard. **Iil ont choisi la campagne**. Paris: Editions de L'aube, 1996.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MAIA, Doralice Sátyro. Hábitos rurais em vidas urbanas. In DAMIANI, Amélias Luisa; CARLOS, Ana Fani Alexandri.; SEABRA, Odette. Carvalho de Lima (Org.). **O espetáculo no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 214-220.

MENDRAS, Henri. A cidade e o campo. In Queiroz, Maria Isaura Pereira (Org.). **Sociologia Rural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1969.

MICHELL, Don. There's no such thing as culture: towards a reconceptualization of the Idea of culture in geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 20, n. 1, 1995. p. 102-16.

MOREIRA, Roberto José. **Ruralidades e globalização: ensaiando uma interpretação**, Ruralidades: cadernos CPDA. Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-24, nov. 2002.

REDFIELD, Robert. **The little comunity and peasant society and culture**. Chicago: Midway Reprint, 1956.

RESENDE, Sidevan Aparecido. Interações entre rural e urbano: discussões e tendência de análise. In: MARAFON, Gláucio José e PESSÔA, Vera Lucia Salazar (Org.). **Interações geográficas: a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa**. Uberlândia: Roma, 2007, p. 23-33.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. **Travessia**, v. 13, n. Esp., , jan. 2000. p.7-32.

SOROKIN, Pitirin et al. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**. São Paulo: Autores associados, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: **Encontro Anual da ANPOCS**, n. 21, Mesa-redonda ... Caxambu: UFMG, p. 1-12, 1997.

social pelo desenvolvimento rural. In GIARACCA, n. (org.). **Una nueva ruralidad em América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, p. 31-44, 2003.

WILLIAMS, Raymond. **Keywords.** London: Fortuna Press, 1983.

## DA EXPLORAÇÃO À EXCLUSÃO: AS NOVAS FORMAS DE EXPROPRIAÇÃO DO HOMEM DO CAMPO<sup>31</sup>

*Alan Faber do NASCIMENTO*

### INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista se constituiu, ao longo do processo histórico, por meio do movimento dialético de suas frações de capital. É possível dizer que o capital industrial se formou em contradição com os comerciantes, com a troca e com o dinheiro, e que, hoje, as finanças subtraem da indústria o valor de que necessitam para decuplicá-lo em sua esfera virtual.

A historiografia oficial sempre se esmerou em ocultar essa dialética, substituindo-a por uma sucessão de eventos, de ordem evolucionista, com o objetivo de tornar a interpretação da história um exercício lógico. Assim, tão coerente como um problema de matemática, a história que aprendemos na escola é dividida em períodos, nos quais são destacadas certas peculiaridades que os caracterizam, e, uma vez terminados, surge outro período sem relação alguma com o qual o precedeu.

Numa extrema confusão, as rupturas são esquecidas, perde-se de vista a continuidade, abandonam-se as relações sociais, em proveito da constatação pura e simples das coerências.

A análise acerca do turismo rural, já em si uma contradição de termos, tem sido mais um exemplo de um confuso percurso metodológico em que a cada passo, a cada avanço, surge uma interpretação ideológica que imediatamente se transforma em prática redutora da realidade.

Afirma-se, com demasiada carência empírica, que, em razão das dificuldades dos pequenos produtores agrícolas para manter suas propriedades e das perspectivas abertas pela penetração de atividades urbanas no meio “rural”, é preciso pensar em outras formas complementares de renda, por meio da pluriatividade, a fim de que o homem do campo

---

<sup>31</sup> Este trabalho foi originalmente apresentado no XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, em janeiro de 2009.

permaneça em sua terra. E entre essas atividades, o turismo ganha destaque como

[...] instrumento de estímulo à gestão e ao uso sustentável do espaço local, que deve beneficiar prioritariamente a população local direta e indiretamente envolvida com a atividade turística. (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 02)

O que se subentende por tal análise é que o indivíduo pluriativo representa um novo período da economia, em que a produção de riquezas no campo se assenta na dinamização de um terciário avançado, na produção agrícola com alto valor agregado e em níveis ótimos de produtividade e eficiência. Todavia, deixa-se de lado que o novo é, ao mesmo tempo, ruptura e continuidade de um longo processo de expropriação dos agricultores e de submissão da produção agrícola aos ditames do lucro e do mercado.

A continuidade vem de uma constatação empírica, a qual nunca deixou de existir e prossegue até os dias de hoje:

[...] desde as primeiras colonizações, a história econômica e social dos países do “Sul” subordinados ao imperialismo é aquela, no que aqui nos concerne, de ondas sucessivas de expropriação da terra para a exportação aos países capitalistas centrais. (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 39)

Já a ruptura é uma hipótese teórica que nos arriscamos a fazer nesta breve reflexão, sem a pretensão de esgotá-la, mas que possa servir como ponto de partida para estudos mais aprofundados.

A hipótese reside na possibilidade de que as relações sociais que fundamentam a organização da produção, tanto no campo quanto na cidade, deixaram de ser prioritariamente de exploração para serem, em parte, de exclusão.

Os condomínios rurais de segunda moradia, os hotéis-fazenda, os fazenda-hotéis, as colônias de férias, as pousadas, os pesque-pague; os festivais regionais, as arenas para rodeios e os shows sertanejos; o consumo das paisagens cênicas, dos ambientes naturais e da gastronomia típica; o agroturismo, o ecoturismo, o turismo de aventura, entre outras segmentações da oferta para a demanda, são argumentos e provas em favor da hipótese que, a partir de agora, deve ser legitimada.

Para isso, num primeiro momento, tendo como referencial a realidade brasileira, esboçaremos os principais argumentos da literatura sobre o turismo “rural”, bem como apontaremos suas fragilidades teórico-metodológicas. Na segunda parte deste trabalho, com base na obra de Henri Lefèbvre, cujo pensamento fundamentou nossa hipótese, trataremos como

as diversas frações do capital - financeiro, industrial, fundiário e comercial - transformam as paisagens do campo em ingredientes fundamentais para a produção do espaço capitalista e, por conseguinte, para própria reprodução do capitalismo.

## LIMITES E DIFICULDADES TEÓRICAS SOBRE A TURISTIFICAÇÃO DO CAMPO

Um dos autores que mais trabalhou sistematicamente o turismo sob a perspectiva do novo “rural” foi José Graziano da Silva. Segundo o autor, o “rural” brasileiro não pode ser apenas identificado com o agrícola, haja vista que muitas atividades não-agrícolas passaram a ser desenvolvidas no campo<sup>32</sup>.

Para ele, entre os ramos de atividades não agrícolas, o turismo aparece como uma atividade capaz de combinar crescimento econômico com benefícios sociais e preservação da natureza.

Todavia, assegura Graziano da Silva, para se tornar um vetor de desenvolvimento socioeconômico, a atividade turística deve ser orientada e organizada com base no local:

[...] o turismo no meio rural deve ser, antes de tudo, um turismo local, de território, gerido pelos próprios residentes. Pode-se dizer que ele é local, em cinco níveis: é de iniciativa local, de gestão local, de impacto local, é marcado por paisagens locais e valoriza a cultura local. (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 02).

Como exemplo, o autor cita um amplo leque de atividades turísticas geradoras de riqueza no campo que vão desde a venda de doces caseiros e hortifrutigranjeiros, passando pela produção caseira de laticínios e por visitas a alambiques até os chamados fazenda-hotéis<sup>33</sup>.

Além desses rendimentos diretos proporcionados pelo turismo, a população acabaria se beneficiando, indiretamente, dos investimentos em infraestrutura e da melhoria dos serviços públicos necessários para atender a demanda turística. Vale destacar que tal interpretação recupera as abordagens desenvolvimentistas, segundo as quais investimentos em

<sup>32</sup> De acordo com os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios), em 1997, a PEA não-agrícola era de aproximadamente 4 milhões de pessoas, com uma taxa de crescimento anual, durante o período de 1992 a 1997, de 2,5%. A PEA agrícola era de 10 milhões de pessoas, com uma taxa de decréscimo de 2,2% a.a. (CAMPANHOLA; GRAZIANO da SILVA, 1999).

<sup>33</sup> Fazenda-hotéis são instalações hoteleiras situadas em propriedades agrícolas produtivas. Já os hotéis-fazenda são hotéis instalados no campo, nos moldes tradicionais (CAMPANHOLA; GRAZIANO da SILVA, 1999).

projetos turísticos sempre “respingam” alguma benesse para as camadas mais pobres da população (FROEHLICH, 2000).

Embora reconheça os possíveis impactos da turistificação do campo (especulação imobiliária, dilapidação dos recursos naturais e precarização da vida do pequeno agricultor), Graziano da Silva admite que essas situações poderão ser contornadas se houver um quadro institucional que contemple uma política e um planejamento coerentes com a vida local, somado a programas e projetos que tratem o agricultor como sujeito e não objeto:

[...] o processo de desenvolvimento do turismo deve se dar ao nível local, com o envolvimento e a participação de todos os atores sociais devidamente representados, e com uma avaliação criteriosa do potencial turístico, tendo como referência a cultura local. Deve-se estabelecer limites locais para esses empreendimentos a fim de evitar desequilíbrios sociais e ambientais, incentivando também outras atividades que possam se constituir em fontes alternativas e complementares de renda. (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 08)

Ordenar ocupações, zonedar usos econômico-ecológicos, qualificar e cadastrar os pequenos agricultores, inventariar os atrativos, estabelecer a capacidade de carga, promover produtos, são, pois, as palavras de ordem que tudo podem, inclusive, controlar os impactos do turismo no campo e a desordem de seus efeitos.

Porém, tudo não passa de projeções. É verdade que o referido autor utiliza um ou outro exemplo para legitimar a indústria que se autoproclama limpa e sem chaminés<sup>34</sup>, o que, entretanto, não diminui a carência empírica de suas observações, que se pautam “mais pela exposição do que ‘deve-ser’ o processo de implementação de atividades turísticas no rural do que pela análise do que ‘é’ ou estão sendo esses processos” (FROEHLICH, 2000, p.07).

A primeira dificuldade reside no que se entende por desenvolvimento local. Na prática, essa idéia se torna frágil se levarmos em conta que a produção e o consumo de bens e serviços turísticos não acontecem num ambiente hermeticamente fechado.

Assim, nem todos os produtos que os hóspedes de uma pousada consomem são produzidos no núcleo receptor: um pesque-pague, geralmente, movimenta uma cadeia de fornecedores de iscas e materiais para pesca que extrapola a escala regional; para se explorar uma caverna

---

<sup>34</sup> Campanhola e Graziano da Silva (1999) citam como casos “bem-sucedidos” de turismo no campo as experiências do município capixaba de Venda Nova, onde, atualmente, 51 propriedades compõem um dos principais roteiros turísticos do interior do país; a turistificação dos municípios de Lajes, em Santa Catarina, e de Nova Friburgo, na região serrana do Rio de Janeiro; e o ecoturismo praticado em Bonito - MS.

ou descer uma cachoeira, é preciso de equipamentos sofisticados e de uma equipe de instrutores qualificada nos grandes centros; a própria atividade turística pressupõe uma dependência entre a oferta local e a demanda externa.

No plano teórico, diferentemente do que afirma Graziano da Silva, a globalização não estimula “a organização comunitária para que um local específico não seja excluído do processo de desenvolvimento” (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.05), porque solapa qualquer possibilidade efetiva de transformação do local.

Deve-se explicar que, segundo Bauman (2005), a globalização criou uma ruptura entre os termos poder e política: enquanto o primeiro se deslocou para o global, o segundo se esvaiu para o local. Daí resulta que hoje temos políticas locais sem poder e um poder global sem controle político.

[...] os problemas globais só podem ser resolvidos, se é que podem, por ações globais. Buscar salvar-se dos efeitos perniciosos da globalização retirando-se para um bairro aconchegante, fechando os portões e baixando as janelas só ajuda a perpetuar as condições de ilegalidade ao estilo ‘faroeste’ ou ‘terra de ninguém’, de estratégias do tipo ‘salve-se quem puder’ [...]. (BAUMAN, 2005, p. 95)

Outra dificuldade da análise do turismo no meio “rural” é o viés intrinsecamente benéfico pelo qual o turismo é tratado, sendo negativas apenas algumas formas de sua expansão (OURIQUES, 2005). Ou seja, para evitá-las, a solução séria e definitiva passa por um só caminho e seu nome é PLANEJAR.

No entanto, o turismo é uma atividade que se baseia na relação capital - trabalho e na apropriação de todos os tempos - de trabalho e não-trabalho - pelo capital, cujo fundamento consiste na produção da mercadoria-paisagem (sol, mar, campo, areia).

[...] a mercadoria-paisagem, embora seja utilizada como elemento atrativo, é apropriada sem ser propriedade e consumida sem ser gasta. Os atributos paisagísticos não passam de um meio pelo qual se realizam as relações específicas no turismo, entre o trabalho, seja ele assalariado ou ‘autônomo’, e sua forma pervertida, o capital. (OURIQUES, 2005, p. 20)

Esse consumo intangível de paisagens é acompanhado por uma produção material, afinal, o turista se hospeda, se desloca, se alimenta, o que altera, sobremaneira, o valor da terra. Desse modo, o diferencial de trabalho social incorporado à terra promove um enredo que se observa com frequência nos destinos turísticos: aumento dos preços dos terrenos

com o qual a população local não pode arcar; transformação do pequeno produtor em subempregado; migração para as periferias das grandes cidades; aumento da criminalidade e degradação da natureza.

Sobre essa questão, Froehlich (2000) nos lembra que, no Brasil, existe um hiato entre as análises da turistificação do campo e as questões relativas à agricultura familiar<sup>35</sup>, como se elas não compartilhassem o mesmo âmbito socioespacial. O autor se vale de pesquisas que apontam que boa parte dos agricultores familiares pertence a estratificações socioeconômicas de nível periférico<sup>36</sup>.

Para Froehlich (2000), em razão das condições irrisórias de investimento em infra-estrutura dos pequenos agricultores e das dificuldades objetivas próprias de uma economia de mercado, a turistificação do campo, em vez de apontar para alternativas que promovam efetivamente uma interrelação entre justiça social, atividade econômica e equilíbrio ambiental, se pauta essencialmente na (in) sustentabilidade do capital.

Nos rápidos comentários que faz sobre as experiências do turismo no interior do país, Graziano da Silva apenas registra que os agricultores pobres tiveram limitadas oportunidades econômicas, e a maioria acabou sendo expropriada de suas terras:

[...] o que se tem observado é que por uma série de dificuldades de planejamento e gestão, e mesmo por falta de tradição, os pequenos produtores não têm se aventurado a implementar empreendimentos dessa natureza. Preferem vender as propriedades com algum potencial de exploração ecoturística a empresários ou grupos econômicos oriundos do mundo urbano. (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 4)

Por fim, existe outra dificuldade acerca do turismo “rural” que essa corrente de pensamento não consegue dar conta, a não ser pelos instrumentos do pensamento lógico (dados, estatísticas, etc.). Ela pode ser

---

<sup>35</sup> Os agricultores familiares têm duas características principais: a) suas propriedades são administradas pela própria família; b) nelas a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. Podemos dizer também que um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo; uma unidade de produção e de reprodução social. Esses agricultores são responsáveis pela produção de grande parte dos alimentos no Brasil.

<sup>36</sup> Com base na tipificação dos agricultores familiares feita pela FAO/INCRA, em 1994, por ocasião da formulação das Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a Pequena Produção, os agricultores familiares são divididos como periféricos, com renda monetária anual bruta inferior a R\$ 2.500,00; de transição, com RMB entre R\$ 2.500,00 e R\$ 6.000,00; e consolidados, com RMB superior a R\$ 6.000. Froehlich (2000) afirma que a maioria dos “rurícolas” que ilustra os *folders* turísticos não passa de gente humilde, cujas condições precárias de vida e de trabalho se transformam em signos de rusticidade e autenticidade.

resumida na forma de três perguntas: Por que o rural não é mais o outro extremo da dualidade progresso-atraso? Por que no campo coexistem atividades agrícolas e não agrícolas? Por que ele se tornou possibilidade de riqueza, lugar para a realização da identidade e, até mesmo, modelo alternativo de sociedade?

As respostas nos auxiliarão na nossa hipótese inicial, haja vista que iluminam outra hipótese que está implícita em sua formulação: a urbanização completa da sociedade. É com base nessa proposição lefebvriana que a análise segue.

### **TURISMO RURAL: UMA CONTRADIÇÃO DE TERMOS?**

No primeiro capítulo de *A revolução Urbana*, Henri Lefèbvre (2004) parte de uma hipótese para compreender uma realidade social em que a problemática urbana prevalecerá sobre todas as outras questões, inclusive as relacionadas ao crescimento econômico e à industrialização.

A hipótese é a urbanização completa da sociedade que, segundo o autor, hoje é virtual, amanhã real. Para formulá-la, Lefèbvre (2004) se baseia nas transformações ocorridas no campo, em razão de sua industrialização, e na implosão-explosão da cidade, em virtude da generalização da troca. Esse duplo movimento, ao mesmo tempo em que desfaz a dualidade campo-cidade, não mais permite que se continue pensando em termos de urbano e rural, uma vez que inaugura um novo processo, mais amplo, rico, profundo e dialético: a industrialização, antes produtora de urbanização, é agora produzida por ela.

Lefèbvre o explica com base num eixo espaço-temporal:

[...] espacial porque o processo se estende no espaço que ele modifica; temporal, uma vez que se desenvolve no tempo, aspecto de início menor, depois predominante, da história e da prática. (LEFÈBVRE, 200, p. 20)

No eixo existem balizas que, no início, determinam a ausência absoluta de urbanização, para, no final, indicarem a culminação do processo. Contudo, adverte o autor, esse esquema apresenta algumas arbitrariedades, pois qualquer tentativa de esquematização sempre corre o risco de lançar luz sobre alguns elementos, enquanto deixa outros na sombra, o que não invalida, porém, a necessidade de sua construção, muito menos sua importância em relação a outros recortes.

No marco zero (ausência de urbanização), estão os primeiros agrupamentos humanos, que já registram suas topias fundamentais, cujas formas serão apropriadas e aperfeiçoadas, mais tarde, pelas populações

camponesas. Desse período, Lefèbvre (2004) revela uma primeira ideologia que se esforça em velar o movimento dialético existente entre a cidade e o campo:

[...] a representação segundo a qual o campo cultivado, a aldeia e a civilização camponesa, teriam lentamente secretado a realidade urbana, corresponde a uma ideologia. Ela generaliza o que se passou na Europa por ocasião da decomposição da romanidade. Pode-se muito bem sustentar o contrário. A agricultura somente superou a coleta e se constitui como tal sob o impulso (autoritário) de centros urbanos (...). A cidade política acompanha, ou segue de perto, o estabelecimento de uma vida social organizada, da agricultura e da aldeia. (LEFÈBVRE, 2004, p. 21)

A cidade política, espaço da escrita, dos impostos, do poder, administra e controla tudo. A ela, operários, camponeses, artesãos, comerciantes, enfim, todos estão subjugados. A generalização da troca, no entanto, a ameaça, porque a propriedade mobiliária rompe sua coesão. No curso dessa luta, mais precisamente no fim da Idade Média, a praça do mercado torna-se central. A partir daí, a função comercial faz surgir uma nova forma urbana e, conseqüentemente, uma nova estrutura do espaço urbano.

A generalização da troca desequilibra o conjunto social, provocando uma inflexão do agrário para o urbano:

[...] desde então, a cidade não aparece mais, nem mesmo para si mesma, como uma ilha urbana num oceano camponês; ela não aparece mais para si mesma como paradoxo, monstro, inferno ou paraíso oposto à natureza aldeã ou camponesa. Ela entra na consciência e no conhecimento como um dos termos, igual ao outro, da oposição cidade-campo. (LEFÈBVRE, 2004, p. 24)

O ideal baconiano de controle sobre a natureza ilustra esse período no qual o Logos renasce, com a substituição da primazia camponesa pela prioridade urbana. É nesse momento também que o Leviatã (O Estado) se utiliza da rivalidade entre cidade e campo para estabelecer sua hegemonia, e, sob seu controle, a cidade ganha sua escrita: os planos de cidade.

A cidade comercial prossegue sua marcha ascendente, ela precede a indústria, que a fará explodir e implodir. As unidades industriais, num primeiro momento, não estão localizadas na cidade; pelo contrário, vinculam-se à não cidade, ausência ou ruptura da realidade urbana, e, desse modo, assim como a troca lançou sua ação conquistadora sobre a antiga cité, elas vão corroer o tecido social da cidade comercial que, por sua vez,

tentará se defender por meio do

(...) corporativismo, pela imobilização das relações. O continuísmo histórico e o evolucionismo mascaram esses efeitos e rupturas. Estranho e admirável movimento que renova o pensamento dialético: a não-cidade e a anticidade vão conquistar a cidade, penetrá-la, fazê-la explodir, e, com isso, estendê-la desmesuradamente, levando à urbanização da sociedade, ao tecido urbano recobrando as reminiscências da cidade anterior à indústria. (LEFÈBVRE, 2004, p. 25)

A explosão-implosão da cidade lança estilhaços para todos os lados (periferias, subúrbios, residências secundária, satélites, etc.) e concentra pessoas, objetos, instrumentos, pensamentos, poder e capital. O crescimento da produção industrial, ao mesmo tempo em que se superpõe às trocas comerciais, as multiplica. Do proletário ao bóia fria, todos se tornam mercadorias, à medida que a relação social de exploração se generaliza.

A exploração confere uma nova sociabilidade que desestrutura a baseada na prestação de serviços, no compadrio, na produção de valores de uso e na ajuda mútua. Se algumas manifestações culturais provam o contrário, é porque o grau de penetração ainda não foi suficiente para transformá-las por completo.

Os conteúdos do rural se desfazem diante da urbanização da sociedade. Apesar disso, a forma campo se torna o lugar por excelência onde são simulados os resíduos do rural - o bucólico, o homem simples e a natureza intocada estimulam novos negócios e um modelo “alternativo” de vida. A forma cidade, por sua vez, inspira sonhos utópicos, cujo ponto de partida é a própria negação dela (shoppings centers, condomínios fechados, cidades ecológicas, etc.).

Nesse momento, Lefèbvre traça uma última baliza que anuncia a zona crítica:

[...] o que se passa durante a fase crítica? Esta obra tenta responder a esta interrogação, que situa a problemática urbana no processo geral. As hipóteses teóricas que permitem traçar um eixo, apresentar um tempo orientado, transpor a zona crítica pelo pensamento, indo além dela, permitem apreender o que se passa? Talvez. Já podemos formular algumas suposições. Dá-se - salvo prova em contrário - uma segunda inflexão [...]. (LEFÈBVRE, 2004, p.27)

Essa segunda inflexão pode ser observada pela importância que, no atual estágio do capitalismo (financeirização da acumulação), a apropriação

privada do espaço tem para manter as estruturas definitórias do capital:

[...] o espaço não é mais simplesmente o meio indiferente [...]. Ele se torna produto do trabalho social, isto é, objeto muito geral da produção, e, por conseqüência, da formação da mais-valia. É assim que a produção se torna social nos próprios marcos do neocapitalismo. (LEFÈBVRE, 2004, p. 143)

Não se trata, portanto, de extrair o subproduto da sociedade por este ou aquele produto da industrialização, mas, antes de tudo, de formar, realizar e distribuir a mais-valia de uma nova maneira.

A turistificação das formas campo e cidade; as operações de elevação da renda da terra urbana, mais conhecidas como revitalização, requalificação e gentrificação de espaços públicos; o imenso consumo de produtos de baixa qualidade, descartáveis e bem acomodados nas prateleiras de sofisticados e climatizados shoppings centers; além da proliferação de condomínios fechados seriam exemplos dessa nova dinâmica da acumulação capitalista, em que a apropriação, ou mais precisamente, a expropriação indiscriminada dos espaços existentes pelo capital evidencia a problemática urbana.

No entanto, se poderia objetar que a produção social do espaço não é uma novidade, porque, como vimos ao longo do eixo espacial-histórico, nos diferentes contextos, o espaço foi produzido conforme as relações dominantes de produção.

Todavia, essa produção está ocorrendo em escala global, a fim de garantir a própria sobrevivência do capital e do seu metabolismo (LEFÈBVRE, 2004). E é nela que reside a hipótese teórica deste trabalho: a importância igual, ou até maior, dada pelo capital à sua reprodução sociometabólica, se comparada à exploração direta capital-trabalho. Dito de outra forma, a relação social exclusão se afigura mais importante que a exploração.

A relação social exclusão não designa uma existência global de indivíduos situados “fora” da ordem social. Trata-se, antes, da expropriação do ser, da segregação do espaço, da produção de miséria humana.

No que aqui nos concerne, ela aparece nas conseqüências da turistificação do campo promovidas pelas diferentes frações do capital, seja na forma de rentismo, proporcionado pela renda monopolista extraída dos potenciais paisagísticos do campo, seja na maneira como os ativos financeiros buscam transformar a propriedade imobiliária em quotas negociáveis na bolsa de valores, ou ainda, na forma de grandes

complexos turísticos, erguidos pela mão forte da indústria da construção civil<sup>37</sup>.

Todas essas formas de manifestação têm como pressuposto a homogeneização, a fragmentação e a hierarquia do campo, principais características espaciais do capitalismo, e, à medida que essa racionalidade do repetitivo e do reprodutível avança, nossa hipótese ganha contornos mais nítidos, tornando legítima sua formulação, sem, no entanto, reivindicar para si a realidade.

Afinal de contas, como nos lembra Lefèbvre (2004, p.16), “o conhecimento não é necessariamente cópia ou reflexo, simulacro ou simulação, de um objeto já real”.

## CONCLUSÃO

É pela história e na história que devemos explicar qualquer fenômeno social. Por isso, interpretar o sentido da turistificação do campo e suas conseqüências com base em dados, estatísticas e eventos somente alimenta as coerências do pensamento lógico, em detrimento das contradições da vida.

Pode-se até conceber o pensamento lógico como ponto de partida, como primeiro contato com o objeto estudado, entretanto, ele nunca pode ser o fim. Existem obstáculos que obscurecem sua visão, que não o permitem enxergar certas relações que se formam pelo movimento dialético da história.

Esse pensamento, por exemplo, foi incapaz de apreender as transformações ocorridas no campo pela exploração capitalista e a violência nela contida, quando entou para quem quisesse ouvir as promessas da modernidade e sua ideologia do progresso.

Hoje, mais uma vez, seus representantes, ao tratarem da transformação de pequenos agricultores em empresários do turismo, se mostram cegos às rupturas que modelam a realidade social do campo e às continuidades que determinam a direção do processo, e, assim, estabelecem

---

<sup>37</sup> No Brasil, o complexo turístico Costa do Sauípe ilustra como as diversas frações do capital se realizam com a produção do espaço. Situado no interior da Bahia, a 80 Km de Salvador, na fazenda Sauípe, esse *megaresort* foi construído pela ODEBRECHT S.A - proprietária do terreno onde o empreendimento está localizado, com investimentos oriundos da venda de quotas para o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (Previ). O governo estadual, por sua vez, além de executar as obras de infra-estrutura básica, construiu uma estrada ligando Sauípe a Salvador (BA-099). Conforme retratam as manchetes locais, em razão da valorização do preço da terra, muitas áreas foram “privatizadas”, o que resultou em conflitos entre construtoras, promotores imobiliários e população local. Vale destacar também o movimento contraditório das frações do capital, pois, cada vez que o preço da terra subia, maior era a soma de investimento feito pelos construtores que se transformava em renda da terra.

mais limites do que possibilidades para suas proposições.

Indo na direção contrária e tomando distância das análises sobre o “turismo rural”, este trabalho teve como premissa a formulação de uma hipótese, cuja legitimidade aponta para a contradição entre os dois termos, haja vista que a condição de realização do primeiro pressupõe a superação do segundo.

Porém, se todas as provas e os argumentos apresentados não for suficiente para definir um desdobramento das relações sociais que fundamentam a urbanização do campo, o certo é que a atividade turística renova as formas de enriquecimento dos “novos” velhos senhores da terra.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar Editor, 2005.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: **Congresso Brasileiro de Turismo**, n. 1, Piracicaba, 1999. Anais ..., Piracicaba: FEALQ, 1999.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. Ecologia e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Revista Crítica Marxista, São Paulo**, n.16, 2003.

FROEHLICH, José. Turismo Rural e Agricultura Familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o desenvolvimento local. In: ALMEIDA, Joaquim e RIEDL, Mario (Orgs.). **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.

LEFÈBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

OURIQUES, Henrique. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Alínea, 2005.

## A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOB O OLHAR DAS RURALIDADES: UMA LEITURA DA PAISAGEM

*Michele LINDNER*

### INTRODUÇÃO

O espaço geográfico é considerado um dos conceitos-chave da geografia contemporânea. Sua significação representou durante muito tempo motivo de inquietações entre geógrafos e outros estudiosos do tema.

Visto primeiramente como sinônimo de espaço natural, o qual o homem ocupava e transformava de acordo com suas necessidades, o espaço representou algo absoluto, ou seja, o palco onde a vida humana acontecia. Essa concepção sofreu alterações ao longo da história do pensamento geográfico, e atualmente, os estudos de natureza espacial podem representar enfoques diferenciados.

A partir do espaço podemos estudar a problemática ambiental, as relações de dominação tanto política quanto econômica e as questões culturais. Suertegaray (2001) coloca que a partir da definição do conceito de espaço geográfico, os geógrafos trabalham com conceitos mais operacionais como paisagem, território, lugar e ambiente, os quais representam as possibilidades de leitura deste. Segundo a autora, essas possibilidades analíticas levam a diferentes enfoques, pois cada uma delas enfatiza uma dimensão da complexidade do espaço, como o econômico/cultural (na paisagem), o político (no território), a existência objetiva e subjetiva (no lugar) e a transfiguração da natureza (no ambiente).

Dessa maneira, para se identificar e interpretar a presença de ruralidades em pequenos municípios, a leitura do espaço a partir da paisagem torna-se um importante instrumento analítico, pois as ruralidades se manifestam no modo de vida das pessoas, frutos de seu trabalho, cultura e tradições, materializando-se nesses locais e dando uma configuração diferenciada ao espaço.

Porém, ao se abordar a temática das ruralidades, cabe destacar que a

concepção tradicional do rural como o lugar do atraso e da rusticidade e do urbano como o lugar do progresso e da modernidade, não podem mais ser tidas como absolutas. Tanto o rural como o urbano tem passado por grandes transformações que fazem com que estes espaços tenham características distintas dessa visão. O processo de modernização da agricultura, seguido pelas facilidades do acesso aos meios de comunicação, transformaram profundamente a realidade do meio rural.

Nesse contexto, Wanderley (2001) destaca que a sociedade brasileira esta tendo um novo olhar sobre o rural. Antes visto como uma fonte de problemas, este passa a apresentar indícios de ser também portador de “soluções”, com o crescimento da busca por um maior contato com a natureza e o aprofundamento das relações sociais mais pessoais, tidas como predominantes entre os habitantes do campo.

Essas características tidas como eminentes do rural, muitas vezes também podem ser percebidas em pequenas cidades ou vilarejos. Nesses locais existe uma carga cultural, que pode ser traduzida através do apego às tradições, evidenciada nas relações sociais da população, suas festividades, gastronomia e economia. Esse conjunto de fatores representa a identidade social da comunidade, a qual reproduz o modo de vida do campo na cidade, ou seja, as ruralidades presentes no espaço urbano.

Nesse contexto, esse artigo tem como objetivo buscar uma proposta de identificação das ruralidades presentes no espaço de pequenos municípios, a partir da leitura da paisagem. Para isto, parte-se para a busca do entendimento da noção de espaço geográfico, fazendo um breve resgate da sua significação ao longo da história do pensamento geográfico. Na seqüência, aborda-se a noção de paisagem e suas formas de leitura do espaço, partindo-se assim para a definição da abordagem das ruralidades como elementos representativos da cultura.

## **AS INTERPRETAÇÕES DO ESPAÇO NA GEOGRAFIA**

O conhecimento geográfico sempre esteve relacionado a estudos de natureza espacial, porém a definição de espaço se encontra muitas vezes implícita nos estudos ou é apresentada de forma confusa. Visões diferenciadas sobre a natureza do espaço permearam o pensamento geográfico ao longo de sua trajetória e de suas escolas.

O conhecimento geográfico no positivismo clássico orientou a produção de uma geografia das aparências ou da superfície. O positivismo lógico determinou uma abordagem da geografia do padrão espacial. O materialismo histórico-dialético leva à perspectiva de que a produção da sociedade leva à produção do espaço, porém resulta num espaço

fragmentado, desigual, ou seja, cria-se a geografia das desigualdades socioespaciais (BESSA, 2004).

Na Geografia Tradicional, o espaço não representou um conceito-chave dos estudos geográficos, nesse período que compreende entre 1870 a antes de 1950, a paisagem e a região, incluindo conceitos de paisagem, região natural, região-paisagem, paisagem cultural, gênero de vida e diferenciação de áreas representavam os principais focos de estudo da geografia. (CORRÊA, 1995).

Mesmo o espaço não representando o conceito-chave da Geografia Tradicional, ele aparece de forma implícita nos estudos de Ratzel, em sua Antropogeografia, na qual os conceitos de espaço e território são desenvolvidos, e em Hartshorne, que vê o espaço como um receptáculo, ou seja, um espaço absoluto.

Trata-se de uma visão kantiana, por sua vez influenciada por Newton, em que o espaço (e o tempo) associa-se a todas as dimensões da vida. A geografia constituir-se-ia na ciência que estudaria todos os fenômenos organizados espacialmente, enquanto a História, por outro lado, estudaria os fenômenos segundo a dimensão tempo. (CORRÊA, 1995, p.18)

Nessa visão, o espaço visto como fixo e imutável, seria a condição da existência dos objetos que o compõe. De acordo com essa concepção não é possível falar de produção do espaço e sim ocupação do espaço, pois este é preexistente.

Com a revolução teórico-quantitativa na década de 1950, baseada no positivismo lógico, o enfoque epistemológico e metodológico da geografia sofre mudanças, a paisagem deixa de ser o conceito-chave, dando lugar ao espaço e a região é redefinida. Assim, a geografia adota a visão de unidade epistemológica da ciência, baseada nas ciências da natureza e na física, o raciocínio hipotético-dedutivo foi consagrado e utilizaram-se modelos matemáticos, na prática a vinculação com planejamento público e privado foi intenso (CORRÊA, 1995).

De acordo com Bessa (2004), essas transformações são associadas a uma metodologia orientada para a organização espacial, sendo seus instrumentos analíticos o uso da lógica matemática, da concepção sistêmica e de modelos lógicos, preocupando-se com o caráter científico da análise geográfica.

Nesse contexto, o espaço é considerado da seguinte forma: a planície isotrópica, uma superfície uniforme tanto geomorfológicamente, como no clima, na cobertura vegetal e na ocupação humana, onde ações de mecanismos econômicos levam a diferenciação do espaço, que é

determinado pela distância como nos anéis concêntricos de von Thünen (CORRÊA, 1995).

Esse modelo de organização espacial abordado na Geografia Teorético-Quantitativa relaciona-se à concepção de espaço relativo, no qual o espaço é entendido a partir da relação entre os objetos que o compõe, ou seja, ele é resultado de processos.

Com um enfoque sobre o espaço geográfico diferenciado da Geografia Teorético-Quantitativa, surge na década 1970 a Geografia Crítica. Nessa escola, o conceito-chave continua sendo o espaço, porém este passa a ser visto a partir de seu conteúdo social. A chamada revolução crítica provocou mudanças na geografia e principalmente na noção de espaço que deixou de representar apenas localização de fenômenos, passando ao entendimento de espaço como um produto histórico e social. Nesse caso a noção de espaço está relacionada à vida material humana. Assim as pesquisas orientavam-se na busca da origem, natureza e conseqüências da diferenciação espacial, diferente da Teorético-Quantitativa que tratava a diferenciação espacial a partir de condições homogêneas, o ponto de partida da concepção marxista é o espaço como um produto social (BESSA, 2004).

O espaço social de Lefebvre, visto como um produto da ação humana sobre a natureza, representou uma grande contribuição para os estudos espaciais, servindo de inspiração para Milton Santos. Dessa forma, na concepção de Santos (1999, p. 49) “o espaço constituiu uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação”. Em sua visão, para se estudar o espaço é necessário entender sua relação com a sociedade, pois é ela que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para se entender a produção do espaço. Portanto, Santos (2006, p.12) define o espaço como um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”.

Nesse contexto, o espaço é visto como uma construção humana, um espaço relativo formado a partir da materialidade e temporalidade da paisagem, constituindo-se em um espaço social, diferenciado da concepção de espaço absoluto, onde o espaço era visto como um receptáculo, um palco onde a vida humana se desenvolvia.

Distinções sobre os tipos de espaço são encontradas em Harvey (1980). O autor diferencia o espaço absoluto, o relativo e outra aceção de espaço relativo, o qual propõe de chamar de relacional. Segundo Harvey, o espaço absoluto possui uma existência independente da matéria, possuindo uma estrutura que pode ser utilizada para classificar ou individualizar fenômenos. O espaço relativo seria entendido como uma relação entre objetos, e existiria somente porque os objetos existem e se relacionam. E o

espaço relacional, espaço tomado à maneira de Leibniz, seria o espaço que está contido em objetos, ou seja, “um objeto existe somente na medida em que contém e representa dentro de si próprio as relações com outros objetos” (HARVEY, 1980, p. 5).

Na Geografia Humanista que surge nos anos 1970, e se acentua nas décadas de 1980 e 1990, os conceitos de paisagem, território e lugar, voltam a ter importância, porém o espaço continua sendo uma noção fundamental para a geografia, adquirindo o significado de espaço vivido. Essa corrente da geografia tem o singular (particular) como base das análises e a percepção como instrumento da Geografia Cultural (ROCHA, 2008).

Dessa forma, destaca-se que ao utilizar-se a percepção para a análise de fenômenos espaciais, estes passam a ser visto a partir de seus significados e suas relações uns com os outros e com seu meio. Dessa forma, o mais prudente está em pensar o espaço de acordo com a concepção de Leibniz (HARVEY, 1980), no qual o espaço contém e esta contido nos objetos, produzindo-se assim a partir da cultura da sociedade local, que através de seus costumes e modos de vida moldam e criam seu espaço, onde tudo encontra-se inter-relacionado e as partes geram as significações do todo.

Portanto, a Geografia Cultural ao se utilizar da percepção como instrumento de análise, tem na paisagem uma importante categoria de leitura do espaço, a qual apresenta em suas materialidades elementos recheados de simbolismo e significações da cultura do povo que a habita, a constrói e a transforma constantemente. E é a partir da noção de paisagem como instrumento de leitura e interpretação do espaço, que se busca fazer um breve resgate desse conceito, para então discorrer sobre a sua importância nos estudos culturais atuais.

## **A PAISAGEM COMO FORMA DE LEITURA DO ESPAÇO**

A paisagem, assim como o território, o lugar, a área e a região, podem representar uma forma de leitura do espaço. Essa forma de leitura do espaço, que se dá através da materialidade das relações sociais e que muitas vezes expressa a cultura local, nem sempre foi entendida dessa forma na história do pensamento geográfico. A paisagem para a geografia é anterior ao espaço, tendo representado o conceito-chave para a Geografia Tradicional.

A noção de paisagem já existe há muito tempo, mesmo antes da elaboração de seu conceito para fins de estudos, essa noção já era encontrada, nas artes, na literatura e no paisagismo. As manifestações de referências às paisagens podem ser observadas a partir das pinturas rupestres e nas obras de muitos artistas que procuravam através delas expressar culturas e sentimentos. No que se referem ao paisagismo, elas apareceram na

antiguidade em forma de jardins artificiais no interior de edificações, representando dessa forma um espaço de lazer e segurança em contato com a natureza.

A conceituação de paisagem só foi surgir na Alemanha do século XVIII com Humboldt. Ele se destacou na escola alemã no estudo da paisagem com sua visão holística que associava elementos da natureza à ação humana. A partir disto, outros geógrafos se dedicam ao estudo da natureza procurando definir *landscape* a partir do século XIX. Ritter não teve como centro de seus estudos a paisagem e sim a região, já Ratzel utilizou o conceito de paisagem diferentemente de Humboldt, vendo esta de forma antropogênica, sendo a paisagem resultado do distanciamento do espírito humano com seu meio natural. “Ratzel não destaca a paisagem como uma forma local e delimitada, que exerce uma influência direta na sua cultura, mas utiliza o termo em forma genérica misturando-o com o termo “terra” (SCHIER, 2003, p. 82).

No início do século XX a abordagem cultural é introduzida à noção de paisagem por Otto Shlütter, porém assim como para Ratzel a abordagem de cultura era limitada devido à influência darwinista que atribui aos utensílios e técnicas a dominação do meio. Partindo também das concepções de Ratzel, na França, no início do século XX, Paul Vidal de La Blache, considerou a paisagem como o relacionamento do meio com as sociedades humanas, introduzindo o conceito de gênero de vida (RISSO, 2008).

Em 1913 Siegfried Passarge, geógrafo alemão, surge com a noção de “geografia da paisagem”, colocando a paisagem como aquilo que os olhos podem ver. O estudo da paisagem focando elementos culturais dominou a geografia alemã nos anos 1920 a 1960. Na geografia norte-americana, as noções de paisagem natural e paisagem cultural foram apresentadas pelo alemão Carl Sauer. Porém, a partir dos anos 1940 a geografia norte-americana passou a dedicar-se aos estudos quantitativos e o termo paisagem foi substituído por região (RISSO, 2008).

No início dos anos 1970, o conceito de paisagem emerge com novas abordagens, voltando a ter importância para os estudos geográficos. Para a Nova Geografia a paisagem passa a ser vista do ponto de vista sistêmico, como um geossistema, já para a Geografia Humanística a paisagem é vista através da percepção.

A percepção torna-se um instrumento muito importante para a Geografia Humanista, em especial para a Geografia Cultural nos anos 1980, que se utiliza dela para tentar compreender a paisagem simbólica. A paisagem simbólica representa uma abstração da cultura e sentimentos, nela não está contida apenas a materialidade da cultura e da natureza, estão implícitos nas representações visíveis da paisagem uma série de elementos e

valores de uma sociedade.

No universo subjetivo estão incluídos os sentimentos em relação às paisagens, ou seja, afetividades, vivências, experiências, valores, a cultura simbólica, as representações, identidades e territorialidades, que, segundo o tipo de experiência com a Natureza, ou percepção, reflete diferentes sentimentos e comportamentos em relação a ela. (RISSO, 2008, p. 72)

Para Carlos (1986) a paisagem possui um papel importante no entendimento espacial, pois ela representa a materialização das relações sociais, e a vida cotidiana de uma sociedade pode ser percebida através dela. Nesse contexto a autora propõe a análise da paisagem através da análise da forma (as construções como elementos estáticos da paisagem) e da análise do cotidiano (os “momentos” da vida das pessoas como elementos móveis da paisagem), ou seja, a análise da paisagem a partir do espaço construído e do movimento da vida.

A paisagem geográfica é a forma exterior, a aparência “caótica”, sob a qual se descortina a essência articulada e objetiva do espaço geográfico. Esta paisagem, este “instantâneo” que surge, à primeira vista, aos olhos do pesquisador, não é estático mas prenhe de movimento, de vida, de uma vida rica de relações que o homem (o indivíduo) mantém dia após dia para se reproduzir enquanto ser humano, membro de uma sociedade e enquanto espécie. (...)

Essa paisagem é humana, histórica e social e se justifica, existe pelo trabalho do homem, ou melhor, da sociedade que a cada momento ultrapassa a anterior. É produzida e justificada pelo trabalho enquanto atividade transformadora do homem social, fruto de um determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas, que aparece aos nossos olhos por exemplo, através do tipo de atividade, do tipo de construção, da extensão e largura das ruas, estilo e arquitetura, densidade de ocupação, tipo de veículos, tipo de necessidades, usos, etc. (CARLOS, 1986, p. 56)

Cabe destacar que no estudo de Carlos (1986), que analisa a (re) produção do espaço urbano, influenciado pela industrialização, na região metropolitana de São Paulo, a leitura do espaço a partir da paisagem leva em conta a materialidade gerada pelo trabalho, ou seja, é o trabalho humano que constrói o espaço. De outra forma, o desenvolvimento desse artigo nos leva a uma leitura da paisagem alçada a um viés mais simbólico/cultural o qual, além do trabalho humano, envolve uma série de outros elementos e tem na percepção um importante instrumento de análise espacial. Portanto,

a análise do espaço sob o olhar das ruralidades, tendo a paisagem como uma forma de leitura do espaço, é inspirada em Carlos (1986), porém adaptada a outra realidade de estudo.

Tanto Corrêa (2001) quanto Claval (2007) discorrem que a paisagem possui uma faceta funcional e outra simbólica, pois ela expressa diversos aspectos. Nesse contexto, a paisagem não pode mais ser vista estritamente como paisagem natural, o conteúdo simbólico da paisagem desnaturaliza o significado e revela sua dimensão cultural, e dessa forma, traz em si a idéia de natureza e sociedade, objetividade e simbolismo (LUCIARI, 2001).

Através do conteúdo simbólico e funcional da paisagem muitas facetas culturais podem ser identificadas. Os modos de vida de uma sociedade são revelados através da paisagem, no seu conteúdo estático e no seu conteúdo móvel e podem servir como um importante instrumento para os estudos culturais que buscam entender a produção do espaço.

Em pequenos municípios no interior do Brasil, é muito comum encontrar no espaço urbano características típicas do espaço rural, ou seja, ruralidades no espaço urbano. Essas características, que podem ser identificadas na análise da paisagem, transpõe a cultura desses locais, os modos de vida de seus habitantes, que muitas vezes estão intimamente ligados às tradições passadas através das gerações e que continuam perpetuadas nos hábitos cotidianos das sociedades e na configuração das cidades.

Nesse sentido, Claval (2007) coloca que as sociedades muitas vezes ocupam espaços herdados de seus ancestrais ou de dominações estrangeiras, porém, as formas visíveis não revelam tudo sobre a cultura dos grupos, sendo que, dessa forma, o papel da cultura é mais reinterpretar o espaço do que de desenhá-lo. E é nesse sentido que a identificação e interpretação das ruralidades remanescentes em pequenos municípios podem contribuir para o entendimento de uma sociedade e de seu espaço.

## AS RURALIDADES COMO ELEMENTO CULTURAL

Para entender as ruralidades como elementos reveladores da cultura de uma sociedade, é necessário que se tenha claro o significado dessa noção. Atualmente se analisarmos o discurso referente às ruralidades, este irá nos remeter ao “novo rural”, o qual se apresenta muitas vezes como sinônimo de natureza, ar puro, alimentos saudáveis, relações pessoais mais próximas, entre outros aspectos que simbolizam melhor qualidade de vida. Porém, a interpretação da noção de ruralidades não se baseia apenas nessa concepção.

As ruralidades podem ser interpretadas a partir de duas correntes. De acordo com Candiotto e Corrêa (2008), a primeira corrente vê a ruralidade como um processo de valorização do rural, a qual vem sendo disseminada

por instituições globais através de financiamentos e políticas públicas. Essas instituições defendem o discurso da redução da pobreza e desigualdades sociais, porém segundo os autores está implícita nesse discurso a ampliação das relações capitalistas, através de novas atividades agrícolas e não agrícolas no espaço rural.

Nessa perspectiva, a nova ruralidade não é algo construído socialmente pela população rural, mas mais uma idéia imposta por organismos concentradores do poder, cristalizada no discurso, porém muitas vezes não concretizada, que passa a ser utilizada e propagada por diversos pesquisadores como novos aspectos da realidade do espaço rural. (CANDIOTTO E CORRÊA, 2008, p. 232)

A segunda corrente, que vai mais ao encontro da noção abordada por este artigo, coloca as ruralidades como realidade empírica, construída, sobretudo de forma endógena. “As ruralidades seriam compostas por objetos, ações e representações peculiares do rural, com destaque para as representações e identidades rurais dos indivíduos e grupos sociais” (MOREIRA, 2005 apud CANDIOTTO E CORRÊA, 2008, p. 233).

Dessa forma, o que permitirá falar em ruralidades são as articulações entre as noções de rural e de identidade social, relações específicas dos habitantes do campo com a natureza e sua comunicação direta, face a face (MOREIRA; GAVIRIA, 2002).

Essas relações específicas dos habitantes do campo, muitas vezes nos remetem a resquícios do rural tradicional. E nesse sentido, torna-se necessário resgatar um pouco a discussão sobre a dicotomia rural-urbano.

Durante muito tempo o espaço rural e o espaço urbano foram considerados como antagônicos, o primeiro apresentado como sinônimo de atraso e rusticidade e o segundo como sinônimo de modernidade e desenvolvimento.

Essa concepção pode ser evidenciada no trabalho de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981), onde esses autores procuram delinear as diferenças fundamentais entre o rural e o urbano, buscando uma definição sociológica desses dois espaços. Segundo os autores essa definição deveria ser uma definição composta, ou seja, a combinação de vários traços típicos e não levando em conta apenas uma característica.

Na concepção de Sorokin et al. (1981), entre o rural e o urbano existiriam nove diferenças fundamentais:

*- as diferenças ocupacionais, as quais gerariam outras diferenças. Nesse caso o habitante do rural estaria ocupado com a agricultura, ou seja, a coleta e cultivo de plantas e animais;*

- as diferenças ambientais, nas quais os trabalhadores rurais trabalhariam mais ao ar livre em contato com a natureza, ao contrário das populações urbanas que estariam em um ambiente artificial da cidade;
- as diferenças no tamanho das comunidades, onde existiria uma correlação negativa entre o tamanho da comunidade e a percentagem da população ocupada na agricultura;
- as diferenças na densidade populacional, nas quais as comunidades de agricultores teriam uma densidade populacional mais baixa do que das comunidades urbanas;
- as diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações, nas quais as populações das comunidades rurais tenderiam a ser mais homogêneas em suas características psico-sociais;
- as diferenciações na estratificação e complexidade social, na qual população do campo seria mais homogênea, enquanto os aglomerados urbanos seriam marcados por uma complexidade maior manifesta em uma maior diferenciação e estratificação social;
- as diferenças na mobilidade social, pois a classe urbana seria mais móbil e dinâmica que a rural, deslocando-se mais de lugar, de ocupação, de posição social, da riqueza para a pobreza e vice-versa;
- as diferenças na direção da migração, pois correntes de população indo do campo para a cidade são maiores que as da cidade indo para o campo;
- as diferenças no sistema de integração social, pois os moradores rurais teriam contato com menor número de pessoas, porém estes seriam mais diretos e duradouros do que os dos moradores da cidade.

Analisando as diferenças apresentadas no estudo de Sorokin et al., Solari (1979), ressalta que existem populações rurais, como do tipo fronteiro, que são mais heterogêneas que populações urbanas de cidades do interior de certos países e que esses critérios diferenciais não são válidos para todos os casos.

Para Solari (1979) seria preciso distinguir a teorização sobre a sociedade rural, como ela se apresenta nas sociedades pré-industriais ou subdesenvolvidas e nas industriais. Segundo o autor, nas industriais existiria a tendência de se acentuar o processo de urbanização da vida rural, ocorrendo uma fuga do centro da cidade e uma profunda transformação na sociedade rural, na qual o agricultor tenderia a se dirigir a um mercado cada vez mais extenso, convertendo-se em um empresário.

Dessa forma, a concepção clássica, da dicotomia do rural e do urbano apresentada por Sorokin et al., onde esses dois espaços são vistos como opostos passa a sofrer objeções. Essas objeções partem da observação

de que entre o meio rural e o urbano existiria uma gradação infinita, em outras palavras um contínuo (SOLARI, 1979).

Também, na concepção de Wanderley (2001), não poderia existir apenas o rural e o urbano sem algo que intermediasse essa relação, existiriam vários elementos que dariam a continuidade entre esses dois aspectos. Dessa forma, a autora ressalta que a vertente do continuum rural-urbano refere-se a uma relação que aproxima e integra esses dois pólos, onde a hipótese central, mesmo ressaltando as semelhanças e a continuidade, não destrói as particularidades destes, além de não representar o fim do rural. Portanto, nessa concepção “o continuum se desenha entre um pólo urbano e um pólo rural, distintos entre si e em intenso processo de mudança em suas relações” (Wanderley, 2001, p. 33).

Percebe-se já nesse discurso, que a vertente do continuum ressalta a mudança das relações entre esses dois espaços, tornando-os cada vez mais próximos e deixando de ser opostos, porém não preconiza o fim das áreas rurais.

Ao referir-se ao possível fim das áreas campestres, devido a urbanização implacável, Biazzo (2007) coloca que alguns autores a partir do fim dos anos 80 do século XX, já verificavam situações de recuperação do dinamismo de espaços tidos como rurais, contrariando a idéia do fim dessas áreas.

Em espaços próximos a grandes cidades dos países centrais e, também, semiperiféricos, a população residente no campo começou a se inserir no mercado de trabalho de atividades turísticas, na medida em que a população da cidade, principalmente e da metrópole evoluída, hipertrofiada, vem procurando se recolocar em contato com a natureza e a tranquilidade esvaídas do ambiente metropolitano. (BIAZZO, 2007, p. 13)

Nas últimas décadas tem se destacado uma nova percepção do campo, relativo a um modo de vida “alternativo” e ambientalmente sustentável, correspondente a um resgate da natureza pelos habitantes da cidade que se dirigem ao campo (BIAZZO, 2007).

Dessa forma, a visão do rural como sinônimo de atraso, deu lugar à valorização da cultura rural, a qual guarda resquícios do rural tradicional nos seus modos de vida, refletidos nos contatos próximos, na vida pacata, na proximidade com a natureza, no apego as tradições dos antepassados, que podem ser traduzidos como a presença das ruralidades.

Contudo, mesmo representando as relações específicas dos habitantes do campo, Carneiro (1998 apud CANDIOTTO E CORRÊA, 2008) coloca que a ruralidade não é definida como oposição a urbanidade,

ela é um processo dinâmico em constante reestruturação de valores locais, hábitos e técnicas, incorporados a partir da relação entre campo e cidade.

Isso é ressaltado por Candiotto e Corrêa (2008) ao colocar que, além da população rural, a urbana também apresenta suas ruralidades, as quais são idealizadas pela mídia que vende o rural como sinônimo de natureza e vida mais saudável. Assim como a população rural possui urbanidades devido à incorporação dos valores urbanos, seja por meio da televisão ou da internet.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do espaço possibilita desvendar as facetas culturais de uma sociedade. Ao enxergarmos o espaço como um conjunto de inter-relações, torna-se possível identificar os elementos que produzem o espaço a partir da paisagem.

Dessa forma, a paisagem vista pelo viés cultural, através de uma análise da simbologia das formas é um importante instrumento para identificar a presença das ruralidades. Nesse sentido, considera-se de fundamental importância a análise da paisagem estática (análise das formas) e da paisagem móvel (análise do cotidiano) utilizadas no estudo de Carlos (1986).

A análise da paisagem estática, a partir da identificação das formas materializadas como o estilo das casas, das ruas, das praças, das igrejas, dos estabelecimentos comerciais, dos locais de convivência da população, revela as preferências, as influências e o ritmo de vida da população local. Mas é a partir da análise da paisagem móvel, que esse ritmo de vida vai ser desvendado ao se observar o movimento da sociedade. Portanto, da mesma maneira, que na análise das formas, no movimento da sociedade, elementos das ruralidades podem ser observados.

Esses elementos se revelam na vida pacata da população de pequenos municípios, que pode ser expressa através do movimento do trânsito local, ou então nos contatos próximos entre as pessoas, observados nas relações com os vizinhos, onde ainda são comuns as visitas nos finais de tarde ou fins de semana. As ruralidades na paisagem móvel também se revelam na religiosidade da população, ou nos eventos sociais, como em festividades que envolvem grande parte da comunidade local, que participa e trabalha nelas. Essas festividades muitas vezes visam comemorar as colheitas ou então tem motivações religiosas, elas ocorrem em salões paroquiais ou em clubes tradicionais da cidade.

Portanto, trata-se de uma série de elementos revelados através da paisagem que podem auxiliar na compreensão da produção do espaço

sob a perspectiva das ruralidades. Contudo, para o entendimento dos processos de formação e permanência desses elementos é necessário ter claro a importância da utilização de outras técnicas, como a análise histórica e documental, as entrevistas com moradores locais, representantes dos poderes públicos, líderes religiosos e pessoas mais antigas da comunidade.

## REFERÊNCIAS

BESSA, Kelly Cristine. A diferenciação espacial e as interpretações da Geografia Teorético-Quantitativa e da Geografia Crítica. In: **Sociedade & Natureza**. Uberlândia, 16 (31): 101-124, dez. 2004.

BIAZZO, Pedro Paulo. CAMPO E RURAL, CIDADE E URBANO: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. In: MARAFON, Gláucio José; PESSÔA, Vera Lucia Salazar (Org.). **Interações Geográficas: a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa**. Uberlândia: Roma, 2007.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; CORRÊA, Walquíria Kruger. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. In: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008. Disponível em: < <http://www.campoterritorio.ig.ufu.br>>. Acesso em: 12 jun. 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano: o caso de Cotia, São Paulo**. 1986. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1986.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 3ª ed., Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: **Geografia: conceitos e temas**. CASTRO, Iná Elias de.; GOMES, Paulo Cesar da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. **Trajatórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

LUCIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001

MOREIRA, Roberto José; GAVIRIA, Margarita Rosa. Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na Comunidade de Taquari. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. p. 47-72, abril 2002. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezoito/roberto18.htm>. Acesso em: 11 jun. 2008.

RISSO, Luciene Cristina. **Paisagens e cultura**: uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade indígena amazônica. In: Espaço e cultura. Rio de Janeiro, n. 23, p. 67-76, jan./jun. de 2008.

ROCHA, José Carlos. Diálogo entre as categorias da geografia: espaço, território, e paisagem. In: **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 9, n. 27 set/2008 p. 128 – 142. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>. Acesso em: 20 mai. 2009.

SANTOS, Milton. Modo de produção técnico - científico e diferenciação espacial. In: **Revista Território**. Ano IV, nº 6, jan./jun. 1999.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. In: **RA'E GA**. Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003. Editora UFPR

SOLARI, Aldo O objeto da sociologia rural. In: SZWRESCSANYI, Tamas.; QUEDA, Oriovaldo. **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional. 1979. p. 03-14.

SOROKIN, Pitirim A.; ZIMMERMAN, Carlo C.; GALPIN, Charles J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução crítica a sociologia rural**. São Paulo: Hucitec. 1981. p. 198-224.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: **Scripta Nova** Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. n. 93, 15 de julio de 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/espanol/html/libros/rural/rural.html>. Acesso em: 11 jun. 2008.





**II - PRÁTICAS**  
**Reflexões sobre o campo brasileiro**



## OS PEQUENOS MUNICÍPIOS PARANAENSES E AS ESTREITAS LIGAÇÕES COM O MEIO RURAL

*Cecília HAURESKO*

### INTRODUÇÃO

Observando a produção do espaço geográfico podemos verificar que, historicamente campo e cidade se encontram em constante processo relacional. Essas relações se complementam nas trocas materiais e imateriais, onde o campo alimenta a cidade e cidade alimenta o campo.

Neste âmbito, temos o objetivo de compreender como tal processo se desdobra em pequenos municípios, cuja população é predominantemente rural e as cidades têm como função prioritária administrar e sustentar as atividades produtivas do campo. Para nossa análise temos como recorte territorial a microrregião de Prudentópolis, pertencente à mesorregião Sudeste do Estado do Paraná.

Tomamos para nossa base empírica os pequenos municípios, nos quais uma parcela significativa da população vive na zona rural, com o intuito de desenvolver algumas reflexões sobre as relações entre campo e cidade ali estabelecidas. Como recorte temporal, tomamos como ponto de partida o ano de 1970, considerando que, foi a partir desta década que ocorreram mudanças significativas na concentração e distribuição populacional e na configuração da malha urbana do Paraná

Entendemos que o estudo das relações campo-cidade em municípios com mais de 50% de sua população morando no rural é relevante para conhecermos as “forças” (internas e externas), e os atores que os produzem e transformam, sem esquecer que, estes municípios se encontram inseridos num contexto nacional e estadual onde se acelera o processo de urbanização e, sobretudo, onde o rural é colocado como espaço em processo de supressão. Igualmente, inúmeras tendências para o rural são há muito tempo apontadas e diferentes perspectivas são visualizadas.

Na sequência, abordamos as características que apresentam os espaços rurais e urbanos de pequenos municípios, com população predominantemente rural.

## O ESPAÇO RURAL E O ESPAÇO URBANO DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS

De acordo com Dollfus (1982), o espaço geográfico é simultaneamente organizado e dividido. Esta divisão proposta pelo autor pode obedecer a critérios funcionais que são traduzidos nas paisagens. Assim, essas paisagens organizadas se dividem entre cidades e campos, entre espaço urbano e espaço rural. Cada um desses espaços possui fisionomia própria, por ritmos de atividade, por densidades humanas e por fluxos diferentes. O autor mantém a separação rural e urbano colocando as respectivas particularidades funcionais, entretanto, afirma que “nas sociedades industriais, as fronteiras entre o espaço rural e o espaço urbano tendem a ir se tornando cada vez menos precisas” (DOLLFUS 1982, p. 69), pois é muito difícil estabelecer precisamente onde começa e onde termina o rural.

Dollfus (1982), afirma que no sentido habitual da expressão, espaço rural é o campo. Este espaço surgiu na superfície da Terra durante a “Revolução Neolítica”, trazendo consigo os primórdios da agricultura e as primeiras formas de organização do espaço, em vista de uma produção agrícola. Este recupera também, segundo Dollfus, os limites aproximados do oekumeno, no sentido mais estrito. O espaço rural constituía e constitui o domínio das atividades agrícolas e pastoris, porém ressalta que embora, essas atividades ocupem a maior parte do espaço rural, neste também se incluem outras formas de utilização das superfícies - para atividades recreativas e para atividades de repouso.

Contudo, quando falamos em espaço rural, é importante precisar o sentido das palavras, para não confundirmos espaço rural com espaço agrícola, ou seja, o espaço rural inclui o espaço agrícola, pode ter ou pode não ter a predominância de atividades agrícolas, considerando que em algumas regiões, principalmente na França, na Alemanha e na Inglaterra, este espaço é habitado por pessoas que não desenvolvem atividades agrícolas.

Dollfus (1982, p. 77), ao falar das atividades agrícolas no espaço rural, ressalta o papel da agricultura enquanto prática que dá a vida ao rural, porque ela é desenvolvida por pessoas que reproduzem ali um modo de vida, o seu habitat.

Dollfus (1982, p. 77) diz: “Sem agricultura, muitas das paisagens

procuradas pelos habitantes das cidades durante as férias não seriam conservadas e perderiam boa parte do seu encanto”.

Geiger (2003, p. 61) ao falar do espaço rural no Brasil, salienta que

Na atualidade se utiliza a expressão “urbanização do campo” para designar não apenas a introdução de infra-estrutura urbana nas pequenas cidades das regiões agrícolas como também no próprio meio rural. Compreende o asfaltamento de estradas vicinais, a instalação de iluminação pública, de água encanada, de postos telefônicos etc. Compreende também a introdução de novas formas de atividades, como as que combinam sítios de recreio de cidadãos com produção agrícola e as que transformam antigas fazendas em pousadas para a indústria do turismo. Inclui ainda a difusão entre a população rural de valores e hábitos vigentes nas grandes cidades. É esse o quadro que o Brasil começa a mostrar nas suas regiões mais desenvolvidas, quando o Brasil se aprofunda na fase do meio técnico científico informacional.

Entretanto, não partilhamos a idéia de que após ser beneficiado por uma estrutura-urbana, ocorra a urbanização do campo, pois entendemos que o homem do campo é tão quanto é o homem da cidade, titular dos direitos que a maioria dos homens da cidade e, por isso deve usufruir, se for da vontade dele, dos recursos essenciais como saúde, educação, água e eletricidade, no espaço onde mora.

Conforme já salientamos, a cidade e o campo não são espaços isolados, pois mantêm relações as mais íntimas entre e/com as áreas rurais e entre/com as outras cidades, sem deixar de ter, cada qual, as suas particularidades.

As relações entre a cidade e o campo, sobretudo com o campo situado em suas proximidades, são das mais importantes, em vista de a cidade ser abastecida por este, tanto de alimentos, como de matérias-primas para as suas indústrias; o campo também é abastecido com produtos que ele não produz, além de a cidade oferecer aos habitantes do campo uma série de serviços que não podem, por uma questão de escala, funcionar no meio rural. Assim, o campo sustenta a cidade e a cidade por sua vez abastece o campo com serviços e produtos demandados por ele.

De qualquer modo, os centros urbanos de menor porte e importância são verdadeiros centros rurais, de vez que vivem em contato permanente e em função do campo que se situa em suas imediações. Seu comércio vende ao agricultor os produtos de maior demanda (uma variedade de produtos para a agropecuária, ferramentas para a agricultura etc.) e adquire os produtos agrícolas e pecuários que os agricultores e criadores necessitam

comerciar. Seus serviços são os menos especializados, com estabelecimentos de ensino de 1º grau, poucos médicos especializados, na maioria clínicos gerais, agências de correios e telégrafos, pequenos clubes etc., de modo que, os municípios quando necessitam de serviços especializados recorrem à centros urbanos de porte maior.

Com as facilidades de transporte hoje existentes, as cidades não mantêm relacionamento apenas com o campo que fica em suas proximidades, mas também com áreas de campo situadas a grande distância. Andrade (1998) dá como exemplos as cidades do Nordeste do Brasil que são abastecidas de ovos, aves, legumes vindos do Estado de São Paulo ou de Estados vizinhos, fato este que não nos causa estranheza, pois é comum encontrar nos supermercados das cidades de pequenos municípios hortifrutigranjeiros produzidos em municípios próximos ou de outros Estados, denotando que as relações entre campo e cidade, ou vice-versa, extrapolam os limites do município e em alguns casos essas relações entre cidade e espaços rurais de outros municípios são mais intensas e diretas que com o seu próprio rural.

Centros urbanos de pequenos municípios formam uma rede pouco complexa em termos de infraestrutura, serviços, eventos culturais e lazer. O nível de oferta especializada de produtos e de serviços não é encontrada em centros urbanos de municípios cuja maior parcela da população é rural. A busca por serviços ou produtos mais especializados são geralmente efetuados em centros urbanos de médio à grande porte.

Entretanto, nas últimas décadas as cidades dos pequenos municípios passaram por melhorias nos serviços básicos, porém, apresentam fragilidades em termos de serviços especializados. Essa carência de serviços está relacionada à demanda existente que do mesmo modo é rara e esporádica, devido, principalmente, aos seus altos custos.

O meio rural destes municípios também é detentor de um conjunto diversificado de atividades, sendo elas resultantes de práticas antigas ou novas, mesmo porque, o espaço rural em nenhum momento fora monofuncional.

A diversificação das atividades econômicas no meio rural não é um fenômeno inteiramente novo, conforme assinala Dolfuss (1982). Todavia, o meio rural de matriz agrícola, era consideravelmente mais integrado: pequenas indústrias artesanais e comércios situados à montante e à jusante da atividade agrícola não eram raros. Hoje no espaço rural a diversificação das atividades “contracena” com os condicionalismos sócioeconômicos e naturais, com a crise de alguns dos sistemas agrários e com os novos desafios como: a proteção ambiental, da paisagem e dos modos de vida; a valorização da especificidade dos produtos tradicionais; o desejo de fixação e atração de pessoas; o esforço de revitalização da economia local.

Andrade (1995), enfatiza que, os contrastes entre o campo e a cidade

vêm desaparecendo, com as facilidades de transportes e de comunicação, o campo penetra cada vez mais a cidade e a cidade cada vez mais o campo. Segundo o autor, pode-se afirmar que há um processo de ruralidade urbana e, em contrapartida, um de urbanização rural. Andrade (1998) salienta também que com o desenvolvimento do capitalismo e a facilidade de transportes, as pessoas de nível de renda mais elevado que vivem na cidade, passaram a adquirir terras nas proximidades da mesma, fazendo o que se chama no Nordeste de granjas e no Sudeste de sítios e de chácaras. Granjas, sítios e chácaras, são uma segunda residência e não unidades de produção; funcionam sobretudo como áreas de lazer, embora apresentem, às vezes, uma pequena produção agrícola.

Nos últimos anos, as classes mais favorecidas, passaram a construir conjuntos residenciais, fora do núcleo urbano, em busca de segregação, segurança e melhor qualidade de vida, formando assim, de acordo com Andrade (1995) enclaves urbanos no meio rural.

O rural, segundo o autor, também se estende na periferia das cidades, em conjuntos de casebres para pessoas de baixa renda, em áreas em que a subsistência provém de atividades agrícolas, beneficiadas com a proximidade do mercado urbano.

O campo se aproxima da cidade e a cidade do campo, quando os costumes e usos urbanos vão penetrando no campo. Da mesma forma, a cidade se aproxima do campo quando usos e costumes rurais vão penetrando na cidade.

A eletrificação do rural, o rádio e a televisão antes de uso exclusivo do morador da cidade, passa a ser usado também pelo morador do rural, atenuando os contrastes, as diferenças entre ambos. Hoje, uma parcela significativa dos moradores rurais tem acesso na mesma hora à mesma notícia e/ou informação que têm os moradores da cidade.

Oliveira (1995, p. 52), entende que:

O processo contraditório e desigual de desenvolvimento da agricultura, sobretudo, via industrialização, tem eliminado gradativamente a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade contraditória. Uma unidade onde a diferença entre os setores da atividade econômica (a agricultura, a pecuária e outros, em um, e a indústria, o comércio, etc., em outro), vai sendo soldada de um lado, pela presença na cidade, do trabalhador assalariado (bóia-fria) do campo. Alias as greves dos trabalhadores do campo são feitas nas cidades. Por outro lado, pode-se verificar que a industrialização dos produtos agrícolas pode ser feita no campo com os trabalhadores da cidade.

É oportuno, entretanto, salientar que, nos espaços rurais dos municípios abordados pela pesquisa, a dinâmica se encontra pouco alterada, predominando as funções tradicionais da agricultura com aparecimento bem pontual de novas atividades como: turismo rural, pesque-pagues, pousadas, chácaras de fim de semana e recantos para lazer.

Graziano da Silva (1996) salienta que não podemos mais falar em meio rural, identificando-o exclusivamente com a agricultura. Tal afirmação não é tão evidente nos municípios que analisamos, mesmo quando a agricultura familiar não remunera de modo satisfatório a mão de obra. A terra e a agricultura continuam tendo para o agricultor um forte conteúdo econômico e cultural. Permanecer no campo e ao mesmo tempo ter acesso aos bens que melhorem e minimizem o desgaste da energia física dos trabalhadores e moradores do campo, é o que se busca a priori, no entanto, se ameaçados se sentirem, parte dos membros da família migram para a cidade, somando-se à milhares de outros migrantes rurais que vivem na cidade, afim de assegurar a permanência no rural de parte da família.

Considerando esse último fato, observamos o aumento da população urbana em algumas cidades (de médio e grandes portes) no Estado do Paraná, condicionado principalmente pela intensidade do processo de modernização agrícola que retirou parcela significativa da população moradora e trabalhadora do meio rural e a empurrou para a cidade, essencialmente para os centros urbanos de maior porte. Do mesmo modo, é crescente o número de migrantes que buscam atividades não agrícolas visando principalmente assegurar parte da família morando e trabalhando no meio rural e a manutenção e ampliação do patrimônio material (a casa, a terra, as plantações etc.) e imaterial (a vida rural, as tradições, os costumes, a vizinhança, as amizades etc.), construído pela família.

## **O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E A SITUAÇÃO DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS**

Segundo Maricato(2001), o Brasil, como os demais países da América Latina, apresentou intenso processo de urbanização, especialmente na segunda metade do século XX. Em 1940, a população urbana era de 26,3% do total. Em 2000 ela é de 81,2%. Esse crescimento se mostra mais impressionante ainda se lembrarmos os números absolutos: em 1940 a população que residia nas cidades era de 18,8 milhões de habitantes e em 2000 ela é de aproximadamente 138 milhões.

O Brasil, porém, apresenta um grande número de pequenos municípios. No conjunto de 5.506 municípios brasileiros, cerca de 70% deles possui até 20.000 habitantes. Em tais municípios, residem 20% da

população brasileira, ou seja, aproximadamente 34 milhões de habitantes (PNUD, 2003). Os municípios com até 20.000 habitantes representam quase 4,5 milhões de Km<sup>2</sup>, o que equivale a 52% do território nacional (PNUD, 2003). No período entre os anos de 1991 à 2002, houve segundo dados do IBGE(2004), criação de um número bastante expressivo de municípios, em sua maioria de até 20.000 habitantes, correspondendo à 96% do total de municípios criados no período.

Outrossim, concomitante, a este período de parcelamento do território, o Brasil vem apresentando um processo contínuo de intensa urbanização. Entre 1991 e 2000, o grau de urbanização da população brasileira passou de 75,6% para 81,2%. Todavia, a intensidade desse processo vem atingindo os municípios de forma diferenciada. Se entre os municípios maiores (com mais de 500.000 habitantes), o peso da população urbana ultrapassa 97%, nos municípios com até 20.000 habitantes a proporção de pessoas que reside em áreas consideradas urbanas oscila entre 50% e 57%. (IBGE, 2004).

O Estado do Paraná, emancipado politicamente do Estado de São Paulo em 1853, manteve até 1970, grande parte de sua população vivendo e trabalhando no espaço rural, em atividades agropecuárias e extrativas. O quadro 01 mostra o número de cidades existentes entre 1940 – 1970.

Quadro 01 – Número de cidades criadas e o crescimento da população paranaense.

<i>ANO</i>	<i>NÚMERO DE CIDADES</i>	<i>POPULAÇÃO</i>
1940	49	1.236.276
1950	80	2.115.547
1960	162	4.296.375
1970	288	6.997.682

Fonte: CIGOLINI; MELLO; LOPES, 2001.

Quando findava a década de 1960 os três planaltos paranaenses estavam completamente ocupados, com uma rede urbana bem desenvolvida e um sistema de transportes cobria os principais pontos do seu território. Foi, porém, a década de 1970 o marco importante no que concerne ao incremento populacional e ao crescimento urbano do Paraná.

Foi a partir de 1970 que o Paraná contava com a totalidade das suas terras ocupada e com mudanças na concentração e distribuição populacional e na configuração da malha urbana.

O crescimento urbano segundo Cigolini (2001) foi desencadeado pela modernização das atividades agrícolas e pela industrialização, que induziu à evasão da população rural para os centros urbanos, em busca de emprego como assalariado e melhores condições de vida. Neste período, calcula-se que cerca de 26 milhões de pessoas saíram do campo em direção às cidades. Na década de 1980 este fluxo persistiu, somando mais de 1,5 milhões de pessoas migrantes do rural. O êxodo dos trabalhadores do campo durante as décadas de 1970 e 1980 corresponde ao crescimento das cidades paranaenses. Em 1970 a população rural no Estado era de 64% da população total. Moura (2004) assinala que esses anos constituíram o marco da reestruturação econômica no Estado, com mudanças gerando o esvaziamento de amplas áreas rurais e direcionando o destino migratório para diversos centros urbanos. A base produtiva passou a apresentar progressiva diversificação na agropecuária com modernização técnica da produção e grande expansão de culturas, o que permitiu a entrada na comercialização de commodities e na agroindustrialização.

Quadro 02 - População e Municípios no Paraná entre as décadas de 1970 -2000

<i>População e municípios no Paraná, de 1970 a 2000</i>				
Ano	População total	População urbana	População rural	Nº de municípios
1940	6.997.682	2.546.899	4.450.783	288
1980	7.749.752	4.566.755	3.182.997	290
1991	8.443.299	6.192.976	2.250.323	323
1996	9.003.804	7.011.990	1.991.814	399
2000	9.558.126	7.782.005	1.776.121	399

Fonte: CIGOLINI; MELLO; LOPES, 2001.

Moura (2004, p. 34) assinala que:

Quando se fala no vertiginoso crescimento da urbanização, imediatamente se dever ter claro que esse percurso, da maior incidência da proporção populacional do rural para o urbano, implica não só a dinâmica de organização do espaço e de gestão das cidades – que se adensam e que passam a receber novas, volumosas e distintas demandas – como condições de vida dos habitantes das cidades. Para estes os hábitos são sumariamente alterados, muitos dos vínculos relacionais rompidos e os laços de identidade dilacerados, seja pela mudança física do lugar – do rural

para o urbano, no caso daqueles que chegam as cidades -, seja pelas alterações provocadas para aqueles, já citadinos, que se vêem diante do avizinhamento vertiginoso.

Migrantes vindos do campo ou de pequenos municípios deixaram seu modo de vida tipicamente agrário, para se juntarem aos habitantes urbanos na disputa pelo mercado de trabalho, bens e serviços, ao acesso ao solo e à cidade, sobrecarregando em demasia as estruturas urbanas existentes e ampliando espaços da contradição social.

Quadro 03 – Grau de Urbanização – Paraná e Brasil – 1940/2000

ANOS	GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)	
	Paraná	Brasil
1940	24,5	31,2
1950	25,0	36,2
1960	30,6	44,7
1970	36,1	55,9
1980	58,6	67,6
1991	73,4	75,6
2000	81,4	81,3

Fonte: IBGE – Censos Demográficos

Essa urbanização atingiu a maior parte dos municípios, no entanto não há como descuidar dados dos municípios que mantiveram metade ou mais, de sua população vivendo no meio rural. Não podemos deixar que o discurso da urbanização e os dados comprobatórios sobre as altas taxas de urbanização camuflam aqueles municípios que tem a maior parte de sua população vivendo no espaço rural, como é o caso da microrregião de Prudentópolis, cujos municípios integrantes contam com a metade ou mais da sua população vivendo no espaço rural, conforme relataremos em seguida.

## BREVE HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO E POVOAMENTO DA MESORREGIÃO SUDESTE PARANAENSE

A área onde estão localizados os municípios abordados neste trabalho se caracteriza pela presença da Floresta Ombrófila Mista com Araucárias, ou seja, um misto de Pinheiros, Imbuia, Guabiroba, Erva-Mate, outras espécies típicas da flora local e uma cobertura de grama nativa. A erva-mate desde o início da ocupação e exploração da região foi a atividade que mais rendeu lucros aos extrativistas. Sabe-se também que foi esta atividade que contribuiu para o povoamento da maior parte dos municípios.

A atividade de extração da erva-mate representa um marco importante na história do Paraná e é responsável pela dinamização desta área. A erva manteve-se como principal produto paranaense durante o período entre a Emancipação Política do Paraná (1853) e a Grande Crise de 1929, chegando a representar 85% da economia paranaense. O trecho a seguir mostra como se davam na região em questão, as relações do campo com a cidade após o século XIX, quanto eram morosos os contatos comerciais e pessoais entre o campo e a cidade.

As mudanças que ocorreram nos meios de transporte se intensificaram com o desenvolvimento da economia ervateira a partir do século XIX. A erva-mate era conduzida pelo homem, do lugar da colheita até o engenho, através do raído - fardo de erva-mate que chegava a pesar 200 Kg. Inicialmente o transporte da erva-mate do planalto para os engenhos litorâneos realizava-se em lombo de muares, na época do tropeirismo. As carroças, de origem européia, foram introduzidas no Paraná pelos imigrantes poloneses, ucranianos e alemães. Puxadas por seis ou oito animais, conduziam o mate dos engenhos do planalto até os portos de embarque em Antonina e Paranaguá. Em 1882 inaugura-se a navegação a vapor no Rio Iguaçu, por iniciativa de Amazonas de Araújo Marcondes. Os maiores vapores transportavam oitocentos sacos de erva-mate, em média. Em 1885, com a inauguração da Ferrovia, ligando Curitiba a Paranaguá, esta tornou-se a principal via para o escoamento da erva-mate destinada à exportação. Os trens substituíram os carroções puxados por animais e, posteriormente, os caminhões tornaram-se o principal meio de transporte do produto. Em Curitiba, os bondes de tração animal e as charretes conduziam a erva-mate do engenho à estação ferroviária. (MUSEU PARANAENSE DÓ MATE, 2007, p. 01)

Os municípios tiveram sua economia fortemente baseada no extrativismo da erva-mate e na exploração da madeira, que influenciou os aspectos socioculturais que caracterizaram o processo de apropriação da terra.

A ocupação das terras de mato (ARDENGHI, 2003) foi motivada

pelos interesses econômicos e políticos da época. A história da ocupação desta vasta área do chamado “Paraná Tradicional”, remonta ao século XVII e atravessa os prolongados ciclos econômicos do ouro, do tropeirismo, da erva-mate e da madeira.

Esta região, na sua fase inicial, devido a área de mata com ervas que possuía, constituiu-se fator de atração para exploração da erva-mate nativa. Essa atividade foi responsável pelos primeiros núcleos de ocupação, tendo como primeiros povos, os caboclos. Mais tarde, por volta dos anos 1890, esta região passou a receber imigrantes europeus que passaram a desenvolver uma economia diversificada em pequenas propriedades rurais. Enquanto as terras de mato que limitavam com as terras de campo, eram ocupadas pela agricultura e extrativismo da erva-mate para a subsistência, praticada por imigrantes europeus, indígenas e caboclos em pequenas propriedades, as terras de campo eram ocupadas pela pecuária extensiva, constituindo assim uma estrutura agrária conservadora, a latifundiária. Esses aspectos resultaram na formação de uma sociedade econômica, social e culturalmente diferenciada, diversificada com características rurais.

As terras de mato começaram a receber imigrantes no final do século XIX e começo do século XX, que passaram a implantar a agricultura diversificada, desenvolvida em nada mais que 25 hectares de terra, vendidos aos europeus pelo governo da época e que rapidamente transformaram a paisagem desta região.

As vastas áreas de mata que preenchiam a região em estudo eram muito ricas em florestas, com uma diversidade de espécies de madeira de construção como cedro, canela, peroba, imbuia, pinheiro e tantas outras. Ao lado destas, que sustentaram o ciclo da madeira no Paraná, desenvolvia-se a extração da erva-mate nativa que pode ser considerada a atividade que iniciou a ocupação de algumas áreas da região sudeste do Estado, além de ser também a atividade que abriu os primeiros caminhos nesta região com objetivo principal de escoar em carroções eslavos a erva-mate.

Foi somente por volta de 1970 que o rural dos municípios do interior do Paraná passou a se conectar lentamente à cidade. Antes, porém, em não havendo transporte em carros e ônibus, o transporte de pessoas e produtos para a venda eram trazidos em carroças, lombos de cavalo ou a pé.

Da mesma forma que as cidades mudam entre si, a relação entre as cidades e o campo também. Para Lefebvre (1973, p. 65-6) a cidade é um objeto espacial e: “como tal, a cidade ocupa um espaço específico totalmente distinto do espaço rural. A relação entre estes espaços depende das relações de produção, quer dizer, do sistema de produção e, através deste, da divisão do trabalho no seio da sociedade”.

Se observarmos minuciosamente as cidades da microrregião, em

grande parte elas se apresentam como extensão do campo, no sentido de servi-lo. Essas cidades cresceram em função direta da mecanização das lavouras de milho e soja e da modernização da agricultura. Nenhum centro urbano destes municípios se industrializou e se diversificou em suas atividades, transformando o campo.

Em âmbito mais geral, o que assistimos neste momento, como tendência é que em função da mundialização do capital e da diminuição das distâncias pela informatização, a relação campo-cidade apresenta novas características. Todavia, no caso em estudo, as cidades até o presente momento mantêm um patamar tecnológico estável, o ritmo e a racionalidade continuam com poucas alterações tanto no campo como na cidade, em que pese a introdução da televisão ou a telefonia celular. Os negócios e o seu gerenciamento, bem como os valores da sociedade e o ritmo do cotidiano de sua população, continuam característicos de uma sociedade agrária, lento, como que ditado pelo ritmo de reprodução da Natureza.

O inverso acontece em municípios cujo espaço rural, modernizou-se em termos de tecnologias avançadas. Nestes, a cidade se especializa juntamente com a produção rural, e às vezes, o gerenciamento e as decisões que seriam tomados na cidade são tomados no próprio campo. Costumamos chamar este fenômeno de urbanização do rural, quando no campo, o ritmo e a racionalidade, bem como o cotidiano e os valores são urbanoindustriais, ou seja, racionalidade empresarial, relações capitalistas de produção, produção integrada. Quando isto ocorre o centro urbano, necessariamente se diversifica em função da especialização do campo.

O mesmo não ocorre com sedes urbanas onde, no meio rural, as atividades primárias ainda ocorrem nos moldes tradicionais. Nestes as respectivas cidades espelham o perfil, as características do espaço rural.

Na mesorregião sudeste do Paraná (ver figura 04), encontramos elementos econômicos, políticos e culturais típicos de uma relação bastante próxima entre o rural e o urbano, pois campo e cidade, apesar das particularidades de cada um, mantêm laços de reciprocidade e interdependência, continuamente.

Nesta região não há cidades que possuem papéis de considerável complexidade, considerando que o campo também não apresenta uma dinâmica complexa, mantendo relações sociais típicas de um rural tradicionalmente conhecido, ou seja, a maior parte de seus municípios possui um número significativo de pessoas morando no campo e trabalhando em pequenas propriedades familiares, onde se pratica uma agricultura nos moldes convencionais e com pequenas rendas. A região conta com uma base produtiva regional, essencialmente agrícola, de cunho tradicional, com o predomínio de pequenas propriedades voltadas à produção alimentar.

A inserção destes municípios no processo de modernização do campo paranaense dos anos 70 foi mais lenta. A população continuou predominantemente rural, e segundo IPARDES (2004), houve decréscimo da população rural no transcorrer da década, porém a um ritmo insignificante, próximo a zero. Ainda que as áreas urbanas da região tenham crescido a uma taxa expressiva (4,3% a.a.), o conjunto evidenciou um incremento modesto.

São municípios onde o caráter urbano é incipiente, dado o baixo nível de complexidade dos papéis que estes núcleos desempenham. Por isso, mais parecem vilas ou pequenos assentamentos concentrados com a presença de elementos urbanos.

Segundo IPARDES (2004), a economia dos municípios se sustenta com atividades pouco competitivas, o que não se traduz em municípios geradores de muitos postos de trabalho nem de oportunidades. Ressalta-se que esta região mantém contínua, porém lenta, migração seletiva para outras regiões, principalmente a Metropolitana de Curitiba, dada sua proximidade. A região integra espacialidades de fraca concentração, podendo-se de acordo com II a frente um esvaziamento



Figura 01 – Mapa da Mesorregião Sudeste do Paraná e as quatro microrregiões geográficas  
Fonte: Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná – AMCESPAR

## PERFIL SIMPLIFICADO DOS MUNICÍPIOS DEPENDENTES DO MEIO RURAL E AS RELAÇÕES ENTRE CAMPO-CIDADE

De acordo com Wanderley (2001, p. 07),

A pequena dimensão dos municípios e sua estreita dependência do mundo rural é um fato reconhecido no processo de urbanização nacional em seu conjunto e os estudiosos da cidade à ele se referem com termos extremamente expressivos, entre os quais: 'vida urbana morta' (Florestan Fernandes); 'municípios semirurais' (Juarez R. Brandão Lopes); 'cidades não urbanas' (Vilmar Faria).

A fronteira entre estes espaços e o espaço propriamente urbano também é vista de forma diversa. Estes termos apontam para um importante campo de reflexão a respeito das particularidades da urbanização nos pequenos municípios e as relações campo-cidade neles estabelecidas.

Os municípios de população rural predominante tem geralmente a sua base econômica formada pelo setor primário. No meio rural reside a maior parcela da população. Para exemplificar vejamos o caso do município de Prudentópolis que é o maior município da microrregião tem aproximadamente 70% da população, de um total de 46.346 habitantes (IBGE, 2000), vivendo no meio rural, porém o mesmo mostrou decréscimo da população entre os anos de 1991-1996, como vários outros municípios vizinhos, ao norte (IPEA, 2000, p. 54). No meio rural estão 6.200 estabelecimentos agrícolas, dos quais 5.550 são classificados como pequenos imóveis com área inferior à 50 hectares (Escritório Municipal da EMATER, 2000).

Nos quadros 04, 05 e 06 constam os dados demográficos, que melhor caracterizam a microrregião que destacamos nas nossas breves reflexões.

Quadro 04 – Distribuição da população dos municípios da microrregião geográfica de Prudentópolis, segundo Censo Demográfico de 2000

Município	Pop. Urbana (hab.)	Pop. Rural (hab.)	Total (hab.)	População Estimada para 2006
Fernandez Pinheiro	1.965	4.403	6.368	6.644
Guamiranga	1.626	5.506	7.134	7.884
Imbituva	14.781	9.715	24.498	29.008
Ipiranga	3.996	9.312	13.306	13.839
Ivaí	3.706	8.191	11.899	12.228
Prudentópolis	18.276	28.070	46.346	45.852
Teixeira Soares	3.785	4.407	8.192	8.315

FONTE: Informativo dos Municípios do Paraná – IPARDES

Org. Cecília Hauresko

Quadro 05 – Densidade demográfica dos municípios da microrregião geográfica de Prudentópolis

<i>NOME DO MUNICÍPIO</i>	<i>DENSIDADE DEMOGRÁFICA (Hab/km<sup>2</sup>)</i>
Fernandez Pinheiro	16,24
Guamiranga	31,95
Imbituva	38,24
Ipiranga	14,84
Ivaí	19,98
Prudentópolis	19,87
Teixeira Soares	9,19

Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, 2005.

Org: Cecília Hauresko, 2007.

De acordo com Libardi; Delgado (1995), no Estado do Paraná, uma parcela expressiva dos núcleos urbanos são, de fato “extensão do rural” (IBGE, 1991). Estão estruturados para prestar serviços, em geral mínimo, à produção agropecuária e à população. Esses termos foram usados, quando foram comparados os setores que formam a estrutura ocupacional e, percebeu-se que a ocupação nas atividades agropecuárias é maior que a soma dos demais setores de atividade. Em 1991, 201 municípios ou 62% do total, estavam nesta condição.

O Estado se posiciona entre os líderes da produção de diversos produtos, no entanto, nos municípios em que a base econômica é a agricultura, em geral pequenos municípios, e que a população urbana desenvolve principalmente atividades voltadas à produção agrícola, os índices de pobreza são proporcionalmente maiores<sup>38</sup>.

Quanto à dinâmica populacional, a área em estudo retrata a condição da grande maioria dos municípios que possuem as menores populações e que estão localizados em regiões rurais. Os municípios destas regiões apresentam um contingente populacional baixo em relação com o total do estado. A região metropolitana de Curitiba por sua vez, concentra o maior contingente populacional e que experimentou nas últimas décadas um crescimento urbanoindustrial expressivo. Outra região que concentra

<sup>38</sup> Para maiores informações sobre a pobreza no Paraná, consultar DORETTO, M. Mapeamento da pobreza no Paraná: situação segundo municípios e associação de municípios do Paraná. Boletim do IAPAR, Londrina, 2003

população constitui-se dos municípios considerados pólos regionais como Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava e Umuarama. Estes estão em fase de expansão, dada a atração que exercem sobre a população de municípios menores a qual busca melhores oportunidades de emprego e renda. No Interior do Estado, as mudanças não foram menos expressivas: Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Guarapuava, dentre outros, tiveram significativos acréscimos populacionais; porém Foz do Iguaçu apresentou os incrementos mais surpreendentes, saltando de pouco mais de 30 mil habitantes para quase 260 mil em 2000.

QUADRO 06 – População ocupada segundo as atividades econômicas - 2000

ATIVIDADE ECONÔMICA	MUNICÍPIO	Nº. DE PESSOAS
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca	Fernandes Pinheiro	897
	Guamiranga	2.104
	Imbituva	
	Ipiranga	3.716
	Ivaí	3.462
	Prudentópolis	14.044
	Teixeira Soares	1.558
ATIVIDADE ECONÔMICA	MUNICÍPIO	Nº. DE PESSOAS
Indústria de transformação	Fernandes Pinheiro	13
	Guamiranga	206
	Imbituva	
	Ipiranga	348
	Ivaí	365
	Prudentópolis	1.388
	Teixeira Soares	338
ATIVIDADE ECONÔMICA	MUNICÍPIO	Nº. DE PESSOAS
Comércio, reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e domésticos.	Fernandes Pinheiro	390
	Guamiranga	147
	Imbituva	

	Ipiranga	222
	Ivaí	317
	Prudentópolis	991
	Teixeira Soares	192
ATIVIDADE ECONÔMICA	MUNICÍPIO	Nº. DE PESSOAS
Construção	Fernandes Pinheiro	60
	Guamiranga	152
	Imbituva	
	Ipiranga	381
	Ivaí	216
	Prudentópolis	1.946
	Teixeira Soares	289
ATIVIDADE ECONÔMICA	MUNICÍPIO	Nº. DE PESSOAS
Alojamento e alimentação	Fernandes Pinheiro	50
	Guamiranga	36
	Imbituva	
	Ipiranga	220
	Ivaí	63
	Prudentópolis	247
	Teixeira Soares	27
ATIVIDADE ECONÔMICA	MUNICÍPIO	Nº. DE PESSOAS
Transporte, armazenagem e comunicação	Fernandes Pinheiro	51
	Guamiranga	18
	Imbituva	
	Ipiranga	66
	Ivaí	37
	Prudentópolis	327
	Teixeira Soares	109

ATIVIDADE ECONÔMICA	MUNICÍPIO	Nº. DE PESSOAS
Intermediações financeiras, ativ. imobiliárias, aluguéis, serv. prestados a empresas	Fernandes Pinheiro	13
	Guamiranga	04
	Imbituva	-----
	Ipiranga	151
	Ivaí	49
	Prudentópolis	328
	Teixeira Soares	80
ATIVIDADE ECONÔMICA	MUNICÍPIO	Nº. DE PESSOAS
Administração pública, defesa e seguridade social	Fernandes Pinheiro	97
	Guamiranga	39
	Imbituva	
	Ipiranga	173
	Ivaí	95
	Prudentópolis	371
	Teixeira Soares	229
ATIVIDADE ECONÔMICA	MUNICÍPIO	Nº. DE PESSOAS
Educação	Fernandes Pinheiro	83
continuação	Guamiranga	85
	Imbituva	
	Ipiranga	41
	Ivaí	165
	Prudentópolis	855
	Teixeira Soares	185
ATIVIDADE ECONÔMICA	MUNICÍPIO	Nº. DE PESSOAS
Saúde e serviços sociais	Fernandes Pinheiro	13
	Guamiranga	10
	Imbituva	

	Ipiranga	42
	Ivaí	14
	Prudentópolis	325
	Teixeira Soares	37
ATIVIDADE ECONÔMICA	MUNICÍPIO	Nº. DE PESSOAS
Outros serviços coletivos sociais e pessoais	Fernandes Pinheiro	16
	Guamiranga	19
	Imbituva	
	Ipiranga	235
	Ivaí	52
	Prudentópolis	256
	Teixeira Soares	28
ATIVIDADE ECONÔMICA	MUNICÍPIO	Nº. DE PESSOAS
Serviços domésticos	Fernandes Pinheiro	75
	Guamiranga	23
	Imbituva	180
	Ipiranga	53
	Ivaí	196
	Prudentópolis	1.212
	Teixeira Soares	147

Fonte: Cadernos Estatísticos Municipais – IpardeS, Março de 2007.

Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2005), permanecendo sempre escassamente povoada e apresentando bases econômicas estreitas e de baixo dinamismo, a região teve um tardio processo de integração a outras áreas mais empreendedoras do Estado em razão da quase total ausência de vias de comunicação que estimulassem a circulação de mercadoria e fomentassem a produção.

Os municípios representam a região com mais baixa urbanização de todo o Estado do Paraná com 49,40% (1996). Essa região depende

principalmente da agricultura alimentar, o que representa uma das menores participações no valor adicional do Estado. Apesar disso, responde por 17,6% da produção do feijão (Irati e Prudentópolis) e batata (São Mateus do Sul, Rebouças, Teixeira Soares, Antonio Olinto. Nessa região, o fumo é plantado em 57,2% da área colhida no Estado. Além das plantações, a mesorregião é importante em termos de extração de mate e madeira. No setor industrial, domina o setor madeireiro, mas existem olarias e indústrias de processamento de produtos agrícolas. O atraso tecnológico da região é compensado pelo alto grau de emprego formal (IPEA, 2000, p. 119-20).

Com este cenário, podemos afirmar que os municípios tem uma estrutura sócio-econômica rural clássica, com forte integração entre indústria primária e produção agroalimentar. Todavia, não podemos negar a ocorrência de atividades não agrícolas e as mudanças no perfil do meio rural. A adoção de políticas de caráter econômico (transportes e meios de comunicação), social (aposentadoria rural, crédito para pequenos produtores) e regional, voltada ao desenvolvimento local, vem modificando o perfil do espaço rural dos municípios. Diante disto, os moradores do campo permanecem no seu lugar agora com condições de promover um outro tipo de articulação entre a vida rural e urbana.

Com as melhorias, do acesso ao espaço rural, da estrutura de transporte, comunicação e principalmente com a eletrificação rural, alguns cidadãos passaram a se mudar para o espaço rural. Esse público representado por aposentados que reencontram suas origens rurais ou aqueles que vêm para desfrutar de um contato mais próximo com a natureza do lugar.

Com o encontro de atores estranhos ao convívio, surgem relações sociais variadas e as vezes conflituosas. Os conflitos geralmente surgem pela disputa do uso da terra e o controle das instâncias decisórias da vida local.

Observa-se, também, a importância crescente da classe média de origem urbana nas localidades rurais, que constrói um discurso próprio com base numa visão idílica - contato com a natureza e a participação na vida comunitária. Tal visão concebe as localidades rurais como espaços de amenidades. Muitas vezes, com a convivência entre os pares, essa visão pouco a pouco vai se desconstruindo.

Importante aqui dizer que nos municípios em que a agricultura é a atividade econômica preponderante e a que ocupa a população em idade ativa, a redução da ocupação agrícola se transforma em redução da população rural e da população total, porque esses núcleos urbanos não tem como absorver a migração rural, mesmo porque em termos de qualificação da mão de obra é possível prever maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho pelas pessoas originárias do meio rural. Conforme já mencionamos, os fluxos migratórios vêm acirrando a concentração espacial da população do Estado

todo e de forma mais marcante na região metropolitana de Curitiba.

Valemo-nos deste fato, para lançarmos a seguinte pergunta: E as ocupações não- agrícolas? Não são elas que fazem frente ao processo de queda das ocupações de características exclusivamente agrícolas?

O que notamos nestes municípios é que a redução do espaço agrícola não implica na passagem para ocupações não agrícolas, ou seja, que atendam às novas funções do “novo” rural. Na verdade, o que o rural desses municípios vivencia é o êxodo da sua população para centros urbanos, em especial para Curitiba e entorno.

Diante dos problemas que os centros urbanos hoje enfrentam com a degradação da cidade e dos migrantes, é importante reafirmar a importância da pequena produção nestes municípios, importância que se refere à contribuição que estes agricultores trazem para o problema do desemprego e do crescimento desordenado das cidades.

## **BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIDA NAS CIDADES PEQUENAS**

Os municípios pequenos de população predominantemente rural, tem uma cidade de porte pequeno e detentora de várias particularidades, bem como de uma cultura construída com base em uma sociedade de autoconhecimento, onde a grande maioria da sua população é natural do município e praticamente todas as pessoas se conhecem. O modo como as relações sociais são estabelecidas projetam uma cidade, cuja atmosfera é tranquila, segura e distante de perigos.

De acordo com Lefebvre (1991), a vida cotidiana é estruturada espacial e temporalmente de modo diferente em cada sociedade. A temporalidade da vida cotidiana nas pequenas cidades é marcada pela regularidade dos fatos (safras, festas religiosas, etc.), que é regida pela natureza e pelas tradições, com pouca interferência externa, dando uma impressão de estagnação.

Em pequenas cidades devido o caráter cíclico dos acontecimentos, é muito comum ouvir das pessoas frases como: “Nesta cidade nunca tem nada de novo” “Sempre as mesmas pessoas e sempre as mesmas coisas” .

O comportamento das pessoas também é controlado fora do ambiente privativo da família (a casa e seu entorno), na rua, nos bares, nas festas de igreja etc. Existem regras e normas padronizadas pela sociedade local e que devem ser respeitadas por todos. A calúnia, a fofoca, pode ser considerada um meio de controle desta sociedade.

A forma de comportamento das pessoas está submetida às regras definidas pela sociedade, porque nas pequenas cidades “todo mundo conhece todo mundo. Os espaços demarcados desta maneira são utilizados

como referência para distinguir seus usuários como pertencentes a uma rede de relações e, para pertencer a esta rede, é preciso que se cumpram determinadas regras de convivência (SILVA, 2000).

As relações sociais, em grande parte, são marcadas pela pessoalidade. Em qualquer ponto comercial ou repartição pública em que se esteja, “se sabe com quem está falando”. As práticas que se desenrolam são entre pessoas, e não entre indivíduos, que são sempre identificadas com particularidades, reconhecidas e localizadas social e espacialmente (SILVA, 2000).

Apesar da predominância da pessoalidade nas relações sociais na pequena cidade, trata-se também de uma sociedade de relativa complexidade, dividida em classes e que comporta alguns universos alternativos, como por exemplo, diferentes religiões, pertenças políticas ou tradições étnicas que, ao se apropriarem do espaço, podem constituir, portanto, territórios próprios. Tal sociedade não é fechada e, com a crescente ampliação dos sistemas de comunicação e a interação com outros espaços, a tendência é a modificação de seus padrões sociais, sem suprimi-los completamente. Substitui-se apenas o que é considerado desnecessário e inútil para a vida na sociedade local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados apresentados, embora de forma simplificada, apontamos neste trabalho características importantes de pequenos municípios no que se refere à relação campo-cidade. Ao contrário dos municípios com altas taxas de urbanização, estes apresentam dinâmicas particulares, com fortes relações de interdependência entre campo e cidade. A cidade basicamente exerce a função de administrar o campo, oferecendo serviços requeridos pelas atividades nele exercidas que geralmente são do setor primário. Outro dado importante, é que na cidade, é o “centro ou área central” o lugar para onde convergem todas as pessoas, tanto os moradores urbanos quanto os rurais em busca de serviços que somente a cidade oferece. Uma das marcas dos pequenos municípios abordados é o Centro da cidade, que é onde estão concentrados todos os serviços. Praticamente em todas as pequenas cidades, o centro é uma área comum de comércio e de residências.

Conforme constatamos, os pequenos municípios rurais com metade ou mais de sua população vivendo no espaço rural possuem estreitas ligações com este meio, o que demonstra a fluidez existente entre campo e cidade e de certa forma, nega a ideia de que o urbano estaria moldando a sua maneira os espaços rurais e que esses seriam mais tarde por ele consumidos.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Corrêa de. **Geografia Econômica**. 12.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

\_\_\_\_\_. Geografia rural: Questões Teórico-metodológicas e Técnicas. In: Boletim de Geografia Teórica, v. 25, n. 49-50. Associação de **Geografia Teórica**: Rio Claro, 1995.

ARDENGHI, Luciana Grolli. **Caboclos, ervateiros e coronéis**: luta e resistência no norte do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2003.

DOLLFUS, Olivier. **O espaço geográfico**. São Paulo: Difel, 1982.

EMATER – **Perfil do Município de Prudentópolis**, 2000. Escritório Municipal da Emater – PR, Prudentópolis, 2000.

GEIGER, Pedro. **As formas do espaço brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores Sociais Municipais**: uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000. Brasil e Grandes Regiões. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica número 14. Rio de Janeiro, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios Brasileiros – IDH**. Disponível em: <http://www.fjp.gov.br>. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Os vários Paranás: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos planos de desenvolvimento regional. Curitiba, IPARDES, 2005.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. Cadernos Estatísticos Municipais. Curitiba. IPARDES. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>. Acesso em Março de 2007. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Perfil dos municípios. Disponível em: <http://ipardes.gov.br>. Acesso em: 07 de janeiro de 2009.

IPEA, IBGE, UNICAMP / IE / NESUR, IPARDES. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: redes urbanas regionais: Sul. Brasília: IPEA, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LIBARDI, Diócles; DELGADO, Paulo. A redução do trabalho agrícola no

Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. N° 95. jan/abr. de 1999. p. 51-59.

MARICATO, Ermínia Brasil. **Cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Aariovaldo Umbelindo de. Geografia e Território: Desenvolvimento e Contradições na Agricultura. **Boletim de Geografia Teorética**, v. 25, n. 49-50. Associação de Geografia Teorética: Rio Claro, 1995.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**, 2003.

SILVA, Joseli Maria. Cultura e Territorialidades urbanas: uma abordagem da pequena cidade. **Revista de História Regional**, v 1, n .5, n. 2, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>. Acesso em: 02 de janeiro de 2009.

## A FEIRA E O MERCADO: LAÇOS DE SOCIABILIDADE E ALTERNATIVA DE RENDA PARA AGRICULTORES FAMILIARES EM BOCAIÚVA/MG

*Ana Ivania Alves FONSECA*

*Lucas dos Reis TEIXEIRA*

*Kathia Lilianne VIEIRA*

*Vanessa FONSECA*

### SURGIMENTO DAS FEIRAS E MERCADOS

Historicamente, a feira tem sido conhecida como local reservado para relações comerciais e vendas de mercadorias. Durante a Idade Média, na Europa, com o forte crescimento do comércio, houve a necessidade de se criar um local próprio para que os mercadores<sup>39</sup> pudessem vender e/ou trocar seus produtos. É comum as pessoas confundirem feira e mercado como se fossem a mesma coisa. Enquanto no mercado torna-se necessário uma estrutura, um local certo que possa abrigar os comerciantes de forma fixa, onde sempre haverá produtos à espera de compradores, as feiras, ao contrário, não requerem um lugar específico.

Na busca de diferenciação entre feiras e mercados Barbosa<sup>40</sup> et al. Huberman (2002, p. 55), descreve que: “Os mercados eram pequenos, negociando com os produtos locais, em sua grande maioria agrícola. As feiras ao contrário, eram imensas, e negociavam mercadorias por atacado, que provinham de todos os pontos do mundo conhecido”. Barbosa (2002) ainda destaca que a principal característica de um mercado é o lugar certo, a periodicidade, o horário, isto posto como instrumento de comércio. Barbosa (2002, p. 62) explica que a:

diferença entre o mercado e a feira está no tempo que

---

<sup>39</sup> Entende-se por mercadores comerciantes varejistas instalados no mercado durante todo o ano trabalhando com revenda de produtos.

<sup>40</sup> A feira, a cidade e o turismo: Conceitos, definições com o lazer e a cultura em Montes Claros / MG. Uberlândia, 2002

decorre a realização de cada um. O mercado se refere a encontros que se repetem a curtos intervalos, diários, semanais, isto é, fazem parte de curtos ciclos de troca. Quando os períodos são de três, seis ou doze meses, chamamos feiras.

O entendimento de feira vem desde a Idade Média. As feiras provocavam o envolvimento entre a sociedade, que além de seu caráter comercial eram um local de aprendizado e trocas culturais. As feiras no Brasil constituem modalidades de comércio varejista de produtos de vários gêneros, ao ar livre, de periodicidade semanal.

No caso de Bocaiúva/MG, as feiras são caracterizadas por serem reuniões que ocorrem geralmente as sextas e sábados, não ao ar livre. Para que estas ocorram, utiliza-se a estrutura física do mercado e os seus arredores, para a exposição e comercialização dos produtos que são de agricultores de localidades rurais próximas à cidade e até mesmo de outros municípios, como Guaraciama/MG e Engenheiro Navarro/MG. A feira de Bocaiúva é organizada por comerciantes com bancas fixas que trabalham durante todo o ano com a revenda de produtos de origem agrícola, como condimentos, derivados do leite, entre outros, adquiridos na maioria de agricultores familiares do município que não participam da feira.

## **FEIRA E MERCADO, ESPAÇO E RELAÇÕES SOCIAIS**

Genericamente as cidades são conhecidas como o lugar do encontro. Não existe cidade sem espaços de uso comum. Os espaços públicos são lugares privilegiados para o embate dos diferentes interesses e necessidades sociais. Percebe-se, porém, que os espaços públicos das cidades são distinguidos por diferentes grupos sociais. Dentro desta grande diversidade as pessoas buscam, no interior dos espaços, uma identidade diante das possibilidades, cada grupo social procura uma forma de sobrevivência, os limites, as formas de obtenção de lucro ou até mesmo uma identidade cultural que preencha o anseio de cada pessoa. São determinantes para a identificação da pessoa com o seu espaço.

Considerando todas essas possibilidades, em que as cidades e as pessoas recriam em seu interior espaços de uso comum no qual possam acontecer os eventos e as interações entre as pessoas, podemos, desse modo, apresentar os espaços da feira do mercado municipal de Bocaiúva, como ambiente de interação e integração social entre as pessoas participantes da feira. A feira e o mercado fazem parte da história da cidade de Bocaiúva, discutir sobre a mesma e não pensar no significado desse espaço para as pessoas que o utilizam, principalmente para a agricultura familiar do

município, seria descartar parte da história e das relações que se inscrevem neste ambiente.

Os mercados urbanos destinados à comercialização de produtos de origem agrícola como é o caso de Bocaiúva, não devem ter sua importância analisada apenas no que se diz respeito ao seu papel de abastecedor da cidade. Devem ser vistos como uma alternativa tanto para o agricultor como para o comerciante no que tange ao seu potencial econômico e social.

Portanto, ao tratarmos da feira do mercado municipal de Bocaiúva como espaço social, buscamos também uma análise do cotidiano das pessoas que formalizam as relações sociais existentes no ambiente da feira e do mercado como espaço de encontros. Conforme Santos (2001, p. 153) “o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos”. O espaço é, dessa forma, um conjunto de objetos geográficos, naturais e artificiais.

O mercado é um local no qual vão sendo escritas as várias histórias tanto do agricultor familiar que o utiliza, quanto da sociedade que mantém na feira do mercado, além de relações comerciais, laços também de sociabilidade e convivência. A feira é uma tradicional instituição presente, principalmente nas cidades do interior de Minas Gerais, que apresenta formas diferentes de acordo com o local onde essa esteja estabelecida e os costumes de cada localidade.

Os espaços das feiras e mercados são lugares de identidades e tradições, por isso, a feira se mistura entre o lugar do trabalho e do entretenimento, mas, sobretudo um lugar propício aos encontros e convivência entre as pessoas que delas participam.

Desse modo não se pode falar de feira e mercado sem estabelecer os vínculos e as relações sociais e culturais existentes no interior desse espaço. Assim, enquanto as cidades vão crescendo e oferecendo às pessoas cada vez mais modernidade, as feiras e os mercados vão permanecendo ali no mesmo local sem sofrer muitas alterações, mas mantendo em seu interior os mesmos fluxos de amizade e relações que estão entrelaçadas no cotidiano das pessoas que participam da feira.

## **A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A FEIRA DO MERCADO MUNICIPAL DE BOCAIÚVA/MG**

Embora a agricultura familiar brasileira ainda não tenha alcançado força suficiente para influenciar de modo verdadeiro as instituições governamentais que tomam as decisões sobre as políticas agrícolas, ela tem conseguido manter de modo próprio a produção, influenciando socialmente

e economicamente nos diversos setores sociais.

A constatação da importância da agricultura familiar no Brasil tem ampliado o leque de discussões sobre suas peculiaridades, organização e produção. As particularidades deste modelo estão inseridas de acordo com cada local, onde cada grupo utiliza estratégias de sobrevivência e produção de acordo com os interesses particulares. Apesar de toda a dinâmica teórica e metodológica da geografia em torno desse tema, conceituar esse modelo torna-se complexo em função da estrutura social que o envolve.

As diversas correntes teóricas que tratam e buscam definições mais sucintas a respeito do tema, trazem conceitos de como está descrito este modelo sob as diferentes óticas. Na concepção de Guazanroli (2001, p. 113) “as unidades de produção familiar, trata-se daquelas que não recorrem à mão de obra contratada, a não ser de forma ocasional”. Já Denardi, (2001, p. 57), classifica a agricultura familiar com duas características principais, diz ele: “todo empreendimento é administrado pela própria família; que nela trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros, o trabalho e a gestão é predominantemente familiar”. O mesmo autor classifica que o estabelecimento familiar, seria ao mesmo tempo uma unidade de produção e reprodução social.

A agricultura familiar detém forças suficientes e capacidade produtiva a fim de competir e integrar-se nos mercados, uma vez que este modelo emprega e mantém suas heranças cravadas na existência das suas famílias de forma efetiva e singular, mantendo equilíbrio entre produção e preservação ambiental. Neste sentido Abramovay (1997, p. 74) pontua que “a agricultura familiar deve ser entendida de uma maneira mais ampla, como segmento que detém poder de influência econômico e social”.

A discussão em torno do conceito de agricultura familiar no Brasil é relativamente recente, foi a partir da década de 90 que ocorreu um crescente interesse pelo tema, desencadeado por movimentos sociais e organizações de defesa dos interesses dos trabalhadores do campo, reivindicando junto ao governo a criação de políticas públicas voltadas para esse grupo de agricultores.

A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), foi proporcionada pelo grito dos movimentos sociais, tornando evidente aquilo que se observa em toda a história do país; o governo só age, só faz aquilo pelo qual existe (representar o povo), mediante pressão popular. A partir destas instituições criaram-se linhas de crédito específicas para a agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Outra conquista foi o reconhecimento dos direitos do agricultor familiar através da Previdência Social e recentemente pelo Programa de Aquisição de Alimentos

da Agricultura Familiar (PAA), em parceria com a Companhia Nacional do Abastecimento (CONAB).

Neste contexto de definições de agricultura familiar no Brasil reconhecemos que estas caracterizações também se aplicam aos agricultores familiares do município de Bocaiúva e região, de modo especial àqueles que participam da feira do mercado municipal. Esses agricultores familiares têm ali a oportunidade para venderem toda ou parte de sua produção e assim surgem de forma a abastecerem a cidade com a sua diversidade de produtos que geralmente trazem para a feira.

### OS AGRICULTORES, A FEIRA E O MERCADO

Os agricultores familiares que participam da feira, no mercado municipal de Bocaiúva, têm suas propriedades localizadas nas proximidades da sede do município, na denominada micro-região de Bocaiúva ou Portal do Norte.

Através da pesquisa de campo, procurou-se conhecer a realidade dos agricultores, bem como sua relação com a sociedade e o cotidiano das feiras. Notou-se uma variação entre o tempo de atuação dos feirantes do Mercado Municipal. Destes, 40% estão no local há aproximadamente 11 a 20 anos e 24% e 16% dos agricultores atuam na feira entre 21 e 40 anos, enquanto que 4% participam há mais de 40 anos, conforme o gráfico 1.

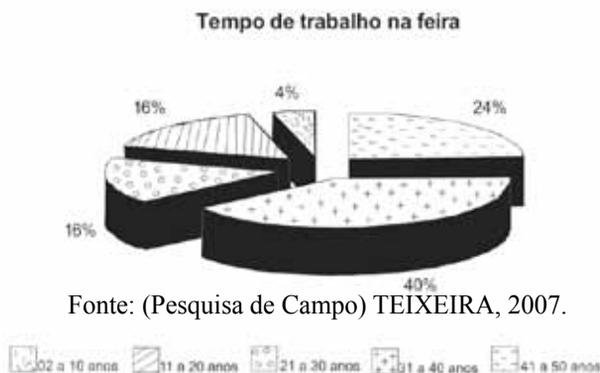


Gráfico 1 - Tempo de trabalho na feira do mercado  
Fonte: (Pesquisa de Campo) TEIXEIRA, 2007.

O envolvimento dos agricultores com a feira é muito forte, fato que pôde ser constatado através dos questionários. Quanto a essa questão, o agricultor Nésio Ferreira Leite, da comunidade do Borá, município de

Bocaiúva, diz: “Seria um descaso, nós ia produzir e vender pra quem?”

O empreendimento familiar, como toda atividade, merece atenção por parte do governo, assim sendo, criar políticas que torne viável as atividades desenvolvidas por este modelo pode representar um grande avanço para o desenvolvimento rural. A pesquisa com os agricultores familiares revela que, as políticas públicas voltadas para o perfil do agricultor familiar, como o PRONAF e o PAA da Conab, não são suficientes para atender as demandas dos agricultores.

Segundo Schneider (2006, p. 16), estes programas foram formulados como resposta às pressões dos movimentos sindicais rurais desde o início dos anos 90, do século XX, com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais.

Quanto aos beneficiários do PRONAF, destacam-se os produtores rurais que se enquadram nas especificidades dos grupos estabelecidos no programa, comprovados mediante a apresentação do chamado DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) documento comprobatório que pode ser emitido por agentes credenciados juntos ao MDA.

No município de Bocaiúva, destacaremos o perfil do agricultor familiar, mais precisamente daqueles pesquisados em seu ambiente de trabalho, a feira do mercado. Segundo dados do escritório local da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais) de 2006 a julho de 2007 foram entregues 380 cheques referentes a projetos do grupo “B” com valor bruto individual R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais). De cada projeto, foi obtido um total de R\$ 570.000,00 (quinhentos e setenta mil reais) aplicados nas diversas atividades da agricultura familiar no município.

No programa do PRONAF em Bocaiúva, no grupo “C” foram elaborados 30 projetos de custeio perfazendo um montante final de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) e 100 projetos de investimento no total de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) disponibilizados para os agricultores familiares no município.

Dos agricultores familiares pesquisados na feira do mercado municipal de Bocaiúva 52% deles já obtiveram o crédito do grupo “B” pela primeira vez e apenas 28% dos agricultores tentaram obter o crédito pela segunda vez. No tocante aos agricultores que acessaram o PRONAF no grupo “C” soma-se 8% dos agricultores pesquisados, destes 4% ainda não conseguiram pagar, tiveram prejuízos e perdas de parte do seu patrimônio, visto que foram obrigados a repassar o patrimônio para pagar a dívida do financiamento com o banco.

No caso dos agricultores que acessaram o crédito do grupo “B”, o montante emprestado foi de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), mas

propício a ter um aumento de 25% para os agricultores que pagarem suas parcelas dentro do prazo estabelecido. Neste grupo de agricultores 52% já obtiveram crédito, afirmando a tranquilidade em quitar a dívida com o banco.

O Programa de Aquisição de Alimentos dos agricultores familiares, criado pela lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, é parte do programa do Governo Federal, Fome Zero, regulamentado pela (CONAB), que se encarrega de repassar os recursos às prefeituras, associações comunitárias legalmente constituídas, ONGS dentre outras. Dentre os objetivos estabelecidos no programa destaca-se a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar. A partir da ação do Governo Federal, outros objetivos são delineados, tais como: ocupação do espaço rural; distribuição da renda, combate à fome, cultura alimentar regional, preservação ambiental.

Segundo o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome),

Para participar do PAA, o produtor deverá ser identificado como agricultor familiar ou acampado. Essa qualificação é comprovada por meio da DAP ou pela Declaração de Aptidão ao Programa de Aquisição de Alimentos, DAPAA – esta última criada a fim de proporcionar as famílias e trabalhadores sem terra acampados, a sua participação no programa. São critérios a fim de regulamentar a participação no programa: 1º Quilombolas, indígenas e acampados; 2º Agricultores familiares inseridos no grupo B; 3º Agricultores familiares do grupo A; 4º Agricultores familiares do grupo C; 5º Agricultores familiares do grupo<sup>41</sup>.

Os produtos que são adquiridos dos agricultores familiares são destinados para populações carentes da região e distribuídas em escolas, creches, asilos, entidades assistenciais. De acordo com a direção da Associação Bocaiuvense pela Cidadania (ABC), ONG responsável pela gestão do Programa em Bocaiúva, somente em 2007 beneficiou 530 agricultores familiares, e para cada agricultor é estabelecida uma cota de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por semestre. Dessa forma, o programa se torna uma alternativa de escoar a produção, obter renda e conseqüentemente reinvestir em sua propriedade.

Conforme podemos observar no gráfico 2 a participação dos agricultores da feira no mercado municipal de Bocaiúva, nos diversos programas governamentais é ainda pequena. Apenas 36% dos agricultores pesquisados participam do PAA, da CONAB, enquanto 20% têm o auxílio de Programas como bolsa escola e bolsa família, por outro lado 44% dos

<sup>41</sup> Retirado do site [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br) – acesso em 29 de setembro de 2007.

agricultores disseram que não participam de nenhum outro programa. Entretanto todos os agricultores pesquisados conhecem ou já ouviram falar do programa, mas mesmo com as possíveis vantagens quanto a sua participação, alguns ainda preferem optar por outras formas de escoar sua produção como a feira do mercado municipal de Bocaiúva.

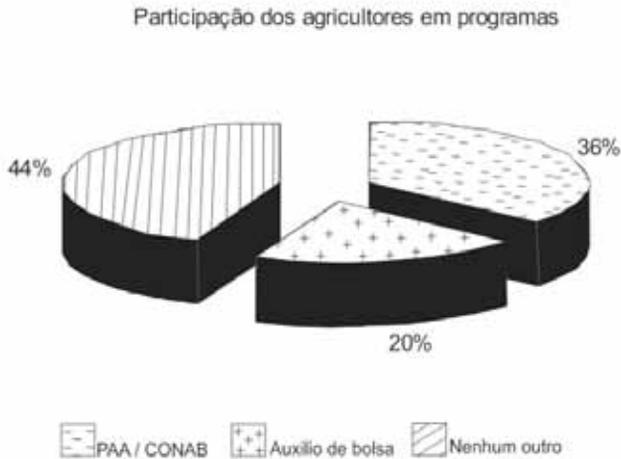


Gráfico 2 - Participação dos agricultores em programas sociais

Fonte: (Pesquisa de Campo) TEIXEIRA, 2007.

É importante salientarmos outra política pública destinada aos trabalhadores rurais; a Previdência Social. Um dos objetivos da Previdência é oferecer aos trabalhadores que cumprirem as regularidades estabelecidas para que possam assegurar-lhes os benefícios que podem ser tanto a aposentadoria por idade comprovada mediante atividade rural, auxílio doença e auxílio maternidade.

Quanto ao auxílio da previdência social 40% dos agricultores pesquisados disseram ainda não ter procurado auxílio ou benefício, alguns por não necessitarem, outros por falta de informações. Apenas 32% dos agricultores são beneficiados com a aposentadoria rural; sendo que 20% já obtiveram o auxílio doença e, 8% o auxílio maternidade.

## A POPULAÇÃO NA FEIRA DO MERCADO MUNICIPAL DE BOCAIÚVA

O perfil das pessoas que vão a feira pode ser dividido entre aqueles que têm o hábito de frequentar a feira todos os finais de semana, 60% e aqueles que frequentam uma ou duas vezes por mês, 13%, há ainda as pessoas que raramente vão à feira, como mostra o gráfico 3.



Gráfico 3 – Frequência da população na feira  
Fonte: (Pesquisa de Campo) TEIXEIRA, 2007.

Os motivos os quais levam a população ao mercado municipal são distintos, desde aqueles que vão apenas para adquirir um único produto e voltar para casa, até aqueles que preferem efetuar a compra direto do produtor.

O Gráfico 4, demonstra alguns dos motivos que levam a população a freqüentar a feira do mercado municipal de Bocaiúva. Segundo o gráfico, 20% da população considera o ambiente da feira e do mercado propício para o encontro com os amigos e 47% considera a qualidade dos produtos excelente e 13% estão preocupadas com os preços dos produtos. Entretanto, todo esse apreço aos produtos da feira, pode ser atribuído à qualidade e variedade dos produtos, o que acaba valorizando a agricultura familiar.

## FEIRA, RELAÇÃO E COTIDIANO

Nos dias de realização da feira o mercado fica movimentado, as pessoas vêm de diferentes comunidades rurais do município e de vizinhos. Atualmente a maioria deles, feirantes e freqüentadores, vem de ônibus fretado e carroças, chegando de madrugada.

Durante a pesquisa, foi possível acompanhar a chegada dos feirantes no mercado. É por volta das 5h30, que começa toda a correria no mercado com a arrumação dos produtos: farinha de mandioca, requeijões de forma ou de prato, farinha de milho, beijus, queijos, biscoitos caseiros e várias opções de hortigranjeiros, tudo produzido nas chamadas indústrias domésticas

rurais.

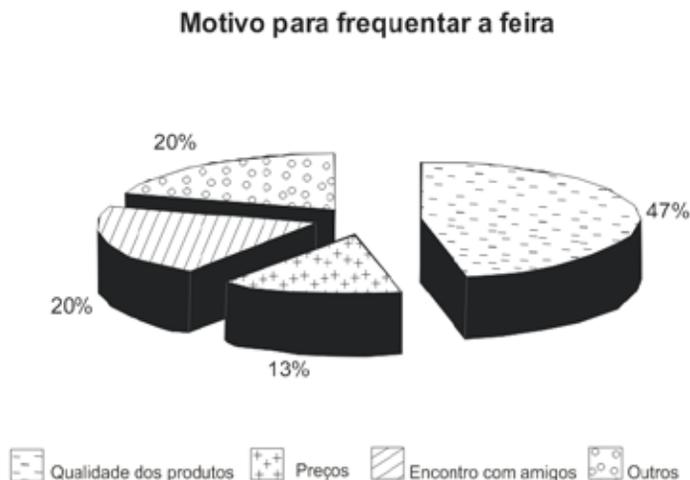


Gráfico 4 - Motivos que a população a frequentar à feira  
 Fonte: (Pesquisa de Campo) TEIXEIRA, 2007.

Os feirantes atualmente, ao contrário do que se observava tempos atrás, encontram nos próprios frequentadores grandes aliados para chamar a atenção dos fregueses. Assim se segue uma relação de amizade entre os agricultores feirantes e os consumidores, uma verdadeira troca de favores, tudo para facilitar a vida de todos eles, já que estabeleceram laços de amizade ao longo dos anos de convivência nas feiras. O maior movimento se dá entre às 6 h e 9h30, período que o mercado fica cheio, após esse horário os feirantes costumam ir ao comércio local para comprar outros produtos que não tem em sua propriedade, aquecendo também o mercado da cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou compreender a dinâmica que envolve a agricultura familiar no Norte de Minas, especificamente as feiras agrícolas na região de Bocaiúva – MG. A feira é local de encontro, lugar não somente de comércio, mas, sobretudo lugar de interação entre o campo e a cidade.

Diante de todas as dificuldades que permeiam a agricultura familiar, o acesso ao crédito e mercados para comercializar são ainda um dos maiores desafios. Desse modo, o mercado municipal e sua tradicional feira têm sido o espaço próprio onde o agricultor familiar comercializa seus produtos.

Concluímos neste trabalho que a feira tem sido para o agricultor familiar do município de Bocaiúva a única forma de obter renda e de escoar sua produção, manter suas famílias e adquirir outros produtos que não têm em sua propriedade.

Apesar da feira e o mercado municipal fazerem parte da história do município de Bocaiúva, sua importância tem sido irrelevante aos interesses públicos quanto ao seu potencial e fonte de renda aos agricultores familiares.

No que tange as políticas públicas mencionadas neste trabalho, percebe-se que estas apesar de estarem presentes e de terem beneficiado parte dos agricultores, ainda é irrelevante, tamanho o potencial da região, não enquanto abastecedora do Brasil através do eucalipto, mas ao contrário, através da agricultura familiar, fonte de economia e sociabilidade.

A agricultura familiar é elemento agregador e não de expulsão, como se observa historicamente no país através das diferentes monoculturas. Nesse sentido, as feiras se caracterizam como forma de resistência, frente aos des-envolvimentos provocados pela chamada modernidade. A feira é o lugar da sabedoria popular, lugar onde o homem e o meio ambiente se encontram, onde a relação homem e campo não se restringe ao nível teórico, mas se dá na prática social. Assim, a feira é mais que o encontro comercial entre o campo e a cidade, é o lugar dos encontros, das conversas, das vivências.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª edição, Campinas: Ed. Unicamp. 1998.

\_\_\_\_\_. Uma nova extensão para a agricultura familiar. **Seminário de assistência técnica e extensão rural**. Brasília, 1997.

BARBOSA, Carla Cristina. A feira, a cidade e o turismo: conceito, definições e relações com o lazer e a cultura em Montes Claros - MG. 2002. (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

DENARDI, Reni Antônio. Agricultura familiar e políticas públicas. Alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Revista agroecológica e desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 56-62, 2001.

GUAZANROLI, Carlos Eduardo et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Gramonci, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**.

São Paulo: EDUSP, 2002.

SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, José Marcos; DIESEL, Vivien. (org.) **Desenvolvimento rural** - Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: EDUNIJUI, 2006.

## ATIVIDADES PLURIATIVAS NO ESPAÇO CAMPESTRE EM HOLAMBRA-SP: O TURISMO RURAL COMO ALTERNATIVA DE GERAÇÃO DE RENDA<sup>42</sup>

*Elias Júnior Câmara Gomes SALES*

### INTRODUÇÃO

Ao desenvolver uma investigação, cujo objeto de estudo se encontra no espaço campestre, devem-se destacar as diferenças entre rural e urbano, cidade e campo, afim de não promover uma confusão teórica a respeito desses conceitos. Portanto, ao referir a esses determinados conceitos retrataremos, sucintamente, conforme aponta Biazzo (2007):

[...] campo e cidade são formas concretas, materializam-se e compõem as paisagens produzidas pelo homem; ‘urbano’ e ‘rural’ são representações sociais, conteúdo das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente na sociedade. Por isso, urbanidades e ruralidades se combinam em cada recorte do espaço, seja um local, seja uma micro, meso ou macro região. Mais do que isso, urbanidades e ruralidades se combinam nos atos e na visão de mundo de cada indivíduo. São atributos, não substantivos. (BIAZZO, 2007, p. 18)

Apesar de se adotar essas definições para tais conceitos, o uso do termo rural pode aparecer no presente trabalho para definir o meio campestre. Será utilizada a expressão “turismo rural” para evidenciar a atividade turística que ocorre no campo, pois sua utilização é comum entre os estudiosos do turismo. Seu uso se fará não por acreditar que são sinônimos, mas para facilitar a compreensão do mesmo já que o termo rural é amplamente utilizado na literatura que estuda o campo e as práticas desenvolvidas nesse espaço, como é o caso do turismo rural.

Feito esses comentários, entende-se que o espaço campestre no Brasil convive com uma diversidade de situações, onde atividades não agrícolas

---

<sup>42</sup> Partes desse trabalho foram publicadas no XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009.

estão cada vez mais presentes nesse meio. É o que distintos pesquisadores, como Carneiro (1999), Graziano da Silva (1997), Schneider (2003) designam de pluriatividade, a qual insere o produtor e as famílias agrícolas em novas atividades econômicas, os tornando empreendedores ou prestadores de serviços, porém os mesmos mantêm o vínculo com a agricultura.

Dentre essas atividades pluriativas, o turismo ganhou destaque, e em nosso caso, mais precisamente o Roteiro de Turismo Rural no município de Holambra no estado de São Paulo, como forma de melhorar a renda familiar em unidades agrícolas. Ao realizar esse recorte, o que se pretende discutir é o papel da agricultura familiar e sua importância na interface com a pluriatividade, pois o desenvolvimento do turismo rural depende diretamente da participação desses agentes sociais.

Essa nova configuração do campo nos revela como consequência, “a ampliação e (diversificação) do mercado de trabalho, em certas regiões de vocação turística, e a criação de novas necessidades e desafios para a população desses territórios que se tornam socialmente cada vez mais complexos” (CARNEIRO, 2002, p. 226).

Para o estudo da temática proposta, o presente trabalho analisou a agricultura familiar e sua ligação com formas pluriativas de produção. Em seguida, a análise se volta para o turismo rural como alternativa para esses componentes dessa complexa trama socioeconômica que compreende o meio campestre brasileiro. A realização da pesquisa de campo se fez necessária para fornecer base empírica ao trabalho. Dessa forma, foram realizadas visitas ao local de estudo e entrevistas aos proprietários participantes do roteiro de turismo rural de Holambra, assim como, pesquisa documental e bibliográfica.

## **A FAMÍLIA NO CAMPO: OBSERVAÇÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR**

Para a compreensão da pluriatividade no meio campestre, acredita-se ser necessário primeiramente definirmos nosso entendimento sobre a agricultura familiar, uma vez que são os componentes dessa que assumem papéis pluriativos. Apesar da polêmica em torno do tema pode-se apontar uma linha de pensamento em comum entre os pesquisadores que a estudam, como aponta Carneiro, “por agricultura familiar entende-se, em termos gerais, uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados” (CARNEIRO, 1999, p. 329).

Embora seja um ponto de partida para o entendimento da agricultura familiar, essa definição é ampla e abarca diversos fatores que podem ocasionar confusões teóricas a seu respeito, sendo que abrange vários grupos sociais

heterogêneos. Portanto, enquadrar o agricultor familiar em uma classe social não se mostra eficiente. Vejamos:

Nesse sentido, não seria adequado identificar o agricultor familiar a uma classe social, como resultado de um processo de diferenciação social onde o termo agricultor familiar seria atribuído à exploração moderna, com base no trabalho familiar, orientada pela lógica empresarial capitalista em oposição ao camponês, tido como uma categoria social do passado e não capitalista. (CARNEIRO, 1999, p.329)

Porém a autora em questão, nesse contexto alerta para a complexidade em diferenciar essas categorias, sendo que o viés da exploração capitalista está bastante inserido na agricultura, demonstrando a diversidade desse processo e suas tendências contraditórias (CARNEIRO, 1999). Ela ainda destaca que as unidades de produção familiar não desapareceram, mesmo sendo pequenas ou médias, devido ao avanço do capitalismo sobre a agricultura, e tampouco estas se inserem num processo único nas formas de produção. Nesse sentido,

Esta dinâmica inclui uma diversidade de trajetórias que supõe uma adaptação contraditória às novas condições de produção. Este processo de adaptação pode implicar a formulação de novas estratégias para formas de produção já estabelecidas ou simplesmente uma nova combinação dos mecanismos já existentes visando a manutenção seja da exploração agrícola, seja do patrimônio familiar, ou seja, a reprodução do grupo doméstico. (CARNEIRO, 1999, p.330)

A adaptação, por parte do grupo doméstico vinculado ao campo, implica em situações diferenciadas em relação às decisões familiares para os investimentos na propriedade e manutenção da família no campo, sendo observado, no contexto do estudo realizado em Holambra, um novo componente importante nessa dinâmica, o turista. A tomada de decisão do grupo familiar, além de questões ligadas ao campo, considera as preferências do turista no momento decisório.

Assim é percebido que ao vislumbrar o agricultor familiar não se torna prudente seu reconhecimento como, e simplesmente, um camponês que é isolado da dinâmica capitalista, ou mesmo o visualizando como obsoleto em relação a essa dinâmica. O que se observa na verdade é uma complexa diversidade, cuja análise deve se centrar a variadas possibilidades.

Para a compreensão dessa reflexão, Carneiro (1999) aponta algumas tendências utilizadas no estudo da agricultura familiar. Primeiramente a pesquisadora relata que “as análises têm normalmente privilegiado como

unidade de observação as unidades de produção, centrando na relação do produtor e o mercado e nas suas condições de responder às suas demandas” (CARNEIRO, 1999, p. 330). De acordo com a autora, nesse tipo de análise corre-se o risco da exclusão, pois somente um número reduzido de produtores alcança níveis de produtividade que os afastariam daqueles que são tidos como atrasados, deixando de abranger dessa maneira uma grande porcentagem de agricultores. Esse viés reducionista conduz a uma distorção no entendimento da agricultura familiar, reiterando a sobreposição da lógica econômica sobre os outros fatores que compõe esse grupo. É relevante ressaltar, como revela Carneiro (1999) que todos os agricultores, mesmo aqueles definidos como camponeses, estão de alguma forma inseridos na relação capitalista. Isso é identificado na mercantilização dos excedentes agrícolas.

Essa classificação, em termos econômicos, só surtirá efeito se sua relação com o mercado fornecer informações sobre a organização da família no que tange à atividade agrícola.

Em uma outra abordagem, o que se observa é uma análise diretamente focada nas

[...] dinâmicas de reprodução social e econômica das unidades familiares a partir da noção de estratégias familiares formuladas para esse fim, levando em conta as relações não especificamente econômicas que interferem no funcionamento das unidades produtivas, sobretudo as de parentesco e as de ordem moral. (CARNEIRO, 1999, p. 331)

Nessa instância, é notada uma maior importância dada aos elementos de ordem social e à organização das famílias na unidade produtiva, destacando as especificidades das relações ocorridas nesse local como elementos primordiais para a formulação de análises sobre a agricultura familiar. Não obstante, usando o pensamento de (Neves, 1993), ao se levar em conta esses fatores para entender como essas relações sociais são estabelecidas, há o perigo de distorção dessa estruturação, ao modo que a pesquisa pode ser reduzida a uma vontade individual (CARNEIRO, 1999).

A partir dessas considerações sobre a agricultura familiar pode-se entender que essa é composta por elementos heterogêneos e sua análise deve considerar não somente a unidade familiar e suas relações com o mercado, mas também os aspectos socioeconômicos e as estratégias familiares para essa finalidade. De acordo com Abramovay (1991) a agricultura familiar oferece a flexibilidade de compor de modo diversificado sua renda global. Ganha força, até mesmo nas organizações europeias, a noção de que tão importante quanto a agricultura é a revalorização do meio rural e, a

diversificação das atividades econômicas dos agricultores tendo em vista também a preservação do meio ambiente contra a desertificação rural.

Percebe-se que o agricultor familiar possui uma mobilidade que o permite interagir com as dinâmicas capitalistas e que por sua vez o insere num contexto diferenciado, o que Graziano da Silva (1997) reconhece como o “novo rural”, no qual o agricultor assume um papel diferenciado.

A sua característica fundamental é que ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vem se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais [...]. Essa é a sua característica nova: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas. (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 4)

Para avançarmos nessa temática, abordaremos a seguir como a pluriatividade está inserida no campo, e como essa característica modificou esse espaço com as novas atividades desempenhadas pelos agricultores, anteriormente ocupados exclusivamente com a produção agrícola.

## **A PLURIATIVIDADE E SUA INTERFACE COM O CAMPO**

Os espaços campestres vêm sofrendo alterações em sua composição devido a introdução de atividades anteriormente restritas, ou melhor dizendo, vinculadas às cidades. Graziano da Silva (1997) chama a atenção ao disponibilizar dados sobre a população economicamente ativa (PEA) em áreas tidas como rurais pelo IBGE que comprovam o crescimento das atividades não agrícolas nesse espaço, principalmente aquelas voltadas à indústria, mais precisamente a agroindústria, e à crescente urbanização do campo, nas quais se pode destacar a moradia, turismo, lazer e outros serviços. É recorrente nesse trabalho que não se pretende discutir a questão da urbanização ou não do meio campestre e sim voltar nossa atenção para as novas formas de produção e reprodução incorporadas ao campo.

Nesse novo rural brasileiro, como defende o autor, o produtor do campo assume um papel diferente daquele que desempenhava anteriormente. Agora ele além de agricultor, exerce a função de empreendedor, destinando somente uma parcela de seu tempo de trabalho às atividades produtivas agrícolas, o chamado part-time farmer, que em português se pode traduzir como agricultor em tempo parcial (GRAZIANO DA SILVA, 1997). No entanto, cabe destacar, como aponta Schneider (2003), que o termo part-time farmer muitas vezes é empregado de forma confusa. Para esse autor,

a condição de agricultor em tempo parcial pode ser usada “de forma mais precisa, para definir situações onde, devido ao tamanho físico ou a uma opção de gestão, a unidade produtiva é cultivada pelo investimento de menos do que um ano completo de trabalho” (FULLER; BRUN apud SCHNEIDER, 2003, p.103). Ainda nesse contexto, também se observa mudanças estruturais no que diz respeito à divisão do trabalho, pois nessa nova conjuntura do espaço campestre o trabalho na unidade familiar não se restringe somente às atividades agrícolas.

A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas pelos agricultores, até mesmo fora de seus estabelecimentos, retrata uma nova realidade no campo, mesmo algumas dessas já sendo desenvolvidas em períodos anteriores, até mesmo por camponeses. Como podemos observar:

É preciso recordar que os camponeses não eram produtores agrícolas especializados: combinavam atividades não-agrícolas de bases artesanais dentro do estabelecimento, envolvendo praticamente todos os membros da família na produção de doces e conservas, fabricação de tecidos rústicos, móveis e utensílios diversos, reparos e ampliação das construções e benfeitorias, etc. O sinal visível que não podiam mais garantir a sua reprodução era o assalariamento temporário fora, que ocorria fundamentalmente em unidades de produção vizinhas por ocasião da colheita. (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 4)

Embora a junção entre atividades não agrícolas e agrícolas não ser um fato recente, a novidade é que algumas dessas formas desvinculadas do modo de produção agrícola estão se desenvolvendo e ganhando importância no campo. Essas transformações dão suporte aos pesquisadores que acreditam que o campo atravessa uma nova fase, o novo rural, como define Graziano (1997).

Salvo os questionamentos quanto ao uso da expressão “novo rural”, é perceptível as mudanças na composição do trabalho familiar e no espaço que está inserida a diversificação das atividades produtivas. Tal diversidade pode ser identificada na pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Marketing Rural, cuja “mostrou que o número de produtores rurais que exercem atividades não agrícolas dobrou durante os anos 90. Esse número passou de 20% para 40%” (CAMPANHOLA; SILVA, 2000, p. 146).

É imprescindível levar-se em conta as atividades rurais não-agrícolas, decorrentes da crescente urbanização do campo como, por exemplo, moradia, o turismo rural, e outros serviços, além de atividades de preservação do meio ambiente, e pequenos negócios ligados à agropecuária intensiva como, a piscicultura, a horticultura, floricultura, e criação de pequenos animais, todos em busca de nichos

propícios à sua inserção econômica no mercado. (CARLINI JUNIOR; SILVA; LISBOA FILHO, 2004, p. 9)

Apesar de acreditarmos que o uso do termo urbanização do campo é questionável como forma de explicar o novo contexto no qual se enquadra a nova realidade campestre, corrobora-se a idéia do avanço de várias atividades sobre o campo, e que muitas dessas já faziam parte do cotidiano de muitos agricultores, no entanto é na atualidade que se destacam e ganham relativa importância como forma de complementar as rendas desses produtores. Nessa perspectiva entende-se que o campo já não pode ser encarado unicamente como agrícola.

As transformações pelas quais tem passado nas últimas décadas, o meio rural brasileiro, contribuem para não considerá-lo essencialmente agrícola. A identificação do rural com o agrícola perdeu o sentido quando muitas atividades tipicamente urbanas passaram a ser desenvolvidas no meio rural, geralmente em complemento às atividades agrícolas. (CAMPANHOLA; SILVA, 2000, p. 145)

Ao entender que o agricultor e sua família não estão vinculados somente à produção agrícola e realizam outras atividades para complementar suas rendas, esses se encontram na condição de pluriativos.

É recorrente ressaltar que o debate sobre a pluriatividade é bastante amplo e por isso vou me ater ao conceito de Schneider, que a retrata

Como fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária de regiões e países, pode-se definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade seja decorrente de fatores que lhe são exógenos, como o mercado de trabalho não-agrícola, ela pode ser definida como uma prática que depende de decisões individuais ou familiares. (SCHNEIDER, 2003, p. 112)

Ao definir o conceito que será utilizado como embasamento para o trabalho, corrobora-se o interesse em “avaliar o significado econômico, o sentido sociocultural da consolidação da pluriatividade em famílias que residem no espaço rural e se integram em outras atividades ocupacionais, combinando-as com a atividade agrícola” (SCHNEIDER, 2003, p. 112).

Deve-se, portanto delimitar a relação da agricultura familiar e como

a pluriatividade se tornou uma alternativa para complementar a renda nesse meio. Para tanto faremos novamente o uso das palavras de Schneider (2003), o qual afirma a necessidade de um amplo debate entre as relações de trabalho na família e sua ligação com a produção no capitalismo. Portanto,

Parte-se do pressuposto de que a dinâmica socioeconômica no meio rural faz parte da sociedade como um todo, e que, em determinadas situações históricas, ela certamente será estabelecida pelo regime capitalista. Mas essa não é uma “regra universal”, e o modo pelo qual a forma familiar interage com o capitalismo pode variar e assumir feições muito particulares. Em alguns casos históricos, as formas sociais identificadas com o trabalho familiar acabaram sucumbindo e foram absorvidas pelo próprio capitalismo, mas em outros, como no caso de certas configurações da pluriatividade, a presença do trabalho familiar em unidades produtivas agrícolas pôde desenvolver relações até certo ponto estáveis e duradouras com as formas sociais e econômicas predominantes. Assim, as unidades familiares subsistem com uma relativa autonomia em relação ao capital e vão se reproduzindo nessas condições. A sua transformação vai depender de sua relação com as formas distintas e heterogêneas de estruturação social, cultural e econômica do capitalismo, em um certo espaço e contexto histórico (SCHNEIDER, 2003, p. 112).

Definidos os parâmetros adotados para a realização dessa pesquisa, foi feita uma reflexão a respeito do papel da pluriatividade e de que forma esta atua como um meio de complementar a renda dos agricultores familiares. Designou-se como recorte espacial o município de Holambra, o qual tem como principal atividade econômica a produção de flores, porém outra atividade também se destaca, o turismo, sendo seu grande diferencial, além da própria produção de flores, a forte influência holandesa advinda dos colonos que ali se instalaram.

Primeiramente, foi feita uma descrição do município de Holambra, conhecido como cidade das flores, e posteriormente uma análise sobre a implantação do roteiro de turismo rural como alternativa à sazonalidade da atividade turística no município, e como os produtores do campo estão inseridos no contexto da pluriatividade, sendo o turismo no campo, ou turismo rural como é amplamente difundido, encarado como forma de complementar a renda das famílias que desempenham atividades agrícolas nessa localidade em questão.

## **HOLAMBRA: CIDADE DOS IMIGRANTES HOLANDESES E DAS FLORES**

Localizada na região leste do estado de São Paulo, à 120 km da capital paulista e à 35 km de Campinas e ocupando uma área de 64 km<sup>2</sup>, a estância turística de Holambra está situada numa altitude de 600 metros em relação ao nível do mar. Segundo informações do IBGE, sua população é de 9111 habitantes (Mapa 1).

Mapa 1 – Localização do município de Holambra – São Paulo.

O município apresenta vegetação típica de cerrado e clima quente, com temperatura mínima de 5° C e máxima de 35° C. Está localizado nas seguintes coordenadas geográficas: latitude S: 22° 37'55" e longitude W: 47° 03'36".<sup>43</sup>

Holambra apresenta o sétimo melhor índice de qualidade de vida do país, o quarto do estado e o primeiro da Região Metropolitana de Campinas (RMC). A constatação é do Atlas da Exclusão Social no Brasil, lançado no dia 22 de janeiro, de 2003 em São Paulo, na sede do Conselho Regional de Economia. Os bons índices nos setores de educação, emprego formal, baixo índice de violência e desigualdade social, entre outros pesquisados, renderam a Holambra essa condição privilegiada quanto à qualidade de vida.

Com a devastação provocada pela Segunda Guerra Mundial em toda a Europa, os holandeses viram poucas perspectivas de futuro em seu país, pois teriam que praticamente reconstruí-lo. O governo holandês incentivou então a imigração principalmente para o Canadá, Austrália, França e Brasil. O Brasil foi, na época, o único país a aceitar imigração de grandes grupos, sendo estes católicos. A Associação dos Lavradores e Horticultores Católicos da Holanda (Katholieke Nederlandse Boer en Tuinders Bond - KNBTB)

<sup>43</sup> <http://www.holambra.sp.gov.br/emnumeros.asp>

enviou para o Brasil uma comissão para viabilizar o projeto de imigração e firmar um acordo junto ao governo brasileiro.<sup>44</sup>

Em 1948 chegaram as primeiras famílias holandesas e formou-se a Cooperativa Agropecuária Holambra - HOLanda, AMérica, BRAsil. Neste ano, os 5000 hectares de terra adquiridos pela cooperativa foram distribuídas entre as famílias cooperadas, mediante o compromisso de desenvolver qualquer atividade produtiva.<sup>45</sup>

O cultivo de flores teve início em 1951, com uma pequena produção de Gladiolos (Palma de Santa Rita), mas foi entre 1958 e 1965 que a produção se expandiu. Em 1972, foi criado dentro da cooperativa o departamento de floricultura para a venda de grande variedade de flores e plantas ornamentais. Anos depois foi criado o “Veiling”, que em holandês, significa leilão. Este é o sistema através do qual flores e plantas são comercializadas em Holambra. Trata-se de um tipo de leilão que foi criado na Holanda em 1951, para agilizar o comércio de produtos agropecuários e flores.

O Veiling Holambra é o principal centro de comercialização de flores e plantas do Brasil, implantado no ano de 1980, estima-se ser o responsável por cerca de 40% do mercado nacional. Funciona como uma cooperativa e concentra a produção de cerca de 280 empresas fornecedoras da região de Holambra e outras regiões produtoras do país, que juntas produzem cerca de 1000 variedades entre flores e plantas.

O principal sistema de comercialização do Veiling é o Klok, o qual consiste em um relógio, funcionando como o coração do sistema. Ele mostra todas as informações referentes ao produto no momento da venda, permitindo a comercialização de grandes quantidades e variedades de produtos em tempo recorde. São utilizados dois “Kloks”, que realizam vendas simultâneas de produtos de corte e em vaso. Em média um lote de flores é adquirido a cada 1,8 segundos. As boletas de venda são emitidas no mesmo instante em que o cliente efetua a compra. Elas são colocadas junto aos produtos que em pouco tempo são liberados e carregados nos caminhões estacionados nas plataformas de carregamento.<sup>46</sup>

Em outubro de 1991 se deu a emancipação político-administrativa do município Holambra, anteriormente, o município tinha seu território anexado a Artur Nogueira, Cosmópolis, Jaguariúna e Santo Antônio de Posse. Em abril de 1998, Holambra recebeu o título de Estância Turística, firmando-se no cenário nacional e internacional como a “Cidade das Flores”.

A estância turística de Holambra tem como destaque a influência

---

<sup>44</sup> <http://www.holambra.sp.gov.br/historia.asp>.

<sup>45</sup> <http://www.holambra.cnpm.embrapa.br/hhist.html>.

<sup>46</sup> <http://www.veiling.com.br>

holandesa, e por ser um importante pólo produtor de flores no Brasil desperta a atenção dos turistas.

Segundo a prefeitura de Holambra<sup>47</sup>, além de suas flores, que podem ser encontradas em grande variedade nos campos de produção e centros de compras locais, a cidade impressiona também os turistas que a visitam pela arquitetura holandesa, que pode ser vista em toda a área urbana, seja em estabelecimentos comerciais, residenciais e públicos. Passear por Holambra dá a sensação de estar em algum lugar do continente europeu, mais precisamente na Holanda. Desde as placas de sinalização de trânsito, todas temáticas em forma de moinho ou tulipa, até aos diversos bares, restaurantes e confeitarias, tudo faz lembrar a colonização iniciada em 1948.

A gastronomia de Holambra também é fator de destaque na Região Metropolitana de Campinas (RMC). Além dos pratos da culinária holandesa, o setor gastronômico local também serve pratos da cozinha internacional e brasileira.

Tendo um dos maiores recintos de exposições do país, Holambra sedia ao longo do ano grandes eventos como a Expoflora em setembro, a maior festa de flores da América do Sul; Trekker Trek, em julho, competição de arrancada de tratores; e feiras especializadas como Encontro Nacional de Floristas, Garden Fair e Hortitec (feira de negócios em horticultura e cultivo protegido). É interessante ressaltar que embora esses eventos sendo realizados na área dita como urbana do município eles estão ligados, mesmo de maneira indireta, às atividades praticadas no meio rural.

Mas durante todo o ano, o turista tem à disposição outros tipos de atrativos, como passeios equestres, parque temático com minisítio, passeios por campos de flores, museu histórico e lagos com belas praças, como destaca site da prefeitura do local. Todos estes atrativos e potencialidades para a economia municipal, contribuem para o fortalecimento da agricultura familiar, que está diretamente ligada a essas atividades.

Como se pode notar, o município de Holambra possui bons índices de qualidade de vida, é dotado de uma boa infraestrutura e ainda disponibiliza diversos serviços para o atendimento ao turista. Porém, apesar dos apelos mercadológicos encontrados nos sites relacionados ao turismo em Holambra e sua divulgação como cidade das flores, a estância turística encontra algumas dificuldades em trabalhar seu principal atrativo. Muitos produtores de flores e plantas ornamentais, principalmente os grandes, não disponibilizam suas propriedades para visitas de turistas, tendo em vista que a produção é bastante tecnificada e o controle das condições de produção é essencial para uma boa produtividade, criando dessa maneira um entrave ao

---

<sup>47</sup> <http://www.holambra.sp.gov.br/turismo.htm>

desenvolvimento do turismo em espaços campestres nessa localidade.

Nesse contexto é que destacaremos a seguir o papel dos pequenos produtores que atuam no campo e como a criação da rota de turismo rural poderá ser uma alternativa para o fortalecimento do turismo em Holambra e como a pluriatividade está inserida na agricultura familiar.

## **O TURISMO NO CAMPO: UMA ALTERNATIVA PLURIATIVA EM HOLAMBRA**

O avanço da tecnologia e a globalização são marcas do atual modelo de desenvolvimento preponderante. Esses fenômenos afetam diretamente a vida das populações campestres e citadinas.

As relações humanas estão cada vez mais fugazes e superficiais e a natureza cada vez mais distante da realidade dos centros urbanos. Numa direção dialética, o homem contemporâneo, ao mesmo tempo em que se distancia, busca o reencontro com a natureza e com as origens, de modo que há um 'reencantamento' e uma 'ressignificação' do espaço natural. (IRVING apud BOTELHO; REZENDE; PINTO, 2006)

A demanda por um turismo de qualidade tem crescido, e a busca de um contato mais íntimo com o local visitado tem proporcionado o fortalecimento dessa atividade no meio campestre. As motivações que despertam o interesse de se realizar práticas turísticas nesse espaço podem ser configuradas a partir de três fatores, como a vida frenética nas cidades, a maior facilidade de acessos e comunicação com o meio campestre e ao maior tempo dedicado ao lazer e descanso (SOLLA, 2002). Além das motivações anteriormente citadas, Carneiro (2002) aponta para uma nova configuração do campo, onde esse se torna local de residência e de lazer.

[...] registra-se a transformação do campo em espaço de lazer ou mesmo de residência principal para integrantes de camadas médias da população urbana que buscam uma qualidade de vida diferente (e melhor) daquela a que estão submetidos na cidade. [...] Essa busca, por parte dos habitantes das cidades, de um contato mais freqüente e próximo com a natureza – idealizada – estimula o turismo que, por sua vez, introduz mudanças nos hábitos e práticas de vida das pequenas localidades. (CARNEIRO, 2002, p. 226)

De acordo com a autora, essa transformação do campo implica em diversas mudanças que afetarão a vida das famílias que ali residem, pois com a diversificação e ampliação do mercado de trabalho as unidades familiares

se veem em uma complexa trama social. “A organização social e econômica de unidades familiares especializadas na agricultura dá lugar a organizações pluriativas baseadas na inserção plural dos indivíduos no mercado de trabalho” (CARNEIRO, 2002, p. 226).

O turismo rural<sup>48</sup>, ou no campo, já é uma realidade conhecida por diversos municípios brasileiros, e a estância turística de Holambra pretende, com o lançamento do roteiro de turismo rural, se firmar como destino turístico nesse setor na região de Campinas e aumentar o tempo de permanência do turista no município. Para tanto, foram realizadas parcerias entre os proprietários rurais e Prefeitura do Município, Departamento de Turismo, SEBRAE-SP/ Escritório Regional Sudeste Paulista, Posto SEBRAE Holambra, e as entidades apoiadoras: Associação Comercial e Empresarial de Holambra/Projeto Empreender e o Comtur - Conselho Municipal de Turismo de Holambra<sup>49</sup>.

O roteiro é composto por treze propriedades e o turista tem a possibilidade de realizar passeios que contemplam desde a produção de flores a criação de jacarés. Ele ainda disponibiliza aos seus participantes a oportunidade de degustar cachaça produzida artesanalmente e a gastronomia local, realizar compras e várias outras atrações no campo. É possível até mesmo a compra de flores diretamente com o produtor.

Foi criada uma logomarca do roteiro e essa se encontra nas placas de sinalização turística, o que facilita o acesso dos turistas aos locais de visitação, além da confecção de folders para sua divulgação. O turista que pretende fazer o roteiro pode optar por ir com o seu próprio veículo, ou procurar uma agência que ofereça o serviço. Segundo o Sebrae, a proposta do roteiro é de integrar o turismo holambrense às propriedades campestres, tornando o município atrativo o ano todo. Os ingressos para entrada nas propriedades são comercializados a partir de R\$ 5,00. Podendo ser retirado no Serviço de Apoio ao Turista - SAT, Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal e no comércio local, o folder informativo traz várias informações do Roteiro. Ressaltando que em algumas propriedades é necessário realizar um agendamento.

Em entrevista cedida ao SEBRAE/SP José Benedito Dainezi, da Flora Diamante (propriedade participante do roteiro do turismo rural em Holambra), “O Roteiro vem preencher uma necessidade que já existia no

---

48 Adotou-se o termo turismo rural para exemplificar a prática de tal atividade no meio campestre, no entanto estamos cientes que o termo pode levantar divergências à medida que a delimitação entre o que é urbano e rural é complexa e merece um debate mais aprofundado.

49 [http://www.sebrae.com.br/principal/sebrae%20no%20estado/ercampinas/novos\\_roteiro\\_rural\\_holambra\\_lancamento.aspx](http://www.sebrae.com.br/principal/sebrae%20no%20estado/ercampinas/novos_roteiro_rural_holambra_lancamento.aspx)

município. Foi uma soma. Nós, pequenos produtores, já tínhamos instaladas as unidades de produção de plantas e a visitação vem agregar valor ao negócio”. Produzindo e comercializado flores, ele declara sua opinião sobre o projeto. “Já estamos recebendo os visitantes e o contato tem sido muito positivo. Vejo duas oportunidades no roteiro: acrescentar o turismo local e tornar o visitante mais próximo do nosso trabalho, que é a produção de flores. Podemos mostrar ao visitante o processo de produzir uma flor, pois assim ele passará a ter um outro relacionamento com a planta, valorizando ainda mais as flores”, observa.<sup>50</sup>

O proprietário do Rancho da Cachaça – produção artesanal de cachaça- José Roberto também corrobora a ideia que o roteiro agrega valor à propriedade e ajuda no desenvolvimento da cidade, revelando em entrevista cedida ao autor desse trabalho, que essas foram as maiores motivações para a participação no roteiro de turismo rural. Destacou o papel da família na realização das tarefas na propriedade, demonstrando que todos participam do trabalho, tendo em vista que além dos serviços prestados aos turistas, também há a produção ligada ao campo, sendo a atividade turística uma forma a complementar a renda da família.

O empresário Jan Eduard Wigman, do “Em Busca do Galope<sup>51</sup>”, o qual já possui experiência no recebimento de turistas, aponta o roteiro como uma conquista do grupo de produtores rurais. “O roteiro vai beneficiar as propriedades e também as empresas que já trabalhavam com o turismo rural, a exemplo da nossa. O roteiro é mais uma opção para quem chega em Holambra para comprar flores. O visitante vê que existem esses passeios e permanece mais na cidade. Quanto mais empreendimentos melhor, sem dúvida”, avalia<sup>52</sup>.

O estabelecimento do turismo em associação com propriedades onde a agricultura familiar é praticada pode ser uma alternativa para o incremento da renda dessas famílias, as quais se encontram na condição de pluriativas por desempenharem atividades não agrícolas prestando serviços aos turistas participantes do roteiro de turismo rural na localidade, como passeios pela propriedade, serviços de alimentação e atividades voltadas ao lazer e recreação, e ao mesmo tempo mantém o vínculo com a produção agrícola.

De acordo com Blanco (2004, p.45) “o turismo no espaço rural

---

<sup>50</sup> Dados retirados do site do Sebrae. [http://www.sebrae.com.br/principal/%20no20%estado/ercampinas/novos\\_roteiro\\_rural\\_holambra\\_lancamento.aspx](http://www.sebrae.com.br/principal/%20no20%estado/ercampinas/novos_roteiro_rural_holambra_lancamento.aspx).

<sup>51</sup> Propriedade rural que oferece serviços para os turistas, como passeios equestres, alimentação e outros.

<sup>52</sup> Dados retirados do site do Sebrae. [http://www.sebrae.com.br/principal/%20no20%estado/ercampinas/novos\\_roteiro\\_rural\\_holambra\\_lancamento.aspx](http://www.sebrae.com.br/principal/%20no20%estado/ercampinas/novos_roteiro_rural_holambra_lancamento.aspx).

engloba todas essas formas de turismo e se associa aos agricultores familiares de maneira inovadora, valorizando e preservando o patrimônio rural”. Como constatado anteriormente o produtor agrícola se encontra na condição de empreendedor ou prestador de serviços turísticos. Segundo o mesmo autor,

Ao apresentar os modos tradicionais e artesanais da agricultura familiar como produto turístico, o turismo rural amplia suas possibilidades, consolidando o modo de vida rural como um atrativo aos moradores das metrópoles. O estilo de vida, os costumes e o modo de produção das famílias rurais, ou seja, a cultura do campo, passa despertar o interesse não só dos grandes centros urbanos, mas também dos municípios vizinhos. (BLANCO, 2004, p. 45)

Em que pese alguma crítica, apesar do turismo rural focar seu desenvolvimento numa maior proximidade entre habitantes do campo e da cidade e também não ser classificado como de massa, essa atividade acaba se apropriando do espaço e do estilo chamados rurais e os transformam em mercadorias passíveis de serem comercializadas. No entanto, não se considera o turismo como um entrave ao desenvolvimento de uma localidade, mas sua introdução deve ser regulada, pois o mesmo pode ocasionar distorções no espaço e na vida dos locais à medida que esse é diretamente vinculado ao capitalismo. Porém não nos aprofundaremos nesse assunto.

Reiterando o novo momento em que o meio campestre se encontra e suas feições, corrobora-se com os autores que o estudam em uma nova perspectiva, a de um campo pluralista e não somente restrito à agricultura como forma única de obtenção do sustento da família agrícola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito ainda poderia ser discutido sobre a relação da agricultura familiar, pluriatividade e turismo, reiterando que o meio campestre atravessa profundas transformações, sejam elas econômicas ou sociais.

Destaca-se dessa maneira que “a apresentação de uma revisão da literatura, seguida por uma discussão sobre as melhores possibilidades analíticas e conceituais para o estudo da pluriatividade, não deve ser encarada como receita ou indicações infalíveis” (SCHNEIDER, 2003, p. 16).

Em relação à agricultura familiar, pôde-se observar como ela está inserida no contexto da pluriatividade e como essa diversificação do mercado de trabalho pode contribuir para a complementação da renda do pequeno produtor do campo. Entende-se que o debate que envolve o conceito de agricultura familiar não deve se limitar apenas ao fato de se manter o agricultor como membro que não participa da lógica capitalista,

o estereotipando como “atrasado” em relação aos habitantes que vivem nas cidades.

A questão da pluriatividade, e o incentivo ao turismo rural como alternativa para o fortalecimento do tecido social no meio campestre é visto como consequência de um processo de ampliação e diversificação do mercado de trabalho no campo, principalmente em regiões com vocações turísticas, como é o caso de Holambra. É interessante avaliar também que vários outros fatores contribuem para um bom desempenho do turismo em localidades campestres, como a proximidade de centros emissores de turistas com os locais onde o turismo rural é praticado, e o grau de organização da sociedade local.

No que se refere ao turismo rural em Holambra, percebeu-se que esse é concebido pelo poder público e entidades parceiras do roteiro de turismo rural como uma forma a complementar a atividade turística já desenvolvida no município, o qual se destaca por sua influência da colonização holandesa e por sua produção de flores. A visão de que o turismo no campo pode ser uma alternativa para fortalecer a renda do trabalhador também é compartilhada pelos proprietários que participam do roteiro. A proliferação de atividades não agrícolas no meio campestre possibilitou a inserção desses produtores familiares no mercado de trabalho e uma possível melhora na renda familiar.

Dessa maneira concluímos o presente trabalho, sem, contudo, possuir a pretensão de esgotar as possibilidades teóricas que o tema apresenta, mas com a esperança de ter contribuído para o avanço dos estudos acadêmicos a esse respeito.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

BIAZZO, Pedro Paulo. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para a geografia agrária em uma perspectiva crítica. In: MARAFON, Glácio José; PESSOA, Vera Lúcia Salazar (Org.). **Interações geográficas: a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa**. Uberlândia: Roma, 2007. p. 10 – 22.

BLANCO, Enrique Sergio. O turismo rural em áreas de agricultura familiar: as “novas ruralidades” e a sustentabilidade do desenvolvimento local. In: **Caderno Virtual de Turismo**, v. 4, n.3, Rio de Jan., 2004.

BOTELHO, Eloise. Silveira; REZENDE, Ricardo de Oliveira; PINTO, Vicente Paulo dos Santos. O olhar sobre as potencialidades do turismo em Juiz de Fora. In: **Congresso Internacional Sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável: Ordenação, segmentação e regionalização**

do turismo em áreas rurais. Anais... Santa Maria: FACOS/UFSM, 2006. p. 210 – 220.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. O agroturismo como uma fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RICEDL, M. (Org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: Edusc, 2000. p. 145 – 180.

CARLINI JUNIOR, Reginaldo José; SILVA, Fernando José da; LISBOA FILHO, Waldeck. A pluriatividade na Zona da Mata de Pernambuco: o turismo rural como uma viável alternativa econômica. In: **Revista Brasileira de Gestão em Negócios**, Ano 6, n. 15/16. Ago/Dez, 2004. p. 7 – 14.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias políticas. In: COSTA, Luiz Fernando de Carvalho; MOREIRA, Roberto José; BRUNO, Regina (Org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 323 – 344.

\_\_\_\_\_. Multifuncionalidade da agricultura: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, Roberto José; COSTA, Luiz Fernando de Carvalho (Org.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 223 – 240.

DEL GROSSI, Marco Eduardo; GRAZIANO DA SILVA, José. A Pluriatividade Na Agropecuária Brasileira Em 1995. In: **Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas. V.36. Anais... Brasília: SOBER, 1998. p. 635-645.

EMBRAPA. **Monitoramento por Satélite**. Disponível em: <http://www.holambra.cnm.embrapa.br/hhist.html>. Acesso em: 01 jul. 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Belo Horizonte: Nova economia, 1997.

HOLAMBRATUR. **História**. Disponível em: <http://www.holambratur.com.br/historia/hist%C3%93ria.htm>. Acesso em: 01 jul. 2008.

IBGE CIDADES@. **Holambra**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 17 nov. 2009.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar, artimanhas da classificação. In: **A Margem** - Revista de Ciências Humanas. Ano 1, N. 3, Niterói, 1993. p. 22 – 34.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA. **Holambra em Números**. Disponível em: <http://www.holambra.sp.gov.br/emnumeros.asp>. Acesso em: 01 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **História**. Disponível em: <http://www.holambra.sp.gov.br/historia.asp>. Acesso em: 01 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **Turismo**. Disponível em: <http://www.holambra.sp.gov.br/turismo.htm>. Acesso em: 01 jul. 2008.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 18, n. 51, 2003. p. 99 – 121.

\_\_\_\_\_. **A Pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003b.

SEBRAE. **Roteiro Rural**. Disponível em: [http://sebraesp.com.br/principal/sebrae%20no%20estado/ercampinas/novos\\_roteiro\\_rural\\_holambra\\_lançamento.aspx](http://sebraesp.com.br/principal/sebrae%20no%20estado/ercampinas/novos_roteiro_rural_holambra_lançamento.aspx). Acesso em: 07 jul. 2008.

SOLLA, Xosé Manuel Santos. Turismo rural: tendências e perspectivas. In: IRVING, Marta Azevedo; AZEVEDO, José (Org.). **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002. p. 113 – 129.

VEILING HOLAMBRA. **Flores e Plantas Ornamentais**. Disponível em: <http://www.veiling.com.br>. Acesso em 07 de julho de 2008.

## IDENTIFICANDO AS “RURALIDADES” E “URBANIDADES” PRESENTES NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PETAR (BAIRRO DA SERRA): TURISMO E COTIDIANO<sup>53</sup>

*Isabela de Fátima FOGAÇA*

### INTRODUÇÃO

Tanto o campo quanto a cidade em todo o mundo vem passando por significativas transformações, decorrentes das mudanças por que passa a sociedade contemporânea e de suas novas demandas. Esta, apesar de inserida na comunidade global da informação e de buscar padronizações em seu cotidiano, como uma forma de garantia de sua segurança e familiaridade, busca, também, o inusitado, a integração com culturas de identidades únicas e, mesmo, o reconhecimento de uma própria identidade e um maior contato com a natureza. É a relação dialética vivida pela sociedade entre o global e o local.

Desta forma, para o atendimento das demandas da sociedade, vê-se o avanço, cada vez maior, tanto da cidade no campo (seus residentes e atividades), quanto do campo na cidade, o que dificulta a definição e delimitação do que realmente é ou caracteriza o rural e o que é ou caracteriza o urbano.

Esse avanço de atividades citadinas (ditas não agrícolas) no campo e a adesão a estas atividades pelos camponeses, bem como pelos cidadãos, que para lá se direcionam para desenvolvê-las ou, simplesmente, para lá estar, é denominado de “Novo Rural” ou avanço de atividades do “Rurbano”, guardadas suas peculiaridades e diferenciações.

Logo, o lazer e o turismo no campo, representados dentro das atividades de prestação de serviços, constituem-se em um dos grandes exemplos desta integração contemporânea – campo-cidade, rural-urbano. Nesse sentido, este artigo objetiva discutir teoricamente o conceito de ruralidade e de urbanidade dentro das novas características do relacionamento campo-cidade, bem como as correlações do turismo neste contexto, para assim poder identificar

<sup>53</sup> Cabe destacar que este artigo é resultado das atividades desenvolvidas na disciplina “Ruralidade e Urbanidade na sociedade contemporânea”, do Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP/Campus de Rio Claro, bem como das discussões desenvolvidas no Grupo de Pesquisa de Turismo em Espaço Rural – GEPTER – UNESP/ Campus de Rosana/ SP. Assim, seu conteúdo já foi em parte publicado em evento realizado pelo GEPTER em 2008.

características que evidenciam tanto o rural quanto o urbano em uma comunidade do vale do Ribeira paulista, o Bairro da Serra, em Iporanga/SP, uma área inserida no turismo e que se constitui entorno do Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira - PETAR, um dos mais visitados do estado de São Paulo.

A escolha do Bairro da Serra como pano de fundo de nossa discussão se deu em virtude do mesmo ser um exemplar de área que, apesar de ter sua origem na agricultura de subsistência e na exploração de minérios e de extração vegetal (palmito e madeira), atividades campesinas, desde a década de 1980, passou a conviver com a atividade turística como sua única fonte de sobrevivência, o que vem ocasionando transformações tanto em sua trama espacial quanto social. Assim, na contemporaneidade, mesmo esta sendo considerada rural, no contexto de seu município, Iporanga/SP, apresenta diversificadas características comuns às áreas citadinas, características trazidas pelo turismo, uma vez que o turista que o bairro recebe é fundamentalmente cidadão.

Como metodologia para realização deste trabalho optou-se pela pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e com base nos dados levantados e na observação semiparticipante traçou-se considerações sobre a área de influência do PETAR<sup>54</sup>.

### O “RURAL” E A “RURALIDADE”; O “URBANO” E A “URBANIDADE” EM DISCUSSÃO

No meio acadêmico há uma vasta discussão sobre critérios definidores do que realmente seria o “Urbano” e o “Rural”. Contudo, apesar desta vasta discussão, segundo Biazzo (2007), entre os estudiosos tanto do rural quanto do urbano, ainda é comum a confusão entre campo e rural, cidade e urbano. Assim, para o alcance do objetivo deste artigo faz-se necessário retomar algumas discussões teóricas no sentido de embasar nossas reflexões.

O “Rural e o “Urbano” vêm sendo utilizados, na abordagem dominante entre os geógrafos, como conjunto de formas concretas que compõe os espaços produzidos pela sociedade, portanto, como categorias operatórias que são utilizadas como referências às bases empíricas, logo, vinculados a recortes espaciais específicos ou conjunto de forma que representam a paisagem (BIAZZO, 2007).

Em algumas raras vezes, as noções de “Rural” e “Urbano” aparecem como conteúdos e significados das práticas sociais e, neste sentido, servem de

<sup>54</sup> Cabe destacar que a observação semiparticipante realizadas para elaboração deste artigo foram desenvolvidas para atendimento dos objetivos da dissertação de mestrado elaborada pela autora e defendida em agosto de 2006 que teve o seguinte título: “Estudo das transformações da estrutura física do bairro da Serra, no município de Iporanga/SP, em decorrência da atividade turística”.

base para análises generalistas para uma construção teórica (BIAZZO, 2007, p. 10).

Sorokin et al. (1981) inspirados na teoria clássica dualista ou dicotômica em que urbano e rural eram interpretados como áreas contrapostas, em trabalhos da década de 1930 republicados na década de 1980, buscaram delinear as mais importantes diferenças constantes e genéricas (típicas) entre o mundo rural e o mundo urbano, com intuito de traçar uma definição sociológica de cada um destes universos.

Os autores afirmavam que uma definição sociológica destes universos requereria a combinação de seus vários traços típicos, funcionais e de causa conectadas, portanto uma definição composta. Sorokin et al. (1981) passam de uma polarização antagônica para um gradiente de variações espaciais compondo o denominado, e aprofundado, também, por outros estudiosos, continuum Rural/Urbano.

Assim, tais autores delimitaram nove características diferenciais que formam definições compostas do mundo rural e do mundo urbano: diferenças ocupacionais; ambientais; de tamanho das comunidades; densidade populacional; homogeneidade e heterogeneidade das populações em suas características psicossociais (tais como linguagem, crenças, opiniões, tradições padrões de comportamento, entre outros); diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social (ou seja, no campo não há dessemelhança e estratificação social como na cidade); diferenças na mobilidade social; diferenças na direção da migração (o fluxo campo-cidade é significativamente maior que o fluxo cidade-campo); e, por fim, diferenciação no sistema de integração social (portanto no campo a interação entre os indivíduos é menor, entretanto suas relações são mais intensas, “menos abstratas”) (SOROKIN et al., 1981).

Tais diferenciações, feitas na década de 1930 por Sorokin et al., na contemporaneidade, fazem-se insuficientes já em seu primeiro critério – de diferença ocupacional. Os autores afirmavam que “a sociedade rural é composta de uma totalidade de indivíduos ativamente envolvidos em uma atividade agrícola” (SOROKIN et al., 1981, p. 200), todavia, no denominado “Novo Rural” é evidente que, cada vez mais, haja no campo pessoas ocupadas com atividades não agrícolas, o que se repetirá em inúmeras situações relacionadas às outras características por eles apresentadas. Além de que, mesmo na década de 1970, trabalhos como de Solari (1979) apresentavam que nos últimos vinte anos, portanto desde a década de 1950, já havia questionamentos sobre essa concepção dicotômica.

Compreensão que partia do pressuposto de que entre o rural (campo) e o urbano (cidade) existe uma gradação infinita, portanto um contínuo (SOLARI, 1979). Assim, Solari questionava as características diferenciadoras

apresentadas por Sorokin, Zimmerman e Gaspin afirmando que tais critérios diferenciais não eram válidos em todos os casos e localidades, logo, “[...] a questão do contínuo, e de outras teorias que têm sido sustentadas [...] para mostrar a diferença entre a sociedade urbana e a sociedade rural [...] dependem das circunstâncias muito diversas em que se encontram os distintos tipos de sociedades” (SOLARI, 1979, p. 11)

Solari (1979, p. 11) defendeu que já naquele período, fins da década de 1970, havia uma tendência de parte da população urbana em buscar “fuga” do centro da cidade para a periferia em busca de um maior contato com o campo – passavam períodos de férias longe da cidade. Ou seja, havia uma relação, cada vez, mais intensa entre o homem do campo e o cidadão, de forma diferenciada do que acontecia no passado. Também apontava as transformações pelas quais passava a sociedade rural; o homem do campo tendia, cada vez mais, a se transformar “[...] em um empresário, manejando uma organização de caráter econômico, através da qual deve obter um rendimento”, ou seja, o indicativo que hoje se entende por “Novo Rural” (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 1999).

Assim, Solari (1979) deu início a uma discussão, que se desenvolveria entre outros estudiosos com o passar dos anos, sobre a “urbanização da sociedade rural” e de um possível desaparecimento desta sociedade em virtude do avanço da cidade sobre o campo. Todavia, refutou essa idéia afirmando que não existe uma teoria absolutamente satisfatória, indicando que no contexto em que viviam os camponeses na década de 1970, seria razoável fazer-se distinções conforme o tipo de sociedade. Voltando desta forma a possibilidade de definir o urbano e o rural por uma única dimensão ou recorrer a várias dimensões. Solari (1979) sugeriu então três dimensões básicas que poderiam ser analisadas cada uma de forma isolada. Essas dimensões se definiram em: termos de ocupação; termos de volume da comunidade e de características que se referem à distribuição da população no espaço; e, por fim, termos referentes às características socioculturais.

Entretanto, Solari (1979) ainda defendeu a imprecisão de tais critérios para definições, afirmando ser necessária a utilização de escalas multidimensionais de comparação, que vão além dos critérios utilizados tanto pelas teorias dicotômicas quanto pelas teorias que defendem o contínuo.

Estudiosos de uma abordagem territorial de análise da relação campo/cidade, rural/urbano defendem, aqui representados por Abramovay (2000, p.26), que “a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas”.

Abramovay (2000, p. 27) também, afirma que “não existe fatalismo demográfico capaz de condenar as áreas não densamente povoadas ao

abandono constante. Ao contrário, em muitos casos, há um nítido fenômeno de ‘renascimento rural’ [...], como verificou em casos estudados nos Estados Unidos, na França e em outros países da OCDE, portanto não são sinônimos de atraso e estagnação, e que “embora existam traços comuns da ruralidade, é claro que o meio rural caracteriza-se por sua imensa diversidade [...]”, portanto, estabelecer tipologias capazes de captar esta diversidade é um dos grandes desafios das pesquisas contemporâneas sobre o desenvolvimento.

Entretanto, segundo Biazzo (2007) os estudiosos da corrente territorialista, apesar de suas novas metodologias, não se preocupam com a importante distinção entre campo e rural, cidade e urbano, o que acaba dificultando um avanço teórico de aprofundamento da crítica das teorias dicotômicas e continuam imprimindo sentido operatório às categorias rural e urbano.

Wanderley (2003, p. 32), em uma vertente mais culturalista, afirma que o mundo rural “[...] mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba”, entretanto não supõe a existência de qualquer universo isolado. Assim, considera o espaço rural primeiramente como um espaço físico diferenciado, organizado de forma diferenciada/resultado de diferentes formas de ocupação; e, em segundo lugar enquanto um lugar de vida, com particularidades do modo de vida e referência “identitária”.

Ao realizar uma crítica às teorias do continuum urbano/rural e da urbanização do campo, Wanderley (2003) destaca que nelas existem duas vertentes, a primeira que defende uma visão “urbano-centrada”, que levada às suas últimas conseqüências induziria ao desaparecimento do rural; e a segunda, considera o continuum como uma relação que aproxima e integra os dois pólos, relações que não destroem as particularidades de cada pólo, a qual considera bastante fértil, pois

[...] mesmo quando se atinge uma certa homogeneidade, no que se refere aos modos de vida e à chamada ‘paridade social’, as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade. (WANDERLEY, 2003, p. 33)

A autora ainda destaca que é importante observar tal abordagem na contemporaneidade para compreensão da relação cidade-campo diante do contexto produzido pelo processo de globalização/mundialização às sociedades modernas. Assim, Wanderley (2003, p. 34) defende o desenvolvimento local, “entendido como o processo de valorização do potencial econômico, social e

cultural da sociedade”, como uma forma de valorização do rural; desta forma comungando com as idéias da abordagem territorialista.

Carneiro (2001) buscando compreender o contexto da sociedade moderna e, por consequência, o mundo rural no chamado “Novo Rural”, em que a cidade se volta ao campo, seja pelo movimento de deslocamento facilitado pela expansão dos sistemas viários e meios de transporte, seja pela agregação no mundo rural de valores, símbolos e práticas pertencentes a outros universos culturais, levanta os seguintes questionamentos: até que ponto é possível continuar utilizando os mesmos instrumentos analíticos elaborados em outros contextos históricos, econômicos e sociais para analisar o mundo rural.

A autora questiona se categorias genéricas como “Rural” e “Urbano” podem ser ainda utilizadas como categorias operatórias que definem recortes espaciais e qualificam universos sociais nas sociedades contemporâneas.

Além disso, Carneiro (2001) discute até que ponto a expansão de atividades não-agrícolas descaracterizaria o rural, pois na visão, até então, legitimada por alguns estudiosos da sociologia rural, o rural estaria identificado pelo agrícola. Assim, a autora destaca

[...] a necessidade de identificar e analisar os conteúdos das diferentes formas de expressão da ruralidade em contextos culturais, sociais e espaciais heterogêneo. Dada a heterogeneidade dos processos em curso, consideramos mais adequado falarmos de ruralidades no plural e aceitarmos que mais importante do que se deter em grandes classificações generalizadoras é considerar a diversidade no interior de cada uma delas. Em outras palavras, as dessemelhanças entre as diferentes localidades rurais e entre os diferentes grupos sociais de uma mesma localidade, podem ser, às vezes, tão marcantes quanto as que são normalmente reconhecidas entre as cidades e o campo. Nesse sentido, não caberia investir na busca de uma essência da ruralidade que distinguiria o rural do urbano, mas sim na investigação sobre a dinâmica social, econômica e cultural de determinadas regiões ou localidades levando em conta sua interação com universos culturais distintos. (CARNEIRO, 2001, p. 5)

Logo, Carneiro (2001, p. 6) afirma que

Nesse contexto as categorias rural e urbano não designam espaços ou propriedades empiricamente observadas, mas representações sociais. Assim chegamos à desnaturalização das referências empíricas que as sustentam tornando possível reconhecer experiências e relações sociais tidas como rurais, mas que se manifestam em espaços tidos como

urbanos. Nesses termos, o rural pode, em alguns contextos ser expressão da tradição, da autenticidade das relações interpessoais, do simples, do atraso, como também pode, através de uma reelaboração simbólica por parte dos atores sociais conter ícones da modernidade e ser expressão de um modernização que se realiza em espaços tipicamente urbanos.

Portanto, Carneiro (2001, p. 15) defende a “[...] ‘ruralidade’ como um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, a partir da incorporação de novos valores, hábitos e técnicas”.

Assim, Biazzo (2007, p. 17), influenciado e por meio de uma releitura de Carneiro e de outros autores que, também, defendem as noções de “ruralidade” e “urbanidade”, apresenta que

Campo e cidade são, portanto, materialidades. Concretizam-se como paisagens contrastantes. Ruralidade e urbanidade são racionalidades lógicas. Manifestam-se por meio de nossos atos, através das práticas sociais. Na esfera do sujeito, são conteúdos incorporados no curso da vida. Na esfera das instituições ou agentes coletivos, são ora incorporados, ora herdados. De qualquer modo, são representações provenientes de diferentes universos simbólicos, reproduzidos por cada indivíduo em seu convívio social.

Desta forma, o autor defende sua idéia, com a qual comungamos, enumerando diversas identidades rurais ou manifestações de ruralidade encontradas tanto em áreas campestinas (no campo) quanto cidadinas (na cidade). Assim, no âmbito da economia cita a reprodução de práticas de produção orgânica de alimentos, em um contexto em que o campo encontra-se aliado a alta tecnologia, do desenvolvimento de atividades de lazer como o turismo em áreas campestres; no âmbito da cultura destaca a necessidade de aproximação do cidadão à natureza, o sucesso de músicas sertanejas, entre outras.

Também, Biazzo (2007, p. 18) enumera identidades urbanas ou manifestações da urbanidade presentes em ambos os espaços, campo e cidade. No âmbito econômico, cita as complexas divisões do trabalho e a presença de redes técnicas como redes de transporte e comunicação; no âmbito político, planos de gestão do território que normaliza o uso dos espaços; associadas à cultura, as urbanidades, segundo o autor, podem se manifestar, por exemplo, pela “[...] emancipação feminina e a redução da divisão sexual do trabalho, com a fluidez da informação, com a estetização do comportamento de acordo com as mídias, entre muitos outros exemplos”.

Assim, tanto urbanidade quanto ruralidade se combinam, seja na cidade ou no campo, pois são atributos e não substantivos (BIAZZO, 2007) que

se combinam nos atos e na visão de mundo dos indivíduos. Essa combinação gera novas territorialidades; diferenciadas territorialidades que convivem superpostas nos locais ou regiões.

Ainda, segundo Biazzo (2007, p. 19) o “Rural” e o “Urbano” são “[...] construções simbólicas, manifestações ou criações culturais concebidas, sim, a partir de hábitos, costumes. Ao contrário do campo e da cidade, ou melhor, de espaços campestres e citadinos, urbano e rural não podem ser mensurados ou delimitados, sequer analisados, porque não são substantivos”. Portanto, o autor indica o uso da noção de urbanidade e ruralidade, “[...], pois expressam maior dinamismo através de identidades sociais que se reconstroem”.

Na sequência far-se-á uma contextualização sobre o fenômeno denominado “Novo Rural” e uma discussão do turismo como uma de suas atividades.

### **CONSIDERAÇÕES SOBRE O “NOVO RURAL” E A ATIVIDADE TURÍSTICA NESTE CONTEXTO**

A indistinção acima apresentada entre os termos campo, rural; cidade, urbano; gerou, como já apresentado, a perspectiva entendida como “urbanização do campo”; “urbanização do rural”, visão bastante defendida no Brasil pelos estudiosos do “Novo Rural” ou “Espaços Rurbanos”, que, por sua vez, continuaram a se basear na visão de um continuum Rural/Urbano (BIAZZO, 2007).

Essa perspectiva do “Novo Rural” tem como base a complementação de atividades agrícolas por não agrícolas no campo, com o objetivo de incrementar renda às famílias que ali vivem, o que se mostra uma estratégia crescente que revela a pluriatividade em tais famílias (BIAZZO, 2007).

Segundo Graziano da Silva e Del Grossi (1999), a exemplo do que já vinha acontecendo em países desenvolvidos, a partir da década de 1980, o campo brasileiro passou pela emergência de uma nova conformação, o que por eles foi denominado de o “Novo Rural”. Essa emergência de uma nova conformação teve como base três grandes grupos de atividades que podem ser resumidas pelo incremento de uma agropecuária moderna, fundamentada em commodities e intimamente ligada à agroindústria; a inserção no campo de um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e turismo e às várias atividades industriais e de prestação de serviços.

Os autores também indicam a emergência de um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados, atividades que apesar de serem denominadas “novas”, já vinham acontecendo no país, mas sem uma significativa importância econômica.

Essa nova conformação, segundo Graziano da Silva e Del Grossi

(1999) deixa clara a penetração do mundo urbano no mundo rural, o que vai manter velhos e inserir novos personagens neste contexto, como os denominados neorurais (profissionais liberais e novos residentes do campo) e os assentados, além de pessoas que não contam com emprego, moradia e outras necessidades consideradas vitais à sua sobrevivência (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 1999).

Esse processo, o “Novo Rural”, se deu devido à mecanização das atividades agrícolas que possibilitou ocupar menos mão-de-obra e levou o excedente de trabalhadores a buscar outras atividades de forma inovadora, muitas vezes, mecanizando atividades que antes eram realizadas em seu tempo livre ou para autoconsumo. Ou seja, as atividades como: fabricação de doces, móveis, artesanato, entre outros, inclusive as formas de lazer ali presente, agora não mais seriam produzidas para autoconsumo, mas para ser vendidas como qualquer outra mercadoria.

Esse quadro contemporâneo fez com que já em 1998, segundo Graziano da Silva e Del Grossi (2001), o total de renda não agrícola ultrapassasse a renda agrícola das famílias residentes no campo. Isso, também, se refletiu na questão da ocupação do campo, uma vez que os ocupados com atividades não agrícolas ultrapassam em número os ocupados com atividades agrícolas – vivem no campo e trabalham na cidade ou, ainda, desenvolvem atividade ditas citadinas em espaço campesino.

Essa múltipla inserção dos membros das famílias residentes no campo no mercado de trabalho, em atividades variadas, vem sendo denominada, como já apresentado anteriormente, de pluriatividade (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 1999). Para Wanderley (2003, p. 37) a pluriatividade não se constitui um processo de abandono da agricultura e do meio rural, mas sim, “[...] expressa uma estratégia familiar adotada, quando as condições o permitem, para garantir a permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar”. Neste sentido, Wanderley (2003, p. 38) entende que “[...] o meio rural não seria apenas o lugar da produção agrícola, mas também um espaço diferenciado, capaz de oferecer à população urbana, padrões de residência específicos e formas de lazer ligadas ao contato com a natureza”.

Resende (2007) ao apresentar considerações sobre o “Novo Rural” concorda que as discussões que giram em torno do tema são válidas e podem explicar a atual dinâmica do Mundo Rural, entretanto discorda da noção do rural como um continuum do urbano, pois tal noção traz incutido um possível desaparecimento do rural em contrapartida à dominação do urbano; assim justifica a reivindicação e afloramento do papel da noção de “Ruralidade” e “Urbanidade”, como apresentado anteriormente, neste contexto e discussão.

Na opinião de Resende (2007, p. 29), “o campo, ao absorver elementos

do mundo urbano, não se transforma em mundo urbano [...]. Ao contrário, o rural teve seu significado transformado e distinguível do mundo urbano e seus caracteres naturais e culturais vêm sendo valorizados”.

Assim, é no novo contexto de ressignificação e de valorização do campo por parte da sociedade, devido aos seus resquícios de natureza e de culturas diferenciadas e de necessidade de inovação e pluriatividade no campo, que se insere o Turismo. Ou seja, uma atividade não agrícola que vem sendo apresentada como importante estratégia de ocupação de mão de obra, geração de renda e emprego para o homem campestre.

Campanhola; Graziano da Silva (1999, p. s/n) apontam variadas vantagens ao incremento do turismo nas atividades das famílias que vivem no campo, uma vez que às atividades cotidianas da propriedade podem ser agregadas outras atividades como:

[...] processamento caseiro de alimentos; restaurante de comidas típicas; lanchonete; pousada; venda direta ao consumidor; colheita no pomar; visita às atividades de produção agropecuária - ordenha, plantio, colheita, tratamentos culturais, viveiros de mudas, horta, sistemas de produção sem agrotóxicos, sistemas florestais, criações de animais exóticos -, visita às unidades de processamento de alimentos ‘in natura’ - sucos, conservas, queijos, embutidos, etc. -; visita a artesãos, oficinas, e cooperativas; cursos/aulas de culinária - pães, bolos, roscas, etc. -; atividades de lazer - canoagem, passeios de barco, esportes náuticos, praias fluviais, passeios a cavalo, passeios de trator, de carreta, de charrete, de trenzinho, de carro de boi; ‘play ground’; caça; pesque-pague; pesca amadora, com oferta de marinas e barcos; trilhas para caminhadas; escaladas; contemplação de paisagens - florestas, cachoeiras, montanhas, grutas, cavernas, vales, rochedos, áreas com degradação ambiental em recuperação -; observação da flora e fauna; banhos em piscinas naturais; ‘camping’ rural; atividades pedagógicas; artesanato; fazendas-escola; apiário; rodas d’água; destilaria; zoológico; arquitetura típica; capelas e museus; além de promoção coletiva de festas populares e religiosas, rodeios e feiras agropecuárias.

Wanderley (2003) afirma que tais atividades estariam relacionadas ao patrimônio natural ali existente e ao calendário de festividades tradicionais de cada região.

Assim, como produto das diferentes territorialidades que se emanam por manifestações de urbanidades e ruralidades das sociedades contemporâneas existem inúmeras tipologias de turismo que vêm sendo desenvolvidas em áreas campestres, umas com pressupostos de manutenção das atividades agropecuárias como o Agroturismo, o Turismo Rural, etc., e outras não necessariamente integradas a atividades agropecuárias, mas

intimamente relacionadas ao contato com a natureza como o Ecoturismo, Turismo de Aventura, etc. (CAMPANOLA; GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Cabe destacar que para o convívio das diferentes territorialidades (visitante-visitado, urbanidade-ruralidade) de forma harmoniosa, sem prejuízos e descaracterização de nenhuma das partes, há que existir um planejamento das atividades, para o qual também, como para o desenvolvimento agrário, há uma corrente de base territorial que indica um planejamento com base local (territorial) (RODRIGUES, 1997; SERRANO e LUCHIARI, 2005; SILVA, 2006 entre outros). Ou seja, um turismo que valoriza as potencialidades locais e se baseia nas forças da comunidade.

Portanto, também, ao turismo faz-se razoável a noção de “ruralidades” e “urbanidades” que se combinam e possibilitam o desenvolvimento deste fenômeno contemporâneo. Assim, no próximo item buscou-se analisar uma área inserida na atividade turística e assim identificar em suas manifestações urbanidades e ruralidades.

### **BAIRRO DA SERRA E O TURISMO: SUAS RURALIDADES E URBANIDADES.**

O Bairro da Serra, localizado no município de Iporanga/SP, na região do Vale do Ribeira paulista, vive em um contexto de área de proteção ambiental por localizar-se no entorno imediato do PETAR – um parque natural que resguarda remanescentes de Mata Atlântica e mais de 300 cavernas já catalogadas –, o que faz com que o turismo seja uma das únicas atividades passíveis de desenvolvimento.

Devido à proximidade do Bairro ao parque – constituindo-se no aglomerado mais próximo à entrada principal de acesso à Unidade de Conservação, o Núcleo Santana –, concentra uma variedade de serviços para atendimento das necessidades dos visitantes, como meios de hospedagem, locação de equipamentos, serviços de monitoramento em passeios (guias de turismo) e agenciamento de atividades, estabelecimentos de alimentação, pontos de venda de artesanato, entretenimento, entre outros, o que configura um aspecto urbano ao bairro e que de certa forma influencia o comportamento de seus moradores.

Seu histórico, nem sempre esteve inserido às atividades do turismo. De origem relacionada à agricultura que se desenvolvia em sistema de “capuavas”<sup>55</sup>, o bairro era formado de áreas coletivas “[...] de domínio familiar, geralmente distantes entre si [...], e nelas se plantava o suficiente para o consumo e se criavam animais domésticos, especialmente suínos” (LINO, 1978, p. 68); não

<sup>55</sup> Sistema de plantio tradicional em que se derruba a mata para plantar e depois muda-se de área de plantio para que o solo ali se recupere.

havia titulação de terras, somente posses que eram trabalhadas de forma coletiva, quadro que somente se alterou na década de 1980 com a implantação do PETAR.

Portanto, o Bairro se originou da expansão da estrutura familiar, fator que define até a contemporaneidade sua conformação. Os filhos fixam-se no terreno dos pais (FOGAÇA, 2006) e os novos moradores, que migraram para o bairro, também não alteraram esta configuração, pois são pessoas que já eram conhecidos ou fazem parte de famílias do bairro, mas que moravam em outras áreas. A exceção se faz somente por algumas residências de turistas que são utilizadas em períodos de feriados e férias, também há os equipamentos turísticos e pontos de comércio de empreendedores que visualizaram oportunidades no bairro (FOGAÇA, 2006).

A estrutura física do Bairro se iniciou por um pequeno pólo de cristalização, o que, segundo Lino (1978, p. 70), o classificava como um bairro “com aglomeração central”. Ou seja, junto à casa grande havia um aglomerado de outras moradias, geralmente pertencentes à mesma família, mas havia também casas dispersas pelo bairro que eram ligadas por caminhos (trilhas) que, mais tarde, deram origem às ruas e projetos de ruas que foram se estabelecendo de forma espontânea.

A disposição das casas no terreno tinha uma organização rural muito marcada, contava com corpos geminados para um tráfico de farinha<sup>56</sup>, curtume, e senzala para os escravos negros (LINO, 1980). O quintal era algo bastante importante, ou seja, “a casa rural se caracteriza pela distribuição de funções (especialmente as de serviços) [...], dentro de um mesmo ‘espaço ocupacional’[...]” (LINO, 1980, p. 30-4), fator que até hoje é uma constante no Bairro, apesar das casas terem sido substituídas por casas de alvenaria diante da influência do turismo e da renda proporcionadas pela atividade.

Durante o processo histórico do bairro a instalação de mineradoras, a abertura da estrada, que liga Iporanga a Apiaí em 1935, a instalação de luz elétrica em 1977, entre outros eventos causaram diversas alterações no cotidiano de seus moradores (FOGAÇA, 2006). No entanto, estes acontecimentos e novas possibilidades, que a comunidade ali residente passou a ter acesso, não alteraram de forma significativa seu modo de viver, pois a maioria da comunidade não sofreu estes reflexos. Os reflexos da atividade turística, entretanto, e, principalmente, da demarcação do parque no final da década de 1980 trouxeram consequências irreversíveis praticamente à totalidade da comunidade.

Segundo Silveira (2001), foi se formando uma aglomeração de residências junto à estrada SP-165, o que configura uma paisagem similar à urbana, onde há luz elétrica, telefones públicos e residências, escola e um

<sup>56</sup> Local onde era produzida a farinha de mandioca.

pequeno comércio. Em 2009, esse processo se intensifica, ainda mais, com o asfaltamento do trecho de estrada que corta o bairro, imprimindo aspectos de cidade a quem ali visitar.

É importante destacar que este processo de mudança não alterou somente a paisagem do bairro com as mudanças de casa de pau a pique para alvenaria, eliminação das plantações no entorno da casa e instalações de equipamentos turísticos com padrões construtivos diferenciados do que ali era cotidiano avistar; o homem social também se modificou.

Assim, com base na noção de ruralidade e urbanidade defendida por Biazzo (2007) e Carneiro (2001) ao analisar o caso específico do Bairro da Serra, percebe-se que a atividade turística foi imperativa e imprimiu urbanidades ao espaço campestre do Bairro e ao modo de vida (hábitos) de sua comunidade.

Em sua paisagem, as urbanidades estão evidenciadas nos padrões construtivos, trazidos por agentes externos à comunidade, diferenciados do que ali era comum se encontrar, o que influenciou a forma dos nativos organizarem seu espaço de vivência – é comum avistar antenas parabólicas por todo lado, já se percebe a verticalização de algumas edificações, entre outros.

Também, a urbanidade trouxe alguns problemas ambientais como poluição de algumas áreas e grande produção de lixo. Por outro lado, essa mesma urbanidade em uma relação dialética imprimiu maior sensibilização na comunidade local quanto sua relação com o ambiente, e este homem local, utilizando de suas ruralidades, vem desenvolvendo ações domésticas e decorrentes de seu conhecimento tradicional para amenizar esses prejuízos, como engenhosas caixas de coleta de gordura e produção de sabão dos resíduos da cozinha.

Quanto ao comportamento e hábitos dos jovens, a urbanidade fez com que esses buscassem qualificação profissional para atender às necessidades dos cidadãos que visitam a localidade, alterando a mobilidade do homem nativo. Também estes buscam, cada vez mais, se inserir na sociedade da informação e da comunicação para obter assim sucesso em seus negócios e para interagir com outros grupos externos e com culturas diversas da sua, assim já se percebe o hábito entre esses jovens de ouvir música dita “urbana”, sendo possível até encontrar um DJ (Disc Jockey)<sup>57</sup> nativo ao bairro, de vestir-se como os jovens cidadãos se vestem, bem como a utilizam formas verbais para se comunicar similares às que estes utilizam.

Estes jovens também, não mais visualizam desenvolver as mesmas atividades que seus pais desenvolviam, mesmo porque, seus pais em sua

---

<sup>57</sup> Profissional que executa músicas eletrônicas.

maioria eram agricultores, atividade restrita diante da condição de entorno de Unidade de Conservação.

Quanto às questões econômicas, a urbanidade possibilitou a existência de concorrência entre vizinhos diante da atividade turística, o que ocasiona diferenças financeiras entre estes. Também, quanto o papel da mulher naquela comunidade houve alterações; a urbanidade está presente em sua integração ao mercado de trabalho; percebe-se que em algumas pousadas e negócios de alimentação esta é a responsável pela administração dos negócios, portanto vê-se a mudança de sua função que antes da inserção do turismo era relacionada às atividades do lar e da família e em época de colheita colaborava com as atividades da roça para o desenvolvimento de atividades mercantis, o turismo.

O mesmo se deu com o mateiro e agricultor, a mudança de função também foi perceptível, este passa a ser comerciante ou a se integrar em algum tipo de prestação de serviço para o turismo, mantendo somente uma pequena agricultura para suprir algumas necessidades alimentícias de suas famílias, ou dos visitantes nas diversas pousadas ali existentes.

Entretanto, também neste cenário é possível identificar, como no caso das ações em benefício ao ambiente, inúmeras ruralidades. Em sua paisagem a forma de organizar os acessos por trilhas, a resistência de algumas casas de madeira e pau a pique – principalmente, em virtude do fogão a lenha –, a estrutura rural de organização do terreno das casas de maneira funcional e dentro da estrutura familiar, a manutenção do paiol, o uso do pilão para socar o arroz e o café, as comidas tradicionais, como a base de milho, aprendido com os mais velhos, entre outros.

Também, há que se considerar manifestação de ruralidade a manutenção de uma paisagem natural e de uma comunidade tão integrada à natureza; é comum ver grupos de nativos se banhando nos rios de forma descontraída, pescando e cultivando árvores frutíferas que fazem parte de sua alimentação cotidiana, um pouco mais distante do centro de cristalização, ainda encontra-se casas cobertas com sapé e em seu entorno criação de galinhas, porcos, entre outros, e crianças brincando livremente. O cavalo ainda é um dos principais meios de locomoção no interior do bairro e é comum ver inúmeros animais amarrados ao lado das “vendas”.

Quanto às questões econômicas, a ruralidade está presente na existência de escambo entre os vizinhos. Nas manifestações e relações socioculturais, a forma acolhedora de receber o visitante como se fosse um membro da família, de forma simples, com alimentação fresca e tradicional da região, da conversa descompromissada, da solidariedade entre os vizinhos por meio da religião, da não existência de estratificação social, apesar das diferentes condições financeiras, da dificuldade de organização social e de absorção da idéia de acumulação e restrição, da manutenção, apesar da presença de

música eletrônica, de música sertaneja nos “botecos” e pontos de encontro do bairro, além da música religiosa, entre outras ruralidades que além de manter a identidade desta comunidade, fazem com que o turismo, apesar de suas condições deficitárias de desenvolvimento contínuo sustentando esta comunidade que por tais ruralidades é especial e atrativa ao cidadão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se, portanto que, tanto na trama espacial, social e cultural, quanto em suas trajetórias de desenvolvimento, estão presentes as ruralidades e urbanidade no Bairro da Serra. Assim, no Bairro da Serra, uma comunidade inserida no contexto de uma atividade que tem por finalidade consumir espaço tanto físico quanto social e cultural e que também produz espaços que possibilitam sua realização, convivem ruralidade e urbanidades diversas, resultados das diferentes temporalidades e territorialidade por ele criadas.

Considera-se que o rural e suas ruralidades jamais desaparecerão, o segredo é uma harmoniosa convivência com as urbanidades. Acredita-se também que o turismo, apesar de dos malefícios que pode causar a uma localidade, se bem planejado pode evitar que tais prejuízos aconteçam e pode ser um revitalizador e um instrumento de valorização das ruralidades que definem a identidade (peculiaridades) de algumas localidades.

Logo, tanto urbanidade influencia a ruralidade quanto a ruralidade influencia a urbanidade, sendo necessário que definições que isolam o campo da cidade e o rural do urbano sejam revistas e que novos conceitos e definições, como os que aqui defendemos em relação à urbanidade e ruralidade sejam apresentados.

Este trabalho não tem a pretensão de esgotar a análise sobre o assunto investigado, mas sim, abrir possibilidade de discussão para que novas investigações sejam realizadas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: **Textos para discussão**. n. 702. Rio de Janeiro: IPEA, 2000

BIAZZO, Pedro Paulo. Campo e Rural Cidade e Urbano: Distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. In: MARAFON, Gláucio José; PESSÔA, Lúcia Salazar (Orgs.). **Interações geográficas: A conexão interinstitucional de grupos de pesquisa**. Uberlândia: Roma, 2007, p. 10-22.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: Nova oportunidade ao pequeno agricultor. In: **Anais**

**do I Congresso Brasileiro de Turismo Rural.** Piracicaba: FEALQ, 1999. p. 9 - 42..

CARNEIRO, Maria José. Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade. In: **Anais do II Seminário sobre o Novo Rural Brasileiro** - A dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: Fase III do Projeto Rurbano. Campinas: NEA – Instituto de Economia/ UNICAMP, Outubro, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José ; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. Evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992/97 In: **Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia**, 1999, Belém - PA, 1999, v. 1, p. 207 –227.

FOGAÇA, Isabela de Fátima. **Estudo das transformações da estrutura física do bairro da serra no município de Iporanga/SP em decorrência da atividade turística.** (Dissertação de mestrado) UNIVALI - Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Turismo e Hotelaria. Balneário Camboriú, agosto, 2006.

LINO, Clayton Ferreira. **Alto Vale do Ribeira:** arquitetura e paisagem v.1. São Paulo: CONDEPHAAT, 1978.

\_\_\_\_\_. **Bairro da Serra: Estudo sobre um bairro Rural de Iporanga – Vale do Ribeira – SP.** Trabalho realizado dentro da Disciplina: Bairros Rurais do curso de Mestrado em Geografia. Departamento de Geografia. FFLCH/ Universidade de São Paulo. São Paulo, 1980.

RESENDE, Sidevan Aparecido. Interações entre rural e urbano: discussão e tendências de análise. In: MARAFON, Gláucio José ; PESSÔA, Lúcia Salazar. (Orgs.). **Interações geográficas:** A conexão interinstitucional de grupos de pesquisa. Uberlândia: Roma, 2007, p. 23 - 33.

SILVEIRA, Pedro Castelo Branco. **Povo da Terra, terra do parque:** A presença Humana e conservação da Floresta no PETAR/SP, (Dissertação de mestrado) UNICAMP- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia. Campinas, agosto, 2001.

SOLARI, Aldo. O objeto da sociologia rural. In SZWRESCSANYI. Tãmas; QUEDA, Osvaldo. **Vida rural e mudança social.** São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979, p.3-14.

SOROKIN, Alexander Pitirim at al. Diferenças fundamentais entre o mundo urbano e o rural. In. MARTINS, José de Souza. **Introdução crítica à Sociologia Rural.** São Paulo: HUCITEC, 1981 p. 198-224.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno – por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARACCA, N. (org.) **Uma nueva ruralidad em América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2003, p.31-44

## TURISMO RURAL PEDAGÓGICO: UM ESTUDO DE CASO

*Silas Nogueira de MELO*  
*Michele LINDNER*  
*Enéas Rente FERREIRA*

### INTRODUÇÃO

Com o crescimento do agronegócio no Brasil durante os últimos 30 anos, impulsionado pela modernização da agricultura, o grande desafio dos pequenos agricultores familiares tem sido a criação de alternativas para a sobrevivência e reprodução socioeconômica no campo. Neste contexto, emergem novas atividades econômicas no espaço rural, que podem contribuir para o desenvolvimento local e permanência das famílias no campo. Essas novas atividades inserem-se no chamado “Novo Rural Brasileiro”, o qual tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores que investigam as diferentes manifestações no espaço rural.

O Novo Rural refere-se à emergência de um novo paradigma no campo em que as atividades não são somente agrícolas, há uma preocupação com as questões ambientais e a agricultura familiar ganha destaque pela diversificação produtiva juntamente com externalidades a produção agropecuária. Esse novo caráter da propriedade rural pode ser chamado de multifuncionalidade, e nesse contexto a família rural pluriativa exerce atividades agrícolas combinadas com atividades não-agrícolas dentro ou fora da propriedade rural.

Nesse sentido, o turismo rural ganha destaque por ser uma atividade não-agrícola e vem a ser uma alternativa viável para os residentes no campo como forma de agregar valor a renda da família. Para que esse tipo de turismo prevaleça é necessário uma relação harmoniosa com a natureza para atrair pessoas a esses locais. As propriedades que possuem potenciais naturais e/ou culturais, e disponibilizam de pessoas capacitadas a transmitir o conhecimento local, podem exercer o turismo rural pedagógico, uma ramificação do turismo rural, que vem crescendo nos últimos anos.

Dessa forma, este artigo objetiva analisar brevemente a emergência dos conceitos de multifuncionalidade e pluriatividade e de que maneira vem

a culminar com o turismo rural, e um ramo deste o turismo rural pedagógico. Assim, busca-se mostrar uma experiência de turismo pedagógico através de uma pesquisa no bairro rural de Itapé, localizado no município de Rio Claro, SP. Nesse local encontra-se uma propriedade, o Sítio Novo Horizonte, que tem como principal fonte de renda familiar o turismo rural pedagógico.

### **MULTIFUNCIONALIDADE, TRABALHOS NÃO-AGRÍCOLAS RURAIS E PLURIATIVIDADE**

O rural do Brasil possui o caráter rentista do capitalismo, ou seja, o desenvolvimento do modo capitalista de produção se fez principalmente pela fusão, em uma mesma pessoa, do proprietário da terra e do capitalista (OLIVEIRA, 2001). A materialização desse processo, representa uma grande extensão de terras concentradas na mão de um, o latifundiário, além de conflitos sociais no campo (FERNANDES, 1996). Esses conflitos podem ocorrer tanto na forma de luta pela terra, para se tornar camponeses proprietários, como é o caso do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), ou para permanecer na terra (OLIVEIRA, 2001).

A concentração de terras é um fator que contribuiu muito para o êxodo rural. Esse fenômeno que foi muito forte nas décadas passadas, atualmente passa a sofrer uma retração. Segundo Graziano da Silva (2001), o emprego de natureza agrícola definha em praticamente todo país, mas a população residente no campo voltou a crescer, ou pelo menos parou de cair. Os dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 1999 mostram que dos quase 15 milhões de pessoas economicamente ativas no meio rural brasileiro (exceto região Norte), quase um terço – ou seja, 4,6 milhões de trabalhadores – estavam trabalhando em ocupações rurais não-agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, 2001).

O resultado do crescimento populacional no campo brasileiro, pode ser entre outros, um reflexo das vitórias dos trabalhadores sem-terras; da emergência de novas atividades não-agrícolas, como tentativa de sobrevivência no campo; e da demanda por casas em locais peri-urbanos, relacionada à crise dos centros urbanos e ao movimento pendular de trabalho (COELHO, 1999).

Entre estes elementos destacam-se as atividades rurais não-agrícolas ou a pluriatividade, devido a essa prática representar para grande parte de agricultores familiares e também para muitas famílias assentadas, uma forma de incremento na renda agrícola, a qual torna possível a permanência destes no campo.

Mas para falar de pluriatividade é importante entender primeiramente a multifuncionalidade. Essa tem a ver com o reconhecimento de que a agricultura é capaz de produzir externalidades positivas para a sociedade, assumindo,

como o nome indica, inúmeros papéis (preservação do patrimônio cultural e paisagístico, conservação dos recursos naturais, etc.), mais além da produção agropecuária por si só (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2006).

Pesquisas têm demonstrado que a multifuncionalidade pode ser uma solução para problemas sociais, econômicos, ambiental e segurança alimentar (SOARES, 2000, 2001). Porém, ressalta-se que a idéia de multifunções está relacionada à propriedade onde é desenvolvida a agricultura. Quem desenvolve essas funções são o proprietário e sua família, tornando-se assim uma família pluriativa.

A pluriatividade pode manifestar-se em diferentes formas de combinação de atividades agrícolas com atividades não agrícolas, seja atividades agrícolas combinadas com o beneficiamento dos produtos agrícolas, ou com uma pequena agroindústria, ou com a prestação de serviços ou mesmo com a ocupação de um ou mais membros da família empregado em atividades não agrícolas, tanto rurais quanto urbanas.

Os estudos sobre as atividades não-agrícolas aumentaram significativamente na década de 1990, sendo que autores denominam esse fenômeno pelo termo pluriatividade, outros de agricultura em tempo parcial (*part-time farming*) e ainda alguns consideram estes termos como sinônimos. O termo pluriatividade parece ser o mais adequado para designar a presença de atividades não-agrícolas nas famílias rurais, pois engloba não apenas as atividades não-agrícolas dos chefes das unidades produtivas, mas de todos os membros das unidades familiares, enquanto o termo *part-time farming* limita-se apenas ao trabalho parcial do chefe da família (ELESBÃO, 2005).

Segundo Menegati (2005), a pluriatividade apresenta-se como um dos processos engendrados no campo, que se baseia nas formas de trabalho realizadas pela família rural. Neste sentido, a pluriatividade não engloba apenas o produtor rural, mas sim toda a família, demonstrando o caráter familiar da unidade agrícola, como lembra Alentejano (1999). Desta forma, Schneider (1999) coloca que o termo pluriatividade refere-se às múltiplas formas de trabalho, sobretudo a combinação das atividades agrícolas com os empregos fora da propriedade rural.

Kageyama (1998), ao discorrer sobre os termos pluriatividade e agricultura em tempo parcial, coloca que os fenômenos não podem ser superpostos:

O tempo parcial numa atividade (agricultura, por exemplo) é condição necessária para poder dedicar-se a outras atividades, mas não é suficiente e nem é sinônimo de pluriatividade. Mais ainda: é preciso esclarecer se o tempo parcial se refere a uma atividade (“agricultura de tempo parcial”) ou ao

número total de horas trabalhadas pela pessoa. O primeiro aspecto é o que parece estar mais diretamente relacionado com pluriatividade, enquanto o segundo (jornada de trabalho) seria mais pertinente a análises do subemprego ou subocupação. Exemplificando, pode-se ter um indivíduo pluriativo que trabalha apenas metade da jornada normal (ele seria pluriativo e tempo parcial), assim como uma pessoa ocupada em tempo integral que pratica agricultura em tempo parcial porque se dedica a outras atividades (urbanas, por exemplo) no resto do tempo (ele seria um pluriativo, com ocupação em tempo integral e praticando agricultura de tempo parcial). Esses casos, se aparentemente esdrúxulos quando precisamente formulados, não são incomuns nas áreas rurais mais dinâmicas. Mas, ao contrário das estatísticas, nem sempre os autores que analisam a pluriatividade distinguem claramente os aspectos acima indicados. (KAGEYAMA, 1998, p. 517).

Portanto, o fenômeno da pluriatividade passa a ter destaque no Brasil, como uma alternativa econômica, no momento em que a agricultura sozinha, não é mais capaz de gerar a reprodução social da unidade familiar. E é nesse sentido que o espaço é (re)funcionalizado, criando outros meios de reprodução econômica no campo. Essas novas funções são assumidas sempre que a sociedade sofre uma mudança, e a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial (SANTOS, 1985). Dessa forma, quando o espaço, ou seja, neste caso a propriedade familiar passa a incorporar mais funções, ela torna-se uma propriedade multifuncional. Esta multifuncionalidade pode ser expressa na função agrícola combinada com a prestação de serviços como a piscicultura, apicultura, produção de hortigranjeiros, turismo rural, ecoturismo e etc.

## TURISMO EM ÁREAS RURAIS

No contexto da pluriatividade, pode-se dar destaque para o turismo rural, pelo seu caráter integrador entre o homem rural, o urbano e a natureza.

Desta forma, procurou-se resgatar fragmentos da história do turismo. Os romanos foram os primeiros a criar próximo ao Mediterrâneo, locais de lazer, nas proximidades das praias, visando fins terapêuticos ou práticas esportivas. Dado o seu espírito político e de dominação, os romanos construíram e ampliaram estradas e vias de comunicação, possibilitando maior integração entre cidades e, conseqüentemente, facilidades para o comércio e viagens. Com a decadência do Império Romano e a invasão dos bárbaros, a segurança nessas estradas diminuiu e as viagens também foram reduzidas devido ao grande risco de vida que passaram a representar os perigos de assalto (LAGE; MILONE, 1991).

Com o Renascimento, a Europa ressurgiu, e promoveu um retorno à

curiosidade e ao gosto pelo conhecer, juntamente a tal florescimento, surgiram alterações no sistema econômico dando início ao capitalismo. Paralelamente a esses fatos, houve um desenvolvimento significativo na navegação, mais tarde foi implantado o sistema ferroviário, e uma melhoria nas estradas, gerando incentivos ao deslocamento para conhecer novos lugares e comprar e vender mercadorias.

Já no século XX, no período compreendido entre as duas Grandes Guerras, o automóvel veio revolucionar os meios de transporte, e o turismo continuou crescendo. E do automóvel passou-se então para o avião, e as distâncias diminuíram, oferecendo ao viajante mais conforto, segurança e rapidez (LAGE; MILONE, 1991).

A massificação do turismo, pode ser explicada por alguns fatores socioeconômicos que contribuíram para o seu desenvolvimento, dentre os quais destacamos: aumento da população, a urbanização, a industrialização, a dinamização do comércio, os avanços tecnológicos nos meios de comunicação e especialmente nos transportes. E os dados socioeconômicos atuais nos mostram a importância que a atividade turística tem, pois movimentam no mundo 3,4 trilhões de dólares por ano, empregando 212 milhões de pessoas (SOUZA, 2002).

O turismo rural despontou enquanto atividade de destaque no meio rural, primeiramente na Europa, surgindo depois em outros países. Segundo Portuguez (2002), o turismo rural foi definido como: “um conjunto de modalidades, que consiste na atração de demanda eminentemente interna e cidadina para os ambientes rurais, em que os turistas podem experimentar maior contato com o ambiente bucólico, bem como com os costumes locais e o dia-a-dia da vida no campo” (PORTUGUEZ, 2002, p. 76-7).

Segundo o Ministério do Turismo (2004), o turismo rural é um segmento relativamente novo e em fase de expansão no Brasil. Pode ser explicado, principalmente, por duas razões: a necessidade que o produtor rural tem de diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos e a vontade dos moradores urbanos de reencontrar suas raízes, de conviver com a natureza, com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das populações do interior. É nesse sentido que Oliveira (2005), ressalta que o turismo rural destaca-se entre as atividades não-agrícolas pelas características de envolvimento de mão-de-obra familiar e pela possibilidade de agregação de valor aos produtos agropecuários.

Tulik (2003), afirma que na maioria dos países que seguem as diretrizes europeias, a denominação “Turismo Rural” é usada para referir-se a qualquer forma de turismo. Devido a tal fato, muitos especialistas acham que o correto seria falar em um conjunto de práticas turísticas em espaço rural. O termo turismo rural é uma expressão genérica que é aplicada a qualquer forma

de turismo no espaço rural, tanto que é utilizada, como sinônimo de TER (Turismo no Espaço Rural) e TAR (Turismo nas Áreas Rurais), que também são sinônimos entre si. Mediante a grande variedade de definições sobre os tipos de turismo, muitas vezes gera-se certa confusão terminológica. Muitas são as classificações dos tipos de turismo, porém as mais comuns são: turismo alternativo, Espaço Rural (TER)/Turismo na Área Rural (TAR), Turismo em Áreas Rurais e Naturais, turismo na natureza, turismo cultural, agroturismo, Turismo Rural (TULIK, 2003).

No caso deste estudo utilizou-se o termo turismo rural pelo seu caráter generalista, no qual está inserido termos como agroturismo e ecoturismo, que segundo Tulik:

Agroturismo [...] desenvolve-se integrado a uma propriedade rural ativa, de organização e gestão familiar, com a presença do proprietário, como forma complementar de atividade e de renda; pressupõe o contato direto do turista com o meio rural, alojamento na propriedade e possibilidade de participar das atividades rotineiras (TULIK, 2003, p. 39).

Já o ecoturismo refere-se a um “conjunto de atividades que se desenvolve em contato com a natureza e a vida no campo, em pequenos povoados rurais” (PÉREZ DE LAS HERAS apud TULIK, 2003:34).

Outra prática que vem crescendo muito nos últimos anos, e que é objeto deste estudo, encaixando-se dentro da terminologia turismo em áreas rurais é o turismo pedagógico.

O turismo pedagógico é uma ferramenta de educação ambiental que, na prática, demonstra a teoria das salas de aula. Pode ser vivenciado junto à natureza e ao campo, onde os alunos entram em contato com a comunidade local, sentem as dificuldades do cotidiano da localidade e adquirem novos conhecimentos e informações sobre o espaço rural, interagindo com os atrativos / recursos turísticos visitados (PERINOTTO, 2008, p. 101).

Esse tipo de atividade turística geralmente é planejada e desenvolvida por uma equipe multidisciplinar, visando atividades fora do ambiente escolar como visitas a atrativos naturais, fazendas, parques ou acampamentos (HORA E CAVALCANTI, 2003, apud PERINOTTO, 2008).

Neste sentido, pode-se fazer relação com a Geografia, entendendo como instrumento, técnica, método ou meio, a saída de campo ou turismo (pedagógico), o qual proporciona a construção do conhecimento em ambiente externo, através da concretização de experiências que promovam a observação, a percepção, o contato, o registro, a descrição e representação, a análise e reflexão crítica de uma dada realidade, bem como a elaboração conceitual como parte

de um processo intelectual mais amplo, que é a observação e interpretação do espaço e suas formas de organização, inerentes à prática social (SILVA, 2002).

Contudo, percebe-se que o turismo traz uma série de vantagens, tanto para os visitantes quanto para os locais que desenvolvem essa atividade, tendo uma estreita relação entre turismo e transportes. Barichivich nos fornece uma analogia a esta relação:

O sistema de transportes de um país tem uma função semelhante ao aparelho circulatório do corpo humano. Enquanto o papel deste é levar o sangue a todas as partes do organismo humano, a finalidade dos transportes é promover a circulação em todos os recantos do território nacional e fazer interligações com os países limítrofes (BARICHIVICH, 1998, p. 37).

Neste sentido, o turismo rural, e as outras modalidades de turismo, carecem do acesso para a dinamização da circulação de pessoas, conforme foi colocado neste breve histórico. Portanto, entende-se que o turismo é um movimento temporário de pessoas para locais de destino externos aos seus lugares de trabalho e de moradia, e para que esse deslocamento ocorra de modo satisfatório é necessário um sistema de transportes eficiente.

## TURISMO RURAL PEDAGÓGICO: UM ESTUDO DE CASO

O presente estudo de caso foi realizado no bairro rural Itapé, que localiza-se no limite da divisa do município de Rio Claro com Ipeúna, SP (Figura 1). Devido a um contexto de riquezas naturais gerado pela proximidade com o Horto Camacua, emerge o turismo rural pedagógico no sítio Novo Horizonte.

Ocupando uma área total de 1.372,41 hectares dentro dos municípios de Ipeúna e Rio Claro, o Horto Camacua era administrado pela FEPASA<sup>58</sup>, que utilizava a grande quantidade de eucaliptos do local para fazer dormentes para suas estradas de ferro. O bairro Itapé abrange parte do horto, que com o tempo deixou de oferecer o eucalipto e ficou abandonado, o que permitiu o florescimento de espécies arbóreas nativas juntamente com as exóticas.

---

<sup>58</sup> Ferrovia Paulista SA, foi uma empresa de estradas de ferro brasileira que pertencia ao Estado de São Paulo, embora sua malha se estendesse por Minas Gerais até Araguari, tendo também um ramal que terminava na cidade de Sengés, no Paraná. Foi extinta ao ser incorporada à Rede Ferroviária Federal no dia 29 de maio de 1998. Devido a necessidade de madeira para manutenção e construção das estradas, a empresa criou vários hortos a fim de utilizar a madeira dos mesmos e conter o desmatamento. Além do Horto Camacua, a região de Rio Claro possui a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, antigo Horto de Rio Claro. Ver: TROPMAIR, H. **Rio Claro: Ontem e Hoje**. Rio Claro: Editora Tribuna 2000 S/C, 2008.

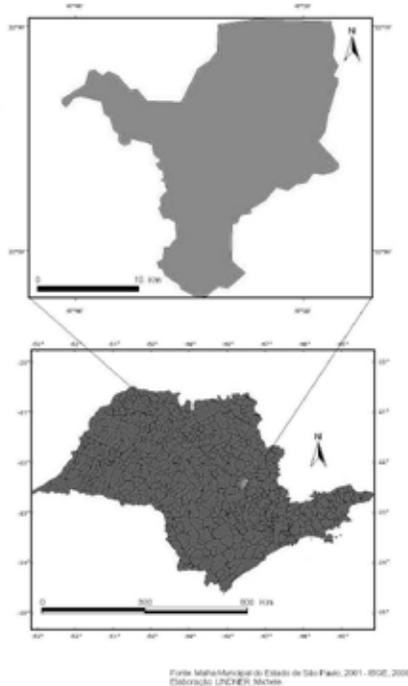


Figura 1: Localização do Município de Rio Claro em relação ao Estado de São Paulo

No local há fartura em recursos hídricos, contando com a presença de dois importantes rios da região, o Rio Cabeça que é afluente do Rio Corumbataí, e o Rio Ribeirão da Estiva. Devido à importância ecológica do primeiro a região foi legitimada como uma Área de Proteção Ambiental<sup>59</sup> (APA) – Corumbataí. No seu perímetro, as cuestas basálticas compõem um cenário paisagístico de grande beleza, onde se destacam a Serra de São Pedro e Itaqueri, as quais não estão dentro do bairro Itapé, mas podem ser avistadas. Nos paredões que formam os degraus das cuestas, ainda restam trechos de mata original (cerrados e cerradões) e são comuns os testemunhos, morros isolados que a erosão esculpiu, formando um cenário peculiar na região. Ao pé das cuestas, estendem-se vales amplos e suaves, com presença das várzeas ao longo do curso dos rios.

Diante do contexto dos centros urbanos ao redor do bairro como, por exemplo, Rio Claro e São Carlos, onde a natureza pouco pode ser vivenciada e a proximidade com a rodovia Washington Luis, o bairro surge com grande

<sup>59</sup> As áreas de proteção ambiental pertencem ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, regulado pela Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. Mais detalhes em: <http://ambiente.sp.gov.br/apas/corumbatai.htm>.

potencial turístico ecológico. Porém a atividade turística na localidade surge em 2000, com a iniciativa do sítio Novo Horizonte. O proprietário do empreendimento, que possui 34 ha. e 70% da vegetação natural preservada, teve a idéia de abrir trilhas (Figura 2) na mata fechada, mostrando a flora e a fauna, juntamente com as atividades de bovinocultura, piscicultura, silvicultura e apicultura que já desenvolvia com fins didáticos para ao mais diversos tipos de público.



Figura 2: Trilha do Sauá – Sítio Novo Horizonte  
Fonte: Pesquisa de campo, 2008

Percebendo que seus conhecimentos eram limitados diante de tudo que sua propriedade poderia fornecer em termos de informação, procurou vínculos com instituições de ensino superior. Abriu as portas da propriedade para pesquisas e contratou alunos dos mais diversos cursos do ensino superior para trabalhar como monitores.

A partir de 2004 o fluxo de turistas começou a crescer progressivamente, e o público alvo eram escolas do ensino básico ao superior e cursinhos. Esporadicamente recebiam igrejas e grupos da terceira idade, mas nada comparado com os primeiros. Isso se deve pela maneira com que apresentavam o projeto de trabalho na escola, oferecendo um serviço de adequação do que o aluno estava aprendendo em sala de aula na teoria para a prática na propriedade.

Para conseguir abarcar um público tão amplo em que os temas podem ser os mais variados possíveis, a multidisciplinaridade era à base de todo o planejamento da visita. Dependendo de quem eram os visitantes e a quantidade, contratavam o número suficiente de estagiários e organizavam-se juntos para programar as paradas e as atividades durante todo o dia (Figura 3). Sendo assim, uma mesma sala de aula poderia visitar a propriedade diversas vezes,

sem necessariamente ver os mesmos conteúdos.



Figura 3: Grupo de alunos fazendo atividades lúdicas em visita ao Sítio Novo Horizonte  
Fonte: Pesquisa de campo, 2008

Por disponibilizar de uma infra-estrutura significativa na cozinha do sítio, as mulheres da família preparam o “almoço da roça” ou o “café do campo”, para os alunos após as atividades. Além disso, existe a comercialização de produtos alimentares típicos da vida rural, produzidos na propriedade. Nos dias em que não tem visitas agendadas, a família dedica-se ao preparo dos produtos que serão comercializados, como por exemplo, pão caseiro, doce de leite, mel, biscoitos, etc.

O proprietário do sítio e idealizador do projeto, mora com sua família na propriedade, e também participa de todas as visitas ali realizadas. O turismo rural pedagógico é a principal garantia de renda da família. Segundo os familiares, se exercessem somente o turismo rural, sem englobar a parte pedagógica, não haveria êxito em seu empreendimento, pois acreditam que a vantagem de sua atividade, são as visitas freqüentes das escolas.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intensivo processo de modernização da agricultura direcionado pela indústria a partir da década de 70 gerou um campo com problemas de ordem social e ambiental, onde os pequenos proprietários rurais migraram para a cidade e a monocultura veio a se sobrepor às matas. Porém, na última década, esses problemas chegaram a uma situação extrema, surgindo à necessidade de um desenvolvimento sustentável. Pautado sobre esse desenvolvimento, emerge o discurso da multifuncionalidade, em que a agricultura aliada a outras atividades

não-agrícolas, pode trazer inúmeras vantagens às pequenas propriedades.

Os efeitos do incentivo à multifuncionalidade pelos governos, fizeram com que os trabalhos não-agrícolas crescessem de forma significativa no meio rural. Esse processo, também denominado de pluriatividade, permitiu com que a família rural permanecesse no campo, revezando entre atividades agrícolas e não-agrícolas como forma de complementar a renda e se reproduzirem.

O turismo rural ganha espaço nesse contexto pelo seu caráter integrador. E dessa forma, o turismo rural pedagógico ancorado na prática vivenciada, além de gerar benefícios para a propriedade que o tem como atividade, pode beneficiar o turista enquanto aluno. Pois do ponto de vista do ensino, a solidificação do conhecimento só se dá na prática do cotidiano, nas experiências vividas e percepções da realidade que se dão fora das salas de aulas.

## REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, José Carlos (Org.). **Agricultura Familiar realidades e perspectivas**. Passos Fundos: Edi UPF, 1999, p. 147-173.

BARICHIVICH, Luis Alejandro Rodriguez. **Análise dos Setores: Indústria, Comércio e Serviços, Originados em Função da Via Anhanguera**, Município de Americana, São Paulo. Rio Claro: UNESP, 1998, Dissertação de Mestrado.

COELHO, Modesto Siebra. Uma Rurbanização nos Contrafortes da Meruoca? In: **Revista da Casa da Geografia de Sobral**. Ano 1, n.1, 1999.

ELESBÃO, Ivo. **Turismo Rural em São Martinho (SC): uma abordagem do desenvolvimento em nível municipal**. Santa Maria: FACOS, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e Territorialização em São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro. In: **Estudos Avançados**, n° 43. São Paulo: Edusp, 2001.

KAGEYAMA, Ângela. Pluriatividade e Ruralidade: Aspectos Metodológicos. In: **Economia Aplicada**. São Paulo, v. 2, n. 3, p. 515-551, jul./set. 1998.

LAGE, Beatriz Helena Gelas e MILONE, Paulo César. **Economia do Turismo**. Campinas: Editora Papyrus, 1991.

MENEGATI, Regiane Aparecida. Produção familiar e pluriatividade: reflexões sobre as transformações verificadas no espaço rural. In: **VI Semana de**

**Geografia** – FCT / Unesp - Presidente Prudente. 2005. Disponível em: <[http://www2.prudente.unesp.br/eventos/semana\\_geo/regianeaparecidamenegati.pdf](http://www2.prudente.unesp.br/eventos/semana_geo/regianeaparecidamenegati.pdf)>. Acesso em 25 Abr. 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o Desenvolvimento do turismo Rural no Brasil**. Brasília, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Longa Marcha do Campesinato Brasileiro: Movimentos Sociais, Conflitos e Reforma Agrária. In: **Estudos Avançados**, nº 43. São Paulo: Edusp, 2001.

OLIVEIRA, Cássio Garkalns de Souza. Turismo Rural e Desenvolvimento Local. In: **Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. n. 5, 2005. Piracicaba – SP. Anais... FEALQ.

PERINOTTO, André Riani Costa. Turismo Pedagógico: uma ferramenta para a educação ambiental. In: **Caderno Virtual de Turismo**. v. 8, n. 1' 2008. Disponível em: <[www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/include/getdoc.php?id=796&article=308&mode=pdf](http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/include/getdoc.php?id=796&article=308&mode=pdf)>. Acesso em 25 nov. 2008.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Agroturismo e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

SACCO DOS ANJOS, Flávio e CALDAS, Nádia Velleda. Semântica e formação discursiva: a propósito do debate sobre pluriatividade e multifuncionalidade. In: **XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural: Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento**. Fortaleza: 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora Nobel, 1985.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e Industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no RS**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SILVA, Ana Maria Radaelli da. Trabalho de Campo: prática “andante” de fazer Geografia. In: **Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro: n. 11, p. 61-74, 2002.

SOARES, Antonio Carlos. A multifuncionalidade da agricultura familiar. In: **Proposta**, n. 87, dez/fev 2000/2001.

SOUZA, Marcelo José Lopes. de. Como Pode o Turismo Contribuir Para o Desenvolvimento Local? In: **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

TULIK, Olga. **Turismo Rural**. São Paulo: Aleph, 2003.

# ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE EVOLUTIVA

*Enéas Rente FERREIRA  
Flamarion Dutra ALVES  
Davi Guilherme Gaspar RUAS*

## INTRODUÇÃO

A proposta inicial deste artigo é demonstrar o processo de ocupação do espaço paulista, vinculado a produção canavieira. Sendo assim, partimos da fase inicial, compreendida pelo chamado “quadrilátero do açúcar”, envolvendo municípios da região de Campinas, constituindo numa das primeiras mercadorias produzida para o fraco mercado consumidor paulista.

Já no século XX, principalmente, após a segunda grande guerra, passou a haver a grande expansão da cultura canavieira, na porção leste do estado. Nesse local, tínhamos a maior concentração da população do estado, produção industrial e principalmente, próximo do porto de Santos, fator este que possibilitava a exportação. O Instituto do Açúcar e do Alcool estabelecia, em seus estudos, cinco regiões canavieiras no estado: Piracicaba, Araraquara, Ribeirão Preto / Sertãozinho, Jaú e Vale do Paranapanema.

No Final dos anos 60, após a implantação de quase 100 unidades industriais, tivemos o primeiro plano de racionalização da agroindústria canavieira, com a erradicação de 23 usinas de pequeno porte, consideradas pelo capitalismo, antieconômicas. Com essa medida houve o início da formação dos grandes grupos sucroalcooleiros paulista.

Em 1975, após o Programa Nacional do Alcool, houve no estado o direcionamento das novas plantas industriais produtoras de álcool para a região Oeste, dando origem ao que ficou conhecido como Pró-Oeste ou Pró-Cana, cuja tentativa era ocupar terras novas, principalmente as utilizadas com a pecuária extensiva do estado, com a cultura canavieira.

Finalmente, pretendemos relatar, o que chamamos de segundo plano de racionalização da cultura canavieira, ocorrido no estado, como

o que envolveu a compra da Usina Santa Luiza, município de Motuca, diferenciando-se por ser uma usina em franca expansão e desenvolvimento, não pertencente a nenhum grande grupo do setor. Cremos que esse fato é muito importante, evidenciando uma tendência que venha a ocorrer em áreas tradicionais do estado, visto que se existem grandes usinas que podem se transformar em um estorvo para o desenvolvimento do capitalismo oligopolista.

### QUADRILÁTERO DO AÇÚCAR

Na segunda metade do século XVIII, a cultura canavieira despontava no interior do Estado de São Paulo, numa região que acabou sendo conhecida como Quadrilátero do Açúcar, composta pelas cidades de Sorocaba, Jundiaí, e Campinas, constituindo-se desta maneira no primeiro surto econômico do Estado (PETRONE, 1968, p. 42). No primeiro quartel do século XIX, a cana-de-açúcar penetrava na região de Araraquara, surgindo como área de expansão do Quadrilátero do açúcar, contando com dezesseis fazendas; enquanto Piracicaba e Mogi-Mirim, importantes centros, contavam com sessenta e uma e, vinte e sete fazendas, respectivamente (CASALECCHI, 1973, p. 29).

A cana-de-açúcar, juntamente com a criação de gado extensivo predominavam na região até 1860. Com o correr do tempo, obrigados a se expandirem para Oeste, os canaviais prepararam, como no “quadrilátero” a infra-estrutura econômica que permitiu depois a rápida penetração dos cafezais (PETRONE, 1968, p. 225). A cultura cafeeira surgia, assumindo em pouco tempo, posição de lança na economia de todo o Estado. Desta maneira, tratando-se de uma cultura de exportação viria a estrada de ferro, transportando-o para o porto de Santos.

Nesse breve texto, fica evidente que a cana-de-açúcar foi à primeira cultura com um forte caráter econômico, a se implantar em São Paulo, sendo sucedida pela cultura cafeeira nos séculos XIX. O Quadrilátero do açúcar foi à primeira região econômica do estado paulista.

### A FASE LIBERALIZANTE E A EXPANSÃO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

Após a Segunda Guerra e a Ditadura de Vargas, ocorreu um estímulo para a consolidação e expansão das agroindústrias de açúcar e álcool, principalmente as paulistas. Após 1946 e a liberalização do Estado Nacional, através do Decreto-lei n. 9827, os Estados passaram a ser beneficiados em função do aumento do consumo interno verificado em cada unidade

da federação. Nesse contexto, os usineiros paulistas aumentaram as suas quotas e também expandiram para os estados vizinhos, como o Paraná, onde fundaram na década de 40, as Usinas Central Paraná, em Porecatu, Bandeirante no município de Bandeirante e Jacarezinho no município de Jacarezinho (BRAY, 1980).

O dirigismo estatal da fase anterior no setor açucareiro-alcooleiro se alterou, principalmente no sentido de controlar o mercado, privilegiando as economias regionais menos capitalizadas como o Nordeste. Procurou-se, nessa fase liberal após 1946, atender às grandes cidades que necessitavam de um açúcar com preços compatíveis com as condições de consumo do operariado urbano em expansão.

Nesse início da fase liberalizante, continuou predominando o controle do Estado via IAA. Entretanto, a questão da modernização no setor cresceu, permitindo a utilização plena da capacidade instalada das usinas, mas também modernizando seus maquinismos no intuito de buscar maiores índices de produtividade. Nesse contexto, as agroindústrias de açúcar e álcool de São Paulo possuíam melhores condições que as usinas nordestinas para atender a crescente demanda de açúcar no país, principalmente no Centro-Sul.

É preciso salientar a importância do Grupo Dedini no processo de expansão da agroindústria canavieira paulista, principalmente na melhoria da fabricação e no aumento da capacidade de novas moendas produzidas nas décadas de 30 e 40, como o início da fabricação de Destilarias de Álcool completas com todos os acessórios a partir de 1946, com capacidade de produzir, no final dos anos 40, 20.000 litros de álcool por dia.

O Decreto-lei 9827, de 1946, também teve um papel decisivo na expansão das usinas paulistas no Governo Dutra. Na safra de 1945/46, o Estado de São Paulo já tinha em funcionamento instalações de 40 usinas de açúcar e álcool, que produziam 2.894.896 sacos de açúcar de 60 quilos e em torno de 40 milhões de litros de álcool. Na safra de 1950/51 passou para 79 usinas de açúcar e álcool em funcionamento, produzindo 6.279.784 sacos de açúcar de 60 quilos e 51.172 metros cúbicos de álcool. Nesse período, com as políticas de estímulo do IAA, foram implantadas 49 novas usinas de açúcar e de álcool no Estado, ocorrendo a consolidação da área canavieira de Araraquara e o surgimento das áreas de Jaú e Vale do Paranapanema (BRAY, 1980).

Os demais elementos que influíram são de ordem econômica e financeira. O grande aumento regional de consumo, proveniente do crescimento demográfico e de maior utilização industrial do açúcar, acarretou o alargamento dos mercados locais que, dia a dia, absorvem volumes maiores do produto. E a tudo isso se juntou a vitalidade e o desenvolvimento

econômico regionais. Os novos capitais a serem investidos e a organização de crédito que paralelamente foi surgindo também contribuíram para despertar, estimular e orientar o interesse e o espírito da empresa para a produção açucareira.

### **O AVANÇO DO PROCESSO DE CAPITALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA –ALCOOLEIRA, DE 1969 A 1974**

O primeiro grande rearranjo do sistema produtivo do setor no Brasil, deu-se basicamente no final década de 60 de século XX, em que o Instituto do Açúcar e do Alcool, utilizando-se dos recursos do Fundo de Exportação, passou a financiar a expansão das unidades, o seu reequipamento e mesmo a re-localização das unidades no espaço.

Discutindo o processo de rearranjo das unidades industriais no estado, Andrade (1981, p. 77) tem a seguinte opinião: “O reequipamento industrial das usinas e a re-localização para áreas diversas, menos disputadas e de terras mais baratas, provocou naturalmente, a concentração de renda, de vez que os empréstimos eram feitos a juros negativos e com período de carência ponderável fazendo expandir a cana-de-açúcar por áreas anteriormente dedicadas às culturas alimentares”.

Fatores conjunturais externos vieram aniquilar as pretensões brasileiras, de firmar-se como país produtor de açúcar. A queda do preço do açúcar foi considerada como consequência do Brasil ter perdido o Mercado Preferencial norte-americano em 31/12/1974, bem como a perda do Acordo Açucareiro da Comunidade Britânica, que se tornou sem efeito quando do ingresso da Grã-Bretanha no Mercado Comum Europeu (apud SZMRECSÁNYI, 1979, p. 306).

Analisando o Quadro 1, podemos perceber dois fatores importantes. O primeiro, se refere ao apogeu de implantação de usinas de açúcar e álcool no Estado. A década de quarenta, foi a mais importante, com 49 usinas, devido ao enfraquecimento do protecionismo estabelecido sobre o açúcar produzido do nordeste brasileiro, crescente mercado consumidor do sudeste do país, necessidade de se ocupar o espaço agrícola deixado com a saída da cultura cafeeira, e possibilidades de se exportar açúcar pelo porto de Santos.

O segundo fator e exatamente, o demonstrativo do número de fechamento de empresas sucroalcooleiras ocorrido no Estado de São Paulo. O Plano de racionalização do governo federal, previa que, as usinas de pequeno porte, consideradas antieconômicas ou de baixa produtividade, fossem encampadas pelas usinas, ou grupo de usinas de maior porte. Assim sendo ocorre o processo de fagocitose, sendo que nos anos 70, vinte e três usinas desaparecem do cenário econômico paulista.

Além do poderio econômico e da maior capacidade de produção e moagem, o que estava em jogo era o domínio sobre as terras agricultáveis, por serem de elevado valor econômico e por se localizarem na porção leste do estado de São Paulo.

Quadro 1 - Implantação e fechamento de usinas no Estado de São Paulo

	ANTES DE 1940	DÉCADA 1940	DÉCADA 1950	DÉCADA 1960	DÉCADA 1970
Implantação	33	49	21	04	04
Fechamento	-	03	05	05	23

Fonte: IAA

No início da década de 70, o IAA continuou a questionar o problema da competitividade do açúcar nacional no exterior, abordando a questão do tamanho e do aproveitamento da capacidade instalada das usinas, o grau de eficiência do sistema produtivo, o sistema de comercialização tanto das atividades agrícolas como das industriais. Apesar de encontrar-se delineada nos anos 60, a sua prática ocorreu efetivamente a partir da década de 70, com a criação do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar (PLANALSUCAR) e da lei n. 5654 de 14/05/1971, que implantou o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira – posteriormente denominado Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira através do Decreto-lei n° 1266 de 26/03/1973. Esses programas do IAA visavam a “melhoria da qualidade da matéria prima” e a “racionalização da produção”, cujo objetivo estava ligado a dois programas em desenvolvimento: a) o de financiamento da fusão e da racionalização de empresas agroindustriais canavieiras; b) o da construção de terminais açucareiros- instalações de armazenagem e de embarque a granel, nos principais portos exportadores de açúcar do país: Recife, Maceió e Santos. A lei n. 5654 estabeleceu que o limite global passou a ser o somatório do “SUL” e “NORTE” açucareiro, e não mais o somatório dos contingentes estaduais. Buscava-se, então, possibilitar o crescimento da produção de açúcar dos Estados nas usinas que realmente continham melhores condições, e abrir a possibilidade de reajustamento de quotas oficiais de produção para as usinas, mediante simples atos do presidente do IAA. No mesmo ano, o Decreto-lei n. 1186, de 27/08/1971, concedia estímulos financeiros à fusão, incorporação e realocação das unidades açucareiras/alcooleiras (SZMRECSÁNYI, 1978, p. 66-7).

Para a execução do Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira/Alcooleira, Mendes (1978), um dos autores desse Programa,

coloca que foi proposta a necessidade de eliminarem-se as pequenas usinas de açúcar e álcool do país -consideradas as mais ineficientes do sistema - como também de eliminar-se uma grande parcela de pequenos fornecedores de cana, considerados “marginais” do ponto de vista econômico. Mendes (1978, p. 114-5) diz:

Sendo os pequenos usineiros e pequenos fornecedores em maior número no país, uma distribuição de frequência onde a variável principal é o custo da produção, eles são os mais numerosos. Frequências mais elevadas atraem ou fazem com que a média, moda e mediana caminhem em direção a elas. Os pequenos produtores mais numerosos determinavam que os preços tendessem a ser maiores; reivindicações e as pressões eram maiores para se dar preços, que na verdade eram médios, mas estavam sustentado produtores “economicamente marginais”, usineiros ou fornecedores de cana.

No início da década de 70 o IAA, através da criação do Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira e do Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de- açúcar (PLANALSUCAR) estabeleceu as diretrizes para transformar o país em grande exportador de açúcar. Em 1971, o PLANALSUCAR caracterizou as cinco áreas canavieiras do Estado de São Paulo, historicamente constituídas (Figura 1). O PLANALSUCAR e o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira tiveram um desempenho favorável com o avanço do volume e dos preços das exportações de açúcar, resultando positivamente sobre o recém criado Fundo Especial de Exportação. Nessa fase, as usinas de açúcar e álcool do Estado de São Paulo, com recursos do Fundo Especial de Exportação e do Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira, passaram a modernizar os equipamentos industriais, como também as grandes empresas desenvolveram a incorporação das usinas de pequeno porte, aquisição de novas propriedades próximas às usinas e modernos maquinários agrícolas. Entretanto, fatores externos como a perda do Mercado Preferencial Norte Americano, em 1974, aniquilaram as pretensões do Brasil em firmar-se como grande exportador de açúcar.

Nessa conjuntura, as pressões de grupos usineiros – em face à crise que adentrava no subsetor – juntamente com os interesses dos fabricantes de equipamentos industriais do ramo, e reforçados pela integração da indústria automobilística, levaram o governo Federal a fundar o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) no final de 1975, com o objetivo de atingir, em 1979, 3 bilhões de litros de álcool.



A questão da ampliação das áreas canavieiras tradicionais do Estado de São Paulo, como também o agrupamento de novas áreas no oeste paulista envolveram políticas agrícolas e agroindustriais do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) e o Plano de Desenvolvimento do Oeste do estado de São Paulo- PRÓ-OESTE (São Paulo, 1980), através do Programa de Expansão da Canavieira para produção de Combustível do Estado de São Paulo (PROCANA).

Nesta fase inicial do PROÁLCOOL, o Estado de São Paulo participou com o enquadramento de 47,07% dos projetos de destilarias anexas e com 31,50% dos projetos de destilarias autônomas do Brasil. Bray (1980) coloca que este fato pode ser explicado através da infraestrutura existente nas tradicionais usinas paulistas para a fabricação do álcool e da crise que atingiu o parque açucareiro.

Até o final de 1979, dos 87 projetos aprovados para a instalação de destilarias autônomas e anexas no Estado, a maioria deles foi implantado nas tradicionais áreas canavieiras paulistas: de Piracicaba (Depressão Periférica), Sertãozinho/Ribeirão Preto, Araraquara, Jaú e Vale do Paranapanema (Alto e Médio Planalto Ocidental Paulista).

### **A CRIAÇÃO DO PRÓ-OESTE NA SEGUNDA FASE DA IMPLANTAÇÃO DO PROÁLCOOL**

Com o segundo choque do petróleo em 1979, o preço do barril passou de US\$ 12 para US\$ 18. Em razão disto, a Comissão Executiva Nacional do Alcool (CENAL) traçou o objetivo de quadruplicar a produção de álcool até 1985, estabelecendo a segunda fase do PROÁLCOOL.

Dentro desse novo contexto o Plano Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), a produção nacional passaria de 3 bilhões de litros em 1980, para 10 bilhões de litros em 1985. O Estado de São Paulo, como o principal centro alcooleiro nacional, passou a se preocupar com a expansão concentradora da agricultura canavieira no território paulista, principalmente nas tradicionais áreas açucareiras e alcooleiras do leste. Assim, o governo de São Paulo, no ano de 1980, criou o PRÓ- OESTE. Programa denominado “Bases para um Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo – PRÓ-OESTE”, desenvolvido pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, procurou deslocar os recursos do CENAL para o Oeste do Estado de São Paulo, tendo como meta básica alcançar “o equilíbrio econômico regional” (SÃO PAULO, 1980). Dentro deste programa, tivemos as ações voltadas ao setor canavieiro denominado PROCANA.

Podemos perceber que foram consideradas áreas prioritárias pelo PROCANA as regiões de Presidente Prudente, Araçatuba, Bauru, e o Oeste

da Região de São José do Rio Preto; e entre as medianamente prioritárias foram destacadas as regiões de Marília e o Centro-Leste de São José do Rio Preto. As demais regiões do Estado foram declaradas como não prioritárias à implantação e expansão de novas destilarias autônomas e anexas.

Neste sentido, todos os projetos de implantação das novas destilarias ou de ampliação das já existentes, localizadas nas áreas altamente prioritárias, teriam mais facilidades na aprovação de novos projetos dependeria de um estudo pormenorizado. Por outro lado, nas demais regiões do Estado, os novos projetos para serem aprovados deveriam passar por uma avaliação rigorosa da comissão Executiva Nacional do Álcool (CENAL).

Com a elaboração de um plano a favor da região Oeste Paulista, a Secretaria da Agricultura pretendeu atingir os seguintes objetivos:

- *aproveitamento da infra-estrutura existente, sem necessidade de investimentos públicos adicionais para a sua consecução;*
- *inversão migratória, face à criação de empregos diretos e indiretos necessários à consolidação do programa;*
- *interiorização do desenvolvimento pelo fortalecimento das economias regionais;*
- *preservação e ampliação da oferta de alimentos, bem como manutenção da expressiva participação do setor agropecuário paulista na pauta de exportação. (Governo de São Paulo, 1980, p. 2).*

Tendo estas propostas como principais, o documento PRÓ-OESTE (GOVERNO DE SÃO PAULO, 1980, p. 2) diz:

O primeiro programa a ser estabelecido através do Plano de Desenvolvimento Agrícola do Oeste do Estado de São Paulo será o Programa de Desenvolvimento Agrícola do Oeste do estado de São Paulo será o Programa de Expansão da Canavicultura para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo, (PROCANA), o qual, em plena integração com os objetivos do Governo Federal, pretende orientar o fluxo de recursos financeiros oriundos do PROÁLCOOL tornando-se o instrumento básico para o desenvolvimento da região oeste.

O discurso do Programa de Expansão da Canavicultura para a Produção de Combustível (PROCANA) dentro do PRO-OESTE (GOVERNO DE SÃO PAULO, 1980, p. 3) é o seguinte:

A Secretaria da Agricultura e Abastecimento, preocupada com a possibilidade de expansão desordenada da cultura de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo e a conseqüente ocupação das terras utilizadas para a produção de

alimentos, resolveu promover ação visando orientar a instalação daquela cultura destinada à produção de álcool em regiões onde a cana-de-açúcar representará a melhor opção para a sua expansão no Estado de São Paulo.

O documento analisado do Conselho Estadual de Energia buscou disciplinar a localização das novas unidades industriais, propondo distância mínima de 30 km entre elas, como limitando a capacidade de produção das destilarias existentes e em implantação.

No período de julho de 1984 a fevereiro de 1987, foram analisados pelo Conselho Estadual de Energia, 92 projetos de instalação e ampliação de destilarias autônomas e anexas. Dos 92 projetos apresentados, 61 obtiveram pareceres desfavoráveis e 31 obtiveram pareceres favoráveis, com um acréscimo de 3.790.000 litros/dia à capacidade produtiva do parque alcooleiro estadual. Do total de projetos apresentados, 28 foram para as áreas prioritárias, com a aprovação de 14, e 64 eram oriundos das áreas não prioritárias, tendo aprovação de 17 projetos, demonstrando a grande força econômica dos grupos usineiros das tradicionais áreas canavieiras do Estado (CEE, 1987).

Esse aspecto vem demonstrar o empenho do governo Estadual em disciplinar a expansão canvieira em São Paulo, através do PRÓ-OESTE e Conselho Estadual de Energia, embora essas iniciativas não tenham sido suficientes para conter os interesses dos grupos usineiros tradicionais do Estado. Entretanto, temos a considerar que tanto o PRÓ-OESTE como o Conselho Estadual de Energia, que funcionou de 1984 a 1987, foram um avanço nas questões relativas ao Planejamento e à busca constante de um direcionamento do território, envolvendo a produção do espaço agroindustrial canvieiro-açucareiro-alcooleiro de São Paulo.

Neste contexto em que abordamos as políticas estatais de modernização e expansão da agroindústria açucareira nacional e principalmente do Estado de São Paulo, podemos avaliar o domínio da cultura canvieira, mas principalmente a produção alcooleira no território paulista. Na safra de 1987/88 a Região Oeste do Estado era responsável por 25,22% da produção paulista.

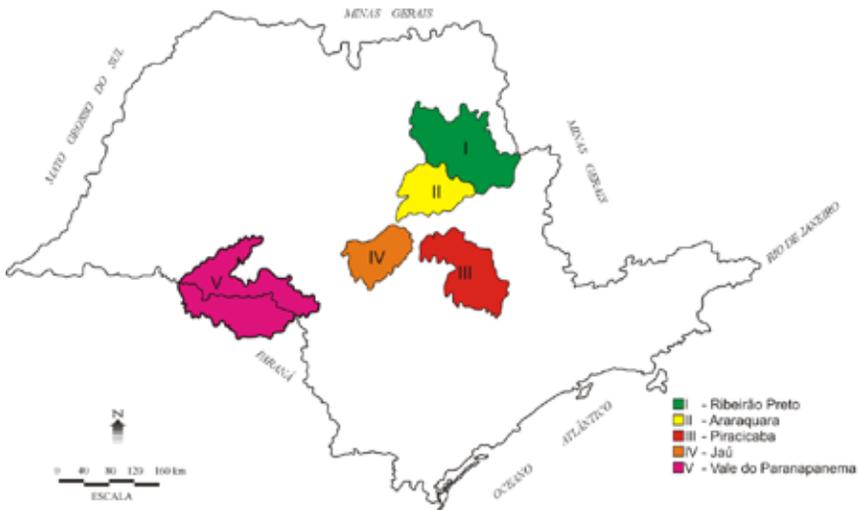
No Governo Quécia (1987-1990), coincidindo com a diminuição dos incentivos e subsídios ao PROÁLCOOL por parte do Governo Federal, a CEE praticamente foi extinta, não mais trabalhando com a formulação da política energética no Estado. A partir desta data, o que se observou no Estado de São Paulo foi a expansão dos grupos produtores tradicionais, com maior concentração da produção de açúcar e álcool, bem como da posse da terra agricultável do Estado (Figura 2).

Ruas (1996) analisando o PROCANA no período das safras 1970/71

a 1992/93, separando as produções nas áreas do estado consideradas prioritária e marginal do programa, comparada com a da área tradicional. Apresenta a evolução da produção de açúcar e álcool dentro destas áreas. A participação da produção de açúcar na área prioritária do programa em relação ao total do estado cresceu dada a transformação no período e de duas destilarias autônomas em usinas de açúcar.

A variação da produção alcooleira das duas macrorregiões canaveiras do estado, a tradicional e do PRÓ-OESTE. A participação na produção do Estado das unidades industriais do PRÓ-OESTE cresceu, e na safra de 1997/98 foi responsável por 29,28% de todo o álcool produzido em São Paulo. Esta produção foi obtida em 44 destilarias anexas e autônomas do total das 119 que operavam no Estado.

**Figura 1: AS TRADICIONAIS ÁREAS CANAVEIRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**



Des. Gilberto D. Henrique & Mateus Calisto Per  
Elaboração: Bras. Ferreira, Ruas, Mena  
Fonte: PLANALSUCAR

A expansão do setor canavieiro nos anos 90 e início desta década se deu principalmente pela instalação de unidades industriais filiais das já existentes e a transformação das destilarias autônomas que foram criadas pelas fases do Proálcool em Usinas, isto é, passaram também a produzir açúcar, não ficando totalmente na dependência da produção de álcool. Segundo RUAS (1996) possuímos no estado, na safra 1992/93, 135 unidades industriais separadas, e 5 usinas somente produtoras de açúcar, 65 usinas com destilarias anexas e 65 destilarias autônomas; já na safra 2006/07 em que

estavam registradas no Ministério de Agricultura, Abastecimento e Pecuária um total de 194 unidades industriais, sendo usinas somente produtoras de açúcar, com destilarias anexas e destilarias autônomas.

## O SEGUNDO PLANO DE RACIONALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA SUCRO-ALCOOLEIRA

No ano de 2008, uma grande transação econômica, inaugura uma nova fase do que acreditamos ser uma nova modalidade de arranjo espacial canavieiro no estado de São Paulo. Três grupos importantes do país, Grupo COSAN - Usina Bonfim - município de Guariba; Grupo Ometto/Pavan - Usina Santa Cruz - município de Américo Brasiliense e Grupo Ometto - Usina São Martinho - município de Pradópolis; adquirem a parte industrial da Usina Santa Luiza, instalada no município de Motuca, localizada em um ponto equidistante entre as três e arrendam por 18 anos as terras da usina (Figura 3).

A informação da venda foi confirmada por um dos sócios da Usina Santa Luiza, que, no entanto, lamentou o fato de a informação ter vazado para o mercado. O negócio só não foi concretizado por discordância entre sócios, mesmo motivo que os levaram a iniciar o processo de venda.

A Santa Luiza completou 49 anos em 2007 e processa cerca 1,6 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra. Em 2005/06, a produção de álcool atingiu 67,5 milhões de litros, 106,4 mil toneladas de acordo com informações da União da Indústria da Cana-de-açúcar (Única). A unidade produtora gerou interesse de grupos por ser considerada eficiente. Além de ter 90% de sua área propícia para a colheita mecanizada, toda a cana disponível para o processamento está em um raio de 14 quilômetros da usina.

O valor total da operação, pago à vista, foi de R\$ 179,3 milhões. Segundo a São Martinho, foram gastos R\$ 74,7 milhões para o pagamento da operação, os quais a empresa obteve dos recursos captados na Oferta Pública de Ações realizada em fevereiro último. Já os outros dois compradores, Grupo COSAN e a Usina Santa Cruz, investiram R\$ 59,8 milhões e R\$ 44,8 milhões, respectivamente, com recursos provenientes de suas posições de caixa.

Para a compra, as três empresas formaram uma holding, a Etanol Participações. Pela sociedade, a São Martinho deterá 41,67% da Usina Santa Luiza, enquanto COSAN responderá por 33,33% e Santa Cruz, por 25%. O modelo de gestão conjunta prevê a criação de um Conselho de Administração e uma Diretoria com membros das três companhias.

**Figura 03: A NOVA MODALIDADE DE RACIONALIZAÇÃO DO SETOR SUCRO-ALCOOLEIRO**



FONTE: Pesquisa de Campo  
 DES.: Gilberto D. HENRIQUE & Mateus C. PEREZ  
 ORG.: FERREIRA, MENA & RUAS



Essa transação é vital para o entendimento das questões da geografia agrária, visto que, (re) inaugura a incorporação das usinas no estado, cujo apogeu ocorreu no final dos anos 60. Naquele momento foram incorporadas as usinas antieconômicas. Agora não, são usinas grandes grupos economicamente viáveis incorporando usinas economicamente viáveis. Tudo isso, é o reflexo do grande adensamento agrícola existente na porção leste do estado, com todos os atrativos que ela possui.

O município de Motuca, exemplo clássico de município emancipado graças a existência da parte industrial da Usina Santa Luiza, a pouco menos de duas décadas; tem com a perda da sua principal atividade econômica, o sério risco de ver a debandada de sua população, afim de procurarem uma nova atividade para seu sustento.

## CONCLUSÕES

Tanto a nova explosão da cultura canavieira na região Centro-Sul do país, que vem ocorrendo a partir de meados da primeira década do século XXI, bem como, esse novo plano de racionalização, cuja tendência é ocorrer entre as empresas eficientes, mas sem se constituírem holding, a nosso ver são fatos irreversíveis e dispensam a presença do governo federal.

Em 1975, o Proálcool, foi um plano muito mais voltado para os interesses dos usineiros do que para os benefícios do próprio país. O barril de álcool aqui produzido ficava em US\$ 40,00, enquanto o barril de petróleo poderia ser adquirido por US\$22,00. Hoje o barril de álcool tem um custo de US\$30,00, enquanto que o barril de petróleo chegou a ser vendido por US\$ 150,00. Por esse fator, e pelo advento do carro bicomcombustível, e setor sucroalcooleiro sobre uma grande reviravolta e merece ser melhor estudado, por todos os profissionais envolvidos nas questões, agrárias, sociais e econômicas.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Corrêa. **Estado, capital e industrialização do Nordeste**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

BRAY, Silvio Carlos; FERREIRA Enéas Rente; RUAS Davi Guilherme Gaspar. **As políticas da agroindústria canavieira e o Proálcool no Brasil**. Marília. UNESP/Marília Publicações, 2000.

BRAY, Silvio Carlos. **A cultura da cana-de-açúcar no Vale do Paranapanema: um estudo de geografia agrária**. Tese (Doutorado em Geografia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- Universidade de São Paulo. São

Paulo, 1980.

CASALECCHI, José Enio. **Da companhia industrial, agrícola e pastoril D'Oeste de São Paulo à Cambuhy coffee and cotton estates: 1912-1933.** Contribuição ao estudo da presença inglesa na estrutura agrária do Estado de São Paulo. Tese (Doutorado). FFCLA, Araraquara, 1973.

CEE. **Pesquisa de mercado do álcool de cana produzido no Estado de São Paulo.** São Paulo: CESP/CEE, fev. 1987 (Relatório Final), 1987.

FERREIRA, Enéas Rente. **A formação da Região Canavieira de Araraquara: o papel do estado e das agroindústrias do açúcar e do álcool no processo de organização do espaço.** Rio Claro: Dissertação (Mestrado), Instituto de Geociências e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista. 1988.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Bases para um Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo – PRÓ-OESTE**, São Paulo, 1980.

MELO, Marcio Luiz. Aspectos da geografia do açúcar no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, v.16, n.4, p.467-88, out./dez, 1954.

MENDES, Claudio. Seção de Debates. In: **Simpósio sobre Sócioeconomia Canavieira**, 1. Anais...Jaboticabal: FCVAJ/UNESP, 1978.

PETRONE, Maria Thereza Sorre. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1891).** São Paulo: Difel, 1968

QUEDA, Oriovaldo. **A intervenção do estado e da agroindústria açucareira paulista.** Piracicaba: Tese (Doutorado) ESALQ-Universidade de São Paulo.

RUAS, Davi Guilherme Gaspar. **O processo de concentração das unidades sucroalcooleiras do Estado de São Paulo: 1970-1992.** Rio Claro: Tese (Doutorado)- Instituto de Geociências e Ciências Exatas- Universidade Estadual Paulista, 1996.

SZMRECSÁNYI, Tamás. O IAA como órgão de planejamento e controle, atuação e redirecionamento. In: **SIMPÓSIO SOBRE SÓCIOECONOMIA CANAVIEIRA**, n. 1, 1978. Anais... Jaboticabal: FCAVJ/UNESP. 1978.

\_\_\_\_\_. **O planejamento da agroindústria canavieira no Brasil (1939-1975).** Campinas: Tese (Doutorado)- Universidade de Campinas- Unicamp, 1979.

JORNAL MONITOR MERCANTIL (Rio de Janeiro). São Martinho e COSAN juntas para comprar usina. Seção: Mercado Financeiro. Disponível

em: <[www.monitormercantil.com.br](http://www.monitormercantil.com.br)>. Acesso em: 10 set. 2008.

## CAMPONESES E AGRICULTORES FAMILIARES – CAMINHOS E DESCAMINHOS EM CONTEXTOS DE PLURIATIVIDADE

*José Carlos Alves PEREIRA*  
*Darlene Aparecida de Oliveira FERREIRA*

### A “PLURIATIVIDADE” NA PERSPECTIVA DOS CLÁSSICOS

No Brasil, o fenômeno da pluriatividade de camponeses e agricultores familiares – salvo uma ou outra exceção<sup>60</sup> - tem adquirido relevância nos trabalhos de pesquisadores a partir de 1980 do século XX. De modo geral, as pesquisas versam sobre as transformações tecnológicas, políticas e sociais no meio rural brasileiro apontando, sobretudo, para a modernização da base tecnológica da agricultura do país e uma espécie de “urbanização do campo”.

O pressuposto é que atividades não-agrícolas têm sido desenvolvidas cada vez com maior frequência em áreas rurais; os contratos de trabalho – antes baseados em regras consuetudinárias agora são mediados por regras de jurisprudência; os hábitos de consumo e lazer dos habitantes do campo estão se modernizando, na medida em que adquirem “cores e sabores” tipicamente urbanos.

No limite, há pesquisadores que procuram apontar para o surgimento de novas categorias sociais no meio rural como a presença de cidadãos aposentados em busca de tranquilidade e o surgimento do agricultor familiar moderno adaptado à tecnologia e especializando a produção para o mercado, ou ainda vislumbram a extinção de sua matriz social – o campesinato.

Se o desenvolvimento tecnológico na base produtiva da agricultura brasileira é relativamente recente, a pluriatividade de agricultores, em especial dos pequenos, não o é. Tampouco ela é um fenômeno efêmero, típico de uma região ou país. A pluriatividade é uma realidade social na vida de pequenos agricultores nos campos de países desenvolvidos como

---

<sup>60</sup> Uma das raríssimas exceções é o trabalho de J. Marcondes (1962) que analisa o desenvolvimento da agricultura em tempo parcial e as atividades não-agrícolas por pequenos sítiantes paulistas.

França, Alemanha, Espanha, EUA, etc. e de países em desenvolvimento como México, China, Brasil<sup>61</sup>, etc.

Entretanto, seus impactos são diferenciados na vida dos sujeitos/atores sociais envolvidos em função de políticas públicas praticadas para o seu desenvolvimento, de sua trajetória social, dos seus projetos de vida, bem como do prestígio político e social de que gozam em suas respectivas sociedades.

Antes de adentrar nos marcos do debate contemporâneo sobre a pluriatividade, convém sinalizar brevemente de que modo esse fenômeno foi percebido por autores clássicos como Karl Kautsky e Alexander Chayanov no final do século XIX e início do século XX.

Karl Kautsky<sup>62</sup>, no escopo de análise marxista e, Alexander Chayanov<sup>63</sup> sem descartar tal escopo, mas incorporando novos elementos na análise, já chamavam a atenção para a prática de atividades não-agrícolas por famílias camponesas. Contudo, esses pesquisadores não chegaram a trabalhar com a nomenclatura “pluriatividade”. O primeiro usou a expressão trabalhos acessórios, já o segundo, a expressão atividades não-agrícolas.

Ao analisar o desenvolvimento do capitalismo no campo e, como consequência disso a concentração de riqueza pelos grandes proprietários, Kautsky (1968), indicava que – dentro desse processo – o pequeno camponês estaria fadado ao desaparecimento, já que se quisesse manter sua pequena propriedade teria que desenvolver trabalhos acessórios. Essa prática era o instrumento que poderia garantir a existência da pequena propriedade no capitalismo. Entretanto, ele apontaria para um processo de proletarização do pequeno camponês.

De acordo com Kautsky a maioria dos camponeses alemães não dispunha de recursos para melhorar seus instrumentos de trabalho ou substituí-los por outros mais eficientes, como o poderiam fazê-lo os agricultores capitalizados que se tornavam mais competitivos no mercado. Tal fato inviabilizava a reprodução social dos pequenos camponeses, posto que eles não conseguiriam se capitalizar e resistir a concorrência dos grandes agricultores.

No entanto, os pequenos agricultores que não conseguissem se capitalizar não ficariam – de todo – fadados ao desaparecimento. Isto, se eles usassem como estratégias de reprodução social de sua categoria formas de trabalhos acessórios, que poderiam estar ligadas ou não às atividades

---

<sup>61</sup> Maria José Carneiro (1997) faz um balanço da pluriatividade de agricultores europeus, em especial franceses.

<sup>62</sup> KAUTSKY, Karl. A questão agrária.

<sup>63</sup> CHAYANOV, Alexander. Teoria da unidade econômica camponesa.

agrícolas. Ao desenvolver trabalhos acessórios fora de sua propriedade, o pequeno agricultor tomaria cada vez mais o caráter de proletário.

Mas, não se deve

pensar que a pequena propriedade esteja em vias de desaparecer na sociedade moderna, ou que possa inteiramente ser substituída pela grande propriedade. Onde a concentração desta última avançou bastante, a tendência à subdivisão da terra entra em jogo, e o Estado, políticos locais, e mesmo os grandes proprietários intervêm com o objetivo de garantir a pequena propriedade ou os pequenos arrendatários. (KAUTSKY, 1968, p. 182)

O pressuposto é que a manutenção da pequena propriedade seria funcional ao capitalismo na medida em que ela se torna uma reserva de mão-de-obra barata para grandes produtores capitalizados ou grandes indústrias instaladas nas imediações de áreas rurais.

Nessa perspectiva analítica, então, se destacam alguns aspectos fundamentais sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura:

- a intervenção do Estado e/ou das empresas capitalistas é de fundamental importância para a criação de infraestruturas que viabilizem o desenvolvimento de trabalhos acessórios seja para a agroindústria, seja para pequenas indústrias domésticas;

- entretanto, a ação dessas instituições, mais do que proteger os camponeses visa mantê-los a sua ilharga, porquanto se constituem em modelos para políticas sociais e fonte de mão-de-obra barata.

Nesse sentido, Kautsky chama a atenção para a ação e influência de fatores externos (Estado, grandes produtores capitalizados, indústrias, etc.) ao núcleo familiar camponês forjando a manutenção ou supressão dessa categoria social. Assim, são fatores macroeconômicos externos ao grupo familiar que se constituem em determinantes na relação entre campesinato e capitalismo, tornando-se o primeiro sujeito da relação apêndice do segundo.

Para isso o capital dispõe e reinventa diversos ardis, sendo que os mais evidentes seriam os trabalhos acessórios. Estes constituem uma via de duas mãos. Por um lado fazem diminuir a produção agrícola na pequena propriedade e o camponês se proletariza, por outro são a única forma de permanência da pequena propriedade diante do desenvolvimento do capitalismo no meio rural.

Diante disso a solução apontada por Kautsky é a união entre camponeses e operários para a superação do capitalismo enquanto sistema produtivo opressor e marginalizante das classes menos favorecidas. Uma vez superado o sistema estruturado sob os pilares ideológicos do mercado (exploração, lucro, competitividade, etc.), seria construído o socialismo

enquanto sistema que não descarta – necessariamente – as relações mercantis, contudo não as concebe como principais paradigmas para o desenvolvimento social. No lugar do mercado a proeminência seria de valores como o bem estar social.

A perspectiva de Kautsky é diferenciada da abordagem de Alexander Chayanov (1974) na medida em que este último elege não os fatores externos, mas sim os internos – demografia do grupo familiar, relação trabalho/consumo, suficiência ou insuficiência de terras, etc. – como sendo os elementos determinantes na dinâmica da reprodução social da unidade familiar camponesa.

Quanto aos impactos sociais das atividades não-agrícolas desenvolvidas pelos camponeses, Chayanov indica que elas não apontam necessariamente para um fim fatalístico do campesinato através do processo de proletarianização, pois as rendas obtidas através das atividades não-agrícolas são significativas para o processo de reprodução social da família camponesa, visto que esse rendimento extra complementa a renda agrícola.

Mas, além do equilíbrio entre trabalho e consumo na unidade camponesa, Chayanov aponta para a importância de analisar e compreender o núcleo familiar como o centro que regula e operacionaliza a produção. Assim, as decisões não são tomadas por um único membro da unidade – no caso o chefe – mas pelo grupo familiar. Este fator é fundamental para se analisar e compreender os motivos, conseqüências e estratégias da execução de atividades não-agrícolas pelas famílias camponesas.

Por lo tanto, todas as formas de influencia de la composición y el tamaño de la familia sobre la producción del trabajador de la familia y las otras consecuencias producidas por el equilibrio interno de los factores de producción de la unidad de explotación están naturalmente relacionadas con el ingreso total de la familia y no con la parte que constituye su ingreso agrícola. (CHAYANOV, 1974, p. 110)

O grupo familiar pode se organizar de diversas formas em função das muitas estratégias de produção e reprodução. Algumas dessas formas de organização, mediante o exercício de atividades não-agrícolas, podem conduzir à ruptura da família camponesa.

É suscetível de acontecimento que um ou mais membros da unidade familiar de produção se desvincule desta, sem, no entanto constituir uma nova família. Isto acontece, principalmente, com os migrantes. Pode ocorrer também que indivíduos constituam novas famílias e se desvinculem das relações de trabalho do seu primeiro núcleo familiar.

Os motivos para isso são diversos como: desentendimentos

na elaboração ou execução de projetos coletivos, casamentos, novas oportunidades que podem melhorar o nível de vida individual; etc. Neste último caso, o exercício de atividades fora da propriedade da família – sem a transferência da renda ou parte dela para o grupo – estaria no princípio do processo de ruptura da unidade familiar de produção.

Chayanov indica também que, existem formas de organização que viabilizam a coesão do grupo familiar desenvolvendo ou não atividades não-agrícolas. É o caso de membros que constituem novas famílias, mas permanecem nas terras de sua família de origem, ou até continuam a morar na casa onde já moram pai, mãe e irmãos.

Pode ser ainda que trabalhem em propriedades alheias, fábricas, lojas, etc., mas somem seus rendimentos salariais com os dos demais membros da família afim de que todo o grupo se beneficie de uma renda maior. Essa seria mais uma estratégia, entre outras, pela qual o grupo familiar estaria se organizando internamente para administrar e gerir atividades agrícolas e não-agrícolas, dentro e/ou fora de sua propriedade visando atingir um nível de vida confortável e manter sua reprodução social.

Assim, o exercício de atividades agrícolas e não-agrícolas por membros de uma família, fora da propriedade, não informa necessariamente a desagregação do núcleo familiar. Essa ruptura depende de como a família consegue organizar seus projetos coletivos e individuais.

Isso posto, a família camponesa não seria refratária às transformações econômicas, sociais e culturais advindas da dinâmica do capitalismo, contudo essas metamorfoses são mediadas a partir de fatores microeconômicos, sociais e culturais internos ao grupo familiar. Aí está o cerne da diferença entre as concepções analíticas de Chayanov e de Kautsky que priorizou em sua análise a pressão dos fatores macroeconômicos externos à unidade familiar.

## A PROBLEMÁTICA METODOLÓGICA E CONCEITUAL NA INVESTIGAÇÃO DA PLURIATIVIDADE NAS PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS

Como vimos o debate sobre pluriatividade não é recente. Mas ela não era o centro da investigação dos autores clássicos abordados. Isso pode ter concorrido para que, naquele período<sup>64</sup>, o instrumental metodológico não tornasse complexa a compreensão do verdadeiro estado da arte do fenômeno.

Os métodos de investigação do assunto foram sendo refinados com

---

<sup>64</sup> Fins do século XIX e início do século XX.

a intensificação dos debates entre pesquisadores e escolas de pensamento, realizados entre o período de 1930 e 1990<sup>65</sup>.

Até 1950, as abordagens tinham um caráter descritivo e o elemento fundamental da análise era o chefe de família e suas diferentes fontes de renda (KAGEYAMA, 1997).

Mas, no final dos anos de 1950, dois novos elementos passam a ser fundamentais para a análise da pluriatividade, sendo que um deles já estava dado por Chayanov. O primeiro elemento é a família como núcleo que organiza a produção e que toma a decisão de dedicar-se ou não à agricultura em tempo parcial ou integral levando em consideração suas necessidades e recursos disponíveis (terra, sementes, força de trabalho, etc.). O segundo elemento incorporado é a quantidade de tempo de trabalho que as famílias dedicam às atividades agrícolas e não-agrícolas (FULLER, 1990).

Ainda segundo Fuller, na década de 1960, o foco da análise passa a ser as atividades não-agrícolas fora da área rural, mas destacando que elas produziam efeitos na dinâmica da propriedade e da família agrícola. O termo que se achou mais adequado para contemplar essas dimensões foi o de *multiple job-holding* como sinônimo do exercício de diferentes atividades não-agrícolas por membros de uma família rural.

A partir de 1975, o que ganha relevância na investigação é o caráter multissetorial, a diversidade de atividades econômicas das famílias agrícolas e a construção da idéia de pluriatividade no final da década de 1980. É também nesse período que aumentam as polêmicas entre diferentes pesquisadores de língua inglesa e, entre os desta língua com acadêmicos franceses.

Entre os pesquisadores de língua anglo-saxã, as tensões surgem em função da concepção teórica dos termos *part-time farm* (agricultura de tempo parcial), *part-time farming* (agricultor em tempo parcial), *multiple job-holding households* (FULLER, 1990).

O fato de uma família desenvolver agricultura em tempo parcial<sup>66</sup> não quer dizer que ela seja pluriativa. Pode ser que as atividades desenvolvidas em tempo parcial sejam suficientes para suprir suas necessidades, e neste caso a outra parte do tempo será preenchida com lazer, educação, viagens, etc.

Barthez (1987) destaca que trabalhador a part-time não é a mesma coisa que trabalhador pluriativo. De acordo com a pesquisadora, o agricultor

<sup>65</sup> Schneider (2001) aponta que esses debates ocorreram principalmente entre a Sociologia Rural e a Sociologia da Agricultura, ambas dos EUA, bem como entre a Sociologia Rural norte-americana e a Sociologia Rural francesa.

<sup>66</sup> Um trabalhador atua em tempo parcial numa atividade, quando ele não usa o tempo integral de uma jornada de trabalho normal para desenvolvê-la (Barthez, 1987). Vale ressaltar ainda que o tempo de uma jornada de trabalho pode variar de um país para outro, ou em casos mais específicos de uma empresa para outra.

em tempo parcial precisa ocupar produtivamente o seu tempo livre, isto é, trabalhando dentro ou fora de sua propriedade para ter o caráter de pluriativo.

O trabalhador ou a família pluriativos são – necessariamente – part-time, e por sê-lo, utiliza o restante do tempo livre de sua jornada de trabalho para se ocupar com atividades distintas e remuneradas, geralmente, fora de sua propriedade.

Assim, a pluriatividade de uma família estaria relacionada diretamente com sua organização interna, suas necessidades e ainda as dinâmicas e demandas do mercado de trabalho de sua região (LUND, 1991). Lund articula as considerações de Kautsky (fatores externos) e Chayanov (fatores internos) para a compreensão da pluriatividade.

No bojo dessas idéias e concepções é que surge a expressão *multiple job-holding households*, que não era muita novidade – pois um termo próximo – *multiple job-holding* – já fora utilizado entre 1950 e 1960 por Fuguitt. A diferença é que este último autor não considerava as atividades desenvolvidas fora da propriedade familiar. Já Fuller analisou os trabalhos das famílias dentro e fora de suas respectivas propriedades.

Ao fim dos anos 1980 e início da década de 1990, o debate sobre a temática se intensifica ainda mais não só entre os estudiosos da tradição anglo-saxônica, mas também entre estes e os da tradição francesa. Aliás, as discussões entre as duas tradições têm raízes históricas nos anos 1960 (MENDRAS, 1969; FULLER, 1984). A característica dos debates gira em torno de interpretações conceituais, questões metodológicas e etimológicas.

Fuller (1990) apontou três fatores como sendo fundamentais para o reconhecimento da importância científica e social da pluriatividade na década de 1980:

- o uso da expressão *part-time farming* não era objetivo e impedia uma análise que separasse o trabalho do chefe da propriedade do conjunto da produção desta;
- a transformação etimológica foi fundamental para a afirmação do fenômeno como objeto de investigação científica;
- os debates em torno de novas políticas agrícolas, de 1980 a 1992, bem como a transformação e diversificação das ocupações e relações de trabalho no meio rural não podiam mais ficar a margem do conhecimento.

Assim, recentemente chegou-se a um relativo consenso acerca da noção da expressão pluriatividade como chave explicativa para analisar as transformações que vêm ocorrendo no meio rural de países desenvolvidos

e/ou em desenvolvimento. A noção conceitual mais aceita até o momento é a de que a pluriatividade é um

[...] fenômeno através do qual membros das famílias que habitam o meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. (SCHNEIDER, 2003, p. 25-6)

### A pluriatividade ocorre em

uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécies e transferências). (FULLER, 1990, p. 367)

Embora tenha se chegado a um consenso relativo, há várias críticas acerca da expressão “pluriatividade”. Elas apontam fundamentalmente para o conjunto de diversas situações que se transformam em função do espaço e o contexto histórico em que as famílias “optam” pela pluriatividade com o intuito de complementarem suas rendas e garantirem a manutenção do status quo, ou seja, sua reprodução social.

Lacombe (1984) considera que o recurso a pluriatividade indica sim um processo de proletarização do produtor familiar e, mais, que o fenômeno tende a conduzir a desagregação do núcleo familiar, uma vez que as atividades são desenvolvidas fora dele em lugares e com ocupações distintas para seus membros.

A proletarização ocorreria primeiro, porque o agricultor, na medida em que não consegue extrair de suas lavouras a renda necessária para a sobrevivência de sua família, passa a oferecer com maior frequência sua mão-de-obra a terceiros como um meio de completar sua renda. Neste caso, a tendência é que ele abandone a agricultura, venda ou disponibilize sua terra a arrendatários e vá morar na cidade, ou pode até ser que ele continue morando e trabalhando na terra, mas esta e a produção agora pertencem a outro dono.

Segundo, porque com a saída paulatina dos membros da família para desempenhar atividades fora dos limites de sua propriedade, os vínculos e laços familiares vão se enfraquecendo. Os membros tendem a perder a noção da unidade familiar enquanto gestora do trabalho e das rendas, e passam a agir sem ter como referência os vínculos morais com o grupo.

Um terceiro aspecto é que esses indivíduos ficam propensos a formar novas famílias precocemente. Em ocorrendo isso, a tendência é que

a pequena propriedade entre num processo de fragmentação multiplicando-se em novas unidades tão minúsculas que comprometem até a produção de alimentos para seu próprio abastecimento. Para Lacombe esses elementos configuram um processo de individualização da força de trabalho na unidade de produção familiar.

Maria José Carneiro (1999) discorda em parte dessas conclusões. A antropóloga indica que o fato de uma família se tornar pluriativa não significa, necessariamente, que venha a se desagregar enquanto unidade de produção, pois é justamente o caráter familiar da produção que permite aos membros da unidade uma maior plasticidade para se adaptar a diversas estratégias de reprodução social do grupo.

Dessa forma, o trabalho assalariado fora da propriedade por si só não conduz à ruptura da unidade familiar. Isso ocorre

(...) quando as condições entre o individual e o coletivo resultam na preponderância do primeiro sobre o segundo, ou seja, quando se rompe o comprometimento do indivíduo com os interesses da propriedade e da exploração econômica que nela se realiza levando a fragmentação dos laços valorativos (“valor família”) que identificam a família à propriedade. (CARNEIRO, 1999, p. 335)

Diante dessa polêmica, outros autores indicam que a pluriatividade se assemelha mais a um termo técnico. Embora a ciência tenha se apropriado desta expressão, “ela só ganha sentido se for relacionada com a política que estimulou a especialização da produção e do trabalho” (CARNEIRO, 1996, p. 10).

Entretanto, a despeito de ser polêmica, a noção de pluriatividade vem sendo utilizada como algo que possibilita analisar a dinâmica de propriedades como unidades de produção e reprodução, sem necessariamente ter as atividades agrícolas como principal fonte de renda.

Quanto ao aspecto metodológico de investigação da pluriatividade também não há uma proposição consensual entre seus estudiosos. Diante do que foi exposto pode-se sintetizar três linhas interpretativas que parecem se cristalizar em torno da investigação da pluriatividade em unidades de produção familiar.

Primeiro, há autores – Lacombe (1984) – que focalizam suas análises em fatores externos ao grupo familiar como a concorrência por terras e produtividade dos grandes produtores capitalizados; carência ou ineficiência de políticas públicas voltadas para o pequeno produtor; desenvolvimento do capitalismo no campo; etc.

Esse último fator, por si só, já exigiria dos pequenos produtores maior poder de competitividade para se inserir e/ou se manter no mercado. Não

conseguindo responder satisfatoriamente a essa exigência, aos pequenos produtores que quisessem permanecer no campo restaria o recurso da pluriatividade seguida da proletarização<sup>67</sup>.

Na segunda linha de abordagem os autores não ignoram ou subestimam a influência dos fatores externos, contudo focalizam suas análises nos fatores internos ao grupo familiar como demografia do grupo, equilíbrio entre o número de braços e bocas para trabalhar e consumir, quantidade de terras disponíveis para o trabalho, etc. Marsden (1995).

Para esse autor, as famílias optam ou não pela pluriatividade a partir de suas competências e necessidades reais. Quer dizer isso que se a quantidade de terras disponíveis for suficiente para absorver toda a mão-de-obra de seus membros, ela seria refratária a pluriatividade. De igual modo o seria se a produção agrícola for suficiente para atender às suas necessidades (alimentação, vestuário, remédios, educação, etc.). A maior ou menor capacidade de flexibilização do grupo familiar é que lhe daria ou não condições para superar fatores adversos externos e garantir sua reprodução social<sup>68</sup>.

A terceira linha de abordagem tem como seus principais representantes Brun e Fuller (1991). Esses autores consideram três níveis de análise para uma compreensão mais profunda sobre o fenômeno da pluriatividade. Para isso, mesclam aspectos das duas linhas anteriores. Assim, procuram identificar dinâmicas locais e regionais, atores sociais potenciais, atuação dos poderes públicos nos arranjos institucionais, etc.

O primeiro nível de análise considera a pluriatividade como sendo uma configuração de determinados tipos de economias locais ou regionais. Isto sugere considerar o potencial local ou regional dessas atividades e suas relações com as estruturas sociais, econômica, política e cultural nas quais estão inseridas.

O segundo investiga a família como o núcleo das decisões para buscar e/ou elaborar recursos, optar por esta ou aquela estratégia de trabalho agrícola ou não agrícola. Nesse caso, vale ressaltar que é de fundamental importância a compreensão clara da organização do núcleo familiar, pois embora influenciado por fatores externos, é a forma como este núcleo se organiza que indica – em boa medida – a desagregação ou não de seus membros, caso a decisão seja realizar atividades fora da propriedade.

O terceiro nível concebe a pluriatividade como sendo uma expressão

---

<sup>67</sup> Embora não trabalhasse especificamente com a investigação da pluriatividade, Kautsky (1968) – como vimos – é um dos precursores dessa linha de investigação no escopo de análise marxista.

<sup>68</sup> Nesse caso o precursor dessa perspectiva é Alexander Chayanov (1974). Esse autor não descarta o escopo marxista de análise, mas propõe outras orientações de investigação não contidas nesse referencial.

da dinâmica das transformações econômicas e sociais do meio rural. Assim sendo, cabe analisar historicamente comunidades, regiões e países – ambos isoladamente, bem como entre si.

Diante disso, não se pode eleger um desses aspectos de modo isolado se o objetivo for compreender a verdadeira natureza dos contextos sociais nos quais as famílias rurais optam por desenvolverem atividades não-agrícolas concomitantemente às agrícolas, ou se o objetivo é dinamizar essas atividades numa determinada localidade.

O cruzamento das conclusões de cada um desses três níveis de análise (núcleo familiar, local e global) pode nos revelar a natureza, a dinâmica e os impactos do exercício da pluriatividade nas unidades de produção familiar, bem como as potencialidades locais e regionais onde se deseja estimular ações alternativas de pequenos produtores em contextos de pluriatividade.

Todavia, antes de entrar no centro do debate da pluriatividade dos agricultores brasileiros, especialmente os pequenos proprietários do município de Araraquara-SP, convém destacar que o foco central da investigação deve ser direcionado não sobre as atividades em si mesmas e sim nos atores envolvidos, porquanto são eles os sujeitos sociais da ação.

Com isso, procura-se escapar do viés economicista que nem sempre consegue captar o aspecto multidimensional da unidade familiar de produção. Ademais, convém tentar dissipar a neblina que envolve política e ideologicamente as noções de agricultor familiar e camponês, posto que esses dois sujeitos reagiriam de formas distintas aos processos de modernização tecnológica na agricultura, bem como ao envolvimento com as atividades não-agrícolas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Campinas: Hucitec/Unicamp; 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Pluriatividade: uma noção válida para análise da realidade agrária brasileira (147-173). In: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul** (Tese de doutorado). Presidente Prudente: UNESP, 2003.

ANDRADE, Manuel Corrêa de. **Lutas camponesas no nordeste**. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios; v. 48).

ASPILICUETA, P. E.; PEÑA, F. M.; ARZAD, J. I. P. Campesinado y pluriactividad em la Navarra Cantábrica em la primera mitad del siglo XIX. In: **História Agrária**. México, n. 29, p. 155-186, abril, 2003.

BALSADI, Otávio Valentim. **Mudanças rurais e o emprego não-agrícola no estado de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2002.

BARTHEZ, Alice. Familia, actividad y pluriactividad en la agricultura. In: Arkleton Re BRUN, A.; FULLER, A. Farm family pluriactivity in Western Europe. United Kingdow: The Arkleton Research, 1991.search. Cambio Rural en Europa. **Colóquio de Montpellier**. p.161-177. 1987.

BLOCH, Marc. **A revolução agrícola e a revolução**. Tradução de Ilka Stern Cohen. In: A terra e seus homens. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro: uma análise regional e nacional**. Jaguariúna-SP: EMBRAPA, 2000.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1964

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, Luiz Flavio Carvalho; MOREIRA, Roberto Jose; BRUNO, Regina. **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.323-45.

\_\_\_\_\_. **Camponeses, Agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

\_\_\_\_\_. Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.11, n.32, p.89-105, out. 1996.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

FABRINE, João Edmilson. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel-PR: Edunioeste, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano et al. Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema-SP. In: BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; AUBRÉE, Marion.; FERRANTE, Vera Lucia Botta (Orgs.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas-SP: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara-SP: UNIARA; São Paulo-SP: INCRA, 2003.

FERNANDES, Bernardo Maçano; RAMALHO, Cristiane Barbosa. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema-SP. In: **Estudos avançados**. São Paulo. v. 15, n. 43, p. 239-254. set/dez 2001

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v.92).

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira; PEREIRA, José Carlos Alves. Produção familiar e turismo rural: perspectivas de sustentabilidade. In: **CONGRESSO DE TURISMO RURAL**, n. 4., 2003, Piracicaba.. Anais... Piracicaba: FEALQ, 2003.

FULLER, Anthony. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**. New York, v. 6, n. 4, p. 361-373. 1990.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.

DEL GROSSI, Marco Eduardo; GRAZIANO DA SILVA, José. A evolução das rendas e atividades não agrícolas no Brasil. In: **II SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO**. A dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo mundo rural brasileiro. Fase III do Projeto Rurbano. Campinas: UNICAMP, 2001.

KAUTSK, Karl. **A questão agrária**. Tradução de: C. Iperóig. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

LACOMBE, Philippe. La pluriactivité et l'évolution des exploitations agricoles. In: **ASSOCIATION RURALISTE FRANÇAISE**. La pluriactivité dans les familles agricoles. Paris: ARF, 1984.

LAURENTI, Antonio Carlos; DEL GROSSI, Marco Eduardo. A evolução das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não-agrícolas nas áreas rurais do Brasil. In: CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José da. **O novo rural brasileiro: uma análise regional e nacional**. Jaguariúna-SP: Embrapa, 2000.

LEITE, Sérgio. **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001.

LEITE, Sérgio et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: UNESP, 2004.

LIMA, Dalmo M. de Albuquerque.; WILKINSON, Jhon. (Orgs.). **Inovações nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

LUND, Philip. Part-time farming: a note on definitions. In: **Journal of Agricultural Economics**. Vol. 42, N° 2, pp.196-199. Ashford: UK, 1991.

MARCONDES, J. V. F. A agricultura em tempo parcial no estado de São Paulo e a industrialização. In: **Sociologia**. v. 24, n.1 p.29-40. São Paulo, 1962.

MARSDEN, Terry. Towards the political economy of pluriactivity. **Journal of Rural Studies**. New York, v. 6, n. 4, p. 375-382. 1990.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Hucitec,1994.

\_\_\_\_\_. Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil. In: **Seminário Interno sobre “Dilemas e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional no Brasil, com ênfase na Agrícola e Rural na Primeira Década do Séc.XXI”**, FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Santiago do Chile, 11-13 de dezembro de 2001.

MENDRAS, Henri. **Sociologia rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MOREIRA, José Roberto. Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p.51-69, abr. 1997.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: **Estudos avançados**. São Paulo. v. 15, n 43, p. 185-206. set/dez 2001.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Campesinato Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1973.

SCHNEIDER, Sergio. **Elementos teóricos para análise da pluriatividade em situações de agricultura familiar**. Porto Alegre: [s.n.], 2001. 37f. Mimeografado.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Instituto de Economia/ Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil: testando as aberturas geográficas nas novas PNADs. **Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, p.114-146. 1997.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. Assentamento Bela Vista: a pelega para ficar na terra. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Travessias**. Porto Alegre: UFRGS, 2003

SOARES, Luiz Eduardo. **Campesinato: ideologia e política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TALAVERA, Agustín Santana. O rural como produto turístico: algo de novo brilha sob o sol? p. 151-170. In: LUCHIARI, Maria Tereza D. Paes; BRUHNS, Heloisa Turini; SERRANO, Celia (Orgs.). Campinas: Papirus, 2000.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set/dez de 2001.

VINHAS, Maurício. **Problemas agrário-camponeses do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2/ 3, p. 37-68, 1995.

\_\_\_\_\_. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. p21-55. In: João Carlos Tedesco (Org.). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. 3ª ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2001.

\_\_\_\_\_. “Morar e trabalhar”: o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso no Nordeste). In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Travessias**. Porto Alegre: UFRGS, 2003

WILLEMS, Emílio. Individualização. In: **Dicionário de Sociologia**. Rio de Janeiro: Globo, 1961



## AUTORES

### **Adriano Corrêa MAIA**

Graduado em Engenharia Civil (1997) pela Universidade de São Paulo (EESC - São Carlos). Mestrando em Geografia pela UNESP - Campus Rio Claro. Membro do Núcleo de Estudos Agrários (NEA).  
*adrianocmaia@gmail.com*

### **Alan Faber do NASCIMENTO**

Bacharel em Turismo (2003) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Sociologia (2007) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutorando em Geografia pela UNESP - Campus Rio Claro.  
*alanfaber@uol.com.br*

### **Ana Ivania Alves FONSECA**

Graduada em Geografia (1995) pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Mestrado em Geografia (2003) pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutoranda em Geografia pela UNESP Campus Rio Claro. Bolsista da Fapemig. Docente do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Coordenadora do Curso de Geografia do Instituto Superior de Educação de Montes Claros (Isemoc). Membro do Núcleo de Estudos Agrários (NEA)  
*anaivania@gmail.com*

### **Cecília Hauresko**

Licenciada em Geografia (1998) pela Universidade Estadual do Centro-Oeste campus Guarapuava – PR (UNICENTRO). Mestre em Geografia (2001) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutora em Geografia (2009) pela UNESP - Campus de Rio Claro. Docente do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).  
*cehauresko@ig.com.br*

### **Darlene Aparecida de Oliveira FERREIRA**

Licenciatura em Geografia (1985) pela UNESP - Campus de Rio Claro. Mestre em Geografia (1989) pela UNESP - Campus de Rio Claro. Doutora em Geografia (1998) pela UNESP - Campus de Rio Claro. Professor Assistente Doutor junto ao Departamento de Antropologia, Política e Filosofia e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia da FCL-UNESP/Araraquara e de Geografia do IGCE-UNESP/Rio Claro. Membro do Núcleo de Estudos Agrários (NEA).  
*darlene-ferreira@uol.com.br*

### **Davi Guilherme Gaspar RUAS**

Graduação em Engenharia Agrônômica (1975) pela Universidade de São Paulo (USP). Mestrado em Economia Agrária (1978) pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado (1997) em pela UNESP - Campus de Rio Claro.

Professor Associado I da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).  
Membro do Núcleo de Estudos Agrários (NEA).  
*ruas@cca.ufscar.br*

**Elias Júnior Câmara Gomes SALES**

Bacharel em Turismo (2007) pela Universidade Federal de Juiz de Fora.  
Mestrando em Geografia pela UNESP - Campus Rio Claro. Membro do  
Núcleo de Estudos Agrários (NEA).  
*elias.sales@hotmail.com*

**Enéas Rente FERREIRA**

Bacharel em Geografia (1980) pela UNESP - Campus de Rio Claro. Mestre  
em Geografia (1988) pela UNESP - Campus de Rio Claro. Doutor em  
Engenharia de Transportes (1995) pela Universidade de São Paulo (EESC-  
São Carlos). Livre Docente (2007) pela UNESP - Campus de Rio Claro.  
Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação  
em Geografia. Membro do Núcleo de Estudos Agrários (NEA).  
*eneasrf@rc.unesp.br*

**Flamarion Dutra ALVES**

Licenciatura em Geografia (2004) pela Universidade Federal de Santa Maria  
(UFSM). Mestre em Extensão Rural (2006) pela Universidade Federal de  
Santa Maria (UFSM). Doutorando em Geografia pela UNESP - Campus de  
Rio Claro. Membro do Núcleo de Estudos Agrários (NEA).  
*dutrasm@yahoo.com.br*

**Kathia Lilianne VIEIRA**

Graduado em Geografia (2008) pelo Instituto Superior de Educação de  
Montes (Isemoc). Docente da rede estadual de Minas Gerais.  
*kathia\_lilianne@yahoo.com.br*

**Isabela de Fátima FOGAÇA**

Bacharel em Turismo (2002) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.  
Mestre em Turismo e Hotelaria (2006) pela Universidade do Vale do Itajaí.  
Doutoranda em Geografia pela UNESP - Campus de Rio Claro.  
*isafog@hotmail.com*

**José Carlos Alves PEREIRA**

Bacharellicenciado em Ciências Sociais pela UNESP - Universidade Estadual  
Paulista - Campus de Araraquara. Mestre em Sociologia pela Universidade  
Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutorando em Sociologia pela  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).  
*imail*

**Lucas dos Reis TEIXEIRA**

Graduado em Geografia (2008) pelo Instituto Superior de Educação de  
Monte (Isemoc). Pós-graduando em Gestão Ambiental pela Universidade

Estadual de Montes Claros (Unimontes). Professor da rede estadual de Minas Gerais.

*lucasteixeirageo@yahoo.com.br*

### **Maria Ribeiro do VALLE**

Graduada em Ciências Sociais (1990) pela Universidade de São Paulo. Mestrado em Educação (1997) pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutorado em Educação (2002) pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor assistente doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

*imail*

### **Maria José ROMANATTO**

Bacharel em Ciências da Computação (1978) pela Universidade de São Paulo (USP - Instituto de Ciências Matemáticas de São Carlos). Mestrado em Ciências da Computação e Estatística (1986) pela Universidade de São Paulo (USP - Instituto de Ciências Matemáticas de São Carlos). Doutorando em Educação Escolar na UNESP - Faculdade de Ciências e Letras – Araraquara. Professor assistente da UNESP - FCL-Araraquara.

*imail*

### **Michele LINDNER**

Bacharel em Geografia (2004) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Geociências (2007) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Extensão Rural (2007) pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutoranda em Geografia pela UNESP - Campus de Rio Claro. Membro do Núcleo de Estudos Agrários (NEA)

*michelinder@gmail.com*

### **Vanessa FONSECA**

Discente em Zootecnia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista do CNPq.

*fv\_vanessa@yahoo.com.br*

### **Silas Nogueira de MELO**

Licenciado em Geografia (2009) pela UNESP - Campus de Rio Claro. Mestrando em Geografia pela UNESP - Campus de Rio Claro. Membro do Núcleo de Estudos Agrários (NEA).

*silas.melo@yahoo.com.br*

### **Suelen de Leal RODRIGUES**

Licenciatura em Geografia (2006) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Extensão Rural (2008) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutoranda em Geografia pela UNESP - Campus de Rio Claro. Membro do Núcleo de Estudos Agrários (NEA).

*slrgeo@yahoo.com.br*

## **Sobre o Livro**

<i>Formato</i>	16x23 cm
<i>Tipologia</i>	Minion (texto) Minion (títulos)
<i>Papel</i>	Pólen 70 g/m <sup>2</sup> (miolo) Cartão Supremo 250 g/m <sup>2</sup> (capa)
<i>Impressão</i>	Sob demanda
<i>Acabamento</i>	Costurado e colado
<i>Tiragem</i>	300

## **Equipe de Realização**

<i>Produção Gráfica</i>	Vi(ni)cus D.
<i>Edição de texto</i>	Adriano Corrêa Maia Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira
<i>Projeto gráfico</i>	Adriano Corrêa Maia Vi(ni)cus D.
<i>Criação da capa</i>	Vi(ni)cus D. ( <a href="http://www.requado.com">www.requado.com</a> ; <a href="http://viniciusd.blogspot.com">http://viniciusd.blogspot.com</a> )
<i>Catálogo e Referências bibliográficas</i>	Bibliotecaria
<i>Diagramação</i>	Adriano Corrêa Maia

## **Impressão e Acabamento**

Viena Gráfica e Editora











